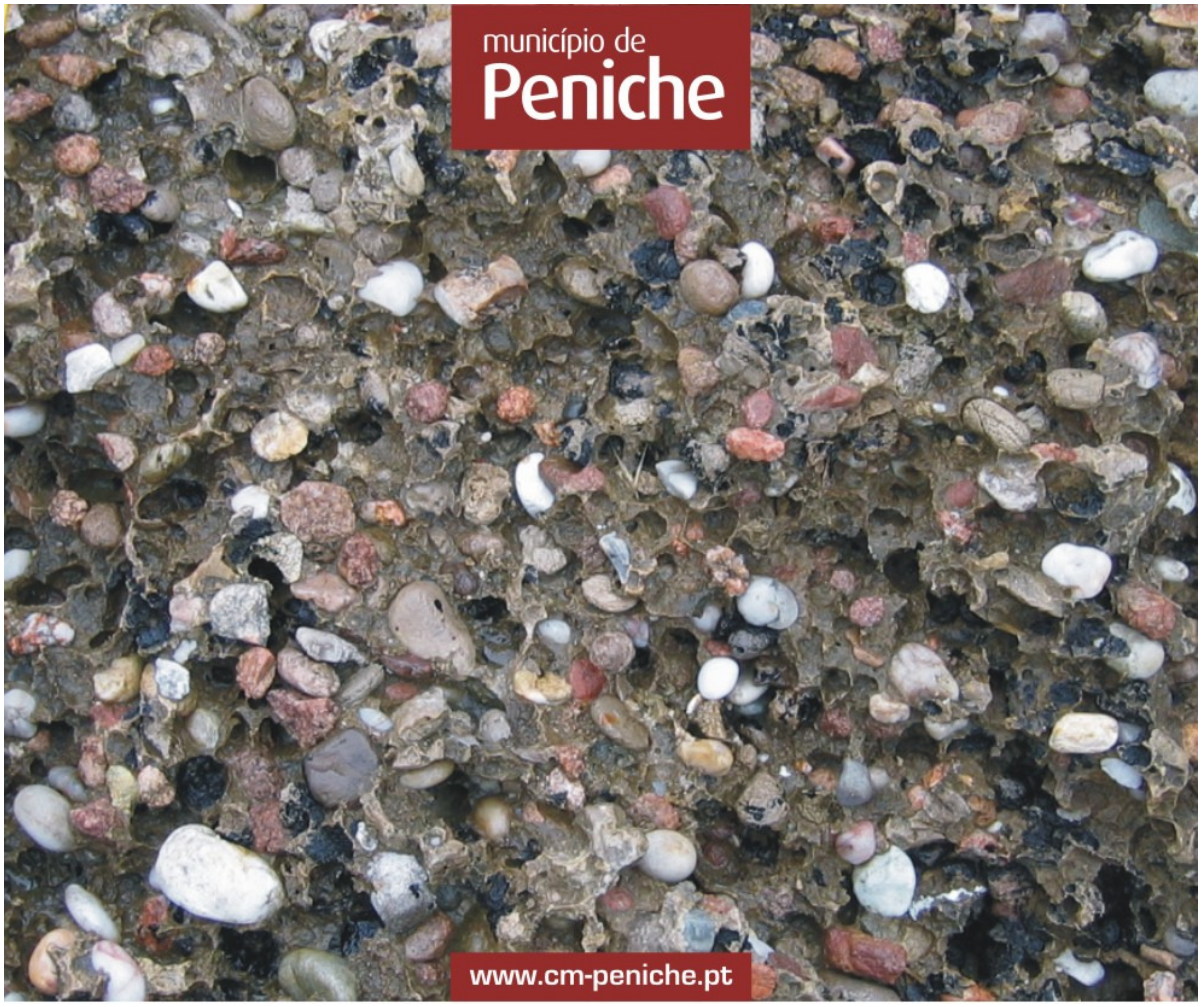


Conglomerado poligénico - Furninha

PENICHE 2025

Diagnóstico Estratégico
Estratégia de Desenvolvimento
e Programas de Actuação

Peniche,
Fevereiro de 2009

magna carta
Peniche 2025

Documento aprovado por unanimidade na reunião de Câmara de 15 de Janeiro de 2009.
(Acta N.º 3/2009)

Direcção – Câmara Municipal de Peniche
António José Correia, Presidente
Jorge Amador, Vice-Presidente
Jorge Abrantes, Vereador

Coordenação Técnica e Científica

Coordenador
António Oliveira das Neves

Especialistas Sectoriais
João Bonifácio Serra
José Luís de Almeida Silva
José Manuel Henriques

Coordenação Interna
Clara Abrantes
José Marcolino Pires
Nuno Malheiros Cativo
Rodolfo Costa Veríssimo

Gestão e Coordenação Operacional
Rodolfo Costa Veríssimo

Colaboração Externa
Joana Lourenço
Raquel Janeirinho

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 6

PARTE I – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 11

I.1. Integração Regional e Padrão de recursos Locais 11
I.2. Dinâmicas urbanas 26
I.3. Estrutura Económica e de Emprego 66
I.4. Desenvolvimento Social 98
I.5. Turismo e Lazer 116
I.6. Análise SWOT e Desafios Estratégicos 140

PARTE II – QUADRO PROSPECTIVO DE DESENVOLVIMENTO 151

II.1. Desafios Estratégicos 154
II.2. Construção de Cenários 161

PARTE III – VECTORES ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO 255

III.1. Vectores Estratégicos de Desenvolvimento 255
III.2. Programas de Actuação 269

Anexo – Metodologia de Prospectiva 294

1. Actores Envolvidos 294
2. Desafios Estratégicos 295
3. Análise de Jogo de Actores 297
4. Algumas conclusões prévias da AJA 314
5. “Batalhas de Futuro” 320

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

APRESENTAÇÃO

A preparação da **Magna Carta para o Desenvolvimento de Peniche**, no horizonte de 2025, constitui um desafio de fundo assumido pela Câmara Municipal tendo em vista reflectir sobre o posicionamento estratégico do Concelho, num contexto de acentuada transformação estrutural das economias e das sociedades contemporâneas, e perspectivar as margens de intervenção de Peniche e do seu sistema de actores nessa transformação.

No lançamento do processo de trabalho considerou-se a necessidade de dispor de instrumentos orientadores de acção municipal de médio e longo prazo que resultassem de um exercício de reflexão estratégica centrada nas perspectivas de desenvolvimento futuro do Concelho, de forma a responder à pergunta: que Peniche queremos (e consideramos viável) ter nas próximas duas décadas?

A própria formulação da questão indica a natureza desse processo, que se quer participado, aberto à intervenção qualificada dos principais agentes económicos, sociais, culturais e associativos, com ligação ou presença em Peniche, bem como das entidades responsáveis por equipamentos e serviços públicos que operam no Concelho.

A metodologia de trabalho adoptada pretendeu, assim e desde início, estabelecer uma forte interacção com o conjunto sistémico (agentes públicos, associativos e privados) de intervenientes na vida do Concelho, nas áreas de competência própria mas, sobretudo, com interesses e expectativas quanto ao quadro de evolução futura de Peniche nos domínios da integração

regional, das capacidades económico-produtivas, da acção cultural, do desenvolvimento social, da sustentabilidade ambiental, etc.

Essa interacção em curso encontrou nos últimos meses diversas formas de manifestação, de que são exemplos mais expressivos as sessões temáticas com utilização das ferramentas da prospectiva estratégica (Ateliers de prospectiva temáticos, Jogo de Actores pelo Método MACTOR e Análise Morfológica) e a realização da Convenção "Sou de Peniche", iniciativas que envolveram a participação de largas dezenas de penichenses, em debate vivo e aberto.

Estes momentos de debate contribuíram de forma fecunda para alimentar o trabalho técnico de elaboração da Magna Carta que tem neste Documento preliminar uma primeira expressão escrita que devolve aos participantes nas referidas iniciativas, os resultados dos diversos contributos processados (fluxos de informação, reflexões, ideias de projecto, etc.).

A necessidade de dotar Peniche com um instrumento de orientação estratégica impõe-se, hoje mais do que nunca. Em primeiro lugar, porque o quadro em que se efectivam as opções de investimentos é cada vez mais exigente. Os recursos são escassos, muitos não são inesgotáveis e há que os usar com critérios de sustentabilidade. Em segundo lugar, porque a competitividade do território, que nos cabe defender e promover, impõe uma cuidada avaliação e gestão do potencial dos nossos próprios recursos, tanto materiais como imateriais. Em terceiro lugar, porque a reflexão estratégica é um instrumento de aperfeiçoamento da visão e da inteligência

colectivas, que nos torna mais seguros dos nossos valores e do que com eles projectamos para as próximas gerações.

Este trabalho tem-se desenrolado numa fase particularmente rica para o desenvolvimento de Peniche, uma fase em que um conjunto de vectores estruturantes revela capacidades e afirma tendências de sentido favorável a um (re)posicionamento estratégico de Peniche, designadamente permitindo corrigir uma visão tradicional de isolamento e periferia:

- ✓ Melhoria do quadro de acessibilidades do Concelho favorecendo a (re)construção das vantagens locativas de Peniche nas relações regionais (Oeste) e supra-regionais (AM Lisboa e Espanha/Europa);
- ✓ Elaboração de um importante instrumento de ordenamento de uma vasta Região (PROT Oeste e Vale do Tejo), com implicações no planeamento do desenvolvimento, na localização de novas infra-estruturas e de equipamentos estruturantes;
- ✓ Desenvolvimento turístico na envolvente territorial do Concelho em torno de projectos com poder de dominação de mercado e potencial de atracção, dinâmica relativamente à qual Peniche poderá oferecer elementos de complementaridade, pela diferenciação;
- ✓ Novo ciclo de programação e financiamento do desenvolvimento regional com possibilidade de Peniche prolongar condições favoráveis de beneficiário de ajudas, agora no quadro das regras do *Objectivo Convergência*, cujas regras viabilizam uma actuação concertada em torno dos desafios da competitividade e da coesão social;

- ✓ Ciclo de iniciativas e projectos em diferentes fases de amadurecimento, em domínios estruturantes para o desenvolvimento do país que envolvem Peniche e os seus recursos e condições de sítio (valorização económica do mar, energias renováveis e plataforma petrolífera e de gás natural, actividades portuárias...).

Neste enquadramento macro-regional (e nacional/sectorial), Peniche tem vantagem em estabelecer um **quadro de referência de desenvolvimento futuro** que tire partido dos factores favoráveis identificados, com base numa atitude pró-activa que permita qualificar os seus argumentos locativos, a partir da identificação de investimentos estruturantes, do (re)ordenamento do seu território heterogéneo (litoral/interior; urbano/rural) e do reforço dos elementos objectivos de coesão social e territorial.

Esse quadro de referência tecnicamente fundamentado e que sirva de âncora a actuações não só da autarquia, como de parceiros locais, regionais e nacionais, consubstancia-se na **Magna Carta Peniche 2025**, a qual deverá assumir um papel, simultaneamente, integrador de uma visão e uma ambição estratégicas para Peniche e de perspectivas de intervenção e programas de actuação.

O Documento que agora se apresenta compreende três partes essenciais:

- ✓ *Diagnóstico estratégico da Cidade e do Concelho de Peniche,* que contempla: os modos de integração de Peniche em contextos territoriais mais vastos; o balanço dos recursos vitais para o desenvolvimento urbano e rural; os dinamismos sociais e económicos existentes; as

condicionantes e os factores de risco em presença (sob a forma de análise SWOT e enunciado de desafios estratégicos).

- ✓ *Quadro prospectivo de desenvolvimento,* que parte da construção de um quadro-síntese de desafios estratégicos/objectivos associados, sobre o qual assentou a Análise do Jogo de Actores, evoluindo para o estabelecimento do quadro de referência para a construção dos cenários que poderão enquadrar o desenvolvimento de Peniche no horizonte das próximas duas décadas.
- ✓ *Vectores Estratégicos de Desenvolvimento e Programas de Actuação*, que contempla: a apresentação de um quadro de intervenção estratégica norteado pela sustentabilidade; o enunciado dos vectores estratégicos de desenvolvimento; e a fundamentação de um conjunto de seis Programas de Actuação que constituem o quadro lógico que dá coerência às acções, iniciativas e projectos a empreender, no horizonte de 2025.

Em Anexo é apresentada a Metodologia Prospectiva que serviu de base à preparação dos Cenários de Desenvolvimento.

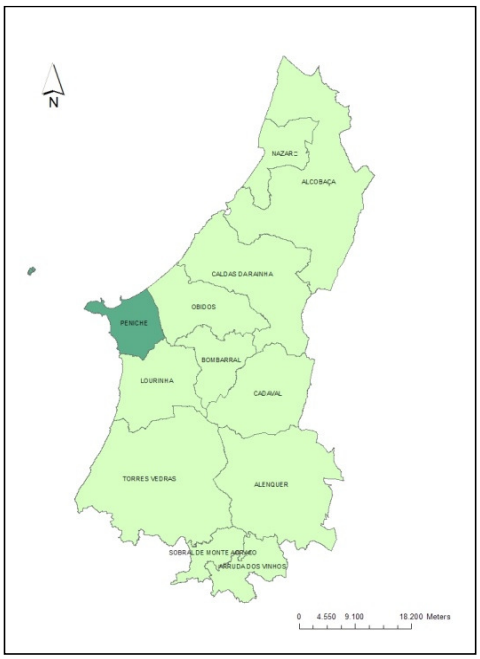
PARTE I – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

I.1. INTEGRAÇÃO REGIONAL E PADRÃO DE RECURSOS LOCAIS

1.1. Integração territorial e funcional

O território de Peniche reflecte bem a diversidade territorial dos concelhos do litoral afastados das Áreas Metropolitanas, caracterizados por aglomerados urbanos de maior concentração demográfica (freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro, que constituem a unidade "Cidade de Peniche") e por núcleos urbano-rurais de menor densidade mas com forte expressão de paisagem humanizada e dinâmica de actividades (Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D'El-Rei).

O Concelho de Peniche, administrativamente inserido no Distrito de Leiria, é parte integrante da sub-região Oeste, com mais 11 concelhos – Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras –, a Comunidade Urbana do Oeste, com existência formal desde Março de 2004.



O Oeste, constituído como NUT de nível III, em termos administrativos integrou historicamente a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II), integração que permanece, em termos estratégicos e de inserção prospectiva territorial. Com efeito, o território do Oeste está enquadrado no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT). O futuro PROT-OVT terá como área de intervenção, para além do Oeste, as sub-regiões da Lezíria do Tejo e Médio Tejo, devendo articular-se com o PROT da Área Metropolitana de Lisboa, em vigor desde 2002, para as sub--regiões de Lisboa e Setúbal.

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) constituem instrumentos fundamentais para a definição das opções de desenvolvimento e ordenamento dos espaços regionais e deverão encontrar soluções de articulação activa em matéria de investimentos estruturantes, com os programas de acção a integrar no próximo período de programação das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão da União Europeia (período 2007-2013).

Em termos geográficos/territoriais Peniche insere-se no corredor litoral que une as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, beneficiando de um posicionamento central no País, mas também da proximidade à Grande Lisboa o que pode potenciar o desenvolvimento habitacional e de actividades logísticas, bem como a sua vocação turística.

O novo troço (IP 6) que liga a A8 a Peniche (e à capital de Distrito e concelhos vizinhos), induz uma melhoria da mobilidade e da integração territorial não apenas em termos da proximidade geográfica à AML, mas

também na perspectiva da atracção de fluxos de visitantes e de investimentos, facilitados pela lógica de corredor viário com Espanha e a Europa (IP 6 -> A23).

Peniche faz parte de um dos 54 centros urbanos da região de Lisboa e Vale do Tejo e ocupa a 81ª posição do ranking em termos de hierarquia de centros urbanos do País, num total de 102 (27 na hierarquia da RLVT), com um índice de centralidade de 5,54 e 102 serviços prestados, em 117 definidos/seleccionados. Do conjunto de concelhos do Oeste, Caldas da Rainha destaca-se como centro de primeira linha, sendo o 15º de Lisboa e Vale do Tejo, com uma centralidade de 7,38 e 109 serviços prestados. Peniche encontra-se em 77º lugar do rank nacional relativo a áreas de influência dos centros urbanos para as funções muito especializadas (22º lugar na hierarquia da Região)[1]. O quadro seguinte sistematiza os principais equipamentos e serviços básicos existentes no Concelho de Peniche.

[1] Cf. INE, *Sistema Urbano: áreas de influência e marginalidade funcional*, RLVT, 2004.

Equipamentos e Serviços existentes em Peniche, 2002

Equipamentos e Serviços	Peniche
Serviços e Comércio	
× Repartição de Finanças	1
× Cartório Notarial	1
× Tribunal	1
× Posto Policial	2
× Corporação de Bombeiros	2
× Agência Bancária	4
× Caixa Multibanco	4
× Agência de Seguros	5
× Agência Imobiliária	4
× Agência de Viagens	1
× Agência de Aluguer de Veículos	1
× Escola de Condução	2
× Escritório de Advocacia	4
× Gabinete de Contabilidade/ Consultoria de Gestão	3
× Gabinete de Projectos de Construção Civil	3
× Clínica Veterinária	2
× Agência Funerária	4
× Centro de Inspecção Automóvel	1
× Posto de Abastecimento de Combustível	3
× Posto de Abastecimento de GPL	1
× Centro Comercial	2
× Hipermercado	1
× Supermercado	3
Acolhimento Empresarial	
× Área Infra-estruturada para Localização Empresarial	1

Ambiente e Energia	
× Distribuição Regular de Águas durante o Ano	5
× Tratamento de Águas Residuais (>90% dos alojamentos)	4
× Recolha Selectiva de Lixo	4
Transportes e Comunicações	
× Praça de Táxis	4
× Estação ou Apeadeiro Ferroviário [1]	–
× Estação ou Posto de Correio	4
× Locais de Acesso à Internet	4
Equipamentos e Serviços	Peniche
Ensino	
× Educação Pré-escolar (pública e privada)	4
× Ensino Básico 1º Ciclo (público e privado)	6
× Ensino Básico 2º Ciclo (público e privado)	3
× Ensino Básico 3º Ciclo (público e privado)	3
× Ensino Secundário (público e privado)	1
× Ensino Superior (público e privado)	1
× Ensino Profissional (público e privado)	2

[1] Existem 22 no Oeste, distribuídos por Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré, Óbidos, Sobral Monte Agraço e Torres Vedras.

(continua)

Equipamentos e Serviços existentes em Peniche, 2002

(cont.)

Saúde e Segurança Social	
× Hospital Geral (público)	1
× Centro de Saúde ou Extensão	4
× Farmácia ou Posto de Medicamentos	5
× Consultório Médico	4
× Análises Clínicas	4
× TAC (2)	–
× Creche	5
× Lar de Idosos	2
× Centro de Dia	2
× Centro de Emprego (3)	–
Desporto	
× Piscina	1
× Campo de Jogos Descoberto	5
× Pavilhão Desportivo ou Ginásio	3
Cultura e Lazer	
× Sala de Espectáculos/Sala de Conferências /Congressos	2
× Ecrã de Cinema	1
× Biblioteca Aberta ao Público	3
Alojamento Turístico	
× Hotel ou Hotel-apartamento	3
× Pensão (Pensão, Pensão-residencial, Albergaria)	4
× Parque de Campismo e/ou Caravanismo	3
× Turismo no Espaço Rural	3

(2) São realizados nas Caldas da Rainha e Torres Vedras.

(3) A população de Peniche reporta-se ao Centro de Emprego das Caldas da Rainha. No Oeste existe, ainda, o CE de Alcobaça, Alenquer e Torres Vedras.

Fonte: INE, *Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População – Região de Lisboa e Vale do Tejo*: Oeste, 2002.

I.2. ELEMENTOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL

I.2. 1. A Economia do Oeste

O Oeste possui uma estrutura produtiva heterogénea que reflecte a vocação multifacetada de especialização de alguns concelhos (piscatória, agrícola, industrial e turística). A par de uma agricultura diversificada com segmentos competitivos, a sub-região conta com zonas e empresas de pesca com expressão nacional, possui um sector industrial caracterizado pela predominância das PME's em actividades de especialização tradicional e tem o turismo em franco desenvolvimento, para além das actividades de armazenagem, transporte, construção e distribuição que se encontram em crescimento e apresentam actualmente níveis de estruturação mais satisfatórios.

O que individualiza a sub-região Oeste, atribuindo-lhe importância regional e nacional, em cada um dos sectores, são fundamentalmente, as actividades seguintes:

- **Sector Primário**: fruticultura e horticultura. vitivinicultura; suinicultura e avicultura; e pesca.
- **Sector Secundário**: indústrias alimentares e de bebidas; metalomecânica, construção naval, mobiliário, vidro, cutelaria e calçado e indústria dos minerais não metálicos (cerâmica de barro e porcelana).
- **Sector Terciário**: comércio, actividades turísticas e actividades de produção de software e tecnologias da comunicação.

Em termos de vocações, actividades e *clusters* predominantes, o Oeste apresenta um padrão de especialização centrado na exploração de recursos

naturais, com carências expressivas nos sectores orientados para a valorização dos restantes factores de competitividade, não obstante os sinais de reestruturação que têm sido desencadeados em algumas actividades.

A forte actividade agrícola – vinhas, pomares e algumas culturas arvenses – está predominantemente orientada para o mercado doméstico e para o fornecimento à Grande Lisboa. O mesmo acontece com a pecuária que tem no Oeste uma das maiores concentrações sem terra (avicultura e pecuária), tendo a montante os sectores de alimentos para animais e, a jusante, a transformação de carnes. Estas actividades agrícolas e pecuárias contam com o apoio do sector do comércio e manutenção de máquinas e equipamentos, traduzindo uma integração mínima de actividades complementares.

A estrutura industrial do Oeste baseia-se nas agro-indústrias, na transformação dos minerais não metálicos e na metalomecânica, que pontualmente se mostraram atractivas para o investimento directo estrangeiro.

As actividades que apresentam um maior quociente de localização, ou seja, que têm no Oeste uma incidência maior do que a registada a nível nacional, com base no emprego, são as pertencentes ao sector dos minerais não metálicos e ao sector da alimentação, bebidas e tabaco.

Actividades com maior Quociente de Localização no Oeste (com base no emprego)* e com maior Peso na Exportação no Oeste[2]

Actividades	Quocientes de Localização	Peso na Exportação
Minerais Não Metálicos	3,5	23,7
Alimentação, Bebidas e Tabaco	2,0	17,1
Outras Indústrias Transformadoras	1,8	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,7	10,4
Indústria Extractivas	1,5	
Produtos Metálicos e Máquinas	1,3	9,3
Comércio	1,2	
Construção e Obras Públicas	1,1	
Transportes e Logística	1,1	
Máquinas e Material Eléctrico		9,0
Madeira e Cortiça		8,4
Indústria Automóvel		5,2
Outras Indústrias Transformadoras		4,9
Têxtil, Vestuário e Calçado		2,8
Siderurgia e Metalurgias		2,6
Material Electrónico		2,0

* Excluíram-se as actividades de Reciclagem.

Fonte: Adaptado do *Projecto OESTE EMPREENDEDOR – da Qualificação à Coesão*, 2005 (INE, Censos 2001; DPP).

No geral, são as actividades ligadas aos minerais não metálicos, à alimentação, bebidas e tabaco e à alimentação, silvicultura e pescas as que mais contribuem para a exportação oestina. Nesta perspectiva identificam-se, essencialmente, dois *clusters* dominantes no Oeste[3]:

- ***Cluster Cerâmica/Materiais de Construção*** – O Oeste dispõe de importantes recursos em minerais não metálicos que suportam indústrias de cerâmicas de barro vermelho para a construção e

[2] Estes dados incluem Mafra.

[3] Cf. Espaço e Desenvolvimento, Diagnóstico de Necessidades do *Projecto OESTE EMPREENDEDOR – da Qualificação à Coesão*, ADEPE, 2005.

indústrias de porcelana, sendo o principal pólo exportador nacional. No futuro é de admitir a manutenção destas actividades quer pela disponibilidade de matérias-primas e a existência de empresas de qualidade na área da faiança e porcelana, quer pela sua posição como abastecedor do mercado metropolitano.

- ***Cluster Agro-indústrias*** salienta-se a forte actividade agrícola e a emergência de empresas exportadoras de média dimensão, mas que ainda não fazem parte do rol das 500 maiores exportadoras. As perspectivas futuras são favoráveis, particularmente às produções ligadas à agricultura de regadio e às culturas permanentes. Já a pecuária, poderá vir a ser afectada por constrangimentos ambientais e/ou associados à saúde humana. Qualquer uma das áreas beneficiaria, no entanto, com a existência de dinâmicas de oferta de serviços por instituições com competências científicas e tecnológicas, no domínio da biotecnologia e da engenharia agro-alimentar.

  A actividade agrícola de Peniche inscreve-se, com dinâmica de mercado positiva neste "Cluster" regional e assenta no cultivo das terras férteis aluviais contíguas, nomeadamente, ao Rio de S. Domingos e à Ribeira de Ferrel, marcando a paisagem com hortas, pomares e vinhas, devendo ser valorizada numa perspectiva de aumento da cadeia de valor, p.e., através da conjugação da actividade primária com actividades de primeira transformação e/ou com o abastecimento a centrais de compras das unidades de alojamento e restauração pertencentes ao complexo de actividades do turismo e do lazer.

Para além destes *clusters* há ainda importantes actividades exportadoras em sectores como o Vidro (ATLANTIS – Cristais de Alcobaça é o único produtor de cristal do País); as Indústrias Mecânicas, Eléctricas e da Instrumentação, em que a exportação se deve ao investimentos directo estrangeiro; e, mais recente e com uma expressão muito mais reduzida (no âmbito do *Cluster Automóvel*) uma unidade de fabrico de componentes – a HAPPICH de Portugal.

Tendo em conta o património histórico, a diversidade paisagística e as características ambientais e os eventos turístico-culturais (p.e., Feiras Medievais, Festa do Chocolate e do Natal, outras Ferias temáticas – doces conventuais, maçã, Festa do Mar, …) que constroem a vocação turística regional, vem-se afirmando o ***Cluster Turismo/Lazer***, com implantação de importantes infra-estruturas e equipamentos turísticos de referência (hotéis, campos de *golf,* vários *resorts* na Costa e próximo da Lagoa de Óbidos, …).

I.2.2. A Economia de Peniche no Oeste

O perfil de especialização de Peniche, com alguns traços distintivos face ao do Oeste, permite identificar um conjunto de actividades integradas com expressão económica e/ou potencial de desenvolvimento, entre os quais se destacam:

⇒ ***A actividade das pescas e as indústrias e serviços associados***

Peniche está historicamente ligada à pesca, tendo sido esta actividade o motor de desenvolvimento do Concelho ao longo de mais de quatro séculos. Actualmente, Peniche é um dos principais portos de pesca nacionais e uma das zonas do país com mais actividades desta fileira económica, nomeadamente a captura, a indústria das conservas, a indústria do frio e os estaleiros navais.

A evolução registada pelas actividades económicas da fileira, nos últimos anos, teve consequências económicas e sociais em Peniche, tendo-se registado o abatimento da frota, a diminuição do número de pescadores e o encerramento de algumas indústrias de conservas. No entanto, o Concelho tem demonstrado uma capacidade de sobrevivência e adaptação às novas realidades do sector, sendo de salientar as potencialidades existentes e os sinais de dinamismo visíveis, p.e., no aumento, entre 1996 e 2005, do número de pescadores matriculados. Depois de passar por um processo de reestruturação, redimensionamento e modernização da frota e de actividades da fileira em geral, as pescas encontram-se numa fase de relativa estabilidade.

A actividade da pesca em Peniche representa um rendimento anual acima de trinta milhões de euros, beneficiando as actividades económicas e populações ai localizadas. Com mais de 1400 pescadores matriculados, o porto de pesca de Peniche foi o que, na Região Centro, em 2005, mais toneladas de peixe descarregou (20.394 toneladas), tendo contribuído para 14% da pesca descarregada nos portos de pesca do país.

Das empresas ligadas à fileira da pesca destaca-se a IDAL, a NIGEL e a PescaGest. A última assume-se como a maior empresa nacional de pesca costeira, enquanto a primeira integra um grupo multinacional que é líder no processamento de atum e detém assinaláveis quotas de transformação de sardinha. A NIGEL por sua vez, detém uma forte componente exportadora de congelados, com particular destaque para a sardinha. A Ramirez, a A. H. Serrano e a Sardinal são outras das unidades a operar em Peniche, com actividades centradas na indústria de conserva.

O Estaleiro Naval de Peniche dedica-se à construção e reparação de barcos para toda a costa portuguesa, embora com maior incidência na costa de Peniche. Fazem construção para o mercado local e, entre outros mercados, também Cabo Verde, Rio Douro, Angola e Açores; trata-se, sobretudo, de barcos de pesca, mas começam a surgir também encomendas do mercado marítimo-turístico.

A empresa, já consolidada no mercado, registou, a partir de 2000, uma evolução positiva quer em termos de trabalho, quer do aumento do número de trabalhadores, reflectindo uma conjuntura favorável, de estabilização do crescimento.

A presença de um conjunto de entidades e serviços de excelência de apoio à actividade económica em Peniche, p.e., Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar de Peniche, FOR-MAR (Centro de Formação Profissional do Sector das Pescas – Núcleo de Peniche) e CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica – Núcleo de Peniche), tende a posicionar o Concelho para atrair o interesse de novas empresas e o desenvolvimento tecnológico de Peniche e do Oeste, assente na especialização de algumas actividades. O reforço deste tipo de entidades no Concelho é indispensável para a consolidação e diversificação do tecido empresarial através da captação de investimento exterior, designadamente na fileira de actividades da economia do mar.

⇒ ***Actividades ligadas ao mar enquanto recurso económico-produtivo, turístico e de recreio***

A costa marítima de Peniche, para além de propiciar a actividade piscatória, que constitui uma fonte de rendimento para os seus habitantes é passível de potenciar a exploração e desenvolvimento de outras actividades ligadas ao mar, algumas delas já em expansão, relacionadas com os desportos náuticos (existência de algumas empresas ligadas ao Surf – Rip Curl, 58 Surf Shop, Baleal Surf Camp, Fatum – e de escolas de Surf e Vela e Centros de mergulho).

Na verdade, o Oeste e Peniche, em particular, apresentam condições muito favoráveis ao desenvolvimento do **Cluster do Mar**, onde se podem incluir: (i) as actividades ligadas à pesca (aproveitando a tradição, as condições naturais e de desenvolvimento já desfrutadas); (ii) o aproveitamento da

energia das ondas com base num um dos projectos mais avançados, em construção nos estaleiros de Peniche e aproveitando para isso a vantagem competitiva de Portugal; (iii) a pesca desportiva; (iv) as actividades de reparação e manutenção de barcos; (v) os desportos náuticos; e (vi) vários segmentos da actividade turística, nas componentes massa e mais individualizados.

A actividade turística no Concelho apresenta, aliás, um potencial apreciável de diversificação assente na valorização da riqueza do património histórico e cultural e na diversidade paisagística, enquanto bases de partida para uma oferta turística diversificada e de qualidade direccionada, p.e., para o turismo desportivo e sénior.

I.2. DINÂMICAS URBANAS

2.1. Breve contextualização demográfica

Nas últimas décadas, Peniche tem revelado uma evolução moderada do seu efectivo populacional que em 2004 situava o Concelho como o de maior densidade populacional da sub-região Oeste – 363,2 hab/km². Entre 1991 e 2001, Peniche registou um crescimento populacional de 5,5 p.p., acompanhando a dinâmica de crescimento global verificada no Oeste (7,7%) e no Continente (5,3%). Apesar de não ser o concelho que mais reforçou o seu efectivo populacional neste período, Peniche é o quinto concelho mais populoso do Oeste com 27.315 residentes.

População Residente no Oeste, por concelhos, 1991, 2001 e 2004

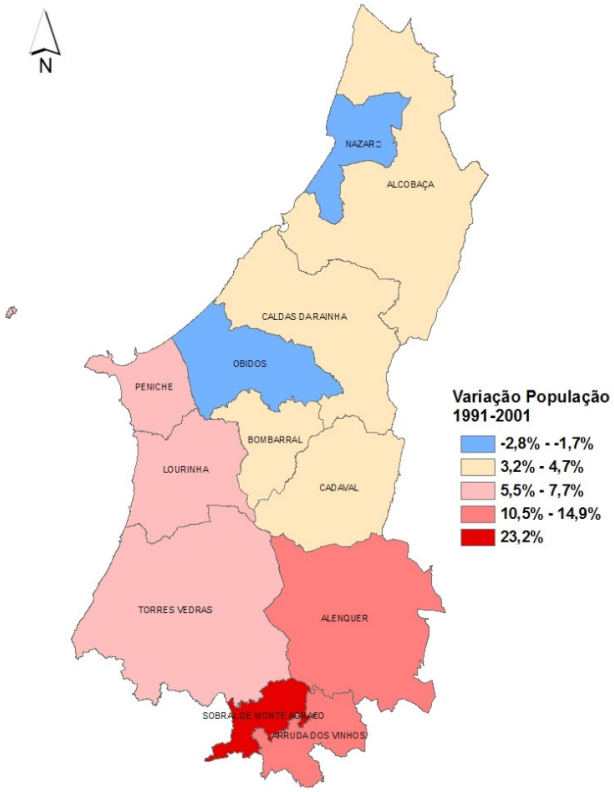
	População residente HM			Variação populacional %	
	1991	2001	2004*	1991/2001	2001/2004
Portugal	**9.375.926**	**9.869.343**	**10.529.255**	**5,3**	**6,3**
Oeste	**314.390**	**338.711**	**353.050**	**7,7**	**4,1**
Alcobaça	53.073	55.376	55.269	4,3	-0,2
Bombarral	12.727	13.324	13.712	4,7	2,8
Caldas da Rainha	43.205	48.846	51.403	13,1	5,0
Nazaré	15.313	15.060	14.904	-1,7	-1,0
Óbidos	11.188	10.875	11.187	-2,8	2,8
Peniche	**25.880**	**27.315**	**28.164**	**5,5**	**3,0**
Alenquer	34.098	39.180	42.932	14,9	8,7
Arruda dos Vinhos	9.364	10.350	11.210	10,5	7,7
Cadaval	13.516	13.943	14.385	3,2	3,1
Lourinhã	21.596	23.265	24.601	7,7	5,4
Sobral de Monte Agraço	7.245	8.927	9.789	23,2	8,8
Torres Vedras	67.185	72.250	75.494	7,7	4,3

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001. INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2004. *Estimativas Provisórias.

Estimativas provisórias da população residente para 2004 dão conta da contínua tendência de evolução dos ritmos de crescimento populacional no Concelho, embora com uma intensidade mais lenta – aumenta apenas 3%. Com excepção de Óbidos (que passa a ter variação positiva) e da Nazaré, todos os restantes concelhos do Oeste assinalam crescimentos populacionais inferiores aos verificados na década de 1991--2001.

A variação dos valores da população residente está associada aos movimentos naturais e migratórios da população que permitem extrapolar sobre a capacidade de regeneração e fixação da população numa determinada unidade geográfica. Em termos de crescimento demográfico, para a década de noventa, verifica-se que o saldo fisiológico no Concelho de Peniche era negativo (-55) e que a taxa de mortalidade (12,2‰) era superior à taxa de natalidade (10,1‰). No entanto, o Concelho apresentava uma taxa de crescimento natural positiva (ainda que baixa) e um crescimento efectivo na ordem dos 5,5% que se deveu à componente migratória, a qual registou um saldo positivo de 5,2%.

Este crescimento populacional, explicado pelo crescimento migratório, será fruto não só da forte imigração para Portugal de indivíduos provenientes dos países de Leste e do Brasil, que nos últimos anos se têm instalado em todo o país, mas também da transferência pontual de população de outros concelhos limítrofes. Para tal terá contribuído a proximidade a Lisboa, Torres Vedras e Leiria – importantes pólos empregadores.



A distribuição da população pelos diversos grupos etários da unidade territorial apoia a compreensão da capacidade para renovar ou não a sua população. No caso de Peniche, o Concelho apresenta uma estrutura etária menos envelhecida, quando comparada com a estrutura demográfica da sub-região Oeste, com tendência para se aproximarem. A evolução cronológica recente revela mesmo uma tendência para o envelhecimento, ou seja, observa-se uma redução significativa do peso da população jovem e, simultaneamente, um aumento da proporção de idosos.

Estrutura etária da população em 1991 e 2001 (%)

	Oeste					Peniche				
	1991	2001	2004	Var. 91/01	Var. 01/04	1991	2001	2004	Var. 91/01	Var. 01/04
0-14	18,9	15,6	15,3	-3,3	-0,3	20,9	15,9	15,3	-5,1	-0,6
15-24	15,1	13,5	12,3	-1,6	-1,2	15,9	14,8	13,4	-1,1	-1,4
25-64	51,1	53,2	54,2	2,1	1,0	50,5	52,6	54,8	2,1	2,2
65 e +	14,9	17,6	25,9	2,7	8,3	12,6	16,7	23,2	4,1	6,5

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

A análise da estrutura etária do Concelho de Peniche evidencia uma quebra marcante da população em idade mais jovem (0-14 anos menos 5,1%) e um reforço acentuado do peso dos mais idosos (65 e mais anos mais 4,1%), na década de noventa. Não obstante esta realidade, mais de ¼ da população de Peniche tinha idade inferior a 25 anos e, no conjunto da sub-região, Peniche apresentava uma estrutura populacional menos envelhecida e mais jovem.

Índices de Estrutura no Concelho de Peniche

	1991	2001	Var. 91/01
Índice Dependência Total Pop<15 anos+ Pop.>64 anos /Pop.15-64 anos*100	50,5	48,2	-2,3
Índice Dependência Jovens Pop<15 anos/Pop.15-64 anos*100	31,5	23,5	-8,0
Índice Dependência Idosos Pop.>64 anos/Pop.15-64 anos*100	19,0	24,7	5,7

Fonte: INE, 1991 e 2001.

Quanto aos índices de dependência de Peniche, assistiu-se, entre 1991 e 2001, ao agravamento do índice de dependência de idosos e de jovens (variou 5,7% e -8%, respectivamente). No entanto, o índice de dependência total regrediu nos dez anos de comparação, -2,3%, representando em 2001

a população dependente (menos de 15 anos e mais de 65 anos) um peso inferior a 50% sobre a população em idade activa (15-64 anos).

Em termos de **envelhecimento da população**, o Oeste apresentava em 2004 um índice envelhecimento superior ao de Portugal (118,9% e 108,7%, respectivamente) e, por conseguinte, um nível de envelhecimento significativo. Já o Concelho de Peniche era o único da região Oeste que apresentava um índice de envelhecimento ligeiramente inferior ao nacional, com uma relação de aproximadamente 108 pessoas de 65 e mais anos, por cada cem jovens entre os 0 e os 14 anos. Ou seja, Peniche é não só o concelho menos envelhecido da região Oeste, mas também um dos que apresenta menor proporção de pessoas idosas a nível nacional.

Índice de Envelhecimento[4], 2004 (%)

Portugal	**108,7**
Oeste	**118,9**
Alcobaça	111,6
Bombarral	154,8
Caldas da Rainha	120,9
Nazaré	109,8
Óbidos	145,1
Peniche	**107,9**
Alenquer	115,4
Arruda dos Vinhos	129,7
Cadaval	176,4
Lourinhã	110,5
Sobral de Monte Agraço	120,3
Torres Vedras	113,1

Fonte: INE.

[4] Relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0 a 14 anos.

Estes aspectos qualitativos da dinâmica demográfica são importantes, nomeadamente, para sustentar a definição de opções de desenvolvimento para o Concelho ao nível da protecção social, das actividades económicas e do emprego, da saúde, do consumo, da educação, das práticas de lazer e culturais, entre outras.

As características/atributos dos recursos humanos disponíveis ou potenciais, constituem outro factor que pode ser condicionador dos processos de desenvolvimento.

O **nível de qualificação** da população residente nos concelhos do Oeste, é preocupante nalguns aspectos de que é exemplo a taxa de analfabetismo em 2001 era 2,2 pontos percentuais superior à média nacional, apesar de ter assinalado uma evolução positiva na década de noventa (passou de 14,4% para 11,1%). O concelho de Peniche apresentava, em 2001, uma taxa de analfabetismo acima da média do Continente (10,6% contra 8,9%); no entanto, esta era uma das mais baixas taxas no conjunto dos 12 concelhos que fazem parte do Oeste, tendo registado uma atenuação na década de noventa de praticamente 3%.

Taxa de Analfabetismo no Oeste, por Concelhos, 1991/2001 (%)

Unidade Territorial	Taxa de Analfabetismo HM		
	1991	2001	Var. 01/91
Continente	**10,9**	**8,9**	**-2,0**
Portugal	**11,0**	**9,0**	**-2,0**
Oeste	**14,4**	**11,1**	**-3,3**
Alcobaça	13,7	10,3	-3,4
Bombarral	14,1	11,6	-2,5
Caldas da Rainha	13,2	10,2	-3,0
Nazaré	12,7	10,1	-2,6
Óbidos	17,0	14,0	-3,0
Peniche	**13,5**	**10,6**	**-2,9**
Alenquer	16,1	11,7	-4,4
Arruda dos Vinhos	17,2	12,1	-5,1
Cadaval	17,1	13,5	-3,6
Lourinhã	15,3	11,7	-3,6
Sobral de Monte Agraço	14,6	11,7	-2,9
Torres Vedras	10,9	10,8	-3,3

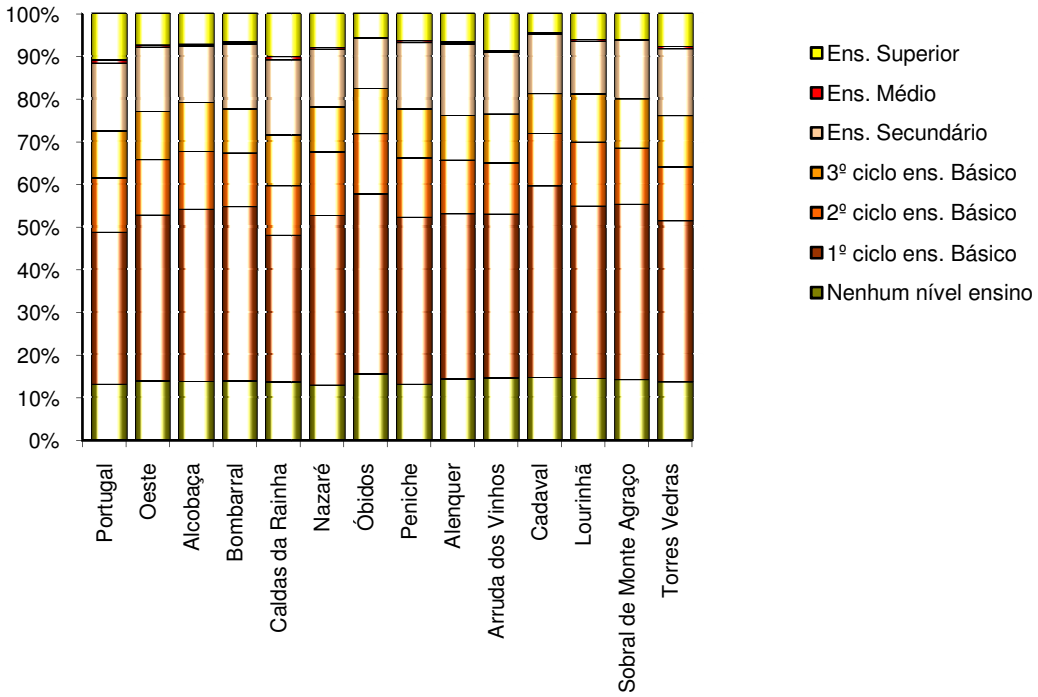
Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

A **estrutura de habilitações literárias** do Oeste não sendo satisfatória, não difere substancialmente da registada a nível nacional. As maiores oscilações registavam-se ao nível das formações académicas de base e de topo, ou seja, mais de 60% da população do Oeste tinha uma formação inferior ao 1º Ciclo (57,6% a nível nacional), enquanto apenas 7,1% detinha uma formação média e superior (11% no caso de Portugal). Todos os concelhos do Oeste apresentavam valores percentuais da população com níveis de habilitação académica média/superior mais baixos do que os observados a nível nacional.

O nível de instrução constitui um obstáculo no potencial de resposta a estratégias de desenvolvimento mais exigentes em termos de recursos

humanos qualificados. No entanto, a última década censitária foi favorável ao Concelho de Peniche com o perfil de habilitações literárias a apresentar, no geral, um panorama ligeiramente mais animador do que o observado para o Oeste, com excepção para a população que possui formação de nível superior.

Estrutura de Habilitações Literárias[5], Portugal e Oeste, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

Neste contexto, é importante perceber se existem estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial numa mão-de-obra qualificada. A oferta de competências sustenta-se, por um lado, no sub-sistema formal de ensino e, por outro, no sub-sistema de formação

[5] Apenas foi considerada a população residente com um nível de ensino completo.

inserida no mercado de emprego que exerce uma função de complemento do primeiro, compensando a inadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, causa maior dos desajustamentos entre a oferta e a procura no mercado de trabalho.

Com base nos dados estatísticos do INE (Anuário Estatístico da Região Centro, 2004) contabilizavam-se 47 estabelecimentos de ensino (em 2002/03 e 2004/05), dos quais apenas 6 eram privados (todos pertencentes à educação pré-escolar). O maior número de estabelecimentos de ensino público concentra-se na educação pré-escolar (10) e no 1º Ciclo (22), enquanto os restantes 8 estabelecimentos de ensino se distribuem pelo 2º e 3º Ciclos (3 e 4, respectivamente) e pelo Ensino Secundário (apenas 1).

Dos 3 estabelecimentos de ensino superior público, um localiza-se na Cidade de Peniche. Instalado perto do Cabo Carvoeiro, desde 1999/2000, o Pólo da Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar do Instituto Politécnico de Leiria (ESTM) funcionou em instalações provisórias, disponibilizadas pelo Município de Peniche, tendo inaugurado recentemente novas instalações.

Com cerca de 900 alunos no ano lectivo 2006/2007, a ESTM oferece aos seus estudantes sete licenciaturas diferentes nos domínios do turismo, da gestão, da biologia, da biotecnologia, da protecção civil e da engenharia.

Em Peniche, funcionam dois estabelecimentos de ensino de carácter profissional – o FOR-MAR e o CENFIM que ministram cursos de formação profissional, nas áreas da pesca e da metalomecânica, respectivamente.

As características dos recursos humanos disponíveis ou potenciais constituem um factor condicionador dos processos de desenvolvimento, pelo que a sua análise é fundamental para se aferir as debilidades que afectam a competitividade das empresas existentes e/ou as potencialidades do concelho quer para atrair e instalar novas unidades, quer para captar investimentos.

Os dados censitários referentes à situação perante o emprego da **população com ou sem actividade económica** (com 15 ou mais anos) referem-se a 2001 e não reflectem as dinâmicas (negativas e positivas), entretanto, ocorridas, pelo que se sintetizam apenas, e a traço grosso, alguns dados de referência.

- em 2001, as taxas de actividade (47,6%) e de desemprego (5,4%) do Oeste, eram ligeiramente inferiores à nacional (48,2% e 6,8%, respectivamente);
- a taxa de actividade do Concelho de Peniche era uma das mais baixas do Oeste;
- Peniche apresentava em 2001, a menor percentagem de população com actividade económica empregada da sub-região Oeste e a mais elevada de população desempregada;
- a estrutura ocupacional da população do Oeste sem actividade económica seguia a tendência nacional, em 2001; na população inactiva do Concelho de Peniche destacava-se a elevada percentagem de estudantes (16,5%), um potencial de recursos humanos disponíveis a empregar, dos quais alguns terão, entretanto, integrado o mercado de trabalho;

- o peso da população reformada de Peniche era o segundo mais baixo do Oeste, representando 50,2% da população sem actividade económica, os quais tendem a não ser contabilizados como fazendo parte da mão-de-obra disponível para trabalhar; esta baixa percentagem de idosos, face à sub-região Oeste é explicada pelo moderado envelhecimento da população;
- em 2001, mais de 70% da população empregada tinha entre 25 e 54 anos, sendo constituída maioritariamente por homens; no caso de Peniche, está-se perante uma população trabalhadora assente numa estrutura etária bastante jovem, já que cerca de 85% da população a exercer actividade tinha entre 20 e 54 anos, enquanto que 60% da população sem actividade tinha mais de 55 anos;
- no conjunto da população empregada do Oeste, Peniche apresentava um peso de trabalhadores por conta própria e por conta de outrem e de empregadores bastante semelhante à média regional (8,3%, 75,4% e 13,7%, respectivamente), sendo de realçar que face ao panorama nacional, o Oeste e o Concelho de Peniche, mais em particular, beneficiam de uma maior percentagem de trabalhadores não dependentes, ou seja, que são patrões ou trabalham por conta própria.

Da análise do desemprego no Concelho de Peniche, conclui-se que, para além de elevado, se caracteriza pelas baixas qualificações. Este fraco nível de habilitações académicas, por parte da população desempregada de Peniche, é particularmente penalizador para a sua (re)integração no mercado de

trabalho, cada vez mais exigente em termos de competências/qualificações académicas. Neste contexto, é também preciso não esquecer que a alteração da estrutura económica do Concelho de Peniche, com a perca de importância do sector primário – tradicionalmente caracterizado por trabalhadores sem ou com baixas habilitações literárias –, a favor do sector terciário – que tende a exigir trabalhadores detentores de graus académicos mais elevados – torna mais difícil a (re)integração de população com baixos níveis de qualificação escolar, que tem a seu favor (relativo) o facto de 84% dos desempregados terem menos de 50 anos e, por conseguinte, maiores hipóteses de integração no mercado de trabalho, pese aquele contexto de dificuldade objectiva decorrente das baixas qualificações.

Relativamente ao desemprego, dados relativos ao período de Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006 se, por um lado, evidenciam a existência de rácios de desemprego inferiores à média do Continente no Oeste, por outro lado, são bastante elevados para Peniche (7% e 9,5%, respectivamente). Observe-se, porém, que a percentagem de desempregados de longa duração é favorável ao Concelho de Peniche, já que este diminuiu no período de análise e apresenta uma taxa inferior face ao Continente e ao Oeste, reflectindo alguma rotação nas oportunidades de reinserção no mercado de trabalho.

No mesmo período o desemprego feminino subiu, assim como a percentagem de desempregados à procura de novo emprego, contrariando a tendência de estabilização ou diminuição do desemprego registado no Continente, Região Centro e Oeste.

Rácios de Desemprego (%)

	Rácios de desemprego			Desemprego de longa duração em % do desemprego registado			Desemprego feminino em % do desemprego registado			Desempregados à procura de novo emprego em % do desemprego registado		
	Dez. 2005	Dez. 2006	Evo-lução	Dez. 2005	Dez. 2006	Evo-lução	Dez. 2005	Dez. 2006	Evo-lução	Dez. 2005	Dez. 2006	Evo-lução
Continente	8,0	7,5	<	41,6	40,9	<	57,0	57,7	>	93,2	92,6	<
Centro	5,9	5,4	<	35,2	33,3	<	53,9	53,9	=	94,7	94,7	=
Oeste	7,0	6,4	<	30,4	30,4	=	59,7	59,2	<	93,1	92,9	<
Peniche	9,8	9,5	<	33,2	29,0	<	58,0	58,3	>	94,2	94,6	>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional, Rácios de Desemprego por Concelhos, Abril de 2007.

2.2. Evolução da estrutura urbana

2.2.1. Peniche e os núcleos urbanos concelhios: aspectos históricos e geográficos

A evolução do território concelhio de Peniche é marcada por factores geográficos e históricos cuja identificação foi, em termos gerais, efectuada, constando de diversos estudos publicados. Aqui se ensaia uma síntese compreensiva.

Podemos afirmar que o ciclo de vida de Peniche moderna tem a sua origem remota nos finais da Idade Média, quando o litoral da Estremadura sofreu profundas transformações. A erosão das arribas foi (e continua a ser) um desses indicadores. Mas uma alteração climática ocorrida nos séculos XIV ou XV, traduzida em arrefecimento global da temperatura, conjugada com um possível abaixamento do nível do mar, deu origem a um forte movimento de transporte de sedimentos para as áreas litorais. Em consequência, sofreram

processos de assoreamento rápido os estuários dos rios e as lagoas costeiras, bem como os canais que corriam entre a costa e as ilhas mais próximas. Estão nesta situação exactamente o Baleal e Peniche.

O assoreamento afectou a Atouguia da Baleia, cujo porto, situado no estuário do rio com o mesmo nome, viu comprometidas irreversivelmente as condições de acesso marítimo. Os pescadores, tal como sucedeu noutras paragens do litoral Oeste, deslocalizaram as suas actividades. Peniche, uma ilha progressivamente transformada em península, oferecia uma alternativa.

Foi rápido o crescimento populacional de Peniche, nos séculos XVI e XVII. A riqueza dos seus mares e a vantagem da sua posição estratégica explicam-no. Em 1609, outorgou-lhe o Rei Filipe III o título de vila. Nesse período foram também levantadas as estruturas defensivas da península, a norte e a sul, nas imediações dos dois núcleos habitacionais mais importantes e dos respectivos portos.

Conhecemos um mapa de Peniche, datado de 1637, da autoria do cosmógrafo Pedro Teixeira que fez, para o rei Filipe IV, um levantamento dos portos da Península. Em meados do século XVII, a vila da Atouguia ligava-se já à de Peniche por um extenso areal. Mas sensivelmente a meio do istmo surge uma lagoa de dimensões ainda consideráveis. A população da antiga ilha está agrupada em dois núcleos distintos: a Vila de Cima e Peniche propriamente dito (ou Vila de Baixo), a primeira junto à Baía da Camboa, a segunda, mais extensa e preenchida de habitações, distribui-se pelas imediações do porto, a sul. Em cada uma das vilas está assinalada uma Igreja.

Na segunda metade do século XVII foi erguida uma muralha ligando as duas fortificações, da Camboa a Cabanas. Esse imponente pano de muralha de alguma forma delimitou o território de Peniche, integrando inclusivamente na área urbanizável algumas reentrâncias de mar e pequenas lagoas a este.

Nos séculos seguintes, as estruturas militares foram ampliadas, de forma a garantir o controlo não apenas dos portos e dos núcleos habitacionais, mas do acesso a qualquer ponto da antiga ilha, reforçando-se a importância estratégica de Peniche. No século XIX, a vila é objecto de intervenções urbanísticas significativas, de que há a salientar, além das medidas de regularização e salubridade do espaço publico, a criação de estruturas viárias, destinadas a promover a articulação entre Peniche de Baixo e Peniche de Cima, e de um Jardim Público, o Passeio.

Da evolução urbana do século XX podemos destacar três aspectos. Em primeiro lugar, a instalação de unidades industriais de conservas de peixe, um fenómeno que teve início na primeira década do século e que se acentuou após o termo da Primeira Guerra Mundial. Estas empresas, que alguns estimam em cerca de duas dezenas, absorvendo mão-de-obra em quantidade que excedia a oferta local, mobilizou operários de outros pontos do país, nomeadamente do Algarve.

O impacte desta larga operação apresentou sinais contraditórios: dinamizou a economia do mar, tanto da pesca, como das actividades portuárias, a montante, da conservação e distribuição do pescado, a jusante. Mas, como refere o arquitecto Paulino Montês, “a par das fábricas, surgem os armazéns provisórios, e, em maior escala, os armazéns imundos, as miseráveis

barracas de madeira onde a população flutuante, chamada à faina do porto e à preparação das conservas, se abriga de qualquer modo". "E logo – acrescenta – os cheiros pestilentos, derivados dos colectores industriais e dos depósitos de guano, reduzem, mais do que a falta de alojamentos, a frequência dos veraneantes que a Peniche se acolhiam".

É partir dos anos 1940 que estas incidências negativas vão sendo colmatadas e absorvidas. Estruturas novas de salubridade pública são criadas. Paralelamente, são planeadas as primeiras intervenções no campo da habitação social. Algumas fábricas procedem à construção de bairros para os seus operários permanentes.

Em segundo lugar, há que fazer referência às obras portuárias, que decorreram por várias fases, com particular incidência não apenas no desenvolvimento tecnológico e económico de captura e distribuição de pescado, como na estrutura territorial de uma extensa área extra-muralha, para onde se localizou grande parte da logística relacionada com as actividades portuárias. Em terceiro lugar, o turismo, na modalidade de turismo de praia, que cresceu na segunda metade do século XX, criando fluxos de Verão para as praias a norte e a sul de Peniche. Nas décadas finais do século XX, o turismo passou a ter impacte no mercado de habitação, tanto a partir da aquisição de segundas habitações por parte de não residentes, como na actividade de aluguer de casas ou partes de casas de residentes a veraneantes.

O tema da mobilidade mobilizou ao longo dos séculos XIX e XX as atenções dos responsáveis locais. Se é essencial para a integração e vitalidade de um

espaço urbano, no caso de Peniche é um factor absolutamente crucial. A relevância estratégica da mobilidade decorre da particularidade geográfica da cidade e da natureza de algumas das suas actividades marítimas, cuja eficiência depende da qualidade dos transportes.

Tradicionalmente servida por uma deficiente ligação por estrada às vias longitudinais que atravessam o território português, entre o Porto e Lisboa, os responsáveis locais fizeram ouvir regularmente a sua voz em favor da modernização da via de entrada e saída da vila. Após a abertura da linha do Oeste, em 1887, passou também a fazer parte das reivindicações locais a chamada linha Setil-Peniche, uma ligação da linha do Oeste às linhas do Norte e do Leste, com prolongamento até ao porto de Peniche. O investimento que o Estado fez no transporte rodoviário, em detrimento do ferroviário, na segunda metade do século XX, fez cair este projecto da linha transversal.

Peniche está hoje servida de acessibilidades rodoviárias de excelente qualidade. Se a modernização da linha do Oeste, sucessivamente adiada ou mesmo postergada, vier a ser reconsiderada, a hipótese de uma ligação ferroviária entre o porto de Peniche e a rede ferroviária de média e alta velocidade pode vir a ser equacionada.

A cidade e o concelho de Peniche dotaram-se ao longo da segunda metade do século XX, de uma rede viária contemplando a ligação entre as praias (Marginal Norte – Peniche Baleal; Marginal Sul – Peniche, Consolação, São Bernardino) e o contorno da península. Só após a revolução democrática de 1974, foi possível projectar um novo acesso à cidade. O ponto escolhido foi

o do antigo Porto do Meio. Evitando-se o rompimento da muralha, foi construída uma nova ponte e uma circular marginando o porto, a sul, e a muralha, a poente (esta última criando uma ligação extra-muralha entre o norte e o sul da cidade).

A cidade de Peniche compõe-se de 3 freguesias: Nossa Senhora da Ajuda, S. Pedro, Nossa Senhora da Conceição. O concelho dispõe ainda de três freguesias rurais: Ferrel (que abrange Ferrel e Baleal), Atouguia da Baleia (a mais extensa, que inclui as povoações de Bufarda, Coimbrã, Geraldes, Ribafria, São Bernardino, Consolação, Reinaldes e Lugar da Estrada) e Serra de El-Rei.

A ocupação do território nas três freguesias não urbanas seguiu o modelo comum a muitas regiões agrícolas, de habitação dispersa por pequenos aglomerados, dos quais sobressai o núcleo da aldeia sede da freguesia, com os seus equipamentos públicos: a escola e a igreja. No concelho de Peniche a relevância económica e social da agricultura, desenvolvida num quadro dominante de pequena propriedade, agiu no sentido da manutenção dessa estrutura de povoamento e explica a persistência de um índice alto de população rural no conjunto da população residente. Podemos falar de um bipolaridade urbano-rural como linha de força da ocupação do território concelhio.

Emergem, nessa mancha rural, algumas dinâmicas que importa destacar. Uma delas é protagonizada pela Atouguia da Baleia. A antiga vila medieval exibe um importante conjunto de espaços e edifícios, hoje patrimonializados, que lhe permitiram conservar e, nas últimas décadas do

século XX, ampliar, uma estruturação consistente, tanto no plano do desenho urbano como no dos equipamentos colectivos.

A outra é constituída pela procura de residência sazonal ou permanente nas zonas balneares do concelho. Esta procura, que se acentuou também nas últimas décadas do século XX, tem uma dupla origem: turismo e residência para grupos que exercem actividades urbanas em Peniche, ou até fora do concelho. Este processo avançou de forma muito rápida, segundo o modelo do loteamento e, na ausência de um controlo assegurado por um planeamento prévio. Estão nesse caso S. Bernardino, Consolação, Ferrel e Casais do Baleal. A ocupação da ilha do Baleal, mais antiga, não foi alvo de uma pressão construtiva tão forte, dados os constrangimentos geográficos e ambientais[6].

2.2.2. Urbanismo

A vila de Peniche cresceu com base em núcleos urbanos relativamente diferenciados, como vimos, junto das enseadas a norte e a sul. A preocupação dominante do urbanismo racionalizador adoptado na segunda metade do século XX, que teve Paulino Montês como primeiro inspirador, foi a de criar vias de comunicação entre os vários núcleos de povoamento,

---

[6] O Plano Director Municipal efectivou, em 1995, a seguinte classificações dos aglomerados urbanos do concelho:
Nível 1 – cidade de Peniche, sede do concelho e núcleo urbano principal;
Nível 2 – centros urbanos secundários, incluindo os aglomerados de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El-Rei e os sistemas urbanos Consolação-Estrada e Geraldes-São Bernardino;
Nível 3 – os núcleos urbanos de Coimbrã, Casais Brancos, Casais de Mestre Mendo e Bufarda;
Nível 4 – os restantes núcleos urbanos do concelho, de menor dimensão e peso demográfico e com funções ligadas sobretudo à vida rural.

aqueles e outros entretanto sedimentados, e promover o preenchimento de vazios. Assim foram criadas vias envolventes norte-sul, entre o Porto da Areia e a zona do Mosteiro, definindo uma quadrícula de contenção e regularização do crescimento da vila que esteve em vigor até aos anos 70.

A metodologia deste arquitecto-urbanista inspirada pelo movimento modernista de Le Corbusier era a do zonamento. Aplicada às futuras construções, apontavam-se um bairro principal para edifícios comerciais, administrativos e de interesse colectivo; um bairro-jardim para moradias próprias e e blocos de rendimento; bairros económicos para pescadores, operários fabris e trabalhadores do porto; bairro industrial.

Este modelo foi revisto e actualizado pelo Plano Director Municipal de 1995, no qual se prevêem expressamente a aprovação de novos planos de urbanização. Nos finais do século XX a construção de habitação prolongou tendências anteriores. Estendeu Peniche de Cima em direcção à Papoa. Prolongou Peniche de Baixo em direcção aos Remédios, circundando a via que liga o Porto da Areia ao Cabo Carvoeiro.

As dificuldades maiores, no plano urbanístico, que se deparam à cidade de Peniche prendem-se com a delimitação da expansão urbana, que se aproximou nalguns casos da costa sudoeste e noroeste, colocando problemas de compatibilização com valores de paisagem e ambiente, a ocupação da área central, onde imperam os vazios e as áreas degradadas, a requalificação dos bairros sociais, a regeneração e reabilitação das áreas históricas e a valorização dos espaços públicos.

O Plano Director Municipal aprovado em 1995 apontou genericamente, em resposta a estes problemas as seguintes orientações: fazer coincidir o perímetro urbano da cidade de Peniche dentro dos limites naturais da península; definir a rede urbana secundária integrando os núcleos que correspondem às sedes de freguesias rurais – Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D´El-Rei com o intuito de promover um maior coerência na rede urbana; manter os perímetros urbanos de Bufarda, Casais de Mestre Mendo, Coimbrã, Casais Brancos, do eixo Consolação – Estrada e São Bernardino – Geraldes e Casais do Júlio, e promover a consolidação de certos espaços e a ocupação das áreas ainda por urbanizar; promover áreas de desenvolvimento turístico especial na Costa Sul e Norte de Peniche destinadas a integrar de forma mais estruturada a ocupação turística numa perspectiva de qualidade; manter as áreas industriais na zona de Atouguia da Baleia e de Serra D'El-Rei, favorecendo a reconversão de algumas unidades na cidade de Peniche e a emergência de novas indústrias ligadas aos núcleos secundários mais próximos; no que respeita ao património, salvaguardar não só o património classificado, como preservar a imagem urbana dos núcleos tradicionais e a sua recuperação enquanto parcelas essenciais da identidade concelhia, em suma proteger edifícios singulares, zona histórica da cidade de Peniche, os núcleos antigos de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra D´El-Rei.

O balanço da década de aplicação deste instrumento de plano está por fazer, mas não poderá deixar de concluir que se está longe do cumprimento destas orientações. Algumas delas merecerão certamente revisão ponderada, como a de fazer coincidir a área urbanizável da cidade com o perímetro da

península. Outras suscitarão a adopção de instrumentos de gestão mais eficientes como as que respeitam á preservação dos núcleos históricos, outras obrigarão à introdução de novos critérios de exigência e compatibilização de valores, como as relativas ao turismo. Finalmente, há orientações que não foram consideradas e que o devem ser agora, como a da promoção da imagem e da cultura urbanas. De facto, Peniche precisa de se dotar de dispositivos urbanísticos que favoreçam a inovação e a criatividade e o lançamento de projectos urbanos de privilegiem um urbanismo reconstrutivo e que promova a articulação dos núcleos existentes, apoiado em primeiro lugar na revitalização do espaço público.

2.2.3. Distribuição de infra-estruturas

O concelho de Peniche dispõe de um cobertura praticamente total de abastecimento de energia e água aos domicílios. O sistema tem mostrado capacidade de resposta aos picos de procura sazonal. Menor eficiência mostra o sistema de recolha de resíduos em confronto com os picos do Verão. O sistema de tratamento das águas residuais não se encontra ainda completado.

Os estudos que suportam o planeamento municipal na última década têm sublinhado a boa cobertura alcançada pelo concelho em matéria de rede viária, infra-estruturas e equipamentos colectivos. Os aspectos não resolvidos ou menos satisfatórios prendem-se com as dificuldades decorrentes da estrutura espacial de ocupação do território anteriormente descrita. A cidade ocupa uma posição *sui generis* no conjunto do concelho e ocupa um território dotado de especificidades geomorfológicas. Na restante

parte do concelho, predominam as actividades rurais com forte potencial demográfico associado e reforçado pelo movimento de procura turística e residencial das últimas duas décadas. Nestas condições, o planeamento de redes básicas nem sempre pode ser realizado com base em economias de escala e não pode tirar partido da centralidade topográfica da sede do concelho.

As articulações viárias regionais e nacionais de Peniche atingiram um novo patamar com a abertura do IP6 que liga Peniche à A8. Este eixo é hoje a principal via de escoamento do tráfego rodoviário de Peniche. Substituiu nessa função a estrada nacional 114, remetendo-a para uma função concelhia. A Estrada Nacional 247, ligando o IP6 à Lourinhã, com seus múltiplos cruzamentos, mantém funções de ligação regional para sul.

Uma rede mais fina de estradas municipais assegura as ligações da cidade a todas as freguesias, que às sedes quer aos restantes aglomerados. Há ainda uma rede de caminhos rurais, que garantem o acesso das explorações agrícolas às restantes redes.

As transportadoras que operam no concelho asseguram o transporte de passageiros entre Peniche e o Centro e Norte e Lisboa e o Sul, através do IP6 e A8. Existem também carreiras regulares unindo Peniche com os principais centros populacionais do concelho.

Não existe, em contrapartida, rede de transportes públicos urbanos. O município não dispõe de um instrumento crucial para promover uma articulação entre redes de transportes e para planear a mobilidade dentro da cidade. Dados os especiais condicionalismos que afectam a entrada e saída

de veículos em Peniche (que se pode efectuar apenas em dois pontos, um os quais sujeito a restrições), este problema terá de ser equacionado a breve prazo.

2.2.4. Equipamentos colectivos

- Educação

No tocante aos equipamentos colectivos, começaremos por caracterizar a oferta educativa, tal como é reflectida num instrumento recente, a Carta Educativa do Concelho. Com uma evolução positiva nas últimas duas décadas, a rede escolar de Peniche está dividida em dois Agrupamentos de Escolas.

O primeiro, de natureza horizontal, é constituído pelas escolas de 1º ciclo de ensino básico e pré-escolar da cidade de Peniche. Com sede na escola de ensino básico nº 1 de Peniche, integra 5 jardins de infância e 6 escolas de 1º ciclo de ensino básico. O segundo, de natureza vertical, é constituído pelas escolas de ensino básico e pré-escolar das freguesias não urbanas do concelho. Com sede na Escola Básica de 2º e 3º ciclos da Atouguia da Baleia, engloba 5 jardins-de-infância, 15 escolas de 1º ciclo de ensino básico.

Os níveis superiores ao ensino básico são ministrados em 4 escolas: uma na Atouguia da Baleia (Escola Básica 2,3) e as restantes em Peniche. Aqui existem uma Escola Básica 2,3, uma Escola Básica 1,2,3 e uma Escola Secundária.

Dos 17 jardins-de-infância do concelho (9 na cidade, os restantes nas freguesias não urbanas), 7 são geridos por Instituições Particulares de

Solidariedade Social. Mas na cidade, os estabelecimentos de natureza privada prevalecem sobre os de natureza pública.

Para a caracterização da procura, importa referir que a cidade de Peniche foi abrangida pelo projecto denominado "Territórios Educativos de Intervenção Prioritária" criado em 1996. Esse dispositivo de combate ao insucesso escolar tem em conta as condições socio-económicas de meios onde se detectam factores de risco para as crianças e para a função da escola. Todas as escolas e jardins-de-infância da cidade foram incluídos no Território Educativo de Intervenção Prioritária".

De acordo com as observações efectuadas pelos autores da Carta Educativa do concelho, a rede de jardins-de-infância do concelho funciona com um número de alunos razoável por sala, embora os estabelecimentos da cidade estejam em cima do número máximo possível de alunos.

O mesmo estudo regista a preferência das famílias pelos Jardins particulares que oferecem condições mais favoráveis às suas actividades profissionais, nomeadamente quando elas decorrem fora da área de residência; horário mais alargado, serviço de transporte e refeições.

O parque escolar de primeiro ciclo, sujeito a intervenções de remodelação pela Câmara Municipal, apresenta deficiências apontadas na referida Carta. As instalações são antigas e inadequadas tanto em relação ás práticas pedagógicas actuais como à instalação de equipamentos didácticos e à segurança. A organização dos espaços, incluindo os espaços de recreio, é pois desajustada.

Mais modernas são as instalações das duas Escolas Básicas 2,3 e a Escola Básica 1,2,3.

A Escola Secundária de Peniche completa a oferta de ensino não superior. Resulta da evolução de uma Escola Industrial criada em 1887 que, em 1958, convertida em Escola Comercial e Industrial, foi dotada de edifício próprio. Ministra Ensino Secundário diurno e o Ensino Nocturno Básico e Secundário Recorrente por unidades capitalizáveis. O ensino diurno, além de cursos dirigidos ao prosseguimento de estudos, inclui cursos tecnológicos e profissionais. O ensino nocturno abrange uma vertente de educação de adultos em contexto escolar. A escola gere também um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC).

Com a excepção da Escola EB 2,3 de Atouguia da Baleia, as restantes escolas que ministram além do ciclo básico e secundário apresentam uma taxa de ocupação inferior a 100%. O relatório sobre a Carta Educativa considerou que todas estas escolas dispõem de espaços adequados ao nível de ensino que ministram, tanto no plano das salas de aulas como dos equipamentos desportivos e de apoio. Os alunos que residem em locais distantes destas escolas podem utilizar transportes escolares, apoiados pela Câmara Municipal.

Além da rede de ensino regular, o concelho de Peniche dispõe de instituições que preenchem necessidades educativas e de formação específicas. Na Escola Secundária, funciona, como foi referido, ensino recorrente, que representa uma segunda oportunidade e acesso á escolaridade para aqueles que não a obtiveram em idade própria. A formação profissional é assegurada

em permanência pelo FOR-MAR, CENFIM e CREAP (neste caso incidindo em grupos com deficiências ou dificuldades de integração). Aqui funciona também um Centro de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências, a par do que existe na Escola Secundária.

No que respeita ao apoio a crianças com necessidades especiais de carácter prolongado, Peniche dispõe e uma instituição de modelo CERCI, criada em 1977. A CERCIPeniche (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados) apoia crianças e jovens com deficiência, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, e mantém valências de apoio a outras pessoas com deficiência e até ao público em geral. Constitui hoje, enquanto entidade especializada no ensino especial, com o seu quadro de técnicos, a multiplicidade de regimes de apoio prestados e a diversidade de domínios de acção pedagógica e de formação, uma instituição de referência a nível nacional.

O ensino superior está representado em Peniche pela Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM), integrada no Instituto Politécnico de Leiria. Criada em 1991, entrou em funcionamento no ano lectivo 1999/2000. A Partir do ano lectivo de 2007/2008 passou a dispor de instalações próprias, construídas de raiz, na zona dos remédios. Este moderno edifício pedagógico, com as suas salas de aula e laboratórios, auditórios e biblioteca, instalações para equipamentos de apoio, há que somar uma residência para estudantes.

A ESTM possui um núcleo de investigação tecnológica e de apoio às instituições e empresas locais e regionais, o Laboratório Biotecnológico do

Oeste/Centro Tecnológico (LBO), nas áreas de controlo de qualidade e segurança alimentar, promovendo o desenvolvimento de projectos de investigação em estreita ligação com as necessidades empresariais da região e o fornecimento de serviços às empresas e instituições locais, nomeadamente através da implementação de sistemas de gestão da qualidade.

No ano lectivo de 2007/2008, a ESTM ultrapassou o número de 1000 alunos, distribuídos pelos seguintes cursos (adequados ao processo de Bolonha); Biologia Marinha e Biotecnologia; Engenharia Alimentar; Gestão Turística e Hoteleira; Marketing Turístico; Protecção Civil; Restauração e Catering; Turismo; Animação Turística.

A presença de uma instituição de ensino superior com as características da ESTM é um dos factores unanimemente reconhecidos como dos mais qualificantes do território de Peniche. Um inquérito realizado em 2007, sobre uma mostra significativa de alunos e ex-alunos revela no entanto uma insuficiente integração da Escola na cidade. Escola e comunidade envolvente têm muitos passos a dar no sentido de um conhecimento mútuo e interacção de projectos. No plano urbanístico, a escola também está desenquadrada da cidade. Implantada que foi num área muito sensível, tanto do ponto de vista paisagístico, como do ponto de vista patrimonial, uma intervenção planeada para evitar estes riscos e potenciar as ligações urbanas deverá constituir um desafio crucial, que responsáveis da autarquia e da Escola terão de enfrentar.

- Saúde

A rede de cuidados de saúde do concelho é formada por um Centro de Saúde e um Hospital ambos localizados na cidade de Peniche, em edifícios contíguos. O Centro de Saúde de Peniche, fundado em 1985, tem três extensões, nas freguesias de Ferrel, Serra d'el Rei e Atouguia da Baleia.

De acordo com o estudo realizado por uma equipa que se ocupou da situação das urgências do Hospital, em 2007, o Centro de Saúde prestava os seguintes serviços: consulta personalizada; consulta de doenças pulmonares; consulta de saúde infantil, saúde materna, planeamento familiar; educação para a saúde, serviço social. A população inscrita em Março de 2006 era de 29.743 utentes, dos quais 4.361 se encontravam em lista de espera para médico de família. O número de inscritos representava uma média de cerca de 1700 utentes/médico, valor superior à média nacional.

Em 2005, segundo dados do Estudo de Dimensionamento Hospital na área da Estremadura-Oeste, o Centro de Saúde realizou em 2005 74.997 consultas, na sua esmagadora maioria de ambulatório. Os domicílios (39) representam 0,05 % do total. 373 foram consultas de especialidade. O Centro realizou 4,1 consultas por utilizador, valor apontado como inferior à média nacional

O Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo ocupa instalações com cerca de duas dezenas de anos, tem uma lotação de 53 camas (50 para internamento e 3 para SO).

De acordo com a informação fornecida pela Direcção Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde, reportada no Estudo de Dimensionamento

Hospitalar da área da Estremadura-Oeste, a avaliação do Hospital de Peniche, no tocante à qualidade das infra-estruturas, atinge um coeficiente de 3.1, e de 2.7, no tocante a equipamento médico e geral (numa escala de 0 a 4).

Oferece as seguintes valências em consulta externa: anestesiologia; cardiologia, cirurgia geral; endocrinologia-nutrição, medicina física e de reabilitação, medicina interna, ortopedia.

Em 2005, segundo aquele Estudo, o Hospital realizou 10.768 consultas, 77% das quais em resposta à procura do concelho.

O Hospital de Peniche dispõe de um serviço de Atendimento Permanente/urgência 24 horas por dia. No ano de 2005, foram atendidos 45.750 utentes na Urgência (125/dia). 97,7% dessas urgências provêm de utentes do concelho.

No internamento, o Hospital possui as seguintes valências: medicina interna, cirurgia geral e ortopedia. Em 2005 foram atendidos em internamento cerca de 1500 doentes. Apenas 62% dos casos gerados pelo Concelho de Peniche susceptíveis de tratamento no Hospital são para ele canalizados.

O Hospital referencia os casos mais diferenciados para o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha e para algumas especialidades para o Hospital Distrital de Leiria e para o centro Hospitalar de Coimbra.

A avaliação global que o estudo da Escola de Gestão do Porto aparece resumida nos seguintes termos: "trata-se de uma unidade de saúde de muito pequena dimensão, de âmbito estritamente concelhio, com um corpo

clínico reduzido (tem, neste momento, apenas 6 médicos no seu quadro de pessoal), com uma taxa de ocupação muito baixa (da ordem dos 60%).

Esta rede de cuidados primários e diferenciados é completada com meios de socorro, a cargo os Bombeiros Voluntários de Peniche e do Instituto de Socorros a Náufragos. Os Bombeiros gerem uma ambulância do Instituto Nacional de Emergência Medica sedeada em Peniche duas ambulâncias de socorro, sedeadas em Peniche e Serra D'El-Rei, respectivamente. A Estação Salva-vidas de Peniche gere uma embarcação com capacidade para 10 náufragos, uma pequena embarcação tipo semi-rígido, uma moto de água e uma moto-quatro.

O ano de 2007 trouxe à discussão pública o papel e dimensionamento do Hospital de Peniche, primeiro a propósito da manutenção do serviço de urgência naquela unidade de saúde, depois a propósito da criação de um novo Hospital para os concelhos da zona norte do Oeste. Em Janeiro de 2007, o Ministério da Saúde tornou público um relatório contendo uma proposta de rede de urgências, elaborado por um Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação de Urgências, na qual se advogava o encerramento das urgências em Peniche. No entender da Comissão, estando agora o Hospital de Peniche á distância de 30 m do Hospital Distrital das Caldas da Rainha, não seria aconselhável manter um serviço que nos casos mais graves forçosamente reencaminhava os doentes para as Caldas da Rainha e outros Hospitais. Na sequência deste parecer, a Administração Regional de Saúde do Centro propôs ao Município de Peniche um protocolo de cooperação com vista à reestruturação dos serviços do Hospital de Peniche que passaria a integrar com Caldas da Rainha um Centro Hospitalar.

A Câmara Municipal entendeu não assinar este protocolo, encarregando uma equipa técnica do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano de proceder a uma avaliação da situação. Essa equipa produziu um relatório em Junho de 2007 no qual defende que o serviço de urgências do Hospital de Peniche já se encontra, desde 2001 a funcionar nos moldes de Serviço de Urgência Básica, pelo que extingui-lo constituiria um desperdício de capacidades instaladas. Reconhecendo embora que o funcionamento desse serviço se encontra próximo do limiar crítico apontado pela Comissão, aponta o facto de dele se afastar nos picos de actividade. O principal argumento a favor da manutenção do serviço retira-o porém da especificidade das actividades económicas do concelho, com riscos elevados e ocorrência possível na área marítima, aspecto que não for a considerado no cálculo dos tempos de percurso entre o Hospital de Peniche e o Hospital de nível superior mais próximo. Finalmente, este relatório invoca as boas perspectivas de crescimento económico e demográfico do concelho, onde uma população flutuante com origem no turismo sobe consideravelmente a população média presente, para apontar o encerramento da urgência do Hospital como um factor que poderia frustrar essas perspectivas.

Data também de Março de 2007 o relatório elaborado por uma equipa da Escola de Gestão do Porto coordenada pelo Professor Doutor Daniel Bessa, o qual recomendava a construção de raiz de um Hospital Oeste-Norte, a localizar em Alfeizerão, para servir as populações dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Caldas da Rainha, e Peniche. As restantes recomendações, no tocante ao destino do Hospital de Peniche são particularmente relevantes, pelo que aqui as transcrevemos na íntegra.

Na hipótese de a decisão do Governo acompanhar o que se propõe neste relatório – um novo Hospital Oeste-Norte – , "parece impossível manter o Hospital São Pedro Gonçalves Telmo, em Peniche, com a configuração actual (por razões de óbvia falta de escala, abaixo de qualquer mínimo crítico, de acordo com os padrões de qualidade prevalecentes". Em contrapartida "É óbvia a necessidade de implantação em Peniche de uma unidade de prestação de cuidados continuados; é obvia a necessidade de funcionamento em Peniche, de uma unidade de ambulatório; afigura-se difícil a manutenção em Peniche de um bloco operatório, mesmo reconhecendo o carácter distintivo de um serviço de ortopedia que nele se desenvolveu".

Os autores do relatório consideram iminente o encerramento do Hospital Bernardino Lopes de Oliveira, de Alcobaça, pelo que entendiam que no curto prazo se deveria proceder à criação do Centro Hospitalar juntando ao centro Hospitalar das Caldas o Hospital e Peniche. Essa circunstância daria ao Hospital de Peniche "uma importância acrescida e talvez mesmo inesperada; as suas camas são indispensáveis para dar a Centro Hospitalar das Caldas da Rainha a capacidade acrescida agora tornada necessária, preconizando-se mesmo o seu aumento para o numero máximo inicialmente previsto de cerca de uma centena. São indispensáveis para cuidados continuados, para medicina interna e para o apoio ao bloco operatório para ortopedia, como uma espécie de retaguarda aos serviços similares existentes no Hospital Distrital das Caldas da Rainha."

Tendo em atenção estes dados, o estudo que vimos citando propõe a desactivação do Hospital de Alcobaça (no curto prazo) e do Hospital Distrital das Caldas (quando se concluir a fundação do Hospital Oeste-Norte), mas

não o de Peniche. Com as suas 50 camas ele deveria integrar, com o novo Hospital, o Centro Hospitalar do Oeste, elevando para 250 o número de camas disponíveis.

Finalmente, a criação de um Hospital Oeste-Norte "aconselha a criação de uma unidade local de saúde integrando os centros de saúde dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral e Peniche".

2.2.5. Instituições e políticas desportivas e recreativas

A actividade desportiva em Peniche é enquadrada em dois planos: o das associações e clubes concelhios, na sua grande maioria formados numa base voluntária e amadora; e o plano do desporto escolar.

Este último é desenvolvido a partir da Escola Secundária e das Escolas EB 2,3 e EB 1,2,3 de Peniche, e da Escola EB 2,3 de Atouguia da Baleia. A Escola Superior de Tecnologia do Mar não tem participação institucional na área desportiva

De acordo com a listagem fornecida pela Câmara Municipal as associações e clubes perfazem o número de 36. O universo é heterogéneo: há organizações que prosseguem fins gerais de natureza desportiva, recreativa e cultural e organizações de tipo monográfico, como a Associação de Motociclismo; há associações voluntárias, como o Clube de Pesca Desportiva e de natureza empresarial, como as escolas de surf.

Na cidade de Peniche, estão sedeadas 15, enquanto as restantes 21 se distribuem pelas freguesias não urbanas. Quando analisamos a distribuição dos espaços desportivos, porém, os resultados são favoráveis à cidade: 20

contra 8. Na sua maioria, os espaços onde se pratica desporto em Peniche pertencem às associações e clubes ou empresas Mas há um conjunto significativo de espaços cuja titularidade é pública, sendo detida pela autarquia ou pelo Estado. Nalguns casos, a gestão foi protocolada entre a Câmara e a Junta de Freguesia.

A política municipal neste domínio tem-se orientado segundo dois eixos: apoio financeiro às actividades organizadas pelas associações e clubes e envolvimento na produção e divulgação de alguns eventos cuja dimensão ultrapasse o âmbito local

Encontra-se nesta situação o apoio á realização de encontros, torneios ou provas em domínios como o surf e o bodyboard, o futebol de praia, o ténis de praia e o triatlo.

A Câmara Municipal anunciou a intenção de proceder à elaboração de uma Carta Desportiva do Concelho, a exemplo da Carta Educativa conclui da em 2007.

Com um número tão elevado de organizações operando no terreno, a Câmara deverá fazer evoluir a sua intervenção para o conceito de rede, concentrando o apoio municipal nas condições técnicas e logísticas necessárias à plena potenciação da rede e das unidades que a integrem.

Nesse quadro, a Câmara poderá certamente garantir um envolvimento mais amplo e regular das populações na prática desportiva, diversificando as actividades e os públicos alvo, e desenhar e gerir um calendário anual de eventos de projecção nacional e internacional no campo desportivo. A fileira

da onda e em geral os desportos associados ao mar e á praia terão nesse calendário uma expressiva presença.

2.2.6. Instituições e políticas culturais

- Aspectos gerais

O lugar que o sector cultural ocupa nos planos do Município e das organizações sociais de Peniche tem sido relativamente diminuto, se dele exceptuarmos o tema patrimonial. É muito reduzido o número de instituições que se ocupam exclusiva ou predominantemente da área cultural e os espaços públicos ou privados adequados a práticas culturais regulares escasseiam.

Nos últimos tempos têm sido realizados esforços no sentido de melhorar os recursos existentes e fomentar a valorização cultural do concelho.

Um dos equipamentos que importará modernizar é o da Biblioteca Municipal, agora que a Biblioteca Municipal foi integrada na rede de Leitura Pública. A Câmara passou a dispôr recentemente de novas instalações, o chamado Edifício Cultural, onde tem apresentado regularmente exposições realizado encontros e seminários. Mas não existem em Peniche espaços adequados á apresentação de exposições de artes plásticas, de espectáculos de teatro ou dança ou de outras formas de artes contemporâneas.

A política cultural do Município segue actualmente nas seguintes direcções: melhoria de equipamentos municipais, apoio aos programas culturais das associações e clubes, criação de um programa anual de animação cultural articulado com o turismo.

- Património

É possível aceder a listas do património imóvel classificado do concelho, fornecidas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pela antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e pela Câmara Municipal.

A patrimonialização de bens culturais imóveis revela a persistência de um critério tradicionalista, privilegiando os edifícios de natureza militar e religiosa e os bens anteriores ao século XIX. Estão ausentes desta lista a época contemporânea e os novos patrimónios, nomeadamente o industrial e o relativo a equipamentos urbanos.

No respeita ao património arqueológico, no Museu Municipal de Peniche, existem colecções arqueológicas pré-históricas (nomeadamente relativas à gruta da Furninha) e de achados submarinos (nomeadamente relativos ao naufrágio do S. Pedro de Alcântara), além de um acervo de arqueologia romana ainda em fase de estudo. A Câmara Municipal tem nos seus quadros um arqueólogo que acompanha as obras efectuadas no município e exerce actividade genérica na área da identificação, preservação e valorização do património arqueológico, nas três vertentes acima indicadas: arqueologia pré-histórica, arqueologia romana e arqueologia subaquática. Está em curso o inventário do acervo conservado no Museu, mas não existe carta arqueológica do concelho, nem para a superfície terrestre nem para os seus fundos marinhos.

No que toca á arqueologia subaquática, há a destacar o facto de a costa de Peniche ter ocasionado ao longo dos séculos muitos e variados naufrágios. O

interesse que os naufrágios despertam tanto junto da comunidade científica como do turismo de mergulho impõe a rápida tomada de medidas de identificação e protecção deste acervo patrimonial.

No que respeita ao património imóvel, as colecções existentes pertencem ao Município (Câmara e Juntas de Freguesia), à Igreja e a particulares. O Museu de Peniche dispõe de inventário, constituído por cerca de 10500 fichas, as quais se encontram em processo de digitalização. Nenhuma das outras instituições museológicas dispõe de inventários completos e actualizados.

- Museu de Peniche

O Museu de Peniche foi inaugurado a 18 de Maio de 1984. Constituindo, de acordo com o regulamento interno aprovado pela Câmara Municipal, um serviço integrado na Divisão de Serviços Culturais da autarquia, foi instalado na Fortaleza. Nesse regulamento previa-se que os serviços do Museu, dirigido por um Conservador, compreendessem os seguintes sectores: das colecções; de extensão e documentação; de investigação e de apoio geral, cada um deles tendo à frente um coordenador. O sector das colecções abrangeria os seguintes domínios: arqueológico, histórico, etnográfico, biológico, geológico. Na estrutura do Museu figuravam ainda dois órgãos consultivos: um Conselho Técnico-Científico e um Conselho Permanente. Neste documento não era feita qualquer referência ao Museu da Resistência que, todavia, já existia com uma configuração próxima da actual.

De facto, o projecto museológico do Museu de Peniche organizou-se em torno de dois núcleos básicos: um núcleo patrimonial e documental relativo a aspectos significativos da formação geomorfológica, arqueológica,

histórica e etnográfica da comunidade e um núcleo constituído por três das dependências da antiga prisão política instalada no próprio Forte: o parlatório, o segredo, um piso de celas.

No primeiro núcleo avultavam as colecções de cariz etnológico, duas das quais merecedoras de especial atenção, por serem as mais ricas em espécies: a das pescas e construção naval e a das rendas de bilros. As restantes, apesar de conterem relevantes chamadas, mostravam um desenvolvimento inferior. O conjunto malacológico, se bem que numeroso e variado, surgia como excêntrico em relação ao núcleo de que fazia parte, uma vez que é composto maioritariamente por exemplares de outras regiões e até países.

Ao longo das duas décadas que se seguiram à sua criação, o Museu de Peniche não logrou consolidar a sua orgânica interna nem dotar-se de um programa museológico claro capaz de orientar o desenvolvimento do projecto. Algumas colecções foram acrescentadas, em correspondência com as preocupações dos seus responsáveis ou em resultado de doações. Assim, por exemplo, sob o impulso de Maria Luísa Blot, o Museu enriqueceu a sua exposição no domínio da arqueologia, nomeadamente com objectos recuperados em campanhas subaquáticas ou das investigações em torno do naufrágio do navio S. Pedro de Alcântara. Passou a integrar o fundo do Museu um importante acervo documental que pertencera ao Arquitecto Paulino Montês, pioneiro do urbanismo em Portugal e antigo director da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, falecido na segunda metade da década de 1980.

Como acima ficou referido, o que o visitante pode ver no Núcleo da Resistência são três dependências do antigo "Depósito de Presos" políticos que funcionou na Fortaleza de Peniche da década de 1930 até 1974: o parlatório, o segredo, um piso de celas. Há algumas reconstituições figurativas e outros materiais gráficos e documentais (nomeadamente cartas) que, de forma sintética, procuram esclarecer as respectivas funções e ilustrar acontecimentos mais espectaculares nelas verificadas (fugas).

Este Núcleo foi desde o princípio aquele que teve um impacte público mais forte, a ele se devendo boa parte do movimento do Museu.

O Museu de Peniche, com a sua estrutura dual plenamente justificada, precisa de operar uma profunda revisão do seu programa científico e museológico, bem como de redefinir a sua missão e organização interna. Só assim poderá cumprir o seu papel de instituição que preserva a memória, faculta instrumentos de interpretação da história e do património locais, dinamiza e acolhe a investigação científica, promove a cultura e o desenvolvimento do meio em que está inserido.

I.3. Estrutura Económica e de Emprego

A actividade económica do Concelho de Peniche assentou histórica e tradicionalmente na exploração dos seus recursos naturais, consolidando-se ao longo dos séculos um perfil de especialização económica fortemente assente: (i) nas actividades da pesca; (ii) nas indústrias relacionadas com a transformação de produtos primários, sobretudo os piscícolas (transformação do pescado, conservas, ultracongelados, aquacultura); e (iii) nas actividades agrícolas.

A importância socio-económica destas actividades permanece até à actualidade, não obstante a dinâmica de reestruturação que as afectou, o fenómeno global de terciarização da economia e a recomposição sectorial que o Concelho de Peniche vem observando desde o final do século passado, fruto da crise que atinge as actividades piscatórias e agrícolas mas também, as indústrias relacionadas com estas actividades.

A estrutura produtiva do Concelho de Peniche que teve por base, até há relativamente poucos anos, o sector primário, o qual concentrava a maioria da população residente, foi-se alterando progressivamente e ainda que persistam traços de caracterização económica muito influenciados pela tradição piscatória e agrícola, estas actividades contam com um peso bastante menor no tecido produtivo local.

A regressão do sector primário não é, contudo, um fenómeno específico de Peniche ou do Oeste, sendo transversal a todo o território nacional e resultando da terciarização da economia, da política nacional e europeia relativa à agricultura e às pescas e do facto de serem duas actividades pouco

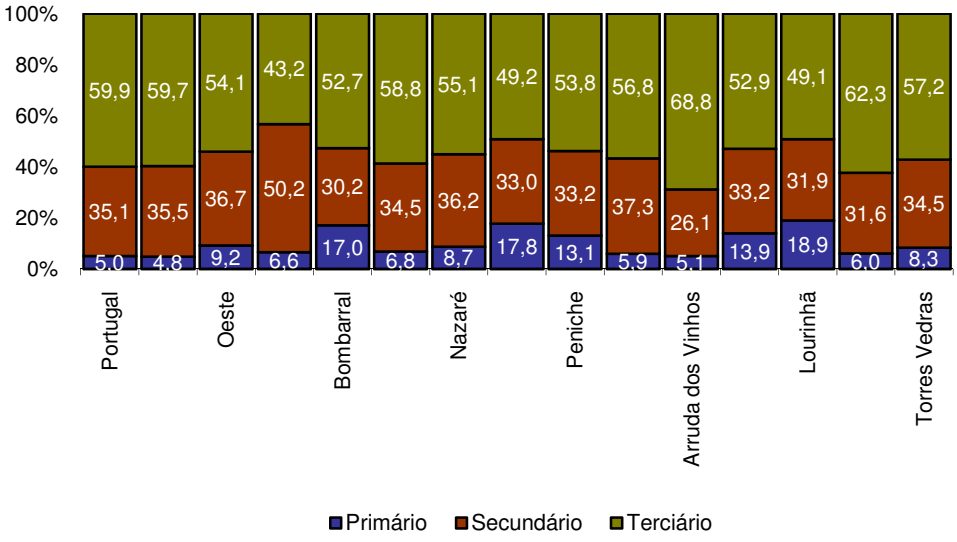
atractivas para jovens, nem sempre bem remuneradas e pouco reconhecidas socialmente.

A actual estrutura produtiva do Concelho de Peniche reflecte, por um lado, a tradição histórica de aproveitamento dos recursos naturais e, por outro, a afirmação e consolidação da preponderância das actividades terciárias na economia.

A análise de dados estatísticos relativamente à distribuição da população empregada por ramos de actividade e à estrutura empresarial do concelho de Peniche e do Oeste, ilustra as transformações ocorridas no tecido produtivo local, assim como o perfil de especialização de Peniche face aos outros concelhos oestinos.

Em 2001, a maioria da população empregada do Oeste (55%), exercia a sua actividade no sector terciário, percentagem essa ligeiramente inferior à verificada em Portugal (menos 5,7 p.p.). Em contrapartida, o emprego no sector secundário (36,3%) e primário (8,6%) era superior à média nacional (35,5% e 4,8%, respectivamente), por via da importância da agricultura e das pescas.

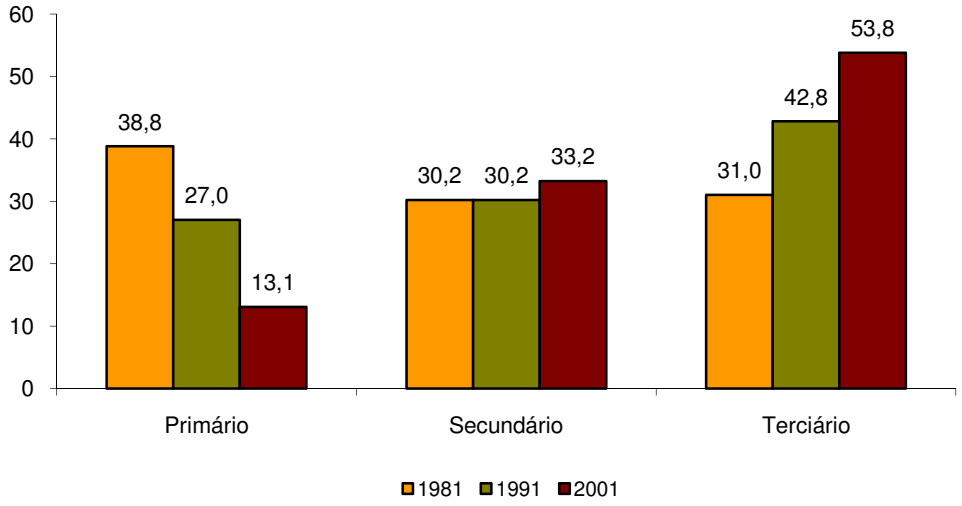
Emprego por Sectores nos concelhos do Oeste, 2001 (%)



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

De facto, o sector primário tem uma forte tradição no Oeste, com particular destaque para a agricultura e produção animal. As principais produções agrícolas são a vinha e os pomares de frutos frescos, sendo o Oeste responsável por 90% da produção nacional de Pêra Rocha, 23% da produção nacional de maçãs e 23% de produtos hortícolas. A produção de vinho do Oeste tem um peso de 23% a nível nacional, enquanto que os suínos representam 18% e as aves 20% do total nacional.

Evolução do Emprego no Concelho de Peniche por sectores, 1981, 1991 e 2001 (%)



Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 1981, 1991 e 2001.

A repartição do emprego no Concelho de Peniche pelos 3 sectores de actividade apresentava valores percentuais inferiores à média nacional e regional para os sectores secundário (33,2%) e terciário (53,8%), apesar de ser este último o dominante. Por oposição, o peso do sector primário (13,1%) era substancialmente superior ao verificado quer em Portugal, quer no Oeste, traduzindo a já referida importância das actividades agrícolas e piscatórias na estrutura produtiva de Peniche.

No que respeita à **criação de novas empresas e estabelecimentos**, o Concelho de Peniche revela um dinamismo acentuado entre 1999 e 2004, com um crescimento de quase 59% do número de estabelecimentos e de 36% do pessoal ao serviço, segundo os Quadros de Pessoal da DGEEP-MTSS. Esse crescimento foi bastante superior ao verificado no Oeste no mesmo período (49,5% e 28,8%, respectivamente).

Os estabelecimentos de pequena dimensão (entre 1 a 4 trabalhadores) foram o escalão com maior crescimento quer em Peniche, quer no Oeste, representando 70,8% do total de estabelecimentos de Peniche em 2004 (67,6%, no Oeste). A evolução do pessoal ao serviço seguiu esta tendência, já que são as pequenas empresas as que concentram maior número de pessoas ao serviço, sendo, também, as que registaram maior crescimento (54,5%, no Oeste, e 72,5%, em Peniche).

Uma análise mais fina, por ramos de actividade, é reveladora da importância que o sector primário e as pescas em particular, têm no Concelho de Peniche. De facto, a Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura e Pescas – é o 6º com maior número de estabelecimentos em Peniche, tendo registado um crescimento de 44,8% entre 1999 e 2004. No total de estabelecimentos, este sector tinha um peso de 4,5% em 2004, ocupando a quinta posição.

Em termos de emprego, o sector representava 5,2% do total de pessoas ao serviço, ocupando a sétima posição. Face a 1999, registou uma evolução negativa, na ordem dos -8,7%. Esta redução do número de efectivos trabalhadores no sector está, entre outras coisas, relacionada com o processo de renovação da frota da pesca que, por via da modernização e introdução de tecnologia mais avançada, dispensa alguma mão-de-obra. O facto de essa mão-de-obra ser constituída essencialmente por trabalhadores de idade avançada, associada às dificuldades em mobilizar/atrair trabalhadores mais jovens para o sector, poderá também explicar a diminuição do número de efectivos.

Em termos agrícolas, predomina no Concelho de Peniche uma agricultura de tipo familiar, baseada na policultura e assente na pequena exploração.

Estabelecimentos e Pessoal ao Serviço, por sectores de Actividade em Peniche, 1999 e 2004

	Estabelecimentos					Emprego				
	1999		2004		Varia-ção	1999		2004		Varia-ção
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	
A+B – Agricultura, Silvicultura e Pesca	29	5,0	42	4,5	**44,8**	321	7,8	293	5,2	**-8,7**
C – Ind. Extractivas	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**
D – Ind. Transformadoras	65	11,1	88	9,5	**35,4**	1.170	28,4	1.388	**24,8**	**18,6**
E – Electricidade, Gás e Água	3	0,5	2	0,2	**-33,3**	24	0,6	15	0,3	**-37,5**
F – Construção	41	7,0	148	**16,0**	**261,0**	245	6,0	768	13,7	**213,5**
G – Comércio por Grosso e a Retalho	242	41,4	334	**36,0**	**38,0**	1.195	29,0	1.448	**25,8**	**21,2**
H – Alojamento e Restauração	84	14,4	125	**13,5**	**48,8**	392	9,5	487	8,7	**24,2**
I – Transp., Armazen. e Comunicações	20	3,4	40	4,3	**100,0**	193	4,7	176	3,1	**-8,8**
J – Actividades Financeiras	14	2,4	19	2,0	**35,7**	83	2	88	1,6	**6,0**
K – Actividades Imobiliárias	40	6,8	51	5,5	**27,5**	147	3,6	469	8,4	**219,0**
L – Administ. Pública	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**
M – Educação	6	1	6	0,6	**0**	62	1,5	51	0,9	**-17,7**
N – Saúde e Acção Social	22	3,8	39	4,2	**77,3**	228	5,5	322	5,7	**41,2**
O – Outras Activ. de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	18	3,1	33	3,6	**83,3**	57	1,4	99	1,8	**73,7**
TOTAL	**584**	**100**	**927**	**100**	**58,7**	**4.117**	**100**	**5.604**	**100**	**36,1**

Fonte: DGEEP – MTSS, Quadros de Pessoal.

O sector com maior número de estabelecimentos no Concelho de Peniche é, todavia, o sector do Comércio por Grosso e a Retalho, com um peso de 36% face ao total de estabelecimentos, seguido da Construção [o sector que mais cresceu, no período de referência (+261%)], do Alojamento e Restauração, das Indústrias Transformadoras e das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas.

No Oeste, a situação é muito semelhante à verificada em Peniche: a Indústria transformadora, o Comércio e a Construção reuniam o maior número de pessoas ao serviço (tinham um peso de 28%, 23,8% e 13,9%, respectivamente), apesar do primeiro sector ter assinalado um decréscimo de 4,7% entre 1999 e 2004; as indústrias alimentares e de bebidas representavam mais de 10% da produção nacional e mais de 50% da indústria transformadora regional, enquanto que a indústria dos minerais não metálicos (cerâmica e materiais de construção) representa mais de 5% da produção nacional e mais de 25% da indústria transformadora regional. Trata-se de um perfil industrial vocacionado para a transformação directa dos recursos locais sejam eles provenientes do solo, do mar ou do subsolo. De qualquer forma, é o sector agro-pecuário e alimentar que continua a comandar a economia do Oeste, em termos de dinâmica empresarial e empregadora.

Em Peniche, o pessoal ao serviço em 2004, por sector de actividade, tinha maior peso no Comércio (25,8% - 1.448 trabalhadores) e na Indústria Transformadora (24,8% - 1.388 trabalhadores).

A estrutura produtiva do Concelho de Peniche encontra-se, assim, muito centrada em torno do sector terciário, sobretudo, se se incluir para além da actividade comercial a dos serviços, ainda que seja a actividade comercial a que revela maior peso, em termos de estabelecimentos e emprego. No total, o terciário detinha praticamente 70% dos estabelecimentos existentes em Peniche em 2004 e tinha ao serviço mais de 55% de trabalhadores.

Fazendo a distinção entre o terciário de natureza económica (Alojamento e Restauração, Transportes, Armazenagem e Comunicações, Actividades Financeiras, Actividades Imobiliárias) e o terciário de natureza social (Administração Pública, Educação, Saúde e Acção Social, Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais), conclui-se que predomina o primeiro em relação ao segundo, apesar dos sub--ramos de natureza social evidenciarem uma tendência positiva, tendo sido os que mais cresceram entre 1999 e 2004. Este crescimento indicia uma aposta do Concelho na construção de respostas às fragilidades sociais existentes.

Esta crescente preocupação com os problemas sociais, aliada ao incremento populacional e ao crescimento de unidades empresariais de pequena dimensão pode abrir oportunidades para o alargamento da oferta de serviços. No entanto, essa potencial evolução futura das actividades terciárias depende da aposta na capacidade de diversificação, no aumento da qualidade dos produtos e serviços oferecidos de forma a enfrentar a concorrência e satisfazer uma procura progressivamente mais exigente.

No sector do turismo, Peniche tem alguma tradição e dinamismo, fruto de uma diversidade de recursos – a história e património natural e construído, a gastronomia de mar e os doces conventuais, o artesanato com as rendas de bilros, as praias e o campo. Entre 1999 e 2004, o Alojamento e Restauração perderam peso em termos de estabelecimentos e emprego e, em 2004, foram ultrapassados pelo sector da construção, passando a ser o terceiro sector com maior peso de estabelecimentos e o 4º com mais trabalhadores, sem deixar, no entanto, de apresentar uma trajectória ascendente. A riqueza em termos de património natural e construído (turismo histórico e cultural), de gastronomia, de turismo de natureza (o clima, a paisagem), mas sobretudo o turismo de sol e mar (balnear sazonal) aliado à prática de desportos náuticos, conferem-lhe um potencial de valorização e desenvolvimento turístico.

No tocante ao sector secundário, o concelho de Peniche, tem tradição de indústrias relacionadas com a pesca (indústrias de transformação do pescado, de ultracongelado e de conservas) e com a aquacultura, representando a produção de peixe conservado do Concelho uma percentagem significativa do total da produção do País neste sector. Encontram-se ai sedeadas importantes empresas como a IDAL, a SARDINAL, a NIGEL e a RAMIREZ, entre outras, ligadas à industria conserveira, congelação, farinha de peixe e preparação de pré-cozinhados, numa polarização única no país que é geradora de vantagens competitivas para a sedeação de outras actividades inseridas na fileira da pesca, designadamente a Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar, o FOPESCAS e os Estaleiros Navais de Peniche, a título de exemplo.

Apesar de deter apenas 9,5% dos estabelecimentos existentes no Concelho, a actividade industrial tem alguma expressão e tem demonstrado potencial de expansão. Se à indústria transformadora se adicionar o sector da construção civil e obras públicas, o sector industrial passa a ter um peso de 25,5% sobre o total de estabelecimentos e a deter 38,5% dos trabalhadores do Concelho. De facto, o sector da construção tem assinalado um forte crescimento nos últimos anos que se reflecte não só em termos de empregabilidade e novos estabelecimentos, mas também na evolução do parque habitacional.

Relacionada com a construção de edifícios, as actividades imobiliárias foram as que mais cresceram em termos de empregabilidade (+219%, entre 1999 e 2004). O crescimento populacional, a melhoria geral das acessibilidades, a proximidade à Capital, a existência de praias e a possibilidade de se praticarem diversos desportos náuticos, associada à paisagem natural ainda pouco urbanizada e à crescente procura de uma melhor qualidade de vida, são aspectos que colocam Peniche numa posição favorável no que respeita a este tipo de procura imobiliária. As grandes oportunidades que se colocam a este sector decorrem, assim, quer da qualidade paisagística e ambiental, quer do reforço das acessibilidades.

Nível de Habilitações do Pessoal ao Serviço, 1999 e 2004

	Oeste					Peniche				
	1999		2004		Var. (%)	1999		2004		Var. (%)
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	
Inferior 1º Ciclo	1.613	2,2	2.386	2,5	**47,9**	71	1,7	137	2,4	**93,0**
1º Ciclo do EB	27.218	37,3	27.021	28,7	**-0,7**	1.527	37,1	1.617	28,9	**5,9**
2º Ciclo do EB	16.135	22,1	21.254	22,6	**31,7**	873	21,2	1.227	21,9	**40,5**
3º Ciclo do EB	11.094	15,2	20.133	21,4	**81,5**	741	18,0	1.263	22,5	**70,4**
Ensino Secundário	11.169	15,3	15.759	16,8	**41,1**	591	14,4	890	15,9	**50,6**
Bacharelato	1.140	1,6	1.591	1,7	**39,6**	83	2,0	100	1,8	**20,5**
Licenciatura	2.043	2,8	4.061	4,3	**98,8**	111	2,7	189	3,4	**70,3**
Ignorada	2.611	3,6	1.823	1,9	**-30,2**	120	2,9	181	3,2	**50,8**
Total	**73.023**	**100,0**	**94.028**	**100,0**	**28,8**	**4.117**	**100,0**	**5.604**	**100,0**	**36,1**

Fonte: DGEEP – MTSS, Quadros de Pessoal.

O perfil de habilitações do pessoal ao serviço era relativamente baixo, já que a maior percentagem tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico (28,7% no Oeste e 28,9% em Peniche). No geral, a situação no Oeste é um pouco mais animadora do que em Peniche, uma vez que o crescimento mais positivo em termos de habilitações do pessoal ao serviço ocorreu nas habilitações de nível superior (mais 98,8% de licenciados ao serviço) seguido do 3º ciclo (81,5%), enquanto em Peniche esse crescimento fez sentir significativamente no pessoal sem nível académico (mais 93%). Porém, o pessoal ao serviço com o 3º ciclo ou licenciatura regista crescimentos na ordem dos 70% em Peniche, entre 1999 e 2004.

O sector de actividade que reunia um perfil mais elevado de habilitações académicas era o das Actividades Financeiras e, por oposição, a agricultura e pescas reunia as habilitações mais baixas.

O passado recente da actividade económica do Concelho evidencia, de acordo com a análise anterior, um crescimento global, entre 1999 e 2004, quer do número de estabelecimentos, quer do número de pessoas ao serviço. Em termos de composição sectorial verificaram-se algumas alterações, nomeadamente o forte crescimento que o sector da construção registou nesse período, em termos de estabelecimentos e empregos criados. Em 2004, os estabelecimentos centralizavam-se, sobretudo, no comércio, construção e alojamento e restauração, enquanto que a distribuição sectorial do emprego, por ordem decrescente dava conta de uma maior concentração no comércio, indústria transformadora e construção.

Relativamente à dimensão das empresas, constata-se que o tecido empresarial de Peniche é constituído maioritariamente por micro/pequenas empresas, situação esta comum a todo o tecido económico regional e nacional. Dos 927 estabelecimentos existentes em Peniche, em 2004, 78,3% empregavam menos de 5 trabalhadores, não existindo estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores.

Esta análise dos principais aspectos económicos do concelho de Peniche revela que, nos últimos anos, o sector primário tem vindo a perder posição a favor do sector terciário, em grande parte, devido à crise das pescas e de unidades transformadoras associadas. Apesar da importância que o sector das pescas e da indústria transformadora associada têm no Concelho de Peniche, é o sector terciário que domina em termos globais quer no número de estabelecimentos, quer na criação de emprego. Neste campo destaca-se o comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco e de novos produtos especializados.

Em síntese, Peniche apresenta uma dinâmica económica assente num tecido produtivo onde se complementam:

a) ***Um sector agrícola***, tradicional, mas ainda com peso no Concelho, especializado essencialmente na horticultura de ar livre associada a outras culturas, sobretudo, a batata. A silvicultura também detém alguma relevância.

b) ***Um sector pesqueiro*** que por razões naturais – extensa frente marítima com presença de reservas consideráveis de pescado (recursos marítimos) – e tradicionais – saberes-fazer das artes e de fauna piscatória – continua a ter um lugar de destaque não só a nível concelhio e sub-regional, mas também nacional.

c) ***Um sector industrial***, muito ligado à actividade pesqueira, que continua a ter algum dinamismo com industrias de relevo nacional e até internacional, capazes de criar postos de trabalho, apesar de não ser em grande escala.

d) ***Um sector terciário*** em franca expansão, mas que deverá apostar mais na modernização e diversidade de serviços prestados.

e) ***Um sector da construção*** caracterizado por um grande dinamismo económico e com potencial de crescimento.

f) ***Um sector turístico*** com potencialidades, mas que deve ser melhor explorado e aproveitado, em função de um perfil compósito de recursos valorizáveis no contexto de um complexo de actividades Turismo/Lazer.

Actividade económica agrícola – visão de síntese

O sector agrícola nacional tem vindo a registar uma quebra da actividade agrícola para dar lugar a um acréscimo de emprego nos sectores secundário e terciário, sendo o último o que tem vindo a manifestar uma dinâmica de empregabilidade mais acentuada. A região Alto Oeste, mais especificamente, o Concelho de Peniche, não constitui uma excepção sendo as principais áreas económicas o turismo e os serviços no sector terciário, a transformação alimentar no sector secundário e a pesca e agricultura no sector primário, por ordem de importância.

A análise dos principais indicadores do sector agrícola, exposta nos pontos seguintes, baseia-se, sobretudo, no Recenseamento Geral da Agricultura – 1999 (INE, 2001), por ser o último referencial de dados estatísticos do sector agrícola com uma desagregação a nível concelhio. A análise da evolução do sector recorre ao Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas – 2005 (INE, 2007) que encerra dados mais recentes, embora contemple nível de desagregação inferior (NUTS II). A relação entre a população residente e activa e a população agrícola é proporcionado pelos dados do Censos 2001 (INE, 2002). A análise é, ainda, complementada com dados relativos às dinâmicas de investimento e às ajudas para o sector agrícola no âmbito do QCA III, para o período 2000-2006.

- **População agrícola**

A maior parte da área agrícola encontra-se distribuída por explorações familiares, demonstrando a importância económica e social desta actividade. No Concelho de Peniche, a população familiar com actividade no sector

primário/explorações agrícolas é constituída por 2.458 indivíduos (produtores singulares e empresários, cônjuges e outros membros), dos quais 85% mantêm actividade agrícola nas 815 explorações agrícolas em actividade.

População familiar com tempo de actividade agrícola, no Concelho de Peniche, 1999

Un.: n.º de indivíduos

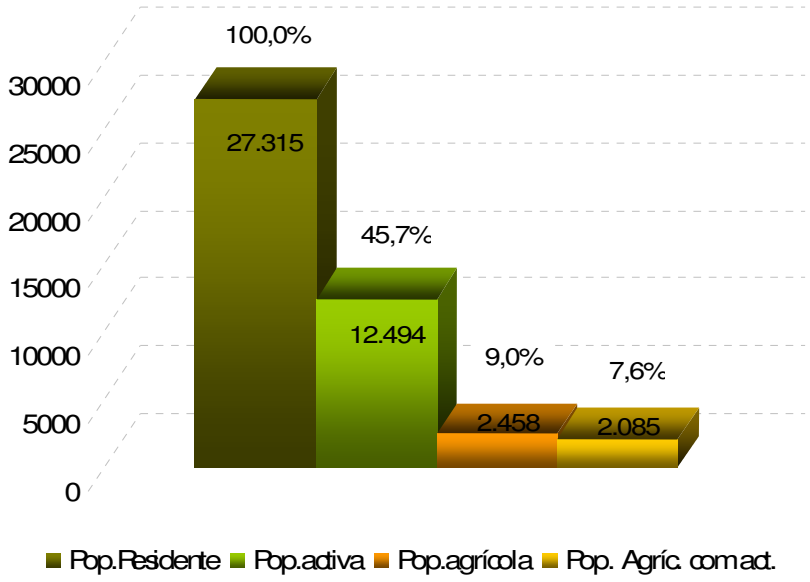
NUTSIII/Concelho	Total população agrícola familiar	Pop. agrícola com actividade	Produtor	Cônjuge	Outros membros
Oeste	70.745	57.553	22.855	17.011	17.687
Peniche	*2.458*	*2.085*	*790*	*714*	*635*

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*.

O maior volume de população agrícola concentra-se na Freguesia Atouguia da Baleia (66%), seguindo-se Ferrel (24%) e depois Serra d'El Rei (9%), facto que pode ser parcialmente explicado, no caso de Atouguia da Baleia, por esta unidade territorial ser mais extensa e concentrar um maior volume de população residente. Nas outras duas unidades territoriais deve-se facto contemplarem uma estrutura produtiva consistente.

O número de indivíduos com actividade agrícola pode não parecer significativo à primeira vista, no entanto, e para se ter uma ideia mais concreta da importância que o sector primário assume no Concelho, a figura seguinte demonstra a proporção da população agrícola familiar na população residente (com idade superior a 19 anos) e a população economicamente activa.

Relação entre a população familiar agrícola e a população residente no Concelho de Peniche, 1999

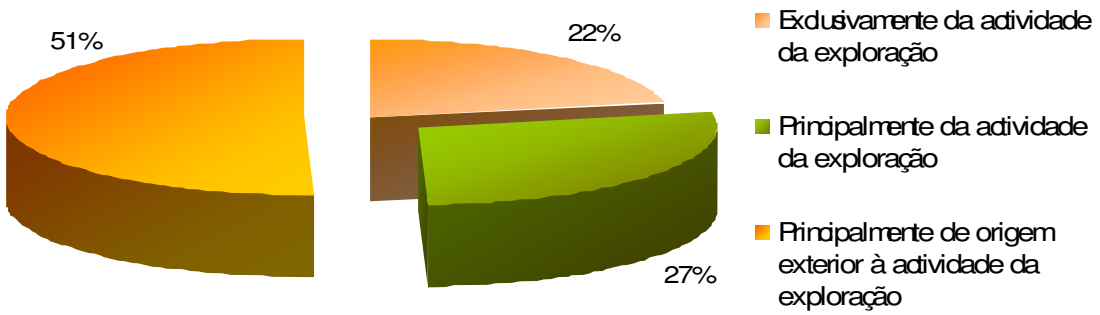


Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 1999* e *Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001*.

Como se pode observar na Figura anterior, a agricultura assume um papel importante ao nível de inserção económica da população activa do Concelho, sendo que 16,7% da população activa tem uma actividade ligada ao sector agrícola. Note-se, todavia, que esta proporção pode estar sobrevalorizada dado que parte da actividade agrícola é assegurada pela população que não é economicamente activa (p.e., que já se encontra em situação de reforma).

O sector agrícola é, contudo, caracterizado pelo alto nível de pluriactividade: 78,5% da população agrícola dedica-se à actividade a tempo parcial, sendo o rendimento do agregado doméstico proveniente, sobretudo, de actividades profissionais exteriores ao sector agrícola, nomeadamente, na construção civil e na administração pública.

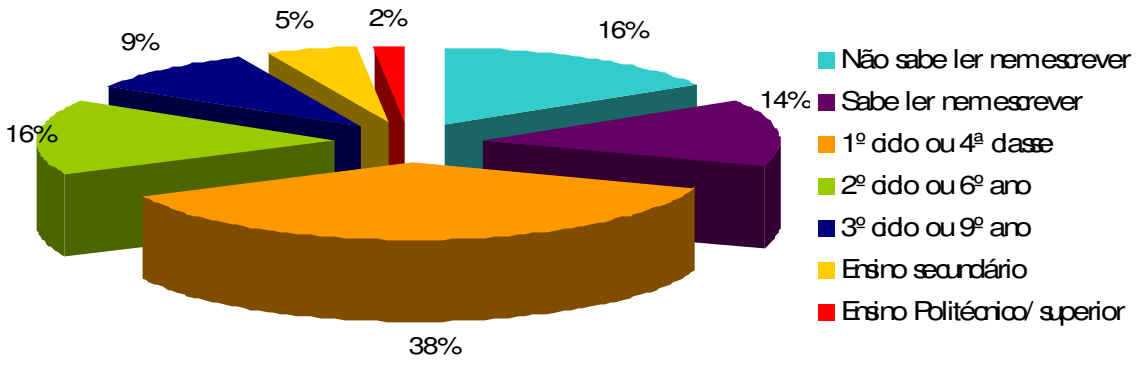
Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 1999*

Relativamente ao nível de instrução, a figura seguinte é reveladora de uma realidade em que a população agrícola familiar é marcada pelo baixo nível de escolaridade: apenas 2% possui um nível de escolaridade politécnico ou superior e 68,2% tem escolaridade inferior ou igual ao 1º ciclo sendo que, desta proporção, 16% não sabe ler nem escrever.

Nível de instrução da população agrícola familiar



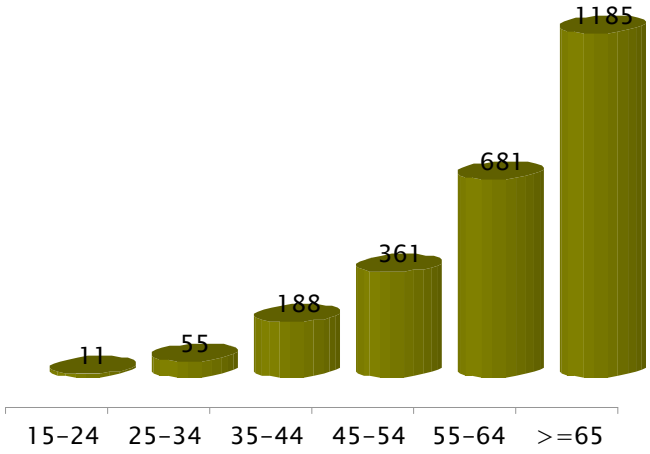
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 1999*.

A frequência de acções/cursos de formação profissional agrícola é extremamente baixa, sendo a actividade agrícola exercida apenas com conhecimentos adquiridos exclusivamente da prática em 90% dos casos.

Os produtores agrícolas propriamente ditos, ou seja, os titulares/dirigentes das explorações agrícolas são uma classe marcada pelo seu envelhecimento a par do seu baixo nível de instrução e formação profissional.

A estrutura etária dos produtores agrícolas traduz-se no elevado peso dos chefes de exploração com idade igual ou superior a 55 anos (75,2%), sendo que apenas 10% tem idade inferior a 44 anos de idade. Esta situação apresenta-se como uma forte limitação no que toca ao rejuvenescimento da população agrícola, com efeito, durante o período 1986-1999 houve apenas 48 instalações de jovens agricultores, facto parcialmente explicado pela rigidez da oferta do factor terra.

Estrutura etária dos produtores agrícolas



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*.

Em termos evolutivos, embora não se possa fazer uma comparação que tenha como base a mesmo unidade territorial, as linhas seguintes traçam a tendência que se tem vindo a registar ao longo dos últimos anos (1999-2005), sem perspectiva que venha a sofrer inversão nos próximos anos. Assim, de acordo com o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2005 (INE, 2006), a mais recente publicação estatística sectorial, na Região Ribatejo e Oeste:

- o número de explorações registou um forte decréscimo (29%), acompanhado pela intensa diminuição da população agrícola familiar (38%);
- a proporção de produtores agrícolas com idade superior a 65 anos aumentou 14% e com idade inferior a 35 anos diminuiu 56%, esta relação evidencia uma cada vez mais fraca, ou mesmo nula, capacidade de rejuvenescimento dos activos do sector;
- a idade média da população agrícola familiar aumentou de 59 para 62 anos.

Paralelamente, ocorreu um aumento, ainda que escasso, dos produtores agrícolas com actividade a tempo completo e o nível de instrução da população agrícola familiar registou uma ténue melhoria, caracterizada por uma redução mais evidente da população que não sabe ler nem escrever e sabe ler e escrever (50%), face aos outros níveis de instrução, que rondam uma diminuição na ordem dos 15%. Apesar dos constrangimentos registados, assinala-se a presença de um segmento do tecido produtivo com dinamismo empresarial e competitivo.

Em *suma*, os dados relativos à evolução ocorrida nos últimos seis anos (1999-2005), deixam transparecer um sector agrícola pouco dinâmico, designadamente, no que toca à componente social.

- **Estrutura fundiária e produtiva**

A estrutura fundiária é caracterizada pela presença de pequenas explorações na

Sub-região Alto Oeste. No Concelho de Peniche o número total de explorações agrícolas ascende a 815 e a dimensão média por exploração é de 3,8 hectares (aquém da SAU média por exploração agrícola para a Região Agrária Ribatejo e Oeste que se situava, no ano 1999, nos 7,3 ha).

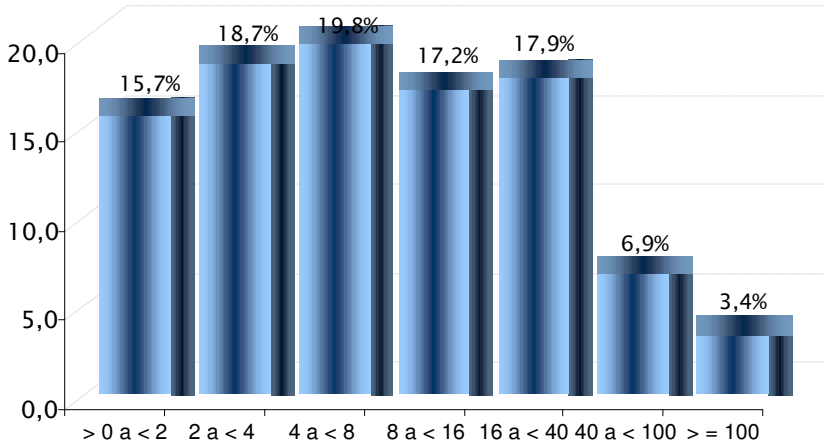
N.º Explorações e SAU do Concelho de Peniche, 1999

Concelho/Freguesias	N.º expl.	SAU/Expl (Ha)	SAU (%)	N.º expl.(%)
Peniche	***815***	***3,8***	***100,0***	***100,0***
Peniche (Ajuda)	3	14,4	1,4	0,4
Peniche (Conceição)	2	0,8	0,1	0,2
Peniche (São Pedro)	2	1,6	0,1	0,2
Atouguia da Baleia	535	4,5	77,6	65,6
Serra D' El-Rei	78	3,3	8,3	9,6
Ferrel	195	2,0	12,5	23,9

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 1999*.

No que respeita à dimensão económica (DE) das empresas agrícolas, de acordo com os dados do RGA 1999 (INE), a estrutura empresarial caracteriza-se por uma distribuição equitativa havendo, todavia, uma menor proporção de unidades produtivas com dimensão económica superior a 40 unidades (10,3%), como se pode verificar na figura seguinte.

Classes de dimensão económica das explorações agrícolas no Concelho de Peniche, 1999



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 1999*.

O Concelho de Peniche é marcado por uma predominância das culturas temporárias (95% das explorações), como forma de utilização das terras. Com efeito, a orientação técnica e económica *horticultura* é caracterizadora da especialização produtiva de 45% das explorações. As restantes explorações inserem-se, predominantemente, em sistemas de produção com as seguintes orientações tecnicas-económicas: *culturas agrícolas diversas* (24,2%) e *policultura* (13,9%).

A produção hortícola comporta problemas, sobretudo, ao nível das infra-estruturas (p.e., recursos hídricos) e ao nível de apoio técnico especializado (p.e., implementação de novas técnicas como a hidroponia) mas, mesmo experimentando este tipo de dificuldades, tem havido uma forte expansão da horticultura, e respectiva comercialização para o mercado interno e externo.

Dada a importância da horticultura, presente em 94% das explorações do Concelho e ocupando uma área que abrange 90% da superfície agrícola utilizada (segundo dados estatísticos de 1999), a Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste (AIHO) teve a iniciativa de desenvolver o Estudo "Desenvolvimento de Técnicas de Produção Integrada de Horticultura Protegida e de Ar Livre Para a Região Oeste", apoiado pelo Programa AGRO (Medida 8.1. Desenvolvimento Experimental e Demonstração).

O projecto propôs uma estratégia de desenvolvimento integrado das culturas hortícolas mais importantes na Região do Oeste através da divulgação, junto dos produtores, de novas culturas e práticas e técnicas culturais compatíveis com as exigências do mercado e com os sistemas de produção praticados, assim como com a preservação do ambiente. Das 450 cultivares produzidas nos Concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Peniche, o Estudo identificou as espécies hortícolas mais favoráveis (cf. Caixa seguinte) permitindo, desta forma, aprimorar a produção de menos variedades e alcançar a concentração e a homogeneidade do produto, dois factores que permitem a comercialização/exportação.

Espécies hortícolas com produção mais favorável nos Concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Peniche

Couve coração de boi "Cape Horn"
Brócolo "Marathon"
Couve lombardo "Savoy Ace"
Alho porro "Asthon"
Alface "Intensity"
Tomate redondo "Amaral e Rastilho".

Das culturas temporárias destaca-se, ainda, a produção de batata, presente em 51% das explorações mas ocupando apenas cerca de 9% da SAU. As culturas permanentes não têm expressão no Concelho, assim como a área florestal produtiva.

No âmbito da produção pecuária, salienta-se a produção de suínos (presente em40,2% das explorações, com uma média de 39 cabeças por unidade produtiva) e a produção de aves (presente em 66,4% do número de explorações total, com uma média de 337 cabeças por unidade produtiva), que assume uma maior expressão produtiva e exprime um carácter mais industrial. Embora não existam unidades de transformação no Concelho de Peniche, os animais podem ser abatidos e transformados em qualquer uma das duas unidades de transformação situadas no Concelhos de Torres Vedras e Lourinhã.

As indústrias da suinicultura e da avicultura (produção e transformação) deparam-se, actualmente, com problemas ambientais, de infra-estruturas e de escoamento do produto. Estes problemas serão de difícil solução porque os produtores da Região têm vindo a perder capacidade negocial junto dos agentes comerciais, acarretando dificuldades para o necessário investimento em equipamentos de tratamento de efluentes ou em melhoria de infra-estruturas.

De acordo com a mais recente publicação estatística sectorial (Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, INE, 2007), a região agrária Ribatejo e Oeste perdeu 29,0% das explorações agrícolas desde 1999, provocando uma diminuição em termos de superfície agrícola utilizada na ordem dos 8,0%,

uma diminuição menos que proporcional que induziu um aumento da dimensão média da SAU por exploração agrícola em 29,4% (aumento pouco significativo face à estrutura média que se situava, em 2005, nos 9,4 hectares).

Ao nível dos traços produtivos, apenas 8% das explorações aderiram às medidas agro-
-ambientais e somente 2% tem intenção de aderir, havendo uma larga margem de progressão no que toca a esta matéria. Relativamente às explorações agrícolas equipadas com tractor, registou-se um aumento de 2% do número de explorações equipadas com este tipo de equipamento (em 2005, 52 explorações em cada 100 possuíam tractores).

- **Dinâmicas de investimento no sector agrícola**

O conjunto de apoios à actividade agro-pecuária visam, sobretudo, a melhoria da competitividade das explorações, o aumento da tecnologia aplicada nos processos produtivos, a promoção da qualidade e a valorização dos produtos e, paralelamente, a sustentabilidade económica e produtiva das explorações e a preservação do ambiente e do bem-estar animal.

Estes objectivos inscrevem-se nos instrumentos de política para o desenvolvimento
agro-rural, designadamente, o Programa AGRO, a Medida AGRIS e o Plano RURIS (com vigência entre 2000 e 2006), e cujas dinâmicas de investimento se sintetizam nos parágrafos seguintes.

No âmbito do Programa AGRO e da Medida AGRIS, as unidades produtivas apresentaram uma tendência para promover projectos de investimento destinados à modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas (Medida 1). Note-se, contudo, a fraca dinâmica de investimento que se observou, facto que se explica parcialmente pelo esgotamento das verbas para a Região Agrária Ribatejo e Oeste.

Projectos aprovados no âmbito do Programa AGRO da iniciativa de promotores do Concelho de Peniche (2000-2006)

Un.: Milhares de Euros

Medida/Acção	N.º de projectos	Investimento	Despesa Pública
Med. 1. Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações	47	2.705	1.453
Med. 2. Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	<=3	613	277
Med. 5. Reparação/Reconstrução Infra-estruturas nas Explorações	<=3	104	78
Med. 7. Formação Profissional	10	100	100
Med. 8. Desenvolvimento Tecnológico e Experimentação	<=3	23	12
AGRIS - Acção 2. Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade	<=3	16	12
Total	**60-69**	**3.566**	**1.954**

Fonte: *INGA/IFADAP*, Janeiro 2008.

No tocante a outras ajudas disponíveis para o sector, salienta-se o Plano de Desenvolvimento Rural RURIS, plano que assume importância na medida em que contribui, para a manutenção de um tecido económico e social nos territórios rurais, para a melhoria de qualidade de vida da população agrícola, para a implementação de práticas culturais que tenham em conta a preservação do ambiente, etc. No caso específico do Concelho de Peniche, o

RURIS assume maior importância a nível das Medidas Agro-ambientais (MAA), ainda que muito reduzida face ao número total de explorações.

Projectos aprovados no âmbito do RURIS da iniciativa de promotores do Concelho de Peniche (média campanhas 2004-2008)

Un.: Milhares de Euros

Acção/Sub-Acção	N.º de projectos	Investimento	Despesa Pública
Florestação de Terras Agrícolas	<=3	4	22
MAA - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes	<=3		1
MAA - Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico	<=3		0,83
MAA - Produção integrada	20		5
MAA - Protecção integrada	25		44
Total	**242**	**45,39**	**2.487,25**

Fonte: INGA/IFADAP, Janeiro 2008.

- **Visão de síntese - principais condicionantes e potencialidades do sector agrícola**

As principais características e tendências do sector agrícola evidenciam condicionantes e, ao mesmo tempo, potencialidades. Na Região Oeste e no Concelho de Peniche permanecem zonas em que predomina uma dinâmica fragilizada, onde a incorporação tecnológica e o investimento são muito reduzidos, a gestão encontra-se afastada de uma lógica empresarial e o escoamento do produto é extremamente difícil. Estes sistemas agrícolas mais frágeis tendem a desaparecer, sendo absorvido pelo sistema produtivo mais dinâmico.

Entre as principais condicionantes à evolução do sector destacam-se as seguintes:

- estrutura etária dos produtores elevada associado à fraquíssima dinâmica de rejuvenescimento do tecido empresarial, baixo nível de escolaridade e de formação profissional;
- estrutura fundiária caracterizada por um conjunto de explorações agrícolas de pequena e muito pequena dimensão (embora se venha a demonstrar razoável para a tipologia de produção que predomina no Concelho de Peniche);
- predomínio do trabalho a tempo parcial, numa lógica de pluriactividade (a maioria dos produtores agrícolas tem uma actividade exterior remunerada que se assume como actividade principal);
- incipiente gestão profissionalizada das explorações;
- constrangimentos ambientais provocados por uma actividade pecuária intensiva;
- pressão dos preços dos produtos (animais e vegetais) no produtor.

O sector primário contribui para manter uma franja da população com um nível etário elevado (mais de 55 anos de idade) com alguma actividade profissional e concorre, de alguma forma, para as dinâmicas do mercado de trabalho em locais onde a oferta de emprego escasseia pois trata-se de uma actividade que exige muita mão-de-obra, todavia em regime de sub-contratação (eventual). O estabelecimento de jovens no sector não tem ocorrido de forma activa.

Os baixos níveis de escolaridade e de formação surgem estreitamente associados a uma estrutura etária muito envelhecida, o que se reflecte na reduzida capacidade de gestão empresarial.

Estas condicionantes têm vindo a ser contra-balanceadas e mesmo ultrapassadas pela sólida estrutura cooperativa e associativa que se estabeleceu recentemente e que conseguiu implementar estratégias assentes numa óptica de orientação da produção para o mercado, das quais se destacam as seguintes:

- ✓ A grande diversidade de produtos hortícolas produzidos em poucas quantidades constituía um obstáculo à comercialização e à exportação. Com base no Estudo realizado, pretende-se que os produtores agrícolas da Região Oeste produzam menos variedades mas em maior quantidade, permitindo a concentração dos produtos e, consequentemente, uma maior capacidade de comercialização para o mercado interno e, principalmente, para o mercado externo.
- ✓ A AIHO, em conjunto com outras associações e cooperativas do sector, criou um mercado de leilão de hortícolas, que se trata de um sistema de comercialização inovador a nível nacional baseado num sistema semelhante aos já existentes em Espanha e na Holanda. Este sistema ultrapassou as expectativas, conduzindo à melhoria da qualidade dos produtos, à melhoria do rendimento dos produtores e à garantia de escoamento da produção.
- ✓ As associações de produtores hortícolas têm vindo a desenvolver ensaios para divulgar e aplicar sistemas de produção integrada,

sistemas com redução de aplicação de agro-químicos, com vantagens para o ambiente e para o consumidor.

Em *suma*, a agricultura na última década tornou-se numa actividade dinâmica no Concelho em detrimento da actividade pecuária que tem enfrentado limitações de difícil solução. A actividade agrícola trata-se de uma actividade intensiva, baseada na horticultura (em estufa e ao ar livre), onde a incorporação tecnológica, embora ainda reduzida, tem vindo a ser encarada de uma forma mais natural e necessária ao desenvolvimento do sector. Os produtores, devido em grande parte à estrutura associativa, têm vindo a adquirir a abertura necessária para dinamizar as explorações agrícolas, designadamente, ao nível das componentes técnica, comercial e logística, que se pretendem fortes pois os mercados são cada vez mais exigentes em termos de qualidade e homogeneidade dos produtos.

A comercialização faz-se através de empresas de dimensão média que funcionam como plataformas logísticas, sendo que os produtos, para além do mercado interno, são comercializados para o mercado externo (propiciador de um mais rápido retorno do investimento, podendo mesmo afirmar-se que a exportação de produtos hortícolas constitui uma das principais fontes de receita do Concelho, no que toca à actividade agrícola).

Refira-se igualmente o esforço realizado no sentido da investigação e da demonstração, da divulgação e da comercialização e do marketing através da realização de eventos como a “Semana Hortícola da Região Oeste” e as “Jornadas Técnicas de Horticultura”, e a Campanha "Sopas" e "Saladas Frescas do Oeste", iniciativa que contou com a adesão dos restaurantes da região e

cujo objectivo se centrou em dar a conhecer ao consumidor a qualidade dos produtos hortícolas regionais.

Em conclusão deste ponto, e de forma mais sistematizada, apresenta-se a Matriz SWOT (análise de pontos fortes e ponto fracos, oportunidades e ameaças), que corresponde, em grande parte, à produção hortícola, actividade com maior representatividade no Concelho de Peniche.

ANÁLISE SWOT SO SECTOR AGRÍCOLA, NO CONCELHO DE PENICHE

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Abertura à modernização técnica e tecnológica; • Especialização produtiva; • Tendência de concentração da propriedade agrícola, absorvendo as estruturas produtivas com menor capacidade competitiva; • Condições edafo-climáticas vantajosas; • Estruturas associativas com competência e capacidade para orientar a produção de forma integrada - cobertura da produção por técnicos especializados que induzem efeitos positivos sobre a dinâmica das explorações; • Estruturação de uma lógica de mercado.	• Pequena dimensão e fragmentação das explorações -produção atomizada, com dificuldade de acesso ao mercado (principalmente ao mercado externo); • Falta de disponibilidade e elevado preço das terras agrícolas, dificultando o redimensionamento das explorações e a renovação do tecido empresarial; • Nível etário elevado dos produtores agrícolas associado à baixa qualificação profissional - indutores de fraca capacidade de gestão e profissionalização; • Baixa dinâmica de investimento; • Dificuldade de contratação de mão-de-obra; emprego de carácter sazonal e sem qualificação; • Desajustamento de algumas tecnologias de produção; • Falta de estabilização dos preços e grande pressão dos preços no produtor.

Oportunidades	Ameaças
• Modernização quer em termos técnicos, quer em termos tecnológicos. • Especialização de actividades dirigida aos agentes de mercado; • Desenvolvimento das vias de escoamento, nomeadamente, para o mercado externo; • Competitividade por via da qualidade; • Reconhecimento gradual das mais-valias da protecção e produção integrada; • Logística eficiente, nomeadamente ao nível dos meios de transporte e de conservação; • Orientação-mercado e valorização das vertentes de comercialização e marketing; • Potencial de alargamento dos serviços de apoio ao agricultor (nichos de produção, sistemas de regadio, agricultura biológica, …); • Reforço da ligação com os aspectos a jusante da produção (agentes comerciais); • Criação de uma marca para a comercialização dos produtos hortícolas do Oeste; • Certificação dos produtos.	• Inadequação do sistema produtivo às constantes mutações de mercado; • Homogeneidade dos produtos; • Solos de elevado valor agrícola alvo de grande procura para a urbanização; • Alargamento da concorrência; • Escassez de alternativas de escoamento e valorização dos produtos; • Dificuldade na exploração de novos mercados; • Dificuldade em assegurar continuidade e homogeneidade da oferta. • Insuficiente capacidade de gestão das relações com os agentes comerciais; • Formação dos preços (a grande fatia do rendimento fica no sector retalhista); • Debilidade ao nível de recursos humanos qualificados com consequências na capacidade de gestão, marketing e capacidade negocial.

Dimensões-Problema
• Capacidade, qualidade e homogeneidade da produção
• Integração produção-comercialização
• Formação profissional
• Desenvolvimento sustentável (económico e produtivo)
• Requisitos ambientais e de segurança alimentar
• Prestação de serviços técnicos
• Valorização dos produtos nacionais

As perspectivas futuras são favoráveis, particularmente, no caso da produção hortícola, sendo que se encontra associada a uma dinâmica de mercado muito positiva e com tendência para aumentar (note-se, no entanto, que há produtores que sentem, ainda, uma grande dificuldade no escoamento dos produtos pois o acesso ao mercado encontra-se saturado). Neste âmbito deve ser valorizada numa perspectiva de consolidação de integração entre a actividade primária e o abastecimento a centrais logísticas de comercialização dos produtos, numa produção constante de variedades valorizadas pelo mercado.

A estratégia a seguir será a de continuar a insistir na consubstanciação da estrutura associativa, podendo mesmo vir a funcionar como interlocutora dos produtores agrícolas, ou seja, articulando as necessidades das estruturas de comercialização/mercado e as respostas dos produtores/produção. Desta forma será possível integrar estruturalmente a produção e a comercialização e permitir o alargamento das relações comerciais, com o subsequente aumento do volume de exportação para mercados mais exigentes mas também mais valorizadores dos produtos.

A produção pecuária, por sua vez, encontra-se ligada a problemas de natureza

agro-ambiental e infra-estrutural graves provocados pela intensificação e pela elevada idade das instalações das poucas unidades produtivas existentes. A esta componente produtiva dinâmica deverá estar associada uma maior sensibilidade para as questões ambientais, de segurança e higiene no trabalho e de bem-estar animal, assim como estratégias de colocação do produto no mercado.

I.4. Desenvolvimento Social

Os contributos da área do Desenvolvimento Social para Magna Carta de Peniche, resulta, nesta fase, de um exercício de sistematização da informação presente no Diagnóstico Social do Concelho de Peniche, de Julho de 2004.

4.1. Infância e Juventude

De acordo com a informação do Censo de 2001, constata-se serem baixos os níveis de instrução atingidos, tendo em conta que mais de metade da população não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (53,1%) e que há uma ainda relativamente importante incidência de indivíduos não escolarizados (14,9%). Qualquer destes valores está acima da média nacional, só sendo superados pela média da zona Oeste. Ainda do ponto de vista comparativo, o município de Peniche é também aquele que apresenta as mais baixas percentagens de efectivos a alcançar níveis de escolarização médio e superior (6,7%) no conjunto dos territórios, distanciando-se da zona Oeste (7,8%) e, de forma bastante significativa, do país (11,6%). (p. 52)

Uma situação que suscita particular preocupação tem a ver com a proliferação dos chamados "jovens de risco", compostos por jovens com problemáticas de toxicodependência e/ou de inadaptação (isto é, que não cumpriram a escolaridade obrigatória, não têm emprego, não estão inseridos em ATL,..). Esta é uma população particularmente vulnerável à exclusão social e para a qual é preciso equacionar soluções, especialmente ao nível dos percursos vocacionais. (p. 53)

Como debilidades mais evidentes para a população juvenil do concelho, o Painel do Diagnóstico Social identificou as seguintes:

- Falta de resposta para a ocupação de tempos livres no domínio do desporto, cultura e lazer, quer na zona urbana, quer na zona rural;
- Elevado abandono escolar;
- Evolução em crescendo dos "jovens de risco";
- Insuficiência de resposta ao nível da dinamização, apoio e acompanhamento da população juvenil;
- Dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho (pp. 53-54).

De uma forma geral, o Grupo de Trabalho da Juventude e Educação considera a existência das seguintes debilidades, em matéria de **Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades.**

Rede pública do ensino pré-escolar

- Edifícios inadequados a nível do espaço físico;
- Ausência de tratamento adequado do espaço de lazer (recreio) onde faltam equipamentos (brinquedos de exterior);
- Falta da componente de apoio à família nos estabelecimentos: a) sem refeitórios; b) sem prolongamento de horário generalizado e adequado às características das actividades económico-profissionais da família; c) sem técnicos com formação adequada que assegurem a componente não lectiva.

- No que respeita às respostas para a primeira infância não há adequação às necessidades existentes, existindo listas de espera nas valências de creche, quer na cidade quer na zona rural:

Escolas do Ensino Básico

- Edifícios das Escolas de 1º Ciclo com instalações inadequadas, especialmente aquelas que se situam na zona rural;
- Existem espaços exteriores de recreio a carecerem de uma intervenção de requalificação.

Associações

- Falta ou insuficiência de recursos;
- Dificuldade de gestão dos meios disponíveis.

Na óptica da programação de intervenções futuras, para além de reconhecer a importância estratégica da Carta Educativa, o grupo de trabalho aponta algumas pistas de desenvolvimento a seguir nesta área da educação e juventude:

- Estudo da realidade concreta da juventude no contexto do concelho de Peniche, especialmente no que diz respeito a:
  - Quantificação e caracterização dos jovens com abandono escolar;
  - Quantificação e caracterização da população designada por "jovens de risco";
  - Conhecimento dos valores, expectativas e projectos de vida;
  - Conhecimento das expectativas e necessidades relativamente à ocupação dos tempos livres;

- Identificação de percursos vocacionais alternativos, tendo em vista a prevenção e o combate às situações de risco;

- Intervenção através do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências junto dos adolescentes;
- Estudo de caracterização dos recursos associativos locais nas áreas da recreação, cultura e desporto;
- Aprofundamento dos mecanismos locais de apoio à inserção dos jovens no mercado de emprego;
- Ampliação e diversificação da oferta em termos de ocupação de tempos livres;
- Intervenção de requalificação ao nível do edificado e espaços de recreio dos estabelecimento de ensino que apresentam deficiências nessas vertentes (pp. 63-64).

4.2. Emprego/desemprego

Estrutura das profissões do concelho de Peniche de acordo com a distribuição dos 11.510 postos de trabalho registados pelo Censo de 2001 (p.101):

- profissões relacionadas com a produção industrial e o trabalho artesanal (23,9%),
- pessoal do serviço de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares (15,8%),
- trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços (15,4%)
- trabalhadores da agricultura e da pesca (11,2%).

Comparando com o país, o concelho de Peniche denota uma maior distanciação entre homens e mulheres no que toca à inserção no mercado de trabalho, quer em termos de emprego, quer em termos de desemprego, traduzida num agravamento do prejuízo para o sector feminino penichense. (p.106)

Levando em conta a evolução registada de 1991 a 2001, o concelho de Peniche verificou subidas quer ao nível da taxa de actividade, quer ao nível da taxa de desemprego, em conformidade com o observado no país, na zona Oeste e, de forma muito sensível, na região de Lisboa e Vale do Tejo. Permanece como o concelho com a taxa de actividade mais baixa dos territórios em análise, atingindo os 45,7% em 2001 (quando, por exemplo, a Região de Lisboa e Vale do Tejo alcança 51%), o que quer dizer que a população activa do município (que contempla empregados e desempregados) continua a representar menos de metade da população global. A par disso, a taxa de desemprego que ostenta em 2001 (7,9%) é elevada e está muito acima da média nacional (6,8%) e mais ainda da média calculada para a zona Oeste (5,4%), da qual é concelho integrante. Constata-se mesmo que Peniche é aquele que sofreu o acréscimo mais acentuado do nível de desemprego, com uma subida de 0,9 pontos percentuais (p.p.), sendo as subidas dos restantes territórios de 0,7 p.p. para Portugal, de 0.6 p.p para a zona Oeste e de 0,1 p.p. para a região de Lisboa e Vale do Tejo (tratando-se neste caso de uma evolução praticamente estacionária). (p. 107)

Os principais problemas referenciados na relação com a actividade económica e o acesso/aplicação de competências, são os seguintes:

- No sector das pescas, as respostas formativas não se encontram ajustadas à reestruturação profunda que já se está a implementar na actividade piscatória, que se encontra em clara retracção;
- Instalações exíguas para a formação no sector metalo-mecânico (confinado a cedência de espaço nas instalações do FOR-MAR) e equipamentos didácticos em falta e desadequados às áreas de formação que se pretendem implementar e cujo valor é superior à sua capacidade financeira;
- Em todas as IPSS e associações sem fins lucrativos de uma maneira geral, as suas actividades formativas ressentem-se (com reflexos óbvios para os seus públicos-alvo), da precariedade financeira com que, constantemente, se debatem;
- Falta de apoios financeiros para a formação de formadores especializados na área das rendas de bilros e noutras actividades ligadas à pesca, o que está a levar, com o natural e progressivo desaparecimento dos especialistas, à perda destes saberes e à asfixia de actividades e que, no caso concreto das rendas de bilros, tem constituído uma profissão para muitas mulheres que, sem este saber-fazer, dificilmente encontrarão alternativas de inserção socio-profissional;
- Na área da formação profissionalizante dirigida a pessoas portadoras de deficiência a inexistência de uma relação protocolar entre o Estado e a estrutura existente no concelho é limitadora de uma programação

e planificação de médio e longo prazo, já que esta está dependente de orçamentos anuais;

- Grande dificuldade de comercialização directa para grande parte dos produtos da actividade agrícola, o que fragiliza extremamente a sua colocação;
- Grande dificuldade de comercialização directa dos produtos artesanais, o que fragiliza extremamente a sua colocação, concretamente no caso das rendas de bilros, área em que toda a produção é autónoma e cujo escoamento tem sido feito, exclusivamente, com recurso a intermediários;
- Algumas dificuldades de articulação com o Centro de Emprego, por falta de meios para dar resposta cabal e em tempo, às necessidades de formação profissional sinalizadas pelas várias organizações locais que aqui intervêm;
- Falta de planificação da formação profissional que se promove, por vezes, de forma "avulsa", o que resulta da inexistência de um plano estratégico local de formação profissional, e que, consequentemente, leva a frustrações quer dos formandos, quer das entidades formadoras, quer ainda das empresas, por desadequação entre oportunidades, expectativas e necessidades dos diferentes protagonistas (pp. 113-114).

Para além destas dificuldades mais localizadas foram identificadas outras debilidades sociais transversais a todo o Painel:

- Baixa escolaridade;

- Pouca qualificação profissional;
- Baixas competências pessoais e sociais;
- Absentismo ao nível escolar;
- Insucesso escolar;
- Elevada taxa de desemprego;
- Precariedade do emprego;
- Falta de apoio psicossocial dos formandos;
- Diminuta dinâmica, diversificação e qualidade do mercado local de emprego;
- Escassa oferta de emprego para jovens licenciados;
- Oferta formativa limitada, desajustada e pouco flexível no contexto concelhio;
- Pouca articulação e intercâmbio entre as entidades formadoras locais;
- Desfasamento entre o "mundo económico" e o "mundo social";
- Perspectiva economicista da formação por parte de quem define as condições e critérios de financiamento;
- Inexistência de um centro de recursos em conhecimento que sirva as necessidades dos agentes de formação;
- Inexistência de um diagnóstico concelhio das necessidades de formação e de um documento estratégico sobre formação profissional;
- Falta de cultura empresarial local que valoriza adequadamente a formação, enquanto factor de competitividade e de desenvolvimento económico e social – à imagem de outros contextos;
- Falta de marketing profissional local para actividades socialmente desvalorizadas;

- Falta de marketing da formação local (combater algum do descrédito em que a formação caiu (pp. 114-115).

Na óptica das **respostas e recursos**, destacam-se instrumentos das políticas activas de Emprego, apontando-se, no Diagnóstico, as seguintes respostas:

(i) A Câmara Municipal tem implementado os seguintes programas:

- Programa de Acordo Ocupacional para carenciados e subsidiados;
- Programa Inserção-Emprego;
- Programa de Estágios Profissionais;
- Programa "Vida Emprego".

(ii) No Concelho, estão instaladas as seguintes Unidades de Inserção para a Vida Activa:

- UNIVA da CERCIPeniche, a funcionar nas instalações do CREAP; assegurada por um sociólogo;
- UNIVA da Escola Básica 2, 3 de Atouguia da Baleia, assegurada por um técnico licenciado em psicologia e resultante de uma parceria entre o Centro de Emprego e Formação Profissional, a AJAL e a própria escola. As atribuições do técnico são a orientação vocacional e profissional dos alunos do 9º ano, a informação no âmbito da AJAL e atendimento no âmbito do núcleo de Peniche do Centro de Emprego e Formação Profissional.

(iii) Instalação da UNIVA da "Casa da Juventude de Peniche" – em fase de apreciação pelo CEFP a candidatura apresentada pela Câmara Municipal

As insuficiências no aprofundamento do Diagnóstico Social desta área, com a ausência do estudo das actividades económicas, aponta para a necessidade da existência de um programa concelhio, estruturalmente integrado, de combate ao desemprego, nas actividades da pesca e da agricultura. São apontados alguns aspectos a ter em consideração quando se desenharem estratégias de planificação para a intervenção social e para a definição de políticas:

- Implementação do Plano Industrial do Vale do Grou, que prevê a criação de um ninho de empresas;
- Desaparecimento gradual, mas acelerado, de saberes tradicionais, em especial na área das rendas de bilros mas, também, entre outras, nas artes da pesca e da construção naval;
- Aumento de selectividade no acesso ao emprego e tendencial aumento do número de Desempregados de Longa Duração;
- Surgimento de novas situações no domínio da formação, com a inadaptação às novas tecnologias;
- Aumento do número e da complexidade das situações de exclusão;
- Desigualdade ao nível da oportunidade dos sexos relativamente ao mercado de trabalho;
- Necessidade de assegurar a integração plena dos imigrantes ao nível do tecido social e do mercado de emprego locais, os quais

representam uma importante reserva de mão-de-obra, visando, deste modo, potenciar efeitos sociais e económicos positivos da imigração;

- Dinamismos mais imprevisíveis do mercado de trabalho a que não será estranho o aumento de trabalhadores imigrantes com alta escolaridade;
- Uma cada vez maior exigência de qualidade dos agentes formativos;
- Organização modular da formação, que permitirá aos activos não qualificados a obtenção de uma carteira profissional sem terem de frequentar cursos de três anos;
- Maior investimento, por parte das empresas, na formação e na modernização;
- Manutenção da diversificação das actividades económicas mas aparecimento (potenciação) de outras actividades estruturantes (porto comercial, etc.) com apostas fortes na valorização dos recursos humanos;
- Uma cada vez maior responsabilização dos agentes locais pelas estratégias de desenvolvimento;
- O envelhecimento da população em idade activa (pp. 130-131).

4.3. População idosa

(a) Problemas e necessidades

- Existência de situações graves de isolamento social e físico de idosos, por razões de ausência de familiares, pela falta de mobilidade do idoso e pela insuficiência ou mesmo ausência de informação acerca das respostas sociais;
- Falta de respostas de Centro de Dia e Centro de Convívio na zona urbana e nas freguesias de Ferrel e de Atouguia da Baleia;
- Falta de possibilidade de resposta aos pedidos para valência de Lar – o Lar de Santa Maria tem uma lista de espera em crescendo desde 1999, que conta em Abril de 2004 com 78 inscrições, 53 são mulheres e 25, homens, todos com carácter de urgência. A procura deste tipo de resposta faz-se sentir em todo o concelho;
- Carências na cobertura dos serviços de apoio domiciliário, em termos horários;
- Necessidade de apoio ao domicílio a idosos em situação de isolamento e/ou dependência no período da noite;
- Existência de listas de espera em Centros de Dia e Convívio, Lar e Apoio Domiciliário;
- Respostas pouco adequadas do sistema de saúde;
- Falta de uma Unidade de Apoio Integrado e de um Serviço de Cuidados continuados de Saúde. Trata-se de obter resposta para a

transição entre o Hospital e o domicílio no caso de doentes que, após receberem alta hospitalar, continuam a carecer de cuidados de saúde e/ou tenham necessidade de apoio psicossocial e, também, para as situações de doença em fase terminal.

- Falta de respostas institucionais para a gestão de situações de vida terminais;
- Necessidade de aproveitamento e reestruturação de novos serviços, como o telealarme, telecentro, que se têm revelado pouco adequados face às necessidades reais desta população;
- Necessidade de requalificação das instalações do Lar de Santa Maria, as quais apresentam condições obsoletas 44;
- Necessidade de uma maior qualificação e formação (inicial e contínua) de profissionais, técnicos e dirigentes
- Necessidade de mais apoio por parte da Segurança Social. As entidades integradoras deste Painel consideram que são insuficientes os acordos de cooperação entre as instituições e a Segurança Social, o que dificulta ou impossibilita mesmo o apoio a idosos com baixos rendimentos, assim como, a extensão dos serviços, uma vez que as próprias instituições não têm capacidade financeira, nem recursos humanos e físicos para tal. Na generalidade das instituições, o número de utentes apoiados supera o número abrangido pelos acordos de comparticipação celebrados. É pois sentida a necessidade de celebração de mais Acordos de Cooperação, assim como, de mais apoio para casos atípicos e para utentes carenciados. A este

propósito, as entidades apontam os constrangimentos resultantes dos acordos típicos que são celebrados, cujo estabelecimento de serviços a prestar nem sempre corresponde às necessidades sentidas pelos utentes, as quais variam de caso para caso, sendo mesmo preciso, com frequência, realizar serviços não previstos (pp. 42 -44).

(b) Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

Actualmente existem no concelho 7 instituições particulares sem fins lucrativos que oferecem serviços de apoio a idosos, sendo 6 equipamentos de Apoio Domiciliário, 2 Centros de Dia, 1 Centro de Convívio e 1 Lar. Estes equipamentos servem, no seu conjunto, 331 utentes (pp. 44-46).

Os equipamentos actualmente existentes no concelho, referentes a Lar, Centro de Dia e Centro de Convívio, cobrindo apenas 138 utentes, revelam-se manifestamente insuficiente para o número de idosos que integra a população de Peniche, tal como, de resto, corroboram os pedidos de resposta.

O Lar de Santa Maria tem uma lista de espera extensa, que tem vindo a aumentar e ronda, actualmente, os cerca de 78 utentes, todos com carácter urgente. Um dos problemas subjacentes prende-se com o facto de consistir numa estrutura com custos onerosos face à comparticipação. Essa lista de espera para o Lar é composta maioritariamente por pessoas do Concelho de Peniche, tendo também alguns interessados dos Concelhos de Óbidos e Lourinhã. A grande maioria vive com pensão social e são poucos os inscritos que podem vir a pagar a mensalidade máxima. O aumento gradual da lista explica-se pela frequência quase diária do registo de inscrições e, em

sentido inverso, pelo ritmo lento com que surgem vagas, resultantes, normalmente, do óbito de utentes. Considerando o facto de haver idosos que procuram o Lar mas que não procedem a qualquer inscrição, é de admitir, sublinhe-se, que o total de utentes em lista de espera esteja aquém da procura real e que, por isso, seja superior a 78 o número de idosos no concelho a necessitar deste tipo de internamento.

Relativamente a Centros de Convívio, o único existente no Concelho está a cargo da CPBESA e tem um carácter não oficial, sendo o seu funcionamento assegurado em regime de voluntariado, contando exclusivamente com o apoio da comunidade.

Quanto a Centros de Dia existem dois em todo o concelho, com localização na zona rural (um na Serra D´El-Rei e outro, na Bufarda).

No que respeita aos apoios domiciliários, verifica-se que a rede de serviços tem vindo a ser ampliada, mas não se assegurou ainda uma cobertura completa. Um dos problemas detectados pelo grupo de trabalho relaciona-se com a dificuldade de alargamento dos horários dos serviços, em particular no que se refere ao período da noite, sendo que são crescentes as solicitações nesse sentido por parte da população, em especial, por parte de idosos com dependências (pp. 46-47).

(c) Necessidades *vs.* perspectivas de intervenção futura

Sendo manifestamente insuficientes os equipamentos de apoio a idosos existentes no concelho torna-se, no entanto, necessário aprofundar o conhecimento sobre as carências reais do tipo de apoios a criar para esta

faixa etária da população, quer na zona urbana, quer nas zonas rurais. A população idosa penicheira apresenta características culturais, hábitos de vivências quotidianas, situações familiares e socio-económicas, expectativas de vida e orientações da vontade as mais diversificadas, realidades que não poderão ser ignoradas quando se pretender oferecer serviços de apoio que, de facto, respondam às reais necessidades das pessoas e sejam um valor acrescentado a contribuir para a melhoria da qualidade das suas vidas, da sua realização pessoal e social, do seu bem-estar.

Encarando a desadequação da oferta em relação à procura de respostas para equipamentos sociais para idosos, existem vários projectos para o Concelho que são preconizados por instituições locais:

- Dois projectos foram sujeitos à apreciação da Comissão de Gestão e Coordenação e obtiveram parecer favorável em 25/09/03: (i) Um do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche, para a criação de instalações novas para o Lar de Santa Maria, com valência de Lar, Unidade de Apoio Integrado e Cuidados Continuados de Saúde – para o qual dispõe de terreno –, em fase de candidatura; (ii) Um da Associação de Solidariedade Social de Ferrel, para a criação de um equipamento com valências de Lar, Centro de Dia/Centro de Convívio e Apoio Domiciliário – para o qual dispõe de terreno –, em fase de candidatura;
- Projecto da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, para a criação de um Lar – para o qual dispõe de um terreno – e de um Centro de

Convívio – para o qual conta com o contributo de um grupo de voluntárias –, em fase de concepção de projecto;

- Projecto promovido pela Acompanha para a criação de um Centro de Dia/Centro de Convívio – em relação ao qual está a diligenciar a disponibilização de um espaço –, em fase de concepção de projecto;
- –Projecto do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia, para a criação de um equipamento com valências de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário – para o qual dispõe de terreno –, em fase de concepção de projecto.

Como vias de Desenvolvimento a seguir, refiram-se os seguintes aspectos:

- Identificar e caracterizar as necessidades da população idosa;
- Assegurar a progressiva cobertura do Concelho com Equipamentos Sociais em falta, designadamente, nas valências de Lar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;
- Ampliar os horários dos serviços de apoio domiciliário, especialmente, de modo a permitir o alargamento para o período da noite e fins-de-semana;
- Reforçar as dinâmicas de trabalho em parceria entre serviços e instituições a actuar na área social da população idosa;
- Fomentar actividades de lazer;
- Fomentar a participação dos Serviços de Saúde e a articulação em parcerias com os mesmos;

- Promover a criação de uma Unidade de Apoio Integrado e o reforço dos Cuidados de Saúde Continuados;
- Encontrar respostas institucionais para a gestão de situações de vida terminais;
- Apostar na qualificação e formação profissional dos profissionais, técnicos e dirigentes;
- Diligenciar no sentido de se obter mais apoios por parte da Segurança Social ao nível dos acordos de cooperação (típicos e atípicos) e relativamente a utentes carenciados (pp. 47-49).

I.5. TURISMO E LAZER

5.1. Dinâmicas da actividade turística: Oferta e Procura

As transformações económicas, sociais e culturais que se têm verificado nas últimas décadas contribuíram para a emergência de motivações e interesses que hoje tipificam as viagens e as deslocações dos indivíduos durante o seu tempo de lazer. Para uma melhor compreensão deste tipo de alterações, enunciam-se alguns desses factores de mudança: (i) aumento dos níveis de rendimento e do poder de compra; (ii) aumento do tempo livre, decorrente da redução do horário de trabalho; (iii) melhoria dos níveis de escolarização e de conhecimento, a que corresponde uma ampliação de interesses e que cria a figura de consumidor mais exigente e mais consciente da qualidade; (iv) desenvolvimento infra-estruturas, equipamentos e meios transportes, sobretudo ao nível de modalidades de viagem, que se traduzem na melhoria da mobilidade dos indivíduos; e (v) desenvolvimento das tecnologias de informação e educação.

As motivações para viajar e para usufruir do tempo livre, associadas a estas mudanças, mais ou menos objectivas, influenciam as características actuais da procura que passa a assumir contornos diversificados, consoante o nível cultural, económico, social ou até mesmo variável conforme o foco de interesse ou aspiração. A satisfação do prazer, assim como a realização de uma determinada experiência parece constituir-se, cada vez mais, como o principal motivo para uma dada deslocação. Daí que, mesmo que os produtos turísticos mais clássicos, como o Sol e Mar, permaneçam com elevados níveis de procura no nosso país, começam a emergir outros com

potencial de procura, como a Natureza ou a Saúde e Bem – Estar[7]. E esta tendência tanto é válida para a procura externa, como para a procura interna.

No caso de Peniche, conforme os fluxos de turistas nos últimos anos, comprovados pelas estatísticas[8], sabe-se que o turista convencional é, maioritariamente nacional, a estada média é de 2,6 noites, com uma taxa bruta de ocupação-cama de 34,8% no total de estabelecimentos. Sabendo que as estatísticas são tratadas com base nos estabelecimentos classificados na ex-DGT (agora integrada no Instituto de Turismo de Portugal), o universo hoteleiro apresentado para Peniche, exclui as pensões e os apartamentos, assim como o Parque de Campismo, o qual, embora classificado, não integra o conceito de hotelaria tradicional. Deste modo, para o INE, Peniche revela uma capacidade hoteleira que, em 2005, não ultrapassava os 7 estabelecimentos, com um total de 874 camas. Todavia, no contexto da região Oeste, verifica-se que para o mesmo ano, Peniche registou aproximadamente 20% das dormidas aí efectivadas que, em nº de hóspedes, se traduz em 16% do total da Região.

Os dados apresentados podem ser ilustrados nos quadros seguintes:

[7] Referência a 3 produtos da carteira dos 10 definidos no PENT – Planto Estratégico Nacional para o Turismo (www.turismodeportugal.pt)

[8] Dados estatísticos do Anuário Estatístico da Região Centro – 2006 (INE), com dados referentes a 2005.

Indicadores de Hotelaria, 2005

	Estada média no estabelecimento			Taxa de ocupação-cama (bruta)		
	Total	Hotéis	Pensões	Total	Hotéis	Pensões
	N.º de noites			%		
Portugal	3,1	2,6	2,2	39,1	41,8	23,7
Continente	2,8	2,4	2,0	37,0	40,4	22,7
Oeste	**2,1**	**2,2**	**1,8**	**27,3**	**32,0**	**17,3**
Peniche	**2,6**	**2,6**	**...**	**34,8**	**38,1**	**...**

Fonte: © INE, Portugal, 2006, Anuário Estatístico da Região Centro 2005.

Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, 2005

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	2 012	607	878	527	263 814	126 445	41 523	95 846
Continente	1 738	518	797	423	227 283	106 252	38 019	83 012
Centro	418	141	221	56	35 539	20 394	11 105	4 040
Oeste	**65**	**20**	**38**	**7**	**5 658**	**3 158**	**1 728**	**772**
Peniche	**7**	**3**	**2**	**2**	**874**	**570**	**23**	**281**

Fonte: © INE, Portugal, 2006, Anuário Estatístico da Região Centro 2005.

Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, 2005

	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	35 520 631	18 594 490	3 364 333	13 561 808	11 469 314	7 166 474	1 557 148	2 745 692
Continente	28 746 617	15 068 478	2 942 962	10 735 177	10 140 406	6 402 886	1 451 084	2 286 436
Centro	3 297 407	2 252 664	692 702	352 041	1 769 586	1 205 960	366 999	196 627
Oeste	**518 241**	**364 159**	**90 448**	**63 634**	**244 030**	**165 840**	**50 698**	**27 492**
Peniche	**102 390**	**79 545**	**...**	**...**	**38 731**	**30 319**	**...**	**...**

© INE, Portugal, 2006, Anuário Estatístico da Região Centro 2005.

Comparativamente com o ano de 2000, conclui-se que no panorama da oferta e da procura, sintetizado nestes dados estatísticos da hotelaria, não houve um alteração significativa das dinâmicas da actividade turística local, ainda que a parca evolução seja, ainda assim, positiva.

Conforme fonte local[9], em 2005, registaram-se 71000 dormidas no parque de campismo, que se traduz no movimento de 25000 utentes. O turista residencial, assim como o visitante, acabam por ser os principais contribuidores para a dinâmica turística do concelho de Peniche que se configura como espaço de segunda habitação e destino de fim-de-semana ou mini-férias. De uma forma sucinta, os principais recursos de atracção turística e que motivam a maioria das deslocações ao território consistem em: gastronomia, espaços balneares, prática de surf e outros desportos náuticos/radicais, a pesca desportiva e os recursos naturais e culturais, como a Reserva Natural das Berlengas e o Museu Municipal de Peniche.

5.2. Componente de Suporte e Recursos Turísticos

Um *recurso turístico* refere-se a qualquer elemento natural ou produto da intervenção humana, capaz de motivar a deslocação de pessoas a determinado local ou de ocupar os seus tempos livres. Nesta medida, e pensando no concelho de Peniche, um recurso turístico pode ser classificado como um determinado atributo de um território, de natureza visual ou física, tangível ou não, quer se encontre já em plena utilização no mercado turístico, quer seja considerado como detentor de potencialidades turísticas

[9] In www.jornaldepeniche.com, autoria de Francisco Manuel Salvador, "Reflexão sobre a Actividade do Turismo", de 26 de Novembro de 2007.

a curto ou médio/longo prazo.

Neste contexto, Peniche apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, tanto em quantidade, como em diversidade, especificidade e qualidade. Pese embora este quadro amplo de potencialidades, a verdade é que não existe uma estratégia para a rentabilização e promoção dos recursos, o que se traduz numa actividade empresarial desconcertada e de, certa forma, desqualificada. Os vectores de diferenciação dos recursos turísticos são definidos com base em aspectos avaliativos que distinguem o território, tais como: raridade e excepcionalidade, autenticidade e genuinidade dos recursos territoriais – naturais, histórico-arquitectónicos e culturais.

Com base no pressuposto do carácter de diferenciação do concelho de Peniche, apresentam-se e descrevem-se sucintamente os principais recursos turísticos existentes, tendo em consideração que, de acordo, com as orientações já definidas em matéria de posicionamento estratégico do Concelho, antecipado para um horizonte temporal de 25 anos, a situação geográfica de Peniche e a estreita ligação com o mar, constituirá a pedra basilar do desenvolvimento turístico.

Todavia, a relação com o mar tem sido persistentemente um dos principais traços condicionantes dos tecidos social e económico da cidade de Peniche. Mesmo as mudanças operadas por múltiplas transformações de escalas diferenciadas (regional, nacional e transnacional) não deixam de observar e integrar estas particularidades resultando em situações de alguma singularidade. Peniche situa-se numa zona litoral com grandes

potencialidades no domínio da pesca, não só porque se encontra bem posicionado face a alguns bancos de pesca como o Porto revela características propiciadoras da actividade. Do ponto de vista do turismo, a emergência de actividades relacionadas com o mar, de onde se destaca o papel do surf, cuja notoriedade é observada através dos eventos que vão ocorrendo, assim como os nichos de negócio e de mercado aí implantados e que surgem em torno da actividade do surf, deve ser encarada como uma oportunidade e enquanto factor contributivo para a consolidação da imagem de Peniche ancorada na Estratégia do Mar.

RECURSOS NATURAIS

A especificidade geomorfológica de Peniche, oscilando entre uma realidade insular/peninsular, parece ter moldado e condicionado de um ponto de vista socio-
-económico e cultural, as populações que ao longo dos tempos ocuparam este território, permitindo simultaneamente que o concelho de Peniche fosse palco de importantes acontecimentos históricos de índole nacional e internacional.

As **falésias calcárias** que bordejam toda a Península de Peniche contam uma história contínua, com mais de 20 milhões de anos da evolução geológica do Jurássico inferior de Portugal. A variabilidade da sucessão calcária e as condições dos afloramentos constituem uma óptima base para a realização de actividades de campo nos domínios da Estratigrafia, Paleontologia, Sedimentologia, Análise de Bacias Sedimentares, Geomorfologia, Património

Geológico e Geologia Ambiental.

O **arquipélago das Berlengas**, também classificado como Reserva Natural, para além de ser o principal local de nidificação de aves marinhas da Península Ibérica, abriga espécies de fauna e flora únicas em todo o mundo que urge preservar. A sua principal ilha designada por Berlenga, formação rochosa de magnífico granito róseo de belo efeito, com a idade aproximada de 280 milhões de anos e onde, pela força da erosão dos elementos, existem numerosas grutas marinhas de rara beleza.

A **baía entre o Baleal e Peniche** são referências inevitáveis quando se trata de descrever os recursos naturais deste território. Do lado Norte, a praia do Lagide é um local esplêndido para a prática do surf e bodyboard durante todo o ano. A praia do Baleal (lado Sul do istmo) é um extenso areal com águas mais tranquilas, dispõe de escolas de surf, campos de ténis, piscinas, discoteca e centro hípico. Até Peniche observam-se mais de dois quilómetros de areia branca e fina, com um complexo de pequenas dunas. Para além do Baleal, Peniche conta com outras **praias**, tais como: Praia do Porto de Areia Sul, Praia da Cova de alfarroba/Baía, Praia da Gâmboa, Praia de Peniche de Cima, Praia do Medão/Supertubos, Praia da Consolação, Praia de S. Bernardino e Praia do Molhe Leste.

Recursos Histórico-Culturais

Os recursos culturais correspondem a recursos tanto edificados, e que constituem o património físico de um território, como recursos não edificados e, nalguns casos, não tangíveis, por ilustrarem práticas e saberes tradicionais dificilmente reproduzidos noutros locais. O leque de traços e

manifestações culturais enraizados em Peniche imprime uma marca identitária forte que faz distinguir o concelho no contexto da Região Oeste e à escala nacional. Em certa medida, os produtos locais e/ou regionais conferem o carácter de distinção de um território, pelo que Peniche revela condições histórico-culturais e físicas capazes de promover o seu território do ponto de vista turístico.

Assim, das produções artesanais com aspectos diferenciadores, destacam-se as **Rendas de Bilros de Peniche**, produto com elevado potencial de certificação. Não é fácil localizar, com exactidão, a data do seu aparecimento em Peniche, "...ainda que seja indiscutível que já no século XVII os bilros saracoteiam nas almofadas cilíndricas das mulheres penichenses a dar vida às formas mais ou menos ingénuas dos desenhos traçados sobre os piques cor de açafrão, dado que, pelo menos num testemunho datado de 1625, se regista a doação de uma renda e, poucos anos depois, já a pintora Josefa de Óbidos as inclui em vários dos seus quadros" (in *www.peniche.oestedigital.pt*). Ainda no contexto das manifestações culturais do artesanato, atribui-se destaque à **construção naval** que, apesar de correr o risco de extinção, retrata a actividade dos estaleiros navais de Peniche, traduzida na construção das embarcações de madeira, utilizadas para a actividade pesqueira.

Ainda dentro do artesanato, mas no campo da **produção alimentar**, existem recursos culturais que deverão ser objecto de valorização numa estratégia de desenvolvimento turística, não só pela carga simbólica que lhes é conferida, mas também por constituírem alvo de procura efectiva por parte dos consumidores locais e visitantes. Tratam-se de produtos como: a Sardinha

de Peniche (conservas); o Pescado seco; os Bolos tradicionais (Esses, Ossos, Pastéis e Amigos de Peniche); e produtos já com estatuto de protecção DOP, como a Aguardente da Lourinhã e a Pêra Rocha do Oeste, cuja zona de produção engloba o concelho de Peniche. Pela proximidade do mar, as gentes de Peniche desde sempre se dedicaram à pesca, pelo que não é de estranhar que a sua gastronomia seja predominantemente dominada pelos pratos de peixe e marisco. Ainda que dificilmente, estas manifestações culturais possam ser consideradas artesanato, **pratos típicos** como a Caldeirada de Peniche, o Alfaquique com açorda de ovas, a Lagosta suada à moda de Peniche e a Sardinha assada constituem-se como recursos gastronómicos importantes, que devem ser considerados potencialidades turísticas associadas ao produto Gastronomia. Para responder a esta motivação específica da procura turística, existem restaurantes e pastelarias/confeitarias locais que promovem estes produtos/pratos tradicionais no contexto da sua oferta.

No que respeita ao **Património Edificado**, são considerados elementos com interesse turístico os seguintes:

Fortaleza de Peniche – mandada edificar por D. João III em 1557 e concluída em 1645 por D. João IV, que a considerou a principal chave do Reino pela parte do mar, destaca-se na Fortaleza de Peniche, para além da típica traça em estrela, o Baluarte Redondo – primeira fortificação construída na península de Peniche – a Torre de Vigia, e a capela de Santa Bárbara. Teve várias utilizações ao longo da história, tendo sido prisão política do Estado Novo entre 1934 e 1974, alojamento provisório de famílias portuguesas chegadas das antigas colónias ultramarinas em 1974, e a partir de 1984

albergue do Museu Municipal. Por estas razões, a Fortaleza de Peniche assume especial relevância enquanto importante documento de uma diacronia histórica de índole local e nacional.

Fonte do Rosário – Provavelmente construída no séc. XVI ou XVII, a Fonte do Rosário é actualmente uma imponente fonte de mergulho, na qual para maior comodidade de uso, foi construída uma rampa de acesso e um pequeno pátio interior que permitia a inversão do sentido de marcha das carroças e animais que transportavam a preciosa água para a Vila.

Gruta da Furninha – localizada na costa Sul da Península de Peniche, corresponde a uma cavidade natural ocupada durante o período pré-histórico, tratando-se da mais importante estação pré-histórica do concelho.

Igreja de S. Pedro – localiza-se no coração do centro histórico de Peniche, constituindo o maior templo do concelho. Datada do final do séc. XVI, apresenta-se dividida em três grandes naves.

Igreja da Misericórdia – Datada do início do séc. XVII, constitui pertença da Santa Casa da Misericórdia de Peniche. Esta igreja, anexa ao antigo hospital da referida instituição, ostenta no seu interior uma rara beleza decorativa, visível nos painéis azulejares seiscentistas, nas pinturas a óleo e no tecto decorado com caixotões, ilustrando cenas da Vida e Paixão de Cristo.

Santuário da Nossa Senhora dos Remédios – Localizada junto à costa no extremo ocidental da península de Peniche, constitui a base de um Santuário consagrado ao culto mariano. Desconhece-se a data de construção desta igreja supondo-se todavia que esta terá sido edificada provavelmente no séc. XVI. Segundo a lenda a imagem de Nossa Senhora terá sido encontrada

no séc. XII escondida numa pequena caverna, situada no local onde hoje se ergue a capela, tendo-se iniciado, a partir dessa data, o culto da chamada Senhora dos Remédios.

Forte de S. João Baptista – localiza-se na Ilha da Berlenga, tendo sido mandado edificar em 1651, por ordem de D. João IV, e concluído 1656. Viveu em Junho de 1666 o episódio bélico mais célebre da sua história quando foi sitiado por uma esquadra espanhola, comandada por D. Diogo Ibarra. Esta fortificação liderada pelo cabo Avelar Pessoa conseguiu resistir durante dois dias ao feroz bombardeamento inimigo. O esgotamento dos mantimentos e das munições, e a deserção de um dos soldados, que expôs a D. Diogo Ibarra a dramática situação da guarnição portuguesa, motivaram por fim a capitulação do Forte de S. João Baptista.

Touril (Atouguia da Baleia) – corresponde a um dos raros e, simultaneamente, mais antigos exemplares do género existentes em Portugal. Tal como o nome indica, parece corresponder a uma estrutura utilizada, como palco de lides tauromáquicas, porventura pela ociosa família real e nobreza, frequentemente hospedada no vizinho Paço da Serra de El-Rei. Desta estrutura, localizada no largo fronteiro à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Atouguia da Baleia, ainda se observam vários esteios de pedra, cravados no chão, delimitando a "arena".

Igreja de S. Leonardo (Atouguia da Baleia) – Constitui o mais antigo templo cristão do concelho, datando do séc. XII. Esta igreja de estilo gótico, consagrada a S. Leonardo, terá sido edificada, segundo a tradição, utilizando ossos de uma baleia que teria dado à costa.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Atouguia da Baleia)- Datada dos finais séc. XVII, é um templo de estilo barroco, atribuível ao arquitecto João Antunes, construído com as esmolas da população e de algumas figuras da nobreza portuguesa seiscentista, como a rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, segunda mulher de D. Pedro II.

Forte da Consolação - mandado edificar em 1641 por D. João IV, e concluído em 1645, segundo lápide existente acima do portão principal, insere-se numa ampla política de defesa e fortificação da linha costeira da região de Peniche, com forte implemento após a Restauração.

RECURSOS DE SUPORTE

Do ponto de vista da caracterização dos recursos turísticos de suporte do Concelho de Peniche, pensa-se que a aliança entre alimentação e património, entendida como base de representação da identidade sócio-cultural de um determinado território, deve materializar-se através do papel desempenhado por estruturas como os restaurantes, percursores de novas funcionalidades e filosofias de mercado, os quais procurarão dar resposta aos novos interesses e necessidades dos turistas.

A diversidade e quantidade de **restaurantes** é alargada, mas a sua diferenciação é um requisito quando se trata de avaliar um recurso de qualidade para a actividade turística. No entanto, dispõe-se de uma oferta de restauração consolidada e cuja notoriedade de alguns estabelecimentos, associada a determinados pratos tradicionais, constitui um forte motivo de procura turística e/ou de lazer.

Quanto à oferta de **alojamento**, Peniche apresenta uma capacidade considerável, que, de acordo com o site do município[10] ultrapassa largamente os registos publicados pelo INE. Naturalmente que numa análise e reflexão sobre as dinâmicas da componente estrutural de suporte da actividade turística, será importante caracterizar a tipologia de serviços oferecidos por estes estabelecimentos, como forma de aferir o nível de qualidade. Além disso, no desenvolvimento de uma estratégia de promoção turística, os empresários deste sub-sector deverão ser chamados a participar na concertação de objectivos comuns para o Concelho.

O quadro seguinte pretende demonstrar o número de recursos de alojamento turístico disponíveis em Peniche, por classificação de modalidade de alojamento.

Categoria	Identificação	Localização
Hotéis	Atlântico Golfe Hotel	Praia da Consolação
	Hotel Praia Norte	Peniche
	Sol Peniche Hotel	Peniche
Aparthotéis	D. Rita Park	Praia da Consolação
Pensões e Residências	Albergaria Maciel	Peniche
	Atlantis	Casais do Baleal Ferrel
	Baleal à Vista	Casais do Baleal Ferrel
	Casa das Marés I/Casa das Marés II/ Casa das Marés III	Ilha do Baleal (Ferrel)
	D. Inês de Castro	Coimbrã (Atouguia da Baleia)
	Mar Azul	Serra d'El Rey
	Pavilhão Mar e Sol	Ilha da Berlenga (Peniche)
	Pensão Avis	Peniche

[10] www.peniche.oestedigital.pt

	Pequena Baleia	Ilha do Baleal (Ferrel)
	Residencial Cristal	Peniche
	Residencial Katekero II	Peniche
	Residencial Marítimo	Peniche
	Residencial Mili	Peniche
	Residencial Mira Mar	Peniche
	Residencial Popular	Peniche
	Residencial Rimavier	Peniche
	Residencial Vasco da Gama	Peniche
	Rocha Mar	Casais do Baleal
	S. Leonardo	Atouguia da Baleia
Parque de Campismo	Área de Campismo da Berlenga	Ilha da Berlenga
	Parque Municipal de Campismo	Peniche
	Peniche Praia Camping	Peniche
Outros	Pousada Casa Abrigo – Forte São João Baptista	Ilha da Berlenga
	Alojamento particular – Casa da Reserva	Ilha da Berlenga
	Alojamento particular – Posto de Turismo	Peniche
	Hospedaria – Pinhalmar	Peniche
Turismo em Espaço Rural	Casa do Castelo (TR)	Atouguia da Baleia
	Paço Real (TR)	Serra d'El Rei
	Villa Berlenga Hollidays, lda. (TR)	Atouguia da Baleia

Os recursos de suporte integram, para além do alojamento e da restauração, os serviços que, de uma forma ou de outra, contribuem para a permanência dos visitantes/turistas no local e para garantir uma melhor qualidade no acolhimento. No caso concreto da oferta disponível em Peniche, essa rede de serviços encontra-se, na sua maioria, orientada para objectivos de animação turística, aproveitando os recursos náuticos, marítimos e pesqueiros do

Concelho. O quadro seguinte sistematiza o perfil de empresas ligadas ao Turismo Activo com actividade em Peniche. Esta breve apresentação servirá para confirmar o quadro de potencialidades turísticas do Concelho.

Categorias das Empresas de Animação Turística e Equipamentos
Golfe
Hipismo
Pesca Desportiva (de Alto Mar, Barcos/Motores/Aprestos, Equipamentos/Iscos Vivos)
Tenis
Escolas de Surf
Cruzeiros Turísticos
Mergulho/Caça Submarina

Para além dos equipamentos e serviços orientados para o turismo, existe um conjunto diverso de outros factores de suporte a esta actividade, igualmente importantes para o seu desenvolvimento. Um dos principais aspectos relaciona-se com as acessibilidades. Contando que o novo troço (IP6) que liga a A8 a Peniche (e esta à capital de distrito e concelhos vizinhos) induz uma melhoria da mobilidade e integração territorial, quer em termos de proximidade geográfica à AML, quer a perspectiva de atracção de fluxos de visitantes e investimentos, facilitados pela lógica de corredor viário com Espanha e a Europa (IP6-A23).

Os equipamentos de saúde e de segurança pública são aspectos importantes de suporte à actividade turística, sobretudo para alguns segmentos da procura, como a terceira idade, a quem importa sobretudo a qualidade do serviço e a garantia de funcionamento deste tipo de infra-estruturas de

apoio. Peniche dispõe de um hospital, de quatro centros de saúde (ou extensões), cinco farmácias e quatro consultórios médicos.

No que concerne a serviços prestados por rent-a-car e agências de viagem, Peniche oferece serviços mínimos, os quais num cenário da dinamização da actividade turística, seriam insuficientes.

No sector da cultura e do lazer, importa referenciar a oferta de equipamentos que podem acolher eventos com interesse e projecção pública, assim como animar os turistas, complementando assim a oferta interna dos alojamentos turísticos. Essa oferta caracteriza-se por uma sala de espectáculos e uma sala de conferências, um ecrã de cinema e três bibliotecas.

5.3. Quadro Geral das Potencialidades de Desenvolvimento

Quando se trata de caracterizar as potencialidades orientadas para as actividades turísticas e de lazer de um território importa ter em consideração o quadro de mudança da actividade a um nível macro. Podem resumir-se estas transformações com base na ideia de que as motivações e interesses dos turistas têm vindo a ser alteradas, em função de predisposições psicológicas, culturais e sociais que se interligam a factores de conjuntura económica, mas também de natureza cultural. Em traços gerais, o turista tornou-se mais exigente quanto à relação produto – preço, passou a procurar destinos alternativos ao sol e praia, optando por estadias mais curtas, ao mesmo tempo que foi manifestando um interesse acrescido por recursos como o património, a natureza, a cultura, o desporto ou a gastronomia.

Para dar resposta a este contexto de procura, cabe aos agentes reguladores da actividade turística, garantir uma adequada ocupação territorial, uma acertada defesa dos recursos turísticos e a sua transformação em produtos, assim como uma rigorosa planificação da oferta de alojamento nas suas diversas componentes e modalidades. Além disso, por forma a acompanhar as transformações sentidas no sector, surge a necessidade de desenvolver acções promocionais enfatizantes dos traços distintivos das várias realidades e contextos regionais e que, desta forma, visam divulgar o local como espaço atractivo e espaço turístico.

O cenário descrito de evolução da actividade turística tem sido, no entanto, partilhado por problemas estruturais que afectam o concelho de Peniche. Entre esses estrangulamentos, pode apontar-se:

(i) a reduzida taxa média de ocupação na hotelaria; (ii) a acentuação da sazonalidade dos fluxos turísticos, tanto do turista convencional como do turista residencial e do visitante; (iii) falta de concertação estratégica do lado da oferta, que inibe o desenvolvimento de acções conjuntas; (iv) e falta de profissionalização das empresas a operar no sector.

Pesem embora as actuais debilidades, a existência dos recursos diagnosticados e das dinâmicas da oferta turística tem induzido um incremento da procura, à qual se pretende dar uma resposta com maior eficácia, através destas linhas de reflexão.

O quadro seguinte pretende sistematizar o panorama geral das potencialidades do concelho de Peniche no que à actividade turística diz respeito, traçando um quadro de intervenção que mobilize acções de aproveitamento dos recursos e transforme as potencialidades em oportunidades de desenvolvimento. Perspectiva-se também a integração das linhas de desenvolvimento dos recursos locais de Peniche com vocação turística na Estratégia Nacional para o Turismo.

Recursos	Descrição	De Recursos a Potencialidades
Geográficos e Naturais	• Localização Central (proximidade geográfica face à AML); acessibilidades facilitadoras da ligação a centros	• Exploração de recursos pesqueiros (dinamização do tecido económico e empresarial com repercussões na restauração e programas turísticos relacionados com a tradição haliêutica). • Desenvolvimento de actividades ligadas ao mar, designadamente relacionadas

	urbanos e a Espanha. • Inserção na linha costeira • Existência de falésias calcárias com importância histórica • Reserva Natural das Berlengas • Praias com vocação para a prática de surf e para a prática balnear • Baía entre o Baleal e Peniche	com desportos náuticos e actividades marítimo-turísticas. • Desenvolvimento de actividades de exploração e investigação científica, ou com objectivos educativos (ligadas à Estratigrafia, Paleontologia, Geologia). • Criação de programas de educação ambiental e de ciência educativa a partir dos recursos geológicos e da reserva natural das Berlengas. • Estruturação de programas culturais e passeios turísticos ao Arquipélago das Berlengas (criação de programas turísticos integrados – p.e articulação entre birdwatching, mergulho e gastronomia). • Limpeza e melhoramentos balneares das praias do Centro de Peniche, por forma a serem detentoras da Bandeira Azul. • Promoção de eventos nas zonas balneares em época de veraneio de forma estruturada e não sobreposta. • Conservação do areal e da paisagem costeira. • Dotação da praia do Baleal de equipamentos e infra-estruturas promotoras de uma oferta integrada de serviços turísticos (alojamento, animação turística e recursos complementares).
Económicos	• Perfil de especialização de Peniche no contexto da região Oeste – actividade das pescas e indústrias/serviços associados: captura de peixe, indústria de conservas, indústria do frio e estaleiros navais	• Modernizar e apoiar a fileira das pescas. • Atrair novos activos para as actividades económicas da Fileira e incrementar a criação de novas empresas e o desenvolvimento tecnológico, potenciando o ensino e a qualificação de recursos de nível superior e profissionalizante (Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, FOR-MAR e Cenfim). • Concentrar oferta de serviços de pesca desportiva.

	• Actividades ligadas ao mar enquanto recurso económico-produtivo, turístico e de recreio	• Dar maior projecção à actividade da pesca (programas culturais e pedagógicos, que incluam a actividade do porto de pesca, da construção e reparação naval e das actividades associadas). • Aproveitamento da energia das ondas (projecto em desenvolvimento nos estaleiros navais). • Apoiar a actividade de manutenção e reparação das embarcações. • Implementar modelo de gestão dos recursos pesqueiros.

(continua)

(cont.)

Recursos	Descrição	De Recursos a Potencialidades
Histórico-Culturais	• Produtos e produções artesanais com elevado valor histórico e identitário • Produtos tradicionais de qualidade (com nome protegido) • Gastronomia - enraizada nas ligações com o mar e com a actividade pesqueira	• Certificar as Rendas de Bilros de Peniche (por forma a salvaguardar um património cultural comum, garantir a continuidade da actividade e valorizar as produções no mercado). • Apoiar o trabalho de construção das embarcações típicas utilizadas na pesca de Peniche. • Divulgar a técnica do pescado seco e qualificar a produção. • Difundir a imagem da Sardinha de Peniche (quer através da indústria conserveira, como através da restauração). • Valorizar e divulgar os bolos tradicionais (esses, ossos, pastéis e amigos de Peniche). • Afirmar a produção de Aguardente da Lourinhã (DOP) e Pêra Rocha do Oeste com incidência em Peniche. • Divulgação do produto Gastronomia em torno dos pratos com maior tipicidade - Caldeirada de Peniche, Alfaquique com Açorda de Ovas, Sardinha Assada e Lagosta suada à moda de Peniche). • Identificar os restaurantes com pratos típicos e atribuir-lhes uma marca comum.

Património Edificado	• Fortificações com interesse e relevância histórica	• Apostar na conservação e reabilitação do património. • Criar e implementar uma rota associada ao património de Peniche.
Recursos de Suporte	• Restauração • Alojamento • Empresas de Animação Turística (Turismo activo e desportivo)	• Apostar na diferenciação da rede de restauração existente (aliar a notoriedade a critérios de qualidade). • Qualificar e profissionalizar o tecido empresarial. • Apostar na contratação de recursos humanos qualificados. • Implementar estratégias complementares ao serviço de alojamento (dispor de serviços de animação internos ou de regime de prestação de serviços com empresas locais). • Integrar a oferta de serviços de turismo activo e desportivo, numa lógica não concorrencial, mas que tenha por base a qualidade dos serviços e a satisfação da procura). • Promover actividades de mergulho, pesca desportiva e cruzeiros turísticos (funcionar em rede e com um calendário de eventos). • Associar estes produtos turísticos a outros numa lógica de compósito (turismo activo e gastronomia, turismo cultural e turismo activo...).

Face a este cenário de potencialidades, importa ter presente que existem fragilidades a inverter que afectam e condicionam o desenvolvimento da actividade turística, bem como linhas estratégicas a prosseguir e projectos-âncora a implementar.

Sem aprofundar a componente de orientações e desafios que podem sustentar uma estratégia de desenvolvimento da actividade turística em torno dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes em Peniche, avança-se com algumas pistas de reflexão neste domínio.

A criação de uma Marca Territorial parece ser o vector-chave onde ancoram as outras iniciativas específicas de valorização dos recursos e aproveitamento das potencialidades. A promoção de Peniche em torno do recurso natural **MAR,** e que consiste também num símbolo de representação da identidade local, constitui-se como uma forma de focalizar e integrar desenvolvimento da actividade turística. No âmbito da criação desta Marca Territorial – *Peniche, Cidade do Mar* – existem, deste ponto de vista, desafios estruturantes e prioritários que pretendem criar, transformar ou consolidar produtos turísticos emergentes.

Peniche – Cidade do Mar

Desafios Estruturantes	Medidas Prioritárias
Plano de Valorização do Artesanato, das Manifestações Culturais e Artísticas de Peniche	• Estratégia de desenvolvimento do património cultural de Peniche como mecanismo que visa atingir metas numa dupla óptica: (i) enquanto forma de salvaguardar o futuro de alguns modos de produção/concepção, bem como de produções e saberes enraizados na cultura local de Peniche e que tendem a entrar em declínio pela falta de atractividade das profissões associadas, assim como pela falta de procura; (ii) valorizar aquilo que, ao nível das manifestações culturais e artísticas do sector alimentar e não alimentar, pode ser associado ao território e por esta via, divulgar uma imagem de qualidade das produções que são alvo de diferenciação face a outras similares.; • criação de uma marca comum para os produtos e produções de Peniche; • desenvolvimento de projectos de qualificação

	diferenciados de acordo com o estatuto dos produtos/produções; • certificação das Rendas de Bilros de Peniche; • investimento numa infra-estrutura de apoio às artes tradicionais e produções locais (espaço de produção, mostra e venda); • valorização da tradição piscatória do Concelho – promoção dos recursos pesqueiros (captura, conserva, gastronomia).
Plano de Reabilitação Urbana	• Reorganização da Avenida do Mar e zona da Ribeira Velha, Porto de Peniche; • limpeza e arranjo do fosso da muralha. • melhoramentos nos equipamentos e infra-estruturas de apoio à prática balnear • ordenamento do território e planeamento urbanístico • percurso histórico do surf • valorização da fileira do Surf (promoção e desenvolvimento de actividades de produção, comercialização e consumo do surf)

(cont.)

Projectos Estruturantes	Medidas Prioritárias
Programa de Promoção Turística	• Reclassificação e reconversão dos estabelecimentos hoteleiros; • requalificação da Pousada na Fortaleza; • expansão da marina; • construção do aquário oceânico/marinho; • criação de centro de actividades náuticas, incluindo a escola e clube de mergulho; • aposta na implantação de um segmento de oferta de serviços relacionados com a talassoterapia e hidroterapia; • estabelecimento de programas de animação turística ao longo do ano (sistema de oferta integrada); • criação de um mega evento com projecção internacional ligado ao mar.
Intervenção na Paisagem e nos Recursos Naturais	• Protecção da Reserva Natural das Berlengas; • protecção das dunas, praias e património ambiental; • dessalinização da água do mar; • criação de gabinete técnico de protecção de recursos marinhos e pesqueiros; • implementação de pólo científico relacionado com a actividade piscatória (núcleo de investigação, pólo tecnológico e museológico/etnográfico) • criação de itinerários paisagísticos (passeios terra-mar).

I.6. ANÁLISE SWOT E DESAFIOS ESTRATÉGICOS

A metodologia de trabalho desenvolvido privilegiou a realização de *Ateliers de prospectiva*, de acordo com a metodologia e modalidades de participação caracterizados no Anexo. Estes Ateliers foram orientados para responder a perguntas simples e directas.

- Quem somos? Pontos fortes e pontos fracos
- Que pode acontecer? Desafios e ameaças
- Que podemos fazer? Que vou fazer? Como fazer?

Tendo presente a interacção estabelecida, o funcionamento dos Ateliers e a diversidade de actores locais participantes, aspectos que contribuíram para um forte cruzamento de questões e de contributos, opta-se neste ponto por elaborar uma sistematização de elementos da Análise SWOT e dos desafios estratégicos, segundo três grandes blocos analíticos:

- ✓ Recursos e identidades locais.
- ✓ Dinâmicas sociais e urbanas.
- ✓ Economia e integração regional e sectorial.

I.6.1. Análise SWOT

A. Recursos e identidades locais

Pontos fortes	Pontos fracos
• Condições climatéricas • Envolvente marítima e ambiente litoral • Localização geográfica estratégica • Património histórico-cultural/ tradições e identidade • Reserva Natural das Berlengas • Património natural e paisagístico • Património histórico e etnográfico • Património edificado (fortificações)	• Falta de investimento nas estruturas portuárias • Deficiente modelo de desenvolvimento para o arquipélago das Berlengas • Inadequação dos planos de ordenamento do território às dinâmicas locais • Funcionamento da ETAR • Corrosão e poluição costeira • Falta de gestão dos recursos piscícolas
Ameaças	**Oportunidades**
• Erosão costeira • Degradação dos recursos marinhos	• Barragem • Aproveitamento turístico e científico da Reserva Natural das Berlengas • Recursos naturais, ambientais e alimentares • Porto de pesca • Ligação terra/mar

B. Dinâmicas sociais e urbanas

Pontos fortes	Pontos fracos
• Dinâmica associativa • Iniciativas de cooperação institucional • Laços de vizinhança e proximidade • Energia reactiva da população • Dinâmica demográfica • Oferta formativa e educativa (Carta Educativa) • Unidades formativas com	• Equipamentos culturais com baixa resposta a novas procuras • Nível de escolaridade e de preparação tecnológica dos activos empregados • Níveis de desemprego • Precarização de empregos • Incapacidade de fixação de mão-de-obra qualificada • Reduzida oferta de postos de trabalho (escassez de oportunidades e saídas profissionais motivadoras

ofertas de formação ao longo da vida • Ensino Superior Politécnico em áreas de formação ligadas à especialização económica • ATL para as crianças (área urbana • Acessibilidades internas	• Desmotivação, insucesso e abandono escolar • Baixos níveis de literacia • Urbanismo: falta de qualidade ambiental e urbana • Valorização das áreas costeiras • Valorização dos espaços naturais • Espaços verdes públicos na área urbana • Infra-estruturas básicas nas zonas rurais • Planeamento urbanístico e ordenamento do território • Desertificação do Centro Histórico • Organização deficiente da segurança/protecção civil • Bairros sociais degradados • Saúde: falta de recursos e condições de acesso • Degradação dos índices de saúde pública • Desarticulação de famílias • Toxicodependência, alcoolismo • Políticas de prevenção do consumo de drogas • Pobreza e exclusão social
Ameaças	**Oportunidades**
• Aumento da criminalidade e das situações de risco • Sistema de saúde (encerramento das urgências) • Saída dos jovens para fora do Concelho e não fixação de quadros médios e superiores • Desemprego, falta de oportunidades para os jovens • Inércia, imobilismo (envolvente) • Desordenamento territorial e urbanístico • Delinquência e acréscimo de segurança • Centralização/falta de equidade na relação cidade/área rural • Má qualidade urbanística, com efeitos sobre o potencial de	• Melhoria das condições de vida e erradicação da pobreza associada a formas de ocupação • Novas formas de trabalho e novos tipos de emprego • Aumento da qualificação dos serviços e do emprego • Dinâmica de iniciativa do município • Reestruturação da rede de transportes públicos • Abertura de vias de comunicação entre o Baleal e o Béltico • Recuperação ambiental e urbanística do fosso das muralhas e zona envolvente • Ordenamento do território e planeamento urbanístico • Melhoria das acessibilidades •

atracção • Despovoamento da Cidade (perca de atractividade para fixação dos mais jovens) • Transportes públicos com baixa cobertura das novas procuras nas zonas rurais (pouco abrangente) • Risco de aumento da pobreza e exclusão social	• Rede de infra-estruturas concelhias • Constituição de uma rede de voluntariado para a animação, abertura e cuidado de espaços culturais • Aposta numa cultura do voluntariado em diferentes áreas (cultural, social, …) • Introdução de hábitos de cidadania • Investimento sério no factor cultural/social

C. Economia e integração regional e sectorial

Pontos fortes	Pontos fracos
• Localização geográfica privilegiada com boas acessibilidades • Artes tradicionais (pesca, renda de bilros, …) • Potencial de desenvolvimento das estruturas portuárias • Diversidade das actividades económicas • Conhecimento técnico indústria do pescado (densidade de actividades, tradição produtiva, formação especializada, …) • Património histórico e etnográfico • Competências na fileira das pescas • Fileira da onda (novas identidades) • Condições geográfico-ambientais e culturais (potencial turístico) • Agricultura/horticultura de qualidade • Instituição Ensino Superior (Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar) • Praias de qualidade • Mar em todas as dimensões • Organização regular de eventos e actividades culturais • Gastronomia associada ao mar • Fontes energéticas alternativas (energia das ondas e energia eólica) • Potencial turístico da orla costeira	• Dependência excessiva da indústria da pesca • Indústria conserveira pouco estruturada e em perda de competitividade • Ausência de gestão sustentável de recursos pesqueiros • Baixo nível de cooperação entre empresas e de participação no movimento associativo empresarial • Baixos índices de iniciativa empresarial • Fraca articulação entre instituições (mundo empresarial e Ensino Superior) • Ordenamento do território e urbanismo • Insuficiência de infra-estruturas turísticas (quantidade e qualidade) • Inexistência de Áreas de Acolhimento Empresarial de qualidade e potencial atractivo • Higiene ambiental e atentados ambientais • Legislação ambiental reactiva • Consciência da população em relação à preservação dos recursos • Ausência de organização

(condições excelentes para desportos náuticos e recreio, surf, etc.) • Aproveitamento dos sub-produtos da pesca • Desportos náuticos e recreio • Aproveitamento dos sub-produtos da pesca • Reserva portuária estratégica • Pesca como atracção turística	estratégica do sector da pesca

Ameaças	Oportunidades
• Alterações climáticas e subida do nível médio do mar • • Pouca qualidade do turismo local e ameaça dos potenciais turísticos próximos • Degradação dos recursos marinhos • Deslocalização das indústrias, nomeadamente da indústria conserveira e actividades conexas • Falta de infra-estruturas turísticas • Concorrência no sector das pescas • Poluição ambiental e desaparecimento dos recursos piscícolas • Degradação dos recursos turísticos fruto da eventual massificação • Concorrência de portos de recreio de outras cidades costeiras	• Localização geográfica estratégica (ligações interregionais e proximidade com centros de decisão e com Espanha) • Apoio ao empreendorismo e à criação de auto-emprego • Energias renováveis • Turismo (agro-turismo e potencialidades ligadas ao mar) • Serviços de qualidade e embelezamento do Concelho • Valorização, apoio e requalificação da pesca (indústria de viveiros/produtos marinhos e aproveitamento de sub--produtos via inovação) • Desenvolvimento de conhecimento de base (bio)tecnológica • ESTM (pólo de transferência de conhecimento e centro de investigação científica relacionada com o mar) • Especialização na indústria do mar (pesca sustentável, produção de recursos marinhos e aquacultura, …) • Participação dos turistas (nacionais e/ou internacionais) na faina da pesca • Fileira da onda • Turismo náutico e prática de desportos náuticos (desporto activo e de aventura)

I.6.2. Desafios estratégicos

Nos pontos seguintes procede-se a uma breve sistematização dos desafios estratégicos inventariados a partir das sessões temáticas dos Ateliers de Perspectiva.

A. Recursos e identidades locais

- Melhorar e proteger a Reserva Natural das Berlengas
- Melhoria substancial das acessibilidades
- Melhorar o ambiente e criar condições de vida de excelência
- Protecção das dunas, praias e património ambiental
- Ordenamento urbanístico
- Defesa da vida selvagem aquática/Aquário marinho
- Área de protecção de recursos marinhos
- Aposta na dessalinização da água do mar
- Valorização dos meios naturais para a criação da "Marca" Peniche
- Mais iniciativas que possibilitem aos jovens entender o que é ser pescador (continuação do ISTMO?)
- Promoção da imagem (cidade mais ocidental da Europa, Peniche "cidade do mar")
- Marketing territorial mais forte. Ex: sardinha, rendas, história (cultura), o surf (enquanto turismo sustentável e planeado), natureza e paisagem
- Resolução do problema das infra-estruturas básicas, designadamente: falta de água no concelho, rectificação da ETAR

existente, construção de uma ETAR na zona rural, resolução do problema dos maus cheiros na zona urbana e rural.;

B. Dinâmicas sociais e urbanas

- Estrutura ecológica urbana
- Investimento no *empowerment* da população carenciada
- Combate à exclusão e promoção da inovação
- Valorização do diálogo social
- Modelo de desenvolvimento urbano baseado no uso em detrimento da posse
- Aproveitamento do fosso das muralhas
- Valorização da profissão "pescador"
- Ordenamento costeiro
- Educação ambiental e cultural/educação cívica
- Coordenação da intervenção do associativismo e dos recursos a ele associados/funcionamento em rede.

C. Economia e integração regional e sectorial

C1. Economia do mar

- Criar um grande evento internacional ligado ao mar
- Incentivar o desenvolvimento da hotelaria
- Aproveitamento integral do mar
- Expansão da marina já construída há anos
- Porto de recreio
- Marina oceânica de grande capacidade

- Peniche: zona marítima nacional de recreio
- Pólo científico relacionado com as pescas
- Criação de uma "Aldeia do Surf"
- Centro de desportos náuticos/"onda" (vela, surf, windsurf,…)
- Criação de um destino turístico especializado em actividades ligadas ao mar
- Criação de infra-estrutura que agregue actividades lúdicas com centro de investigação marinho
- Aquicultura;
- Promoção de Peniche como destino dos circuitos mundiais de desportos aquáticos e vento
- Mar como elo de ligação para desenvolvimento do turismo
- Porto de águas profundas
- Principal porto de recreio náutico da costa atlântica portuguesa
- Criação de produtos diferenciados das indústrias transformadoras de pescado que permitam a continuidade desta actividade

C2. Energias renováveis

- Criação de uma estrutura complexa para aproveitamento da energia das ondas (energias renováveis)
- Criação de um cluster de aproveitamento de energia das ondas em off-shore
- Investimento nas energias renováveis e no aproveitamento da água do mar para consumo
- Implementação de centrais de energia das ondas e do vento

- Peniche dispõe de uma plataforma de apoio à produção de energia das ondas e eólica *off-shore*
- Cluster "energias renováveis" – energia das ondas
- Qualificação profissional;

C3. Turismo

- Pólo turístico da região Oeste
- Investimento de indústria ligada ao turismo marítimo
- Potenciação das condições naturais com aposta no desenvolvimento turístico (maior e melhor oferta cultural, maior aposta nos recursos marinhos, maior marketing promocional);
- Peniche cidade das actividades turísticas e desportivas litorais
- Actividades lúdico-desportivas "próprias" pesca, mergulho, surf, kitesurf"
- Turismo associado ao tipicismo das pessoas da pesca e da gastronomia e aos desportos náuticos, elevando a qualidade através da associação à paisagem aos passeios marítimos e aos percursos costeiros
- Turismo de qualidade, estruturado em torno do mar como elemento potenciador e fundamental no desenvolvimento do sector
- Pólo turístico de oferta integrada com a natureza, de qualidade
- Turismo sustentável e sustentado
- Roteiro "natureza", passeios terra-mar, grutas, fósseis, Berlengas

C4. Inovação empresarial

- Pólo tecnológico, ninho de empresas
- Hortofruticultura (estrutura e céu aberto) e agricultura biológica
- Apostar fortemente no desenvolvimento de indústrias baseadas no aproveitamento do património natural. Exemplo: produção energética (sol/mar/vento)
- Criação de zona industrial fora da cidade, com infra-estruturas adequadas, comportando um refeitório/cantina comum, creche e quem sabe até pequenos serviços
- Implementação de pólo tecnológico/parque empresarial
- Centro de desportos náuticos – onda
- Produção e desenvolvimento das algas (aproveitamento para alimentação, cosmética, etc.) "Maternidades piscícolas"
- Peniche capital do peixe
- Desenvolvimento da aquicultura e da indústria transformadora associada
- Gás natural
-

C5. Marketing territorial

- Criar a marca Peniche e divulgar a nível nacional e internacional, sobretudo no mercado ibérico (Peniche "A Praia do Oeste")
- Peniche cidade de mar. Orientação estratégica e afirmação na vertente marítima.

PARTE II – QUADRO PROSPECTIVO DE DESENVOLVIMENTO

Num país em que a decisão pública não assenta normalmente na recolha estruturada e aberta dos contributos dos cidadãos, representantes ou não de interesses legítimos instalados, o exercício de prospectiva estratégica realizado em Peniche entre 2007 e 2009, constitui um bom exemplo de participação popular organizada e que deu ao município um contributo com uma mais-valia indiscutível.

O trabalho desenvolvido nos ateliers de prospectiva organizados pela Câmara Municipal de Peniche (cf. Anexo – Metodologia de Prospectiva), permitiu delinear quatro cenários base, dos quais um deles se dividiu em dois, tendo posteriormente sido escolhido um como o mais desejável para o Concelho de Peniche no horizonte de 2025. Como em todos estes exercícios de prospectiva, nenhum deles se realizará como foi antecipado, uma vez que tal esforço se destina a gerar visões de futuro que ajudarão à decisão para se caminhar no sentido desejado.

Mesmo assim, as contrariedades e contingências, bem como as insuficiências de meios, dificultarão chegar-se facilmente ao fim desejado. Também sabemos que se nada for feito, a destino está também marcado, uma vez que se degradarão as condições de partida.

Certamente que os cenários e as linhas de acção estratégica aqui apresentadas, continuarão a ser discutíveis e nunca serão soluções fechadas e irreversíveis. Contudo, também devem ser analisadas no contexto sistémico, que resultam da interligação entre a análise retrospectiva, bem

como do diagnóstico efectuado sobre o Concelho de Peniche nos últimos 20 anos, com as apreciações feitas no horizonte de 2025, ancoradas pela explicitação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades hoje verificados, bem como dos grandes desafios estratégicos, inércias e da enumeração dos factos portadores de futuro que foram enunciados pela mais de uma centena de participantes naqueles ateliers de prospectiva.

A utilização da metodologia prospectiva num processo contínuo, para alimentar o debate público e apoiar a decisão estratégica tem sido ensaiada, entre outros autores, por Jean-Paul Bailly, nomeadamente no suporte de um Relatório que elaborou para o Conselho Económico e Social de França.

Este especialista conjuga todo este processo no que designa por **modelo de governância**, num processo que conduz "a inventar novas práticas de democracia, atentas aos locais e às pessoas, e a implementar uma pedagogia de adaptação a um mundo complexo, dando desenvolvimento:

- à procura de respostas locais para uma economia global;
- à capacidade de fazer funcionar o conjunto dos actores públicos e privados, tanto ao nível local como global;
- à promoção dos territórios dinâmicos e abertos;
- às respostas às exigências de democracia e de participação dos cidadãos;
- à implementação de ordenações sociais que se baseiem tenuemente na autoridade;

- à valorização do "potencial de desenvolvimento dos homens"."[11]

Afirmar hoje que se conseguiram atingir todos estes objectivos no trabalho feito em Peniche, poderá ser discutível porque só em 2025 será possível saber se o trabalho foi conseguido em termos formais. Contudo, já é possível dizer hoje que todos aqueles que participaram neste processo aprenderam e ensinaram conjuntamente a pensar melhor o Concelho de Peniche nos nossos dias e no que é desejável para o futuro. Para todos eles, o processo já teve resultados concretos.

Peniche vai, naturalmente, beneficiar desta reflexão!

[11] ***Demain est déjà lá: Prospective, débat, décion publique***, Saint-Étienne (France), éditions de l´aube, 1999, pg 7/8

II.1. Desafios Estratégicos

A utilização da Análise SWOT, cujos resultados se apresentaram no final da Parte I, permitiu desenvolver um exercício de prospectiva de suporte à elaboração de Cenários.

A metodologia adoptada (Análise de Jogo de Actores) foi orientada no sentido de formular questões-chave de prospectiva e identificar as principais incertezas para o futuro, partindo de um levantamento prévio de desafios estratégicos e de objectivos que lhe estão associados, com contraste suficiente para evidenciar estratégias e prioridades dos actores em presença (cf. quadro seguinte e Anexo).

Com base no exercício MACTOR foi possível chegar a uma das conclusões prévias mais importante no sentido de que existe uma interessante **consonância da grande parte dos actores locais sobre os objectivos**, quer no sentido da concordância, quer no sentido da discordância. A resolução das principais questões-chave tem, assim, uma incerteza maior em função da necessidade de apoios ou intervenção de actores externos que Peniche não domina e que tem dificuldade em influenciar até pela sua posição subalterna (como todos os municípios de menor dimensão em termos de número de eleitores), no contexto nacional e europeu.

Desafios estratégicos	Objectivos associados
Desenvolvimento do Concelho	1. Prioridade ao turismo com dominante das "novas actividades náuticas", nomeadamente nas áreas da observação e experimentação
	2. Desenvolvimento baseado na prospecção de petróleo
	3. Prioridade às actividades ligadas com o Mar, nomeadamente à pesca, transportes marítimos e turismo "sol/mar"
Porto de Peniche	4. Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas para entrada de cruzeiros (desligado do centro tradicional)
	5. Marina oceânica
	6. Porto de recreio ou marina urbana e porto de pesca costeira de proximidade (integrado no centro tradicional)
Berlengas	7. Reserva Natural de acesso condicionado
	8. Utilização e acesso livre
Investimentos relacionados directamente com mar	9. Aposta na criação de "recifes artificiais" e na aquacultura, com condicionamento e limitação na pesca (capturas) industrial tradicional
	10. Criação da "Aldeia do surf" com condicionamento dos investimentos no porto
	11. Dessalinização da água do mar financiada por fundos públicos mas com penalização do custo do abastecimento de água
Urbanismo	12. Impedir drasticamente a construção na orla costeira e demolição progressiva das construções mais agressivas em termos ambientais
	13. Fomentar o desenvolvimento das segundas habitações e do turismo residencial
TURISMO – Modelo de desenvolvimento	14. Turismo de massa, sol e praia, com surf e pesca pouco apoiado, Berlengas e Baleal entregues ao seu destino (dominante 3* ou "low cost")
	15. Turismo de nicho de mercado (ecoturismo), gastronómico, e de saúde, sustentável, condicionado, utilizador-pagador (AGENDA 21) (dominante 4 ou 5*)

(continua)

(cont.)

Desafios estratégicos	Objectivos associados
Marketing de Peniche	16. Marca "PENICHE – Capital do Peixe ou Cidade mais ocidental da Europa", com certificação dos produtos regionais
	17. Outra marca transversal ao Concelho, região ou país, p.e., "Costa Oeste", "Mar Portugal", "Cidade do Surf", sendo Peniche uma sub- -marca
Animação	18. Grande evento anual/internacional dedicado ao mar
	19. Múltiplos eventos ao longo do ano
	20. Centralidade da animação nocturna na parte histórica
Fixação da população jovem	21. Apoios monetários aos casais jovens para fixação e maternidade
Integração na Região	22. Desenvolvimento especialmente centrado no Concelho
	23. Lógica regional do desenvolvimento com partilha de prioridades e responsabilidades
Restauração, artesanato e craft	24. Discriminação positiva ou apoios aos operadores que privilegiem os produtos ou a produção local ou no local
Logística	25. Privilegiar os transportes não poluentes no interior da Cidade e nas ligações com os centros turísticos (Baleal, praia Supertubos, Consolação, Cabo Carvoeiro, etc.) penalizando a utilização de transportes privados utilizando combustíveis fósseis
Habitação social	26. Construção de habitação social em Peniche pelo município ou privados
	27. Reconstrução da habitação existente e apoiar a construção de habitação nova através do investimento privado ou de cooperativas de habitação sem ser integrada em bairros sociais
Política ambiental	28. Critérios rígidos de defesa do ambiente com restrições máximas e critérios absolutos "poluidor-pagador"
	29. Critérios flexíveis ligando o ambiente a outros critérios como a criação de emprego, o crescimento económico, a criação de empresas, etc.

Aquela análise permite, igualmente, perceber claramente quais são os actores que comandam o jogo e, simultaneamente, que a maioria dos actores que pode ter um papel fulcral está interdependente entre si, o que vai obrigar a muita negociação e dialogo conjunto.

Verifica-se igualmente que há actores que estão muito dependentes dos restantes e cujas causas são minimizadas no actual e futuro contexto, bem como há outros actores que parecem estar autonomizados, não influenciando nem sendo influenciados pelos jogo, nomeadamente os investidores energéticos, os outros portos e a frota estrangeira, demonstrando que estas problemáticas são autónomas de Peniche.

Em síntese, e partindo da Análise de Jogo de Actores, é possível particularizar as questões-chave que serão utilizadas na construção dos Cenários.

(a) ***Actores dominantes***. Apenas a *União Europeia e o Estado português*, que estão institucionalmente a um nível superior - como entidades decisoras legisladoras e financiadoras - desempenham os papéis de *actores dominantes* (dispõem de um coeficiente de relação de força muito elevado) e quase independentes dos restantes, dado o seu estatuto superior em que um município não consegue influenciar ao nível estratégico, podendo fazê-lo apenas ao nível funcional desde que consiga mobilizar outros intervenientes. De referir que outros actores com papel ao nível regional ou local, não dispõem no actual contexto nem se espera que no horizonte de 2025, possam assumir um papel muito influente, nomeadamente as entidades de coordenação regional,

dado que estão sempre dependentes das politicas dos actores dominantes.

(b) ***Actores de ligação.*** O grupo dos *actores de ligação* junta a maioria dos actores com um papel activo local ou regionalmente – *CCDR´s, AMO, Quadros superiores, Cluster da Pesca, Organismos desconcentrados, Agricultores, Jovens e Estudantes, Proprietários de 2ªs residências, ESTM – Instituto Politécnico de Leiria, Decisores políticos, Turistas e desportistas, Empresas de turismo, Ensino Básico e Secundário e Centros Formação, Concelhos limítrofes, Comércio e Serviços, Construção e Obras Públicas e Imobiliário, Investidores exteriores e Media e opinion makers* – o que torna este exercício mais incerto e dependente de um conjunto muito alargado de factores. Neste conjunto temas actores com grande autonomia de acção e de decisão, como outros fortemente dependentes de instâncias superiores e outros dependentes do mercado ou dos seus membros. De qualquer forma deste grupo destacam-se actores, como os investidores exteriores, que dificilmente serão atraídas para desempenhar um papel activo no Concelho, a não ser que sejam incentivados por actores dominantes ou encontrem especificidades muito próprias. De salientar também o papel importante que neste caso desempenham os *media* e os *opinion makers*,

(c) ***Actores dominados.*** Entre os *actores dominados – Pescadores, Grandes Superfícies, idosos e reformados, movimento associativo e naturais de Peniche residentes fora do Concelho* – encontramos, segundo a apreciação do painel que participou na análise, actores que no caso do Concelho de Peniche têm ainda pouca importância como as grandes superfícies ou os

naturais de Peniche residentes no exterior, e outros actores que, por razões compreensíveis, têm hoje pouca influência no Concelho (caso dos pescadores artesanais não ligados à indústria de pesca, os idosos e reformados e mesmo o movimento associativo).

(d) Actores autónomos. No grupo dos *actores autónomos – Investidores em energia, outros portos e frotas estrangeiras* – temos entidades que, apesar de à primeira vista poderem ter grande influência nas decisões em relação a Peniche, pareceu aos participantes na análise que afinal são marginais ao processo decisório no Concelho. Este resultado suscita a constatação que afinal o Porto de Peniche no contexto nacional e internacional tem uma grande autonomia ou independência em relação às actuações os restantes portos ou mesmo dos operadores das pescas. A questão da energia, mesmo com as recentes informações sobre a possível pesquisa de petróleo na região, também, não afecta a compreensão do fenómeno descrito.

Com base nos resultados do MACTOR e dada a tendência consensual da maioria dos objectivos associados aos desafios estratégicos, identificam-se algumas questões centrais onde se encontra algum grau de conflitualidade, mas especialmente em relação a decisões de carácter exógeno. Assim, o objectivo mais controverso está ligado à "lógica regional do desenvolvimento com partilha de prioridades e responsabilidade", questão ligada à organização administrativa e de planeamento do país, que tem especial impacto no Concelho e nas suas aspirações (desafios estratégicos). Segue-se posteriormente as questões relacionadas com o uso e função a dar ao Porto de Peniche, bem como à

forma como é encarada a gestão sustentável do ecossistema de toda a área do Concelho. Finalmente, outra questão que pode parecer crucial diz respeito ao modelo de desenvolvimento e às actividades que podem servir de motor de desenvolvimento turistico-económico de Peniche.

A quase totalidade dos actores locais **converge** em relação à maioria dos **objectivos** segundo uma lógica de centros de interesse comuns e que ocupam especialmente as áreas das actividades emergentes ou tradicionais.

II.2. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Este exercício assenta num trabalho de selecção do campo dos possíveis e redução das incerteza é a fase do Método dos Cenários, que se seguiu à Análise dos Jogos de Actores, com vista a verificar a aderência do sistema definido aos futuros possíveis, desejados ou temidos.

Nesta fase, utilizou-se o **Método da Análise Morfológica**, em que se decompõe o sistema estudado em dimensões (*componentes ou incertezas*) e estas, nas suas várias configurações possíveis (*hipóteses*), constituindo as possíveis ou desejáveis imagens do futuro.

Utilizando este método tornou-se possível reduzir a incerteza e encontrar futuros mais possíveis que outros. Para reduzir a incerteza, o prospectivista pode determinar e estudar de forma global e sistémica, os factores-chave mais influentes, as tendências pesadas, as estratégias de actores e os "*factos portadores de futuro*", tentando averiguar do seu grau de verosimilhança.

Com base no trabalho feito antes, poderemos iniciar o **processo de construção dos cenários**, que consiste em descrever, de maneira coerente, as evoluções e os encaminhamentos, entre a situação actual e o horizonte escolhido, seguindo a evolução das principais variáveis do fenómeno e fazendo jogar os mecanismos de evolução compatíveis com os jogos de hipóteses retidos.

Definamos, então, as principais incertezas (*componentes*) e as hipóteses que se colocam a cada uma (*configurações*), divididas em dois grupos, o primeiro de enquadramento/envolvente e o segundo da realidade concreta a nível de Peniche:

INCERTEZAS DE CONTEXTO (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento da União Europeia	Modelo Social Europeu	Europa do Mercado	Europa Mediterrânica	Europa em Ruptura
Modelo da agricultura e da pesca (?) europeia	Apoio ao rendimento	Apoio à produção	Fim da PAC	
Modelo dominante de mercado no país	Liberal	Regulação	Desorganizado	
Modelo de desenvolvimento regional e local	Estado centralizador	Regionalização a 100%	Regionalização mitigada	Estado desconcentrado
Modelo de desenvolvimento do Oeste	Fortemente integrado e cooperativo com o Oeste	Auto-centrado	Colaboração por projectos com concelhos vizinhos	
Políticas de financiamento estrutural da região (dominantes)	UE	Estado Português	Recursos endógenos	
Modelo do sistema de ensino a nível nacional	Público	Privado	Misto	
Infra-estruturas logísticas	NAL – Ota + TGV Leiria e Ota	NAL – Margem Sul s/ TGV próximo	Aeroporto Portela (ou + 1)	

INCERTEZAS CRUCIAIS (Componente s	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Porto de Peniche	Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas	Porto de recreio ou marina urbana com porto de pesca costeiro de proximidade	Prolongar a actual situação com melhoramentos incrementais	Prolongar a actual situação com degradação face à falta de financiamentos
Prioridade da estratégia turística no concelho	Prioridade e apoio material às "novas actividades náuticas" (turismo activo de nicho e de experiência)	Prioridade e apoio material às actividades tradicionais ligadas ao mar, nomeadamente pesca, transportes marítimos e sol-mar (turismo de massa e passivo	Não priorizar mas apoiar ambas em função da procura	Não intervir
Desenvolvimento agrícola do concelho	Agricultura intensiva (estufas)	Agricultura biológica	Abandono tendencial da actividade agrícola e agricultura de subsistência	
Desenvolvimento industrial do concelho	Preservação e apoio ao tecido industrial tradicional	Fomento da emergência das bio-indústrias e de outros sectores avançados	Sem critério	
Animação do concelho	Criar um grande evento anual com impacto internacional e apoiar subsidiariamente os restantes ao longo do ano	Criar vários eventos ao longo do ano com impacto regional	Política casuística de apoio a outras entidades públicas e provadas	
Criação de um pólo e cluster de inovação na região	Sim	Não		

(continua)

(cont.)

INCERTEZAS CRUCIAIS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Medidas de preservação ambiental	Critérios rígidos "poluidor-pagador" no concelho com limitação à circulação automóvel e de entradas nas Berlengas	Critérios ambientais flexíveis no concelho com especiais cuidados nas zonas sensíveis mas sem restrições quantitativas ou limitação à circulação de transp. privados	Condicionamentos através do pagamento de taxas simbólicas para o estacionamento, circulação ou utilização de meios agressivos para o ambiente	Sem preocupação
Fixação e captação de população jovem	Incentivos à fixação (monetários ou outros)	Incentivos à instalação de empresas, isentando ou baixando as taxas municipais e criando condições logísticas	Política de habitação favorável aos jovens casais	Sem preocupação
Crescimento urbano do concelho	Criação ou fomento de pólos urbanos que atraiam e concentrem população		Desregulação ou não intervenção no crescimento urbano do concelho	
Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho	Impedir drasticamente a demolição dos edifícios nas zonas históricas e a construção na orla costeira bem como nas zonas urbanas acima de x andares (2 ou 3)	Não restringir drasticamente apoiando financeiramente a recuperação patrimonial	Utilizar taxas municipais para desincentivar a construção em altura e a ocupação de solos	Sem preocupação muito expressiva
Bairros Sociais	Eliminação progressiva dos existentes com instalação dos residentes de forma equilibrada pelo concelho	Construção de novos bairros sociais na periferia		Deixar ao mercado a regulação ou resolução dos problemas

A Análise Morfológica foi, em suma, o método utilizado com finalidades exploratórias, para decompor o sistema estudado em dimensões essenciais e estudar as combinações possíveis destas diferentes dimensões, combinações que constituem tantas imagens possíveis do futuro.

Nesta fase, vai fazer-se verdadeiramente apelo à criatividade e imaginação do prospectivista, uma vez que será aqui que vão nascer os esqueletos e a "alma" dos cenários, que, posteriormente, serão enriquecidos com a história ("carne") que lhes vão dar conteúdo.

Delineamos a seguir uma proposta de quatro cenários a que ainda não damos os nomes definitivos deixando apenas uma sugestão:

- **Cenário 1 – Cenário verde – Amigos do Ambiente (o mais sustentável)**
- **Cenário 2 – Cenário azul – Robalo Voraz (liberalizante ou neo-liberal)**
- **Cenário 3 – Cenário amarelo – Besugo Molengão (solução à portuguesa)**
- **Cenário 4 – Cenário negro ou cinzento – Tainha Fedorenta**

Esta última fase, da construção dos cenários, destina-se a validar os resultados propostos, nomeadamente os cenários concebidos, para verificar se as imagens a que se chegou, preenchem as **cinco condições básicas** do método dos cenários que são a **pertinência, a coerência, a verosimilhança, a importância e a transparência**.

Os cenários (desejados, possíveis, desejáveis ou temíveis) deverão ser igualmente apresentados num "Workshop" ou Seminário, com vista a validar a sua adequabilidade à realidade. Apresentam-se a seguir as configurações que cada um dos quatro cenários pode revestir:

Cenário 1 – Cenário Verde– Amigos do Ambiente (o mais sustentável)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento da União Europeia	**Modelo Social Europeu**	Europa do Mercado	Europa Mediterrânica	Europa em Ruptura
Modelo da agricultura e da pesca (?) europeia	**Apoio ao rendimento**	Apoio à produção	Fim da PAC	
Modelo dominante de mercado no país	Liberal	**Regulação**	Desorganizado	
Modelo de desenvolvimento regional e local	Estado centralizador	**Regionalização a 100%**	Regionalização mitigada	Estado desconcentrado
Modelo de desenvolvimento do Oeste	**Fortemente integrado e cooperativo com o Oeste**	Auto-centrado	Colaboração por projectos com concelhos vizinhos	
Políticas de financiamento estrutural da região (dominantes)	**UE**	Estado Português	Recursos endógenos	
Modelo do sistema de ensino a nível nacional	Público	Privado	**Misto**	
Infra-estruturas logísticas	**NAL – Ota + TGV Leiria e Ota**	NAL – Margem Sul s/ TGV próximo	Aeroporto Portela (ou + 1)	
Porto de Peniche	Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas	**Porto de recreio ou marina urbana com porto de pesca costeiro de proximidade**	Prolongar a actual situação com melhoramentos incrementais	Prolongar a actual situação com degradação face à falta de financiamentos
Prioridade da estratégia turística no concelho	**Prioridade e apoio material às "novas actividades náuticas" (turismo activo de nicho e de experiência)**	**Prioridade e apoio material às actividades tradicionais ligadas ao mar, nomeadamente pesca, transportes**	Não priorizar mas apoiar ambas em função da procura	Não intervir

		marítimos e sol-mar (turismo de massa e passivo		

(continua)

Cenário 1 – Cenário Verde- Amigos do Ambiente (o mais sustentável)

(cont.)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento agrícola do concelho	Agricultura intensiva (estufas)	**Agricultura biológica**	Abandono tendencial da actividade agrícola e agricultura de subsistência	
Desenvolvimento industrial do concelho	Preservação e apoio ao tecido industrial tradicional	**Fomento da emergência das bio-indústrias e de outros sectores avançados**	Sem critério	
Animação do concelho	**Criar um grande evento anual com impacto internacional e apoiar subsidiariamente os restantes ao longo do ano**	Criar vários eventos ao longo do ano com impacto regional	Política casuística de apoio a outras entidades públicas e provadas	
Criação de um pólo e cluster de inovação na região	**Sim**		Não	
Medidas de preservação ambiental	**Critérios rígidos "poluidor-pagador" no concelho com limitação à circulação automóvel e de entradas nas Berlengas**	Critérios ambientais flexíveis no concelho com especiais cuidados nas zonas sensíveis mas sem restrições quantitativas ou limitação à circulação de transp. privados	Condicionamentos através do pagamento de taxas simbólicas para o estacionamento, circulação ou utilização de meios agressivos para o ambiente	Sem preocupação
Fixação e captação de população	Incentivos à fixação	Incentivos à instalação de	**Política de habitação**	Sem preocupação

jovem	(monetários ou outros)	empresas, isentando ou baixando as taxas municipais e criando condições logísticas	**favorável aos jovens casais**	
Crescimento urbano do concelho	**Criação ou fomento de pólos urbanos que atraiam e concentrem população**		Desregulação ou não intervenção no crescimento urbano do concelho	
Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho	**Impedir drasticamente a demolição dos edifícios nas zonas históricas e a construção na orla costeira bem como nas zonas urbanas acima de x andares (2 ou 3)**	Não restringir drasticamente apoiando financeiramente a recuperação patrimonial	Utilizar taxas municipais para desincentivar a construção em altura e a ocupação de solos	Sem preocupação muito expressiva
Bairros Sociais	**Eliminação progressiva dos existentes com instalação dos residentes de forma equilibrada pelo concelho**	Construção de novos bairros sociais na periferia	Deixar ao mercado a regulação ou resolução dos problemas	

Cenário 2 – Cenário Azul – Robalo Voraz (liberalizante ou neo-liberal)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento da União Europeia	Modelo Social Europeu	**Europa do Mercado**	Europa Mediterrânica	Europa em Ruptura
Modelo da agricultura e da pesca (?) europeia	Apoio ao rendimento	**Apoio à produção**	Fim da PAC	
Modelo dominante de mercado no país	**Liberal**	Regulação	Desorganizado	
Modelo de desenvolvimento regional e local	**Estado centralizador**	Regionalização a 100%	Regionalização mitigada	Estado desconcentrado
Modelo de desenvolvimento do Oeste	Fortemente integrado e cooperativo com o Oeste	Auto-centrado	**Colaboração por projectos com concelhos vizinhos**	
Políticas de financiamento estrutural da região (dominantes)	UE	Estado Português	**Recursos endógenos**	
Modelo do sistema de ensino a nível nacional	Público	**Privado**	Misto	
Infra-estruturas logísticas	NAL – Ota + TGV Leiria e Ota	**NAL – Margem Sul s/ TGV próximo**	Aeroporto Portela (ou + 1)	
Porto de Peniche	**Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas**	Porto de recreio ou marina urbana com porto de pesca costeiro de proximidade	Prolongar a actual situação com melhoramentos incrementais	Prolongar a actual situação com degradação face à falta de financiamentos
Prioridade da estratégia turística no concelho	Prioridade e apoio material às "novas actividades náuticas" (turismo activo de nicho e de experiência)	Prioridade e apoio material às actividades tradicionais ligadas ao mar, nomeadamente pesca, transportes marítimos e sol-mar (turismo de	**Não priorizar mas apoiar ambas em função da procura**	Não intervir

		massa e passivo		
Desenvolvimento agrícola do concelho	**Agricultura intensiva (estufas)**	Agricultura biológica		Abandono tendencial da actividade agrícola e agricultura de subsistência
Desenvolvimento industrial do concelho	**Preservação e apoio ao tecido industrial tradicional**	Fomento da emergência das bio-indústrias e de outros sectores avançados		Sem critério
Animação do concelho	Criar um grande evento anual com impacto internacional e apoiar subsidiariamente os restantes ao longo do ano	**Criar vários eventos ao longo do ano com impacto regional**		Política casuística de apoio a outras entidades públicas e provadas
Criação de um pólo e cluster de inovação na região	Sim		**Não**	

(continua)

Cenário 2 – Cenário Azul – Robalo Voraz (liberalizante ou neo-liberal)

(cont.)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Medidas de preservação ambiental	Critérios rígidos "poluidor-pagador" no concelho com limitação à circulação automóvel e de entradas nas Berlengas	Critérios ambientais flexíveis no concelho com especiais cuidados nas zonas sensíveis mas sem restrições quantitativas ou limitação à circulação de transp. privados	**Condicionamentos através do pagamento de taxas simbólicas para o estacionamento, circulação ou utilização de meios agressivos para o ambiente**	Sem preocupação
Fixação e captação de população jovem	Incentivos à fixação (monetários ou outros)	**Incentivos à instalação de empresas, isentando ou baixando as taxas municipais e criando condições logísticas**	Política de habitação favorável aos jovens casais	Sem preocupação
Crescimento urbano do concelho	**Criação ou fomento de pólos urbanos que atraiam e concentrem população**		Desregulação ou não intervenção no crescimento urbano do concelho	
Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho	Impedir drasticamente a demolição dos edifícios nas zonas históricas e a construção na orla costeira bem como nas zonas urbanas acima de x andares (2 ou 3)	Não restringir drasticamente apoiando financeiramente a recuperação patrimonial	**Utilizar taxas municipais para desincentivar a construção em altura e a ocupação de solos**	Sem preocupação muito expressiva

Bairros Sociais	Eliminação progressiva dos existentes com instalação dos residentes de forma equilibrada pelo concelho	Construção de novos bairros sociais na periferia	**Deixar ao mercado a regulação ou resolução dos problemas**

Cenário 3 – Cenário Amarelo – Besugo Molengão (solução à portuguesa)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento da União Europeia	Modelo Social Europeu	Europa do Mercado	**Europa Mediterrânica**	Europa em Ruptura
Modelo da agricultura e da pesca (?) europeia	**Apoio ao rendimento**	Apoio à produção	Fim da PAC	
Modelo dominante de mercado no país	Liberal	**Regulação**	Desorganizado	
Modelo de desenvolvimento regional e local	Estado centralizador	Regionalização a 100%	Regionalização mitigada	Estado desconcentrado
Modelo de desenvolvimento do Oeste	Fortemente integrado e cooperativo com o Oeste	Auto-centrado	**Colaboração por projectos com concelhos vizinhos**	
Políticas de financiamento estrutural da região (dominantes)	**UE**	Estado Português	Recursos endógenos	
Modelo do sistema de ensino a nível nacional	**Público**	Privado	Misto	
Infra-estruturas logísticas	NAL – Ota + TGV Leiria e Ota	**NAL – Margem Sul s/ TGV próximo**	Aeroporto Portela (ou + 1)	
Porto de Peniche	Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas	Porto de recreio ou marina urbana com porto de pesca costeiro de proximidade	**Prolongar a actual situação com melhoramentos incrementais**	Prolongar a actual situação com degradação face à falta de financiamentos
Prioridade da estratégia turística no concelho	Prioridade e apoio material às "novas actividades náuticas" (turismo activo de nicho e de	**Prioridade e apoio material às actividades tradicionais ligadas ao mar, nomeadamente pesca,**	Não priorizar mas apoiar ambas em função da procura	Não intervir

	experiência)	**transportes marítimos e sol-mar (turismo de massa e passivo**		
Desenvolvimento agrícola do concelho	Agricultura intensiva (estufas)	Agricultura biológica		**Abandono tendencial da actividade agrícola e agricultura de subsistência**
Desenvolvimento industrial do concelho	Preservação e apoio ao tecido industrial tradicional	Fomento da emergência das bio-indústrias e de outros sectores avançados		**Sem critério**
Animação do concelho	Criar um grande evento anual com impacto internacional e apoiar subsidiariamente os restantes ao longo do ano	**Criar vários eventos ao longo do ano com impacto regional**		Política casuística de apoio a outras entidades públicas e provadas
Criação de um pólo e cluster de inovação na região	Sim		**Não**	

(continua)

Cenário 3 – Cenário Amarelo – Besugo Molengão (solução à portuguesa)

(cont.)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Medidas de preservação ambiental	Critérios rígidos "poluidor-pagador" no concelho com limitação à circulação automóvel e de entradas nas Berlengas	**Critérios ambientais flexíveis no concelho com especiais cuidados nas zonas sensíveis mas sem restrições quantitativas ou limitação à circulação de transp. privados**	Condicionamentos através do pagamento de taxas simbólicas para o estacionamento, circulação ou utilização de meios agressivos para o ambiente	Sem preocupação
Fixação e captação de população jovem	**Incentivos à fixação (monetários ou outros)**	Incentivos à instalação de empresas, isentando ou baixando as taxas municipais e criando condições logísticas	Política de habitação favorável aos jovens casais	Sem preocupação
Crescimento urbano do concelho	Criação ou fomento de pólos urbanos que atraiam e concentrem população		**Desregulação ou não intervenção no crescimento urbano do concelho**	
Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho	Impedir drasticamente a demolição dos edifícios nas zonas históricas e a construção na orla costeira bem como nas zonas urbanas acima de x andares (2 ou 3)	**Não restringir drasticamente apoiando financeiramente a recuperação patrimonial**	Utilizar taxas municipais para desincentivar a construção em altura e a ocupação de solos	Sem preocupação muito expressiva
Bairros Sociais	Eliminação progressiva dos existentes com instalação dos residentes de forma	**Construção de novos bairros sociais na periferia**	Deixar ao mercado a regulação ou resolução dos problemas	

	equilibrada pelo concelho		

Cenário 4 – Cenário negro ou cinzento – Tainha Fedorenta

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Desenvolvimento da União Europeia	Modelo Social Europeu	Europa do Mercado	Europa Mediterrânica	Europa em Ruptura
Modelo da agricultura e da pesca (?) europeia	Apoio ao rendimento	Apoio à produção		**Fim da PAC**
Modelo dominante de mercado no país	Liberal	Regulação		**Desorganizado**
Modelo de desenvolvimento regional e local	Estado centralizador	Regionalização a 100%	**Regionalização mitigada**	Estado desconcentrado
Modelo de desenvolvimento do Oeste	Fortemente integrado e cooperativo com o Oeste	**Auto-centrado**		Colaboração por projectos com concelhos vizinhos
Políticas de financiamento estrutural da região (dominantes)	UE	**Estado Português**		Recursos endógenos
Modelo do sistema de ensino a nível nacional	Público	Privado		**Misto**
Infra-estruturas logísticas	NAL – Ota + TGV Leiria e Ota	NAL – Margem Sul s/ TGV próximo		**Aeroporto Portela (ou + 1)**
Porto de Peniche	Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas	Porto de recreio ou marina urbana com porto de pesca costeiro de proximidade	Prolongar a actual situação com melhoramentos incrementais	**Prolongar a actual situação com degradação face à falta de financiamentos**
Prioridade da estratégia turística no concelho	Prioridade e apoio material às "novas actividades náuticas" (turismo activo de nicho e de experiência)	Prioridade e apoio material às actividades tradicionais ligadas ao mar, nomeadamente pesca, transportes marítimos e sol-	Não priorizar mas apoiar ambas em função da procura	**Não intervir**

		mar (turismo de massa e passivo		
Desenvolvimento agrícola do concelho	Agricultura intensiva (estufas)	Agricultura biológica		**Abandono tendencial da actividade agrícola e agricultura de subsistência**
Desenvolvimento industrial do concelho	Preservação e apoio ao tecido industrial tradicional	Fomento da emergência das bio- -indústrias e de outros sectores avançados		**Sem critério**
Animação do concelho	Criar um grande evento anual com impacto internacional e apoiar subsidiariamente os restantes ao longo do ano	Criar vários eventos ao longo do ano com impacto regional		**Política casuística de apoio a outras entidades públicas e provadas**
Criação de um pólo e cluster de inovação na região	Sim		**Não**	
Medidas de preservação ambiental	Critérios rígidos "poluidor-pagador" no concelho com limitação à circulação automóvel e de entradas nas Berlengas	Critérios ambientais flexíveis no concelho com especiais cuidados nas zonas sensíveis mas sem restrições quantitativas ou limitação à circulação de transp. privados	Condicionamentos através do pagamento de taxas simbólicas para o estacionamento, circulação ou utilização de meios agressivos para o ambiente	**Sem preocupação**

(continua)

Cenário 4 – Cenário negro ou cinzento – Tainha Fedorenta

(cont.)

INCERTEZAS (Componentes	CONFIGURAÇÕES (Hipóteses			
Fixação e captação de população jovem	Incentivos à fixação (monetários ou outros)	Incentivos à instalação de empresas, isentando ou baixando as taxas municipais e criando condições logísticas	Política de habitação favorável aos jovens casais	**Sem preocupação**
Crescimento urbano do concelho	Criação ou fomento de pólos urbanos que atraiam e concentrem população		**Desregulação ou não intervenção no crescimento urbano do concelho**	
Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho	Impedir drasticamente a demolição dos edifícios nas zonas históricas e a construção na orla costeira bem como nas zonas urbanas acima de x andares (2 ou 3)	Não restringir drasticamente apoiando financeiramente a recuperação patrimonial	Utilizar taxas municipais para desincentivar a construção em altura e a ocupação de solos	**Sem preocupação muito expressiva**
Bairros Sociais	Eliminação progressiva dos existentes com instalação dos residentes de forma equilibrada pelo concelho	Construção de novos bairros sociais na periferia		**Deixar ao mercado a regulação ou resolução dos problemas**

CENÁRIO 1 – CENÁRIOS VERDES – AMIGOS DO AMBIENTE

Este cenário que posteriormente se subdivide em dois, em função do peso e da importância das políticas ambientalistas, compreende um modelo fortemente restritivo e radical ou maximalista, com medidas restricionistas em termos ambientais e fortemente punitivas e outro modelo mais equilibrado e de carácter mais sustentável e durável, em que se atendem a outras componentes de sustentabilidade social e económica os actores locais.

Para ambos os cenários se antecipa uma envolvente muito favorável, em resultado de uma consonância de factores positivos, quer a nível global, da União Europeia como do nosso país.

- **União Europeia**

A UE, um período com uma situação económico-social e politica muito equilibrada, depois de ter vivido momentos anteriores mergulhada numa crise assinalável e confrontando-se com incertezas estruturais difíceis de ultrapassar. Conseguiu-se na fase final do horizonte do cenário afirmar como um espaço económico e social muito equilibrado, tendo atingido no espaço europeu (especialmente nos países que estava já integrados em 2000) os objectivos de Lisboa.

Estas condições permitiram a afirmação de um novo modelo social europeu mais sustentado, tendo minimizado os constrangimentos orçamentais de défices continuados e de balanças de pagamentos deficitárias, estando o EURO com o câmbio estabilizado e diminuíndo as crises financeiras e

monetárias internacionais em consequência das medidas tomadas pelos reguladores.

O problema central decorrente da crise energética e das alterações climáticas, foi dominado com a utilização dominante de energias renováveis e não poluidoras, tendo ficado ultrapassada a dependência de população pelas energias fósseis ou agressivas para o ambiente e para a segurança das pessoas.

De igual modo foi invertida a questão populacional do crescimento da população envelhecida sem renovação suficiente de gerações, havendo um maior equilíbrio entre as camadas geracionais, fruto de politicas positivas ao nível da protecção à primeira idade e ao fomento da natalidade. Apesar da esperança de vida da população não ter parado de aumentar fruto de evolução da ciência, contudo os idosos dispõem de uma qualidade de vida crescentemente superior, mantendo-se activos até idades mais avançadas.

Na Europa integrada como na maioria dos países do resto do mundo, também integrados à escala regional, dominam as preocupações da sustentabilidade e da responsabilidade social, em maior ou menor grau, função da consciência existente em cada pais e das condições materiais que dispõem, mas havendo sempre um grau mínimo de exigência, dado que os organismos internacionais como as ONG´s têm um peso importante nestas contextos.

Em termos fiscais a incidência dá-se sobre os desperdícios e os consumos ambientalmente penalizadores e não sobre os rendimentos do trabalho ou sobre os consumos favoráveis ao indivíduo e à sociedade.

- **Politica Agrícola Comum**

Neste sentido, os apoios da PAC a nível europeia são concedidos para apoio ao rendimento dos agricultores em função das suas práticas em benefício da terá e da produção sustentável, na base de uma gestão durável dos recursos, valorizando as produções locais e tradicionais, desde que respeitem os princípios ambientalmente responsáveis.

A paisagem e a natureza têm um valor indiscutível e que é respeitado por todos os cidadãos de uma forma assumida e não apenas através de constrangimentos legais e penais. Também foram lançadas eco-taxas a nível europeu sobre a importação de bens alimentares tanto provenientes da agricultura como da piscicultura, que obrigaram a uma gestão mais correcta e racional dos recursos agrícolas e piscícolas. Contudo a procura nacional e europeia dos produtos de origem natural, nomeadamente com origem marítima, foi reforçada dadas as suas características dietéticas. As condições de produção e de qualidade nutricional destes produtos tornou-se um critério central na decisão dos consumidores europeus.

- **Mercado português**

Face ao que foi referido antes o país, plenamente integrado na UE, segue um modelo sócio-económico de regulação integrada, funcionando as várias instancias sem constrangimentos ou coacções, uma vez que a responsabilidade assumida por cada cidadão é a válvula de segurança indispensável para uma harmonização de regras e de vivências.

- **Modelo de desenvolvimento regional**

Em termos administrativos e políticos o pais encontra-se plenamente regionalizado, com órgãos eleitos e com uma governação de proximidade, com instâncias participativas aos vários níveis, tendo ficado minimizados muitos dos conflitos inter-geracionais e inter-regionais.

Nestas condições e para optimizar os recursos dos vários países europeus e do mundo, continua a existir uma grande solidariedade internacional e europeia, fazendo com que as politicas de financiamento estrutural ao desenvolvimento das regiões tenha forte pendor de coordenação ao nível da União Europeia e mesmo internacional, como forma ideal para diminuir os conflitos e as delapidações dos recursos.

- **Modelo de Desenvolvimento do Oeste e politicas de financiamento**

Neste sentido, também a região Oeste, em que se integra Peniche, vive uma integração pleno, com a existência de órgãos de coordenação eleitos e responsabilizados directamente, gerindo os recursos e realizando os investimentos de forma coerente, racional e fortemente participada pela população.

- **Sistema de ensino**

Dadas estas dinâmicas internacionais, europeias e nacionais, o sistema de ensino vive também uma nova dimensão, integrada na vida social e económica das sociedades, tendo a Escola ganho uma nova dimensão de plataforma de transmissão dinâmica e interactiva do conhecimento, em ligação com todas as restantes plataformas como a formação nas próprias

comunidades, empresas e/ou instituições, para alem dos méis permitidos ou oferecidos pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Não há assim um modelo único de escolas, não havendo distinção entre o ensino público ou privado, tendo todo ele um carácter misto e aberto, com financiamento do Estado e das famílias.

CENÁRIO 1A – *CENÁRIO VERDE CLARO (MAXIMALISTA)* – CANTO DA SEREIA

Canto da Sereia – Sereia figura mítica e lendária, significando uma lindíssima rapariga mergulhada nas águas do mar, com cabelo brilhando intensamente, que depois deixaria descobrir com cauda de peixe coberta de escamas, o que nunca lhe permitiria sair da água. Como conta a lenda "perante esta visão e sem hesitar demais, um jovem pescador atirou-se ao mar e nadou até chegar à linda rapariga. Mas a ruiva, vinda do mar, revelou então as escamas da sua cauda de peixe. Era uma sereia e não podia ir para terra senão morreria. O amor que o rapaz lhe manifestou foi tão grande que a sereia, comovida e extasiada, lhe revelou que a única solução possível, seria ele arrancar as guelras que ela possuía. Apaixonadíssimo, o jovem pescador venceu o medo e o horror e arrancou-lhe as guelras. Mal a jovem sereia se levantou de entre as pedras, o rabo de peixe desapareceu e transformou-se em duas formosas pernas de mulher. Em breve, o casal casou e teve filhos ruivinhos e de olhos azuis como os do pai, e tal como todas as outras lendas, viveram felizes e contentes para sempre." Esta escolha quer significar estarmos perante um cenário utópico, quase inacessível, apesar de muito desejável mas podendo trazer nas condições normais a sua própria

insustentabilidade. Só com uma população temerária e fortemente destemida e envolvida seria possível conseguir atingi-lo, para lhe arrancar as guelras, com vista a culminar com um fiz feliz.

Em 2025 Peniche é um dos concelhos portugueses que tem maiores preocupações ambientais, aliando ao facto de ter tido origem numa ilha com a imagem de ser uma ilha em termos ambientais e ecológicos. O arquipélago das Berlengas foi declarado na década de 10 como Reserva da Biosfera da UNESCO, na sequência da candidatura apresentada na década anterior e da integração em 1981 na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

A circunstância de ter sido escolhida pela UNESCO e dado o grande empenho que devotou para a conservação da biodiversidade marinha nesta parte do Oceano Atlântico, incentivou a alargar a todo concelho as preocupações da sustentabilidade ambiental, permitindo em 2025 estarem instaladas aqui várias organizações que se dedicam à investigação e à regulação do uso responsável destes recursos.

Simultaneamente foram criados junto às Berlengas bem como aproveitando as muralhas do fosso, dois pólos de uma plataforma submarina de observação de espécies marinhas, que atraem diariamente centenas de visitantes a Peniche. Para deslocação à plataforma das Berlengas são utilizados veículos anfíbios com propulsão híbrida, respeitando fortemente as normas ambientais mais exigentes.

No pólo junto à costa numa bacia gigante construída junto podem ser observadas espécies piscatórias de todos os continentes em cativeiro, bem como os seus ciclos de vida e a sua relação com o meio envolvente. Neste

espaço podem ser observadas três temáticas centrais, da biodiversidade, às redes alimentares e à evolução das espécies, utilizando fortemente meios de audiovisuais e de multimédia.

Nas Berlengas está instalado um segundo pólo inédito em termos internacionais, em meio marinho em águas profundas, sendo as visitas realizadas em veículos anfíbios (tipo batíscafo utilizando tecnologia motora sustentável), permitindo um contacto directo visual com o ambiente marinho natural, possibilitando a visão os fenómenos nas águas profundas do oceano.

A criação desta infra-estrutura permitiu o aprofundamento de uma das áreas de especialização do ensino superior local, que em colaboração com outras instituições de ensino e de investigação internacionais, fizeram emergir naquela zona um pólo de competência e de excelência a nível mundial.

Também foi dado o ensejo para no território do concelho e dos concelhos limítrofes criar uma série de equipamentos respeitando a filosofia global da sustentabilidade ambiental, onde se podem encontrar teleféricos panorâmicos costeiros para observação da costa alimentados a energias renováveis, a criação de inúmeros caminhos pedonais que ligam vários pontos do território muito utilizados pelos locais e pelos visitantes, tendo ainda sido criados alguns percursos (preparados devidamente) para caminhar descalço, cuja prática foi incentivada pela medicina moderna.

Também grande parte das deslocações no concelho é assegurada por transportes silenciosos e não poluentes, tanto por transportes individuais ou colectivos que não utilizam combustíveis fósseis. É comum o uso de bicicleta

ou de motorizada eléctrica nas viagens no concelho, especialmente nas zonas balneares e mais turísticas. O uso do transportes individuais que utilizam combustíveis fósseis está restringido a certas zonas, pagando uma eco-taxa.

Em Ferrel pode encontrar-se um "santuário[12]" ou reserva de burros que são utilizados também em passeios pedonais e no transporte de pequenas cargas, havendo aí um centro de observação e de maneio de asininos. Neste centro é dada uma especial atenção ao trabalho com crianças, que são habituadas a lidar com estes animais.

- **Acessibilidades e logística**

Dada a sua localização de enclave, uma das incertezas que podem determinar a futuro da sua estratégia de desenvolvimento do concelho de Peniche, está ligada às acessibilidades e à logística de circulação dos produtos e das pessoas.

Neste sentido e como existe também em Portugal uma preocupação crescente da sustentabilidade do sistema de transportes, foi entendido viabilizar as acessibilidades a Peniche através de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias "leves", que tenham em conta os factores ambientais, tendo sido construídas ou completadas vias de acesso rodoviário de qualidade a norte e a sul servidas por meios de transporte prioritariamente de uso colectivo, mesmo pequenos veículos de uso comum movidos a electricidade ou com motores híbridos, e criada uma via ferroviária de ligação às

[12] A exemplo do Donkey Sanctuary no Reino Unido - http://www.thedonkeysanctuary.org.uk

principais vias nacionais (linha do Oeste viabilizada com acesso expedito a Lisboa e linha do Norte/TGV).

- **Porto de Peniche**

Dadas as características ambientais do concelho o porto de Peniche foi transformado num eco-porto/marina, que dispõe de um sistema de gestão integrada assente nos princípios de uma politica ambiental sustentada, oferecendo a excelência de serviços portuários e logísticos para um tráfego de dimensão equilibrada (soft), atendendo às necessidades dos seus principais utilizadores (clientes – pessoal da pesca e dos transportes marítimos e passageiros) bem como os restantes stakeholders (partes interessadas), no respeito pela legislação existente e procurando a melhoria contínua, através da qualificação em ambiente seguro e em harmonia com a natureza. Neste sentido há uma interligação perfeita entre o funcionamento do porto ao uso e gestão dos recursos utilizados, como da água, da energia e dos resíduos, tendo sido desenvolvidos e concretizados os resultados de projectos sobre o uso racional da água, do tratamento dos esgotos e de outros detritos, como para a utilização e conservação da energia a partir de várias fontes, incluindo as marés, os ventos e a energia solar.

Peniche serve de porto ou de marina especialmente a barcos utilizando energias renováveis (vento, biomassa, células fotovoltaicas, hidrogénio, etc.), que aqui podem acostar ou fazer a manutenção, tendo sido desenvolvido um cluster ligado a este sector especializado nas formas limpas de locomoção marítima. Também serve de porto de pesca de proximidade para um conjunto de pescadores profundamente respeitador dos equilíbrios das

espécies usando as técnicas tradicionais, garantindo um ambiente marinho saudável e assegurando o seu sustento financeiro e permitindo alimentar a população e os visitantes a preço justo.

Neste sentido uma parte da área marítima junto a Peniche foi definida como reserva marinha, com vista a proteger certas espécies e os seus habitats, permitindo que as populações aumentem de tamanho e os indivíduos vivam mais tempo e fiquem maiores e com maior potencial reprodutivo. Os pescadores tradicionais beneficiam de áreas de pesca adjacentes tendo acesso às sobras de peixes jovens e adultos que ultrapassam a fronteira da reserva, bem como na exploração de ovas e larvas, de espécies mais valorizadas, utilizadas também na alimentação humana ou na reprodução em viveiros de produção extensiva e não intensiva.

- **Estratégia turística**

Junto ao porto foi criada uma verdadeira aldeia piscatória, juntando restaurantes de peixe, marisco, e com alimentação também à base de algas e outros produtos naturais, estabelecimentos hoteleiros com decoração tradicional, lojas de produtos típicos do mar e artigos desportivos, artesanato, viveiros e pequenas unidades de transformação do peixe e de outros produtos, etc.

Toda a costa do concelho é ligada por percursos pedestres ou por vias cicláveis e pelo teleférico, bem como por caminhos que permitem a circulação de transportes colectivos não poluentes. Igualmente existem ao longo destes percursos instalações para desportistas (hotéis, “casas de abrigo”, “villas”, parques de campismo, etc.) e lojas de material desportivo de

uso no mar (clubes de surf, pesca desportiva, de mergulho e de fotografia submarina). Em Peniche foram criados centros de estágio para alta competição relacionado com desportos náuticos e radicais, havendo um centro internacional de investigação nestas modalidades, bem como na investigação submarina.

- **Desenvolvimento agrícola do concelho**

Coincidente com esta prioridade, o sector agrícola virou-se preponderantemente para as produções sustentáveis, aproveitando as boas condições geo-climáticas, face aos fenómenos de aquecimento que foram sentidos em todo o mundo, e mesmo em Portugal, que pouparam a região Oeste e criaram uma nova oportunidade para Peniche.

Assim, foram bastantes desenvolvidas na região à roda de Peniche as produções agrícolas biológicas, fruto de boas práticas da exploração agrícola nas zonas rurais do concelho e de experiências em concelhos limítrofes, fomentando a biodiversidade e beneficiando dos ciclos biológicos proporcionados pelo clima e pelas características dos solos da região. Nas experiências agrícolas da região foram desenvolvidas, com apoio do centro de investigação da escola do ensino superior da cidade, técnicas inovadoras baseadas na produção de insecticidas biológicos, repelentes naturais, bem como de novas materiais de base natural para correcção dos solos, para assegurar a nutrição das espécies vegetais e para assegurar a sua protecção.

- **Desenvolvimento industrial do concelho**

Dada a importância que a agricultura biológica, bem como a exploração dos recursos marítimos, foram criadas várias unidades bio-industriais de

pequena e média dimensão, que estão ligadas a redes internacionais de inovação e de produção, que respondem a uma procura internacional crescente.

A emergência deste sector bio-industrial colmatou o desaparecimento das várias unidades industriais existentes no concelho, nalguns casos que tinham efeitos ambientais nocivos e que nunca tinham conseguido fazer o seu upgrade tecnológico, bem como outras que foram sacrificadas pela incapacidade em concorrer com os países de mão-de-obra barata.

- **Pólo de inovação regional**

A aposta nas bio-indústrias e nas actividades produtivas ligadas à natureza e ao mar, criaram um potencial de desenvolvimento na região e especialmente em Peniche ao nível das biotecnologias, património com que Peniche contribuiu para o Parque de Ciência e Tecnologia do Oeste, que criou uma plataforma mista (com unidades de investigação e de produção) em S. Bernardino numa vasto espaço frente ao mar. O Parque de Ciência e Tecnologia do Oeste constitui um verdadeiro pólo de inovação no sentido de um Hub de inteligência partilhada (iHub – Innovation Hub) congregando organizações e instituições, públicas e privadas, trabalhando para um fim comum e beneficiando de condições de localização únicas no país e na Europa.

- **Animação no concelho**

Face à enorme visibilidade que Peniche recebeu com as medidas que têm sido implementadas ao nível da sustentabilidade ambiental e da boa relação com o mar, realizam-se anualmente vários eventos de carácter nacional mas

que atraem turistas estrangeiros de passagem pelo país, dedicados a várias temáticas ligadas com a natureza e com o mar. Parte destes eventos são organizados por entidades privadas ou institucionais, recebendo apoios diferenciados da autarquia em função das respectivas necessidades.

- **Medidas de preservação ambiental**

Contudo, para chegar aqui Peniche teve de implementar políticas de preservação ambiental muito rígidas, que foram inicialmente rejeitadas e boicotadas por várias camadas da população que não entendiam nem aceitavam essas restrições e penalizações, mas que face à persistência das autoridades locais e à sempre capacidade que demonstraram de diálogo e de explicação dos objectivos a que se propunham atingir, conseguiram levar por diante estes objectivos.

As medidas mais contestadas e que criaram maior polémica, foram as restrições à circulação de transportes individuais utilizadores de combustíveis fósseis, mas que beneficiaram da tendência internacional para implementar medidas deste teor, face à crescente crise no abastecimento do petróleo, ao aumento exponencial do preço dos combustíveis fósseis e às alterações climáticas fruto das emissões gasosas de CO2.

As pesquisas de petróleo na costa saldaram-se por um fracasso o que deu satisfação aos temores dos responsáveis pela política ambiental local.

Também as limitações no acesso ao arquipélago das Berlengas, especialmente assente, na penalização dos preços dos transportes para visitas de curta duração, foi muito contestada mas posteriormente compreendida, face à delapidação do património natural nos primeiros anos

que impediu o seu reconhecimento pela UNESCO como Reserva da Biosfera, o que veio a ocorrer posteriormente com as consequentes vantagens na imagem da região e os apoios financeiros que foram concedidos para o desenvolvimento de projectos de investigação no local.

A criação da plataforma de observação submarina, num quadro de um investimento internacional vultoso, criou um novo tipo de visitantes mais qualificado e com meios financeiros mais elevado, que praticava uma modalidade turística de maior valor acrescentado e com contrapartidas em termos de trabalho e de difusão dos resultados obtidos.

- **Fixação da população jovem, politica urbana e Bairros Sociais**

A captação de um vasto conjunto de actores altamente qualificados e exigentes ao nível da qualidade de vida, atraiu muitos jovens investigadores, tecnólogos, técnicos e desportistas, com capacidade económica que se instalaram na região, especialmente em residências compatíveis com os seus desígnios. Assim a procura de habitações de elevada qualidade, como de circunstância para bolsas mais modestas no início de vida, deu um dinamismo muito grande ao sector imobiliário e da preservação e reconstrução de edifícios.

Em consequência da observação da tendência referida no ponto anterior, o tecido urbano de Peniche, bem como das várias povoações do concelho, foi alvo de intensa recuperação, seguindo os princípios mais avançados da construção inteligente e provocando a eliminação dos guettos residenciais, uma vez que este movimento e o desenvolvimento do concelho

proporcionou a criação de novas actividades económicas e a minimização dos problemas sociais.

A consciência da importância e da oportunidade desta politica de preservação patrimonial urbana, permitiu consensualizar medidas que impediram a demolição de edifícios tradicionais nas zonas urbanas e costeiras, bem como nas povoações rurais, e a construção de edifícios acima dos 3 pisos (altura da copa das árvores).

Estas medidas levaram a promover a requalificação do centro histórico, bem como de alguns bairros característicos, nomeadamente do Bairro dos Pescadores (Calvário), que foi transformado numa zona de produção artesanal. Igualmente o Bairro do Visconde, fronteiro ao mar e com características genuínas da vida tradicional em Peniche foi transformado num ecomuseu ao vivo, interagindo com a Pousada da Fortaleza onde funciona também um Museu da História de Portugal do Século XX.

Estas medidas e a melhoria da situação social do concelho levou ao desaparecimento progressivo dos bairros sociais que estavam degradados, tendo a população procurado outras zonas residenciais com população de estratos sociais diversificados, possibilitando inclusivamente a ocupação do centro histórico com residências invertendo o fenómeno de desertificação destas áreas urbanas.

CENÁRIO 1B *CENÁRIO VERDE ESCURO (SUSTENTÁVEL E EQUILIBRADO)* – SARDINHA VIVA

A Sardinha é um dos peixes mais popular e apreciados pela população portuguesa, sendo um dos alimentos que está associado desde há muito à base da alimentação de todos e especialmente das famílias mais modestas. Igualmente e contrariando crenças também antigas, nos últimos anos a sardinha é valorizada por ser tão benéfica para prevenir as doenças do século, que são as do foro cardiológico, devido aos seus constituintes, nomeadamente proteínas e ácidos gordos ómega 3, que ajudam a reduzir as taxas de triglicéridos e de colesterol no sangue.

Contudo deve ter-se atenção às sardinhas vivas, com aspecto brilhante, com pele luminosa, de olhos brilhantes e um 'corpo' rijo, sem estar esmagado ou mole, que é o peixe preferido por toda a gente.

Além disso é um peixe que pode ser cozinhado de inúmeras formas, frito, cozido, assado no forno, ou nas brasas, a sardinha faz as delícias dos portugueses e dos estrangeiros que se deslocam até ao nosso país.

A sardinha vive sempre em cardumes, alimentando-se de plâncton que encontra nos oceanos, servindo igualmente de alimentação ou de isco para a captura de outros peixes, numa cadeia alimentar perfeita. Esta espécie piscícola é sinonimo da abundância, da diversidade e do equilíbrio do eco-sistema marinho, mas corre sérios riscos se se mantiver uma pesca predatória e sem equilíbrio, respeitando a sua sustentabilidade[13].

Peniche conseguiu associar desenvolvimento económico e social e sustentabilidade ambiental, numa estratégia criativa e mobilizadora, que

[13] Ver site brasileiro http://www.sardinhaviva.com

permitiu minimizar os impactos menos favoráveis das decisões para assegurar o crescimento da actividade económico tradicional combinada com as indústrias e outras actividades emergentes.

Dadas as características e a sua localização, foi feita uma forte aposta no mar e no património ambiental, tendo sido valorizada a integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000 em meio marítimo. Sendo agora Peniche a "Capital da Onda" a nível nacional e considerado e reconhecido a nível mundial como um dos principais locais para a prática de desportos relacionados com o mar, no segmento especial do surf (nas suas várias especialidades, nomeadamente windsurf e kitesurf), vela, passeios pedonais e de bicicleta e pesca desportiva sustentável (praticada fora das áreas marinhas protegidas e taxada em função das espécies pescadas, revertendo estes valores para financiar a investigação e a sustentabilidade das áreas protegidas existentes).

Mesmo a nível da pesca artesanal e industrial há uma preocupação central com a sustentabilidade dos recursos, com vista a não delapidar as espécies e assegurar a sua continuidade, tendo sido adoptadas práticas de pesca condizentes, como o respeito assumido por todos os profissionais pelos períodos de defeso e pelas áreas protegidas, bem como na utilização de redes com malhas menos depredadoras.

Dada a importância que é dada ao Mar, para alem dos desportos mais radicais, desenvolveu-se em Peniche outras actividades não agressivas em relação ao ambiente, como a promoção e investigação da arqueologia e do património vivo subaquático, a fotografia também subaquática, inserindo-se

neste contexto o desenvolvimento de uma cultura de educação ambiental (inspirada nas estratégias do Programa Coastwatch), pelo que são recebidos muitos grupos nacionais e estrangeiros, para frequentarem estas acções.

O arquipélago das Berlengas continua a desempenhar um papel central na Estratégia de Peniche, associado a outros pólos de património ambiental do concelho, nomeadamente o Baleal, as praias de Consolação e de S. Bernardino, bem como todos os percursos que interligam o concelho, tanto junto à costa como para o interior e em ligação com os concelhos vizinhos, nomeadamente as ligações ao Planalto das Cesaredas e à Albufeira de S. Domingos, passando pelas várias povoações que os circundam, quer no concelho de Peniche como Lourinhã, Óbidos e Cadaval.

Nesta área foi criado um observatório da reserva natural geológica (integrada na rede mundial dos Geoparques[14]) criado para estudar o maciço calcário datado do Jurássico Superior com cerca de 140 milhões de anos, onde é possível observar um "eco-museu" onde podem ser observadas as várias formações calcárias constituídas ao longo dos anos. Também se podem observar "criações artísticas naturais" realizadas trabalhando os elementos naturais. Ali foi construída uma residência de artistas onde podem viver por períodos temporários a troco da criação das suas obras.

Existem várias empresas e ONG´s que gerem os percursos turístico-ambientais no concelho, organizando visitas ao arquipélago das Berlengas, fazendo passeios pelo mar para observação de espécies, apoio ao mergulho, tendo sido aproveitas as muralhas do fosso, para a criação de um aquário submarino para observação das espécies marinhas da região. Neste espaço

[14] http://www.europeangeoparks.org

podem ser observadas três temáticas centrais, da biodiversidade, às redes alimentares e à evolução das espécies, utilizando fortemente meios de audiovisuais e de multimédia.

As Berlengas recebem um número de visitas limitado por ano e dia, pagando os visitantes uma taxa que reverte para um fundo de sustentabilidade que suportará os investimentos na preservação ambiental e na observação dos fenómenos no próprio território e nas áreas submersas em redor.

A instituição de ensino local e a autarquia, bem como outras entidades da sociedade civil que aderiram, constituíram-se como entidades responsáveis pela gestão ambiental do concelho, monitorizando em permanência as alterações ambientais decorrentes da acção humana sobre a natureza, bem como outros fenómenos de origem natural mas não previsíveis.

A logística concelhia é assegurada por transportes públicos e individuais sem utilização de combustíveis fósseis, sendo limitado o acesso dos veículos dos visitantes a certas áreas do concelho, especialmente aquelas que são mais sensíveis ambientalmente. Foi criado um serviço de aluguer de bicicletas com e sem motor (eléctrico) de apoio que cobre todo o concelho e concelhos limítrofes, como Óbidos e Lourinhã.

Contudo, estão asseguradas as acessibilidades do concelho a norte e sul através de vias rodoviárias de qualidade, que dão acesso aos principais núcleos urbanos que dispõem de estacionamentos (pagos) suficientes, tendo sido construída uma linha ferroviária ligeira de acesso à linha do Oeste, que atravessa percursos onde existe maior população residente.

Acessibilidades e logística

Como vimos antes as acessibilidades a Peniche são asseguradas por várias vias de comunicação, nomeadamente rodoviárias, estando modernizado o acesso pelo IP6, bem como tendo já sido feita a ligação à A8 a norte, circulando em ambos os casos preponderantemente transportes rodoviários colectivos e particulares utilizando combustíveis não fósseis. Dado que as portagens foram fortemente penalizadas para os transportes movidos a combustíveis fósseis, houve uma transferência na utilização, havendo ainda o uso crescente no concelho e nas ligações com concelhos limítrofes de transportes "leves" (light), nomeadamente bicicletas, carros eléctricos de células fotovoltaicas ou com motores híbridos. Para o transporte de mercadorias também passou a ser utilizada a via marítima, mas em barcos de cabotagem de pequena dimensão e movidos a combustíveis renováveis.

Porto de Peniche

Peniche conseguiu transformar-se na capital portuguesa da onda e do surf combinando virtuosamente o património marítimo, tanto arqueológico, natural como em recursos piscícolas, como ainda tornando-se uma atracção a nível nacional e internacional para na cozinha tradicional piscatória, como para a prática das mais variadas modalidades ligadas ao mar.

O porto de Peniche foi totalmente transformado numa marina urbana, onde acostam barcos de proprietários da região, como embarcações do tráfego desportivo regional, nacional e internacional. O porto de pesca, assente nas práticas tradicionais e sustentáveis, funciona integrado no porto em meio urbano, onde os visitantes podem assistir à descarga do peixe, à sua

transformação e comercialização. Também integrado no porto de recreio existem restaurantes e alojamentos tipo hotel ou pousada/residências para surfistas, bem como outros estabelecimentos de apoio aos marinheiros desportistas. ("O porto de Peniche deve-se integrar na cidade, até devido à sua localização, e nunca fechar-se em si próprio.")

O porto de pesca atrai turistas nacionais e estrangeiros de passagem pelo pais, que aproveitam para ficar na região vários dias, com vista a contactarem com a vida marítima e fazerem percursos oceânicos, dada a oferta existente, bem como para aproveitarem visitar as Berlengas ou realizarem actividades de turismo activo: caminhada, circuitos de bicicleta, mergulho, vela, pesca e observação submarina e várias modalidade de desporto radical, como surf, parapente, etc…

A actividade piscatória é dirigida pelas autoridades reguladoras dessa actividade, havendo normas estritas para garantir a sustentabilidade das populações marinhas, combinadas com a existência de reservas naturais e de viveiros oceânicos para aquicultura de espécies nobres em ambiente natural, onde as espécies não são exclusivamente mantidas em cativeiros de pequena dimensão.

A Marca "Peniche" é conhecida no pais como símbolo de qualidade e autenticidade, sendo o concelho muito procurado para a compra directa de peixe e outros produtos do mar, sendo praticada a manutenção das espécies pescas e não vendidas em ambiente aquático, apara evitar a sua destruição ou mera transformação em farinha. Desta politica de preservação das espécies, surgiram outras actividades, especialmente no tocante à

transformação e congelamento do pescado (peixe e mariscos) com alto valor acrescentado (como pastas, concentrados, conservas, sabores, pratos semi-cozinhados, etc.), o que é feito na zona do porto.

- **Estratégia turística**

Peniche conseguiu ligar as actividades tradicionais do turismo com as actividades emergentes, sendo um exemplo nacional neste domínio, devido à sustentabilidade que conseguiu assegurar. Assim podem-se ver associadas ao "tipicismo" das pessoas da pesca e da gastronomia os desportos náuticos, elevando a qualidade através da associação à paisagem, aos passeios marítimos e aos percursos costeiros". Mesmo assim, o concelho de Peniche continua a deter um importante conjunto de praias (S. Bernardino, Consolação, Supertubos, praias dentro da zona urbana e Baleal) que respondem à procura tradicional mas dentro de um novo paradigma)de sol e mar, mas combinando com uma oferta qualificada e ao longo do ano de outras actividades balneares, como a talassoterapia, a hidro-ginástica, etc..

Tal como no cenário anterior, junto ao porto foi criada uma verdadeira aldeia piscatória, juntando restaurantes de peixe, mariscos e produtos dietéticos, com estabelecimentos hoteleiros funcionais e a bom preço, lojas de produtos típicos do mar e artigos desportivos, artesanato, viveiros e pequenas unidades de transformação do peixe e de outros produtos, etc.

O concelho está ligado por percursos pedestres ou por vias cicláveis, bem como por caminhos que permitem a circulação de transportes não poluentes, num verdadeiro roteiro "natureza", incluindo passeios "terra-mar", grutas fósseis e visitas também às Berlengas (transformado num eco-

laboratório vivo). Igualmente existem ao longo destes percursos instalações para desportistas (hotéis, "casas de abrigo", "villas", parques de campismo, etc.) e lojas de material desportivo de uso no mar (clubes de surf, pesca desportiva, de mergulho e de fotografia submarina).

Em Peniche foram criados centros de estágios relacionado com desportos náuticos e radicais, havendo um gabinete ibérico de estudos e de observação marítima para a divulgação dos recursos marinhos e da costa, bem como para realizar investigação submarina.

Existem inúmeras empresas que organizam os percursos e as actividades acima referidas, mas que têm também responsabilidades juntamente com as autoridades públicas (nacionais e locais) na gestão das dunas, das praias, bem como do próprio território, incluindo a plataforma atlântica na proximidade da costa e das Berlengas.

- **Desenvolvimento agrícola do concelho**

Apesar de Peniche ser considerada uma verdadeira "cidade do Mar", dá também a maior atenção à sua agricultura tradicional e biológica, explorando as espécies agrícolas mais condizentes com as características do solo e climáticas. A procura de terras e de residências é elevado, havendo muitos dos habitantes que procuram possuir pequenas propriedades onde possam também fazer a sua agricultura para auto-abastecimento. Também existem equipamentos residenciais ou condomínios em que é permitida/incentivada este tipo de auto-produção.

Grande parte destas experiências agrícolas da região foi desenvolvida, com apoio do centro de investigação da escola do ensino superior da cidade, técnicas inovadoras baseadas na produção de insecticidas biológicos, repelentes naturais, bem como de novas materiais de base natural para correcção dos solos, para assegurar a nutrição das espécies vegetais e para assegurar a sua protecção. A ligação deste centro com os residentes/"agricultores" é assegurada através da internet no verdadeiro sistema da aprendizagem e apoio à distância "e-producing".

- **Desenvolvimento industrial do concelho**

Neste cenário foi conseguido assegurar a continuidade de alguns sectores tradicionais existentes no início do século, que foram transferidos para um pólo industrial/logístico, como da transformação do pescado com alto valor acrescentado, indústria transformadora ligeira, etc.

Foi também criado um pólo de indústrias bio-tecnológicas, associada à exploração dos recursos marinhos, bem como à agricultura e à floresta (que serve também as regiões vizinhas), que mantém relações privilegiadas com os centros de saber locais e nacionais.

Foi dada também grande atenção ao sector da construção naval sustentável e da produção de equipamentos para o aproveitamento de energias renováveis (sol, marés e vento), cujo potencial na região é elevado havendo algumas pequenas e médias unidades que asseguram a produção e manutenção de vários tipos de embarcações e equipamentos.

Pólo de inovação regional

A prioridade dada no concelho para as actividades sustentáveis e ligadas ao mar e à agricultura, criou as condições para a formação na região em redor de Peniche, de um "cluster da vida animal e marítima", que constitui um dos pólos do Parque de Ciência e Tecnologia do Oeste, ligado aos centros de saber instalados localmente ou mesmo noutras localizações no país ou no estrangeiro que aqui têm as suas antenas de investigação e de observação.

Este pólo está associado a um parque residencial junto à praia do Tubos (ou Baleal ou as duas), onde residem investigadores e técnicos que são amantes pelos desportos náuticos e que associam a sua actividade profissional e científica com o surf ou outras práticas náuticas.

Animação no concelho

Anualmente Peniche organiza um grande evento internacional ligado ao mar que atrai pessoas de todo o mundo, vindas parte por via marítima, havendo uma grande concentração de especialistas e praticantes de determinadas áreas de saber e/ou de prática desportiva, com a realização de conferências e workshops temáticos.

Esta realização tem uma organização internacional apoiada localmente por uma estrutura operacional, sendo auto-financiada pelos participantes e pelos visitantes. Ao longo do ano há actividades com organização local com menor dimensão e impacto, mas que dão animação permanente há cidade e concelho, muitos deles ligados à tradição local ou a entidades com base local que aproveitam as condições existentes para realizarem eventos de promoção da sua imagem.

Neste cenário também é dada particular atenção à animação do centro histórico, como da zona portuária ou dos bairros tradicionais, referidos antes onde foram instaladas zonas de produção artesanal, de restauração ou de lazer.

- **Medidas de preservação ambiental**

Para assegurar a sustentabilidade do concelho num país ainda pouco sensível às políticas de preservação ambiental, foram definidos critérios flexíveis que incidem de forma diferenciada entre os vários territórios e locais.

Esta foi a estratégia definida que minimizou a conflitualidade entre os vários interesses locais em presença e mesmo com os desígnios da maioria dos visitantes (turistas nacionais ou estrangeiros) que não primavam pela aceitação de critérios rígidos de protecção ambiental.

Pretendeu-se equilibrar o uso dos transportes individuais com os colectivos, criando zonas onde a utilização de veículos que utilizam combustíveis fósseis esteja limitada ou seja penalizada com o pagamento de taxas de circulação ou de estacionamento, ficando os restantes veículos isentos.

As pesquisas de petróleo na costa (mesmo que tenham obtido alguns resultados) não tiveram influência no concelho, uma vez que as plataformas onde eram feitas as perfurações eram servidas por uma logística com base em Lisboa.

O acesso ao arquipélago das Berlengas, era gerido sem limite especial pelas entidades responsáveis locais, sendo cobrada uma taxa de sustentabilidade,

que financiava um fundo para assegurar a manutenção e melhoria no funcionamento das infra-estruturas locais.

Empresas locais asseguravam os transportes bem como actividades de mergulho, pesca desportiva sustentável, observação, etc., cumprindo um código de boas práticas ambientais, certificado pelas autoridades ambientais.

- **Fixação da população jovem, politica urbana e Bairros Sociais**

A autarquia definiu uma estratégia de captação e de fixação da população jovem no concelho, através de medidas activas que passaram pela atribuição de incentivos à instalação de jovens casais (subsídio de instalação e para os filhos do casal), apoio à criação de creches e de infantários, bem como a um serviço de baby-sitter a horas que não funcionam as creches, bem como a isenção de taxas e diminuição de impostos para a criação de empresas de sectores ou actividades emergentes e inovadoras. O município assegura ainda a disponibilização de terrenos infra-estruturados e com acesso à sociedade da informação, segundo critérios objectivos que combinem valores investidos e postos de trabalho criados.

O tecido urbano de Peniche, bem as zonas rurais, estão intimamente ligados por acessos pedonais e vias rodoviárias, tendo beneficiado de programas de recuperação urbana e de melhoria da sua eficiência térmica, tendo o centro histórico e as zonas mais degradadas dos bairros populares sido transformados com ocupação de famílias de diferentes extractos sociais. Foi criada uma discriminação positiva em termos de taxas para a recuperação do imobiliário, penalizando a construção em altura e a construção para

residentes acidentais ou com pouca permanência no concelho (apenas nas férias).

As medidas referidas antes levaram a promover a requalificação de todo o concelho, tanto o centro histórico, como todos os bairros existentes, tendo especial atenção com o Bairro dos Pescadores (Calvário), que foi transformado numa zona de produção artesanal. Igualmente o Bairro do Visconde, fronteiro ao mar e com características genuínas da vida tradicional em Peniche foi transformado num ecomuseu ao vivo, interagindo com a Pousada da Fortaleza onde funciona também um Museu da História de Portugal do Século XX.

A preocupação e prioridade atribuída às questões ambientais e da sustentabilidade permitiram a transformação e melhoria de toda a habitação do concelho, especialmente dos bairros sociais que forma transformados redistribuídos segundo critérios de não discriminação social, aproveitando processo de desenvolvimento económico-social vivido pela população.

CENÁRIO 2 – CENÁRIO AZUL (LIBERALIZANTE OU NEO-LIBERAL) – ROBALO VORAZ

O robalo é um predador voraz que pode chegar a grandes dimensões, sendo muito frequente nas nossas costas, penetrando com frequência nos estuários. O robalo forma cardumes compactos para a reprodução, gostando de fundos baixos constituídos por lajes (rochas planas e rasas no fundo) e de fundos de areão, preferindo águas agitadas com arrebentação para se alimentar.

O robalo alimenta-se de outros peixes mais pequenos e de uma grande variedade de invertebrados (camarões, caranguejos, lulas, etc. ...). Para isco o robalo prefere sardinha, caranguejo, brocha de polvo, lula, lingueirão, camarão, sardinha, camarão da pedra vivo, casulo, ganso e mexilhão. mas também pode ser apanhado com amostras artificias de peixes de borracha, plástico ou metal para se pescar neste caso ao corrido.

Segundo se pode ler na literatura piscatória "o robalo é um dos peixes que mais luta dá na pesca com iscos artificiais, contudo, a sua pesca é por vezes bastante técnica, pois muitas vezes temos de colocar a amostra em locais bastante rochosos, sendo necessária uma grande precisão no lançamento, desviando a amostra das rochas e obstáculos que existam. São peixes predadores que adoptam comportamentos variados consoante as condições do meio ambiente, tendo uma grande influência a lua, o clima e o habitat.

Este peixe é um especialista em emboscadas e os locais mais prováveis de os capturar são junto a estruturas rochosas e mesmo artificiais que se encontrem dentro de água e nos cursos de água que têm saída para o mar."

- **União Europeia**

A União Europeia depois de um período de crise resultante da crise maior ocorrida Nos EUA e devido ao facto de não ter conseguido assegurar um desenvolvimento equilibrado e solidário entre todos os países membros, encerou uma nova experiência inspirada no modelo liberal, abandonando as experiências decorrentes do modelo social europeu que a inspirou até à primeira década do Séc. XXI.

Pode-se dizer que no horizonte deste cenário a UE ensaiava um processo fortemente ancorado no mercado, com uma Europa a várias velocidades, comandada pelos eixos Helsínquia, Estocolmo, Copenhaga, Berlim, Paris, Madrid e Londres, Bruxelas, Munique, Milão, Barcelona, que arrastavam as economias mais próximas.

Nestas condições a UE perdeu o seu papel de liderança política na Europa, bastando-lhe a tentativa de liderar economicamente os 32 países que a compunham, continuando a manter-se o EURO como uma moeda de referência no sistema monetário internacional, mas penalizando os países que não conseguem cumprir os critérios de convergência real entre as economias.

Os *off shores* financeiros continuam a ter um papel fulcral na economia mundial, apesar de uma certa regulação conseguida pela UE, mas que em contrapartida obrigou a uma baixa crescente das imposições fiscais ao nível comunitário para permitir uma concorrência aceitável com aquelas áreas com fiscalidade zero.

A crise energética e as alterações climáticas tem agravado a situação no mundo, criando assimetrias graves entre a população e os países e espaços mais protegidos em termos ambientais, provocando fluxos populacionais em função da capacidade económica de cada um, procurando os mais poderosos economicamente, as regiões mais protegidas ambientalmente e utilizando as energias em função das capacidades económicas que têm.

A população com mais recursos procura viver nas regiões com climas mais favoráveis e com condições de vida mais clementes, protegidas dos cataclismos naturais que se tornaram mais frequentes.

A produção de energia centra-se nas formas renováveis e não poluidoras, bem como na produção de energias com processos tecnologicamente mais avançados, desenvolvidos por empresas de grande dimensão e que formam redes de produção a nível multinacional, em concorrência agressiva entre elas. O preço da energia não subiu muito, mas mantêm-se alguns problemas com a segurança na produção energética, especialmente na produção da energia nuclear em geradores de 3 e 4ª geração.

Foi minimizado o problema do envelhecimento da população e da baixa natalidade, com a imigração condicionada de imigrantes de alto potencial e segundo as necessidades dos países mais desenvolvidos, nomeadamente na Europa.

Dado o controlo que é feito pelas autoridades policiais e por empresas de segurança privadas, os conflitos étnicos e sociais na Europa estão muito reduzidos, apesar de uma certa crise que se vive nos países que circundam a Europa. Contudo, a UE tem investido fortemente nesses países na criação de empresas para ocupar a respectiva mão-de-obra e para abastecer o resto do mundo de bens alimentares bem como de outros produtos que exigem mão-de-obra mais barata e que não necessitam de uma logística a grande distância.

A nível global prepondera uma economia de mercado muito agressiva, onde se impõem as maiores e melhores empresas, mas não sacrificando as

pequenas empresas nem as economias menos desenvolvidas, antes se servindo delas para manter as suas taxas de rentabilidade.

A nível mundial a tendência é para a eliminação das fronteiras e para a minimização das taxas e impostos, numa concorrência sem limites e com as regras apenas do mercado.

- **Politica Agrícola Comum**

A política agrícola europeia foi liberalizada fortemente, mantendo-se apenas alguns procedimentos discriminatórios favoráveis à produção interna, nomeadamente para certas produtos característicos dos países do Europa Central, que continuam a receber apoios comunitários à produção, mas cada vez mais reduzidos.

A paisagem e a natureza são entendidas como bens com valor, tendo também um valor de mercado, que é transaccionado pelas populações segundo as suas capacidades económicas e as prioridades que lhe atribuem.

- **Mercado português**

Portugal dada a sua dimensão, localização e as suas incapacidades para vencer as diferenças de produtividade que se mantinham desde a sua adesão à CEE, mantém-se no conjunto de países que estão mais distantes dos eixos de desenvolvimento da UE, pelo que se conforma numa posição marginal.

A imposição de uma economia de mercado acentuou as assimetrias sociais já muito marcadas desde sempre, pelo que há uma forte dualização entre o grupo dos mais poderosos económica e socialmente e os menos poderosos, mas que mesmo assim têm uma oferta razoável de emprego apesar de a salários não muito satisfatórios.

- **Modelo de desenvolvimento regional**

Neste cenário podem acontecer duas hipóteses de igual forma possíveis em termos de organização em termos de planeamento e desenvolvimento económico do país, com as consequências objectivas para a região e para o concelho de Peniche. Numa hipótese mais dura, o Estado via diminuir a maioria das suas competências e responsabilidades, ficando apenas com poderes centralizados ao nível da Defesa, Segurança e Soberania Nacional, Justiça e Negócios Estrangeiros. Tudo o resto foi privatizado ou o sector privado desempenha as principais funções, deixando ao Estado apenas um papel marginal e subsidiário.

Caberá assim à Sociedade Civil organizar-se e contar com o funcionamento do mercado para a resolução dos restantes problemas ou para a gestão de todos os outros sectores antes tutelado pelo Estado, como as obras públicas, a educação, a cultura, a saúde, a segurança social, a formação profissional, para alem da todos os sectores económicos estarem deixados à sua autonomia (Agricultura, pescas, indústria. comércio, serviços, transportes, comunicações, investigação científica, etc.). A política do território e ambiental foram descentralizadas para o nível local, desempenhando um papel importante as ONG´s como actores de negociação junto dos órgãos de regulação.

Na outra hipótese possível, mantendo-se no Estado algumas das funções acima entregues ao sector privado, este desconcentra-as em órgãos operacionais a funcionar junto dos actores económicos e sociais mas com

um papel de orientação ou de regulação simples. Em última instancia, caberá ao mercado e ao poder judicial a resolução dos conflitos que se gerarem.

- **Modelo de Desenvolvimento do Oeste e politicas de financiamento**

Nestas condições e com o desaparecimento do papel tutelar do Estado nas funções ligadas com o funcionamento da economia e do social, o processo de desenvolvimento do Oeste é financiado supletivamente (e só para investimentos estruturais) pelo Estado devendo a região recorrer prioritariamente a recursos endógenos. Neste cenário também a União Europeia deixou de ter um papel de intervenção e de financiamento dos investimentos nos vários países, que ficam obrigados a gerir os seus meios financeiros e os seus recursos.

Assim cada concelho ou região terá de suportar os seus investimentos nos sectores que lhe foram confiados, tendencialmente entregues à iniciativa privada que se assegurará na sua sustentabilidade.

- **Sistema de ensino**

Em consequência do que foi referido anteriormente o ensino terá uma predominância do sector privado, ficando para o Estado apenas o financiamento das famílias com recursos reduzidos através de cheques que são garantidos apenas aqueles que tiverem aproveitamento. Cada família tutela directamente os seus descendentes sendo responsabilizada pelo seu processo de aprendizagem e pela manutenção das suas capacidades cognitivas.

Peniche em 2025 é um dos principais portos de pesca nacional e de abastecimento do país e da Espanha central, recebendo diariamente barcos

de pesca, de cabotagem e de contentores, vindos de todo o mundo, que descarregam no porto de águas profundas construído fora do núcleo urbano. No núcleo urbano permanece um pequeno porto de recreio, onde existe uma pequena marina e é dado apoio a pequenos barcos de turismo que circulam na costa portuguesa.

Peniche é servido por uma via-férrea para transporte de mercadorias e de contentores que faz a ligação à linha do Oeste e à linha do norte, fazendo a distribuição das mercadorias para o país. Existe um interface com a rede de TGV para onde são canalizadas as mercadorias para Espanha e resto da Europa.

A opção pela via desenvolvimentista, atraiu para Peniche importantes investimentos na logística e nas indústrias transformadoras de bens alimentares, bem como na indústria da construção e manutenção naval e do apoio e da logística nos transportes marítimos.

Esta opção deixou a perder a anterior prioridade no turismo, que contudo se dirige para outro tipo de público, mais ligado aos transportes marítimos, bem como à recepção de cruzeiros que utilizam o porto para desembarcar passageiros que fazem *tours* na região e no país ou se deslocam de autocarro para Espanha (Estremadura e região de Madrid).

O porto e todas as instalações portuárias são geridos por consórcios internacionais que tem a responsabilidade também de outros portos, formando uma rede que está interligada e coordenada para aumentar a eficiência dos transportes marítimos em associação com os transportes ferroviários e rodoviários.

Em termos ambientais são cumpridas estritamente todas as normas internacionais minimizadoras, cabendo às instâncias reguladoras e fiscalizadoras o acompanhamento das operações marítimas, sendo em última instância os tribunais especializadas a penalizarem as infracções e os não cumprimentos das normas. As companhias de seguros e as agências internacionais de *rating* dos resseguros desempenham um papel muito importante no cumprimento das exigências.

As normas internacionais que foram impostas ao sector diminuíram fortemente as ameaças de poluição e de acidentes entre navios, pelo que o porto de Peniche exemplar em termos de segurança e de protecção ambiental.

Dada o afluxo de empresas internacionais no sector das pescas, foram feitos importantes investimentos para aquicultura, em viveiros de peixes e mariscos mais valorizados, bem como em na implantação de recifes artificiais no Oceano Atlântico onde se permite a reprodução eficiente dessas espécies piscatórias e as consequentes capturas.

Foram criadas também empresas para turismo activo relacionado com o mar e as pescas, sendo organizados passeios e expedições para observação e para a pesca do alto mar, pesca submarina, etc. Dadas as características da zona próxima de Peniche o concelho ficou integrado nas grandes rotas destas modalidades desportivas que captam uma procura sofisticada de pescadores desportivos profissionais.

Foi dada também grande atenção à produção de energia, tendo-se instalado grupos internacionais que estão especializados na produção de energia das

ondas, das marés, dos ventos (eólicas *on shore* e off *shore*) e do sol (fotovoltaico).

Peniche constituiu-se como um importante centro portuário tendo criado muito emprego directamente relacionado com o mar e indirectamente com os sectores e actividades a montante e jusante, com nas actividades de suporte. Esta dinâmica permitiu a minimização do fenómeno da pobreza e de certa marginalidade, mas criando uma nova marginalidade ligadas às grandes cidades portuárias (tráfico de droga e prostituição), que contudo é fortemente reprimida pelas autoridades policiais e pelas empresas de segurança, que obriga a um certo confinamento nalguns locais (hotéis e condomínios privados). De qualquer forma desapareceram os fenómenos de rua cuja visibilidade degradou a imagem de Peniche alguns anos antes.

Peniche constitui uma alavanca de crescimento económico e de criação de emprego na região, uma vez que também permite a canalização das produções agrícolas e industriais mais sofisticadas e de maior valor acrescentado da região, nomeadamente da agricultura e floricultura intensivas realizadas em estufas.

As Berlengas foram transformadas numa importante base turística de alta qualidade e especializada em turismo insular e de profundidade, dispondo de condições *sui-generis* a nível internacional.

Não há grande preocupação com a logística concelhia, uma vez que a maioria dos residentes têm os meios de transporte próprios, havendo apenas limitações ao estacionamento que está garantido para os residentes e é pago pelos visitantes.

As acessibilidades para o exterior estão asseguradas com auto-estradas ou estradas de via tripla, bem como pela via ferroviária a certas horas do dia, uma vez que a principal prioridade deste tipo de transporte é par as mercadorias.

- **Acessibilidades e logística**

As acessibilidades a Peniche foram modernizadas e melhorada com a transformação do troço do IP6 até à A8 em auto-estrada e a ligação a sul em estrada com três faixas de rodagem. Foi também construída uma via ferroviária (via única) para assegurar a circulação de mercadorias a partir do porto de Peniche com ligação à linha do Oeste e à linha do norte, onde existe uma plataforma de ligação à linha do TGV. Através desta via também circulam a certas horas do dia locomotivas simples de passageiros que fazem a ligação rápida à linha do Oeste e ao TGV.

Para fazer face ao aumento dos preços dos combustíveis e à criação das eco-taxas existe um sistema avançado de co-transportes (transportes em comum) organizados por uma empresa especializada nesta modalidade e que gere os fluxos de viagens partilhadas para as pessoas que não podem utilizar os transportes ferroviários e não querem utilizar transportes particulares em veículos com vários lugares.

- **Porto de Peniche**

Como já foi referido Peniche possui um dos principais portos de pesca e de mercadorias do país, tendo sido alvo de inúmeras transformações e investimentos, que lhe deram a categoria de porto de águas profundas,

assegurando um movimento de mercadorias e de contentores com grande eficácia e a preços muito concorrenciais.

Uma parte do porto é dedicada ao desembarque de pescado, capturado no alto mar em barcos fábrica ou frigorífico, bem como de barcos que fazem as capturas nas aquaculturas existentes nas imediações de Peniche, algumas em alto mar.

Junto ao centro da cidade existe um pequeno porto para atracarem os barcos da pesca tradicional, que contudo têm vindo a decrescer em número e importância, uma vez que não conseguem concorrer com a pesca industrial, apesar de haver pessoas que preferem o peixe pescado de forma artesanal.

A maioria das embarcações que demanda Peniche é muito automatizada, necessitando de uma logística em terra importante, bem como de bases de manutenção com espaço e que permitam efectuar operações preventivas com frequência e de forma eficiente para minimizar os custos. Também asseguram operações de manutenção à distância para o que exigem dispor de pessoal altamente qualificado nas suas bases situadas em Peniche.

É o próprio sector assessorado por organismos de investigação competentes que faz a monitorização da actividade piscatória com vista à utilização racional e sustentável dos recursos, sendo obrigados a pagar um valor por espécies capturadas às autoridades internacionais de regulação da pesca.

O peixe descarregado em Peniche não tem nenhuma marca local, beneficiando apenas da marca que lhe é atribuída pelo grupo empresarial a que está ligada a embarcação e que assegura a distribuição e

comercialização do pescado. Estes grupos empresariais dispõem de postos de venda nos principais centros urbanos, transformando e pré-preparando para consumir o pescado, descrevendo nas embalagens as características e qualidades de cada produto.

No horizonte definido este sector ligado às pescas e a outros produtos provenientes do mar, como algas e outras substâncias naturais colhidas nas profundezas do Oceano, são muito importantes e valorizados na saúde humana, pelo que têm grande valor.

- **Estratégia turística**

Dada a vocação conquistada por Peniche como um grande centro de logística nacional a nível marítimo, a estratégia turística está virada para a atracção de grandes cruzeiros internacionais e para o transporte marítimo internacional, que também utiliza uma categoria de trabalhadores sofisticada e já com exigências de suprirem em poucas horas de estacionamento os incómodos da vida no mar. Contudo, as tripulações dos navios de carga são muito pequenas e altamente qualificadas, o que altera o perfil do marinheiro tradicional e faz emergir um novo perfil de um técnico altamente qualificado e exigente.

Também o porto de Peniche pode atrair os barcos de turismo de maiores dimensões, que necessitam de uma logística mais complexa e exigente, mas que também retribuem melhor os serviços prestados.

Esta nova vocação do concelho de Peniche em termos portuários faz abandonar as actividades tradicionais do turismo mesmo muitas das actividades ligadas aos desportos radicais no mar (como surf e outras

modalidades) em consequência do incremento do tráfego de navios de grande calado.

O grande objectivo é captar cada vez mais o transporte marítimo internacional e algum turismo de cruzeiros em grandes embarcações, que se servem do porto enquanto plataforma logística e não como atracção turística. Este papel foi deixado para as Berlengas ou para algumas praias mais distantes da cidade, como o Baleal, S. Bernardino e Consolação.

- **Desenvolvimento agrícola do concelho**

Portugal deixou de ser um pais agrícola em grande parte do seu território, por falta de terras produtivas como de mão de obra disponível para trabalhar a terra. Dada a nova politica agrícola da UE, que prioriza o apoio à produção, a maioria das terras no concelho, como em concelhos vizinhos que tenham potencialidades agrícolas foram destinadas à agricultura intensiva utilizando estufas muito modernas e beneficiando dos avanços mais recentes em termos tecnológicos.

- **Desenvolvimento industrial do concelho**

A indústria do concelho está totalmente virada para a nova prioridade de Peniche, ligada à logística marítima, desenvolvendo-se todos os sectores ligados directa ou indirectamente ao mar e à navegação, bem como à transformação de produtos alimentares de origem marítima ou da agricultura forçada.

As empresas que estavam instaladas adaptaram-se à nova realidade, e instalaram-se novas empresas para darem resposta às novas necessidades dos sectores já instalados ou do mercado. A única limitação, para seguir as

normas internacionais, é de impedir que as novas empresas produzam resíduos tóxicos ou que utilizem irracionalmente recursos, seguindo as normas de controlo ambiental internacionais. O cumprimento destas normas faz-se através de auditorias por empresas ou organizações mandatadas e reconhecidas para tal. Os conflitos são dirimidos através dos tribunais.

Os sectores industriais tradicionais desapareceram progressivamente, havendo empresas que por falta de espaço no concelho e pelo preço mais elevado do m2 se foram instalar nos concelhos vizinhos mais para o interior.

- **Pólo de inovação regional**

Face ao modelo de desenvolvimento económico adoptado e à autonomia que cada empresa dispõe, bem como as respectivas ligações a consórcios ou redes internacionais, não existiu nenhuma necessidade ou oportunidade para criar ou para participar num pólo de inovação na região. Cada empresa assegura os seus investimentos internamento ou através de outras entidades para desenvolver produtos ou serviços inovadores.

- **Animação no concelho**

A principal preocupação das autoridades locais e regionais é de assegurar o funcionamento com eficiência das empresas e dos sistemas produtivos e de suporte, pelo que as acções de animação concelhia são deixadas à sociedade civil ou a entidades sem fins lucrativos ou empresas.

Só em casos especiais e em que seja achado interesse específico em termos concelhios é concedido apoio financeiro público, mas sempre condicionado a

uma análise de custo/benefício e com exigência mínima de resultados e de participação popular.

- **Medidas de preservação ambiental**

No concelho de Peniche, como no país em geral, a politica ambiental está definida em termos de preservar a capacidade competitiva das empresas e evitar onerá-las mais fortemente, para não perderem vantagens que poderão ter em relação a outros mercados.

Nesse sentido, a política aconselhada é aquela que garanta a preservação dos critérios mínimos de qualidade de vida e de sustentabilidade da sociedade local, seguindo as práticas vigentes nos mercados concorrentes.

Dai que tenham sido estabelecidos alguns condicionalismos mínimos que são ultrapassados com o pagamento de algumas taxas simbólicas, numa perspectiva de que a médio e longo prazo será possível encontrar soluções minimizadoras para os prejuízos provocados no curto prazo.

Como referimos anteriormente, em relação, por exemplo, à circulação rodoviária urbana, os habitantes locais estão isentos de taxas, que serão cobradas aos visitantes em função do tempo de utilização do espaço.

As autoridades nacionais e locais entendem que não cabe a um pequeno pais situado num dos externos da Europa, que não dispõe de matérias-primas energéticas suficientes para garantir o funcionamento do seu sistema de transportes, que seja penalizada apenas por critérios ambientais. Ainda para mais quando as pesquisas sobre a existência de combustíveis no subsolo fracassaram ou não foram encontradas quantidades suficientes para uma exploração rentável.

- **Fixação da população jovem, politica urbana e Bairros Sociais**

Com vista à captação e fixação da população jovem no concelho, foram definidas medidas fiscais de discriminação positiva para novos investimentos e para a contratação de jovens, bem como a nível local foram criadas isenções na fiscalidade municipal.

Contudo, coube aos particulares e/ou às empresas responsabilizarem-se pela criação de infra-estruturas para apoio à maternidade e à primeira idade facilitando a vida dos jovens casais, que também obtém um tratamento fiscal favorável durante os primeiros anos de vida dos seus descendentes.

O concelho de Peniche dispõe de uma boa rede de acessos entre as várias povoações e a sede do concelho, onde transitam todo o tipo de veículos, particulares, colectivos, com utilização ou não de combustíveis fósseis. É através da fiscalidade que o Estado português minimiza a influência do tipo de consumo de energia em relação ao ambiente.

O mercado da habitação funciona livremente, não cabendo ao Estado nem ao município qualquer papel para a resolução dos problemas de qualquer camada da população.

Estão definidas um conjunto de regras gerais e abstractas que foram definidas pelo poder central e que são seguidas sem constrangimentos por todos os operadores sem grande interferência dos poderes públicos desde que sejam cumpridas em absoluto. O poder autárquico tem uma função de regulação e de acusação ao poder judicial em caso de conflito com as normas, sendo os infractores fortemente penalizados pelos incumprimentos o que faz a dissuasão dos comportamentos anómalos.

A lógica construtiva obedece ao poder económico e à capacidade técnica, respectivamente dos locatários e dos construtores, sendo privilegiado a partir de certa época o leasing de habitações, bem como os alugueres. Há uma mobilidade muito grande, transferindo-se os inquilinos de residência em função das suas necessidades familiares, nomeadamente do número de elementos de cada família.

A autarquia e o Estado criaram algumas normas supletivas, especialmente ao nível fiscal, para incentivar a reconstrução urbana, mas sem coagir fortemente a manutenção das casas antigas. A construção em altura está liberalizada, só obrigando os construtores a áreas de cedência para espaço público em função da altura dos edifícios, segundo critérios científicos definidos antecipadamente.

Foi abandonada a politica de habitação social, cabendo ao município e às autoridades policiais velar pelo bom funcionamento dos bairros, podendo os habitantes não cumpridores serem excluídos das residências que lhes estão atribuídas. A tendência tem sido para o abandono da habitação social, cabendo a cada cidadão resolver o seu problema através do aluguer cumprindo as suas obrigações locativas.

Foram negociados alguns bairros existentes com maior qualidade arquitectónica, tendo sido transformados em condomínios, como foi o caso do Bairro dos Pescadores (Calvário), e do Bairro do Visconde. Os bairros mais degradados foram demolidos depois de terem sido indemnizados os seus residentes, que tiveram de procurar novas residências no concelho ou fora

do concelho, tendo aquele espaço sido negociado com operadores privados para novas habitações ou outras utilizações.

CENÁRIO 3 – CENÁRIO AMARELO (SOLUÇÃO À PORTUGUESA) – BESUGO MOLENGÃO –

O Besugo é facilmente reconhecido, hermafrodita, pois a maioria quando nasce tem sexo feminino, transformando-se em machos numa fase posterior da sua vida. Tem a cor alaranjada, e também é mais estreito e comprido. A sua carne é subtil, delicada, de sabor fino e consistente, e será porventura um dos melhores peixes grelhados na mesa.

Normalmente anda em cardumes mistos de várias idades, e infelizmente tem uma reprodução com uma taxa de sucesso baixíssima. O Besugo tem comportamentos muito diferentes de dia para dia, brincalhão nato, mas não deixa de nos fazer umas fífias, ou seja se está naqueles dias difíceis, temos de suar e batalhar a cabeça para tentar ferrá-lo.

Chegamos à conclusão que quando o Besugo quer é generoso, quando não quer, temos de gerir a crise. Esta situação ocorre variadíssimas vezes e com outras tantas espécies, pois segundo alguns entendidos estas coisas têm a ver com as águas, o sol, a lua, a maré, a altura do ano, o Manuel, o Joaquim, a Maria, etc., mas cá para nós também tem que ver com o stress dos peixes, e também com o sistema de alerta (cientificamente terá outro nome) do peixe que deverá indicar-lhe qual deverá ser a reacção mais aconselhada para que tire o isco do anzol.

E não é que estas coisas transmitem-se geneticamente, ou seja passa de pais para filhos e os malandros parece que a cada ano que passa estão mais espertos.

O besugo tem ainda uma característica comum com os portugueses que é de aproveitar a boleia dos salmonetes para comerem sem esforço e à conta.

- **União Europeia**

A União Europeia não conseguiu sair da crise em que se afundou depois da ratificação do Tratado de Lisboa, continuando a defrontar-se com a crise económica e monetária que lhe foi transmitida pelos EUA, que também não conseguiram inverter a situação político-económica, fruto da guerra no Iraque e da prolongada desvalorização do dólar.

A construção europeia foi interrompida e adiada a entrada de novos países, nomeadamente os restantes países dos Balcãs e a Turquia, tendo sido diminuída por insuficiência de recursos a política assistencial e de solidariedade entre os países da União Europeia.

O bloco BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) impôs as suas regras ao mundo, tendo falhado as medidas isolacionistas ensaiadas pela Europa em relação aos seus concorrentes, uma vez que os países desenvolvidos não conseguiram ultrapassar as carências de matérias-primas e de recursos energéticos, sendo obrigados a manter as fronteiras abertas para acederem aos fornecimentos de bens básicos provenientes daquele bloco.

Muitas das empresas multinacionais têm agora a sua base operacional nas economias emergentes, condicionando fortemente as políticas dos países

desenvolvidos que cada vez mais parecem estar nas mãos das multinacionais, muitas delas com origem ou sede nos BRIC.

Tudo isto significa que a coesão no interior da UE se esbateu, estabelecendo-se uma concorrência sem regras entre os vários países, saindo beneficiados os países que antes atingiram um maior grau de desenvolvimento e organização e que dispunham de maiores recursos naturais e capacidade científica e tecnológica.

Os países mediterrânicos, mas especialmente Portugal, partes de Espanha e França (mantendo sempre a especificidade francesa), centro e sul de Itália e Grécia, não conseguiram seguir os países mais ricos da Europa central, transformando-se em regiões de serviços, onde os restantes europeus e classes ricas de outros países vêm passar as suas férias ou viver a velhice.

O EURO, que foi considerado um dos factores do falhanço do processo europeu e do atraso dos países menos desenvolvidos que aderiam de forma apressada à Moeda Única, perdeu a sua importância no conjunto da UE, uma vez que emergiram outras moedas e outros meios de pagamento mais consolidados.

Também a crise energética provocada pela dificuldade de acesso aos recursos, especialmente aos combustíveis fósseis, cujos preços não pararam de aumentar, obrigou a racionamentos crescentes e à utilização cada vez maior da Energia Nuclear, apesar da importância que também as energias renováveis assumiram, mas que não conseguiram colmatar a procura.

A escolha dos países mediterrânicos para viver a reforma ou para trabalhar à distância, por parte de estrangeiros ricos ou altamente qualificados,

beneficiando das condições climatéricas mais favoráveis, atraiu trabalhadores de outras partes do mundo, para garantirem as tarefas de proximidade, mas introduziu alguma conflitualidade social e étnica.

Para evitar estas contrariedades os estrangeiros vivem em condomínios fechados, protegidos dessa conflitualidade social, o que constitui também um negócio próspero para as actividades ligadas tanto com a construção como com a segurança pública e pessoal, assegurada por empresas privadas internacionais.

- **Política Agrícola Comum**

Apesar das dificuldades financeiras da UE mantém-se uma política agrícola comum de subsistência para os países mais dependentes e com dificuldades, concedendo apoios ao rendimento das populações e aos produtores rurais, que trabalham primordialmente para a auto-subsistência.

A paisagem e a natureza estão abandonadas à sua sorte uma vez que não há recursos suficientes para cuidar, a não ser nas zonas onde vivem os estrangeiros, que investem e suportam financeiramente os custos dessa manutenção. Fora desses espaços só existe investimento e manutenção desde que haja vantagens ou contrapartidas para os proprietários desses locais.

De qualquer forma a UE confronta-se com uma concorrência crescente de produtos agrícolas que provêm da Ásia, África e América do Sul, tornando pouco competitiva e cara a agricultura europeia.

Mercado Português

Portugal voltou aos "bons tempos" anteriores à entrada na CEE, em que domina o desenrasca e o oportunismo dos operadores económicos e dos poderes tácticos, tendo-se agravado as assimetrias e criado um dualismo entre aqueles que ficaram fora da crise e que se ligam socialmente aos residentes e empresas estrangeiras integrados na economia internacional e a maioria da população e das empresas nacionais com menores recursos. Existe um conflito social com os imigrantes que trabalham nas tarefas mais duras e desagradáveis e que "roubam" o emprego aos nacionais, que não aceitam as remunerações praticados.

A sociedade portuguesa está mais virada para as trocas comerciais, tendo a produção autóctone diminuído por não ser competitiva em termos internacionais, sendo substituída pelas importações. Mesmo produtos cujas vantagens existiam por serem produzidos em Portugal têm perdido as suas quotas de mercado, uma vez que são mais caros do que os produtos importados e por vezes com menor qualidade ou imagem.

Há uma taxa de desemprego elevada, porque muitos portugueses se recusam a trabalhar em tarefas menos prestigiantes, especialmente para realizarem as tarefas de assistência aos residentes estrangeiros bem como ao turismo internacional que continua a visitar o nosso país, apesar de dominarem os turistas com menos capacidade financeira. Os turistas com maior capacidade económica procuram os paraísos internacionais, especialmente os países emergentes (China, Índia, etc.) e as ilhas do Pacífico.

Modelo de Desenvolvimento Regional

O modelo de desenvolvimento regional adoptado no país é bem uma solução à portuguesa, mantendo-se uma centralização estratégica da decisão e do financiamento ao nível do poder central, tendo sido distribuídas algumas competências para as Comissões de Planeamento Regional (CPR) que as exercem subsidiariamente juntamente com as Associações de Municípios.

As CPR são nomeadas pelo governo e pelas autarquias, tendo competências de coordenação e acompanhamento dos programas intermunicipais, mas ficando a última decisão ao nível central.

Neste sentido a capacidade de negociação e de reivindicação de cada Concelho é reduzida, uma vez que a disputa entre os Concelhos impõe-se, havendo uma solidariedade e coerência mínimas.

As tentativas para alterar este estado de coisas falharam sucessivamente, ao que não é alheio o facto dos dois referendos para a regionalização não terem conseguido obter aprovação.

Todo o aparelho de Estado tem concentrada a capacidade de decisão nas áreas essenciais, havendo apenas descentralização operacional, mas sob a tutela do poder central, que fiscaliza de forma incipiente e pouco estratégica.

Em termos organizativos, com a utilização crescente dos meios electrónicos, foi possível melhorar a operacionalidade da articulação entre o poder central e local, e a instância de coordenação regional, mas falta uma autonomia para tornar o funcionamento da decisão local mais rápido e eficaz.

Muitos dos conflitos decorrem dos protagonismos assumidos pelas lideranças locais, que impedem a priorização de decisões de interesse inter-concelhio e regional.

- **Modelo de Desenvolvimento do Oeste e Políticas de Financiamento**

Têm sido prolongados os programas de financiamento comunitários para as regiões da UE menos avançadas, para apoio a algumas áreas de desenvolvimento regional, mas com fundos escassos.

Estes fundos também são utilizados para investimentos em infra-estruturas mínimas para melhorar a qualidade de vida das populações, nas dimensões básicas a fim de evitar uma maior degradação da vida nas comunidades.

Continua a existir uma ineficiência elevada nestes investimentos, que obedecem frequentes vezes a razões eleitorais e à satisfação de certas clientelas ou *lobbies* locais e ao interesse imediato dos empreiteiros das obras públicas (que financiam os partidos dominantes).

A justiça continua a funcionar deficientemente e não existem instâncias de controlo e de avaliação da decisão e das obras públicas.

- **Sistema de Ensino**

O sistema de ensino continua a ser um dos obstáculos ao desenvolvimento do país, dominando o ensino público centralizado no Ministério da Educação que contratualiza com as autarquias o funcionamento operacional das escolas até ao 12º ano. Contudo, a parte pedagógica e de gestão do sistema continua centralizado na capital do país.

O ensino privado, que funciona marginalmente, é procurado pelas famílias das camadas mais prósperas e com maiores rendimentos, ficando o resto da população confinada ao ensino público.

O ensino superior público, que é dominante, tem uma grande autonomia, mas sofre uma concorrência muito forte do ensino privado e das escolas estrangeiras que têm uma oferta muito razoável (em muitos casos na modalidade e- e b-learning) nos cursos das áreas com maior empregabilidade internacional.

Peniche permanece na indefinição estratégica fruto das políticas nacionais incoerentes, que a tem marcado desde o início do século (XXI), tentando apostas em vários objectivos e projectos, mas com grande dificuldade para seguir uma linha coerente e um rumo definido, que vença definitivamente os problemas da pesca, da indústria tradicional local e do modelo de turismo.

Por um lado tem-se agravado o desaparecimento dos recursos piscícolas nas zonas tradicionais de captura da frota local, tendo-se agravado os focos de poluição, para além de terem sido deslocalizadas as unidades industriais de transformação (conserveira) do peixe. Mesmo as bases logísticas dos grupos de distribuição foram transferidos para outros portos em Espanha onde conseguem melhorar a sua eficiência e diminuir os custos de operação. Em consequência, ou antes como causa, a maioria da população tem abandonado o sector piscatório, porque considera não ser devidamente remunerada em comparação com outras actividades, menos arriscadas e com melhores condições de trabalho.

Mantém-se um sector de pesca tradicional que consegue sobreviver vendendo para mercados de proximidade ou para mercados mais afastados as espécies mais sofisticadas ou valorizadas, nomeadamente mariscos e algum peixe com maior procura.

As praias do Concelho de Peniche continuam a atrair durante os principais meses de verão muito residentes temporários e banhistas nacionais e da raia espanhola, que encontram aqui um local barato e próximo, onde podem fazer férias nas condições mínimas aceitáveis por um conjunto de consumidores menos exigente.

Continua a haver uma grande procura por segundas residências que proliferam por todo o território do Concelho e Concelhos vizinhos, mas afastando os turistas mais abastados, que apenas são atraídos pelos "resorts" que existem nas imediações. De qualquer forma, o contacto entre as pessoas instaladas nos resorts e a região é mínimo, apenas assegurando uma parte dos fornecimentos e a mão-de-obra menos qualificada.

Com a falta de financiamentos públicos e com os investimentos privados reduzidos, algumas das bandeiras do turismo do Concelho (Arquipélago das Berlengas, Baleal, Consolação, S. Bernardino, Fortaleza, muralhas e centro histórico, bairros típicos, etc.) têm-se degradado, com o consequente desvio de turismo de qualidade.

Não tem havido investimentos públicos na rede logística, continuando o trânsito a fazer-se pelo IP6 para norte, que nunca foi alargado e pelo IC11, para sul. As restantes acessibilidades do Concelho não foram modernizadas nem melhoradas.

O comércio local perdeu a sua importância sendo absorvido pelas superfícies comerciais que se instalaram no Concelho e em Concelhos vizinhos, proliferando em contrapartida restaurantes de qualidade média e de comida rápida, que são bastante frequentados ao fim de semana e no verão.

O alojamento dos turistas faz-se especialmente em alguns hotéis de 3 e 4 estrelas que já existiam ou se instalaram no Concelho, mas abunda o alojamento clandestino, em casas particulares que utilizam este meio para melhorarem o seu orçamento familiar.

Devido à crise económica e social que se vive no Concelho (bem como no resto do país), há um crescendo de pessoas com vidas desestruturadas, proliferando o tráfico de droga e a violência familiar e mesmo uma criminalidade de baixa intensidade, mas que mesmo assim afecta a imagem e a segurança do Concelho.

O porto de Peniche com a crise está sub-utilizado, servindo de base a navios que pescam noutras paragens e descarregam também noutros portos. Actualmente apenas é utilizado para a pesca de proximidade que utiliza pequenas embarcações e captura pequenas quantidades de pescado, algum de alto valor acrescentado que é vendido para o exterior.

Dada a situação de crise em que se encontra o Concelho e os principais sectores de actividade, a importância dada às questões ambientais é cada vez menor, dado que a implementação dessas medidas implicam custos e uma diminuição da produtividade que já é insuficiente para concorrer nos mercados.

As experiências de aquacultura experimentadas não resultaram por falta de capacidade organizativa e tecnológica, tendo falido grande parte dessas empresas e as restantes lutam com dificuldades. Mantêm-se prósperos apenas os viveiros de mariscos e as normas de protecção das espécies não são cumpridas por falta de fiscalização.

Juntamente com o turismo de sol e mar, existem alguns locais procurados por desportistas amadores praticantes de surf, de pesca desportiva e submarina nas suas várias modalidades, que ainda procuram a região por ser mais barato e menos exigente. Contudo, a maioria dos surfistas que dantes se deslocavam para Peniche procuram novos locais com melhores condições e pontos de apoio mais sofisticados.

As experiências com a construção de sistemas de aproveitamento da energia das ondas não resultaram, sendo o custo de produção da energia por este meio, pouco competitivo, pelo que foram abandonados os projectos de ampliação da central existente no início da experiência.

Apenas se mantém o aproveitamento da energia dos ventos, tendo sido instalados mais geradores eólicos que têm prejudicado a paisagem e que produzem alguns efeitos nefastos, especialmente a nível dos ruídos, não sendo o preço da energia praticado muito compensatório para o investimento.

- **Acessibilidades e Logística**

Face à crise existente tanto no país como na Europa, têm faltado os apoios para os investimentos infra-estruturais, nomeadamente no campo da logística e das acessibilidades, mantendo-se as vias de comunicação abertas

no período áureo da União Europeia e dos fundos estruturais, mas têm-se degradado um pouco com a manutenção menos frequente.

Os preços da energia e a dificuldade do abastecimento dos combustíveis fósseis têm obrigado a uma preocupação por parte de maioria da população com os consumos energéticos, obrigando à tomada de medidas individuais a nível informal para rentabilizar os custos dos transportes. Contudo, essas medidas são tomadas de forma arbitrária, pessoal e dispersa, prejudicadas pela imagem dada pela camada da população que detém o poder económico e que desbarata recursos.

As empresas têm de optimizar os seus custos com as logísticas na entrega das mercadorias e na prestação dos serviços, mas fazem-no também de forma dispersa e não beneficiando de possíveis economias de escala.

- **Porto de Peniche**

Dada a situação conjuntural ter passado a estrutural da falta de financiamento tanto de fundos comunitários, como nacionais ou endógenos, o porto de Peniche continua como estava no início de século, subsistindo agora com uma actividade mínima, servindo como porto de acostagem das embarcações autóctones.

O porto de Peniche foi substituído por outros portos mais eficientes e bem equipados no país e nos países próximos de Portugal, especialmente no norte de África ou mesmo por outra logística da apanha de peixe e da sua transformação e transporte no mar, que deixa de passar por Portugal para se dirigir aos mercados mais poderosos e onde o pescado é mais valorizado e pode ser consumido imediatamente a preços mais elevados.

Mesmo assim em termos regionais e nacionais Peniche mantém uma certa atractividade no campo da pesca de proximidade, continuando a abastecer o mercado local e os mercados próximos de algumas espécies que não foram dizimadas pela pesca intensiva.

Alguns empresários locais têm criado viveiros para aquacultura mas de espécies não muito valorizadas, dado que não dispõe de capital, conhecimento e tecnologia suficiente para concorrer com outros países onde a aquacultura está muito disseminada e desenvolvida.

Para minimizar a falta de peixe capturado localmente ou capturado no mar, de qualidade, que é muito caro, o país é abastecido primordialmente com peixe que é produzido em aquaculturas na Ásia, que chega a Portugal já transformado e pronto a consumir, tanto ao natural, como em filetes, pastas, concentrados, fumado, seco e também em conserva. Mesmo assim o peixe continua a ser um alimento aconselhado para a alimentação, só que se tornou caro em demasia para a bolsa do cidadão comum.

- **Estratégia turística**

Como já foi referido antes, a estratégia turística centra-se no mercado nacional e internacional de proximidade, com fracos recursos económicos, que procura um turismo passivo e baseado em sol e praia, cada vez mais condicionado com as doenças produzidas pelo sol na pele dos banhistas, dado o agravamento das condições climáticas do mundo.

Esta situação cria pouco emprego qualificado e permanente, havendo essencialmente emprego temporário e sem qualificação, que remunera pouco as pessoas, especialmente as naturais de Peniche que procuram

outras actividades ou empregos noutros locais, tendo muitos emigrado ou passado a trabalhar em embarcações que estão na pesca longínqua ou em viveiros noutros países.

Daí que para o trabalho no sector da hotelaria e da restauração sejam procurados imigrantes, de outros continentes o que provoca alguma instabilidade e conflitualidade social.

O porto de Peniche continua a não ter capacidade para receber para abastecimento e repouso o trânsito do turismo náutico, pelo que só em condições de temporal ou de último recurso é procurado por esse tipo de embarcações.

Prolifera o campismo desorganizado e selvagem, bem como o estacionamento das caravanas, que justificam pouca actividade hoteleira, bem como os alugueres de alojamentos.

Continua a existir um grande número de pessoas que possuem no Concelho de Peniche e nos Concelhos contíguos uma segunda residência para utilizarem nos fins-de-semana, nas férias ou depois, na reforma, o que forma uma massa considerável de população flutuante, que contudo, dada a sua precariedade económica, não contribui suficientemente para melhorar o nível de vida local.

Os desportos radicais possíveis no Concelho são praticados por uma "população de pé descalço", que procura locais para a prática daquelas modalidades sem grandes custos e evitando terem de alojar-se de forma mais cómoda. Muitos pernoitam em tendas e viaturas junto ao mar,

alimentando-se de comida rápida e muitas vezes não evitando conflitos com a população residente.

As Berlengas continuam a atrair todo o tipo de público de forma desorganizada e em massa, aproveitando bastantes dos visitantes para acamparem sem regras e se dedicarem à pesca submarina ou desportiva, sem controlo e delapidando as espécies. Também as praias do Concelho estão invadidas por todo esse tipo de turistas internos e estrangeiros referidos antes, havendo épocas que são intransitáveis os acessos à própria sede do Concelho, ao Baleal, a S. Bernardino e à Consolação. A este movimento só escapam alguns condomínios fechados que tentam preservar alguma quietude e qualidade de vida, mas que sofrem as consequências das práticas das proximidades.

- **Desenvolvimento Agrícola do Concelho**

Continua a fazer-se no Concelho de Peniche uma agricultura de sobrevivência, tendo-se perdido a alguma agricultura intensiva existente (utilizando estufas), por falta de mão-de-obra qualificada disponível e de empresários interessados. Mesmo a agricultura tem perdido a importância pelo abandono das terras e pela ocupação anárquica, para a construção de segundas habitações com fraca qualidade ou primeiras habitações de trabalhadores que procuram nas zonas rurais terrenos mais baratos e que possam fazer uma pequena agricultura para auto-abastecimento.

Mesmo assim há muitas terras em pousio ou abandonadas por não disporem das melhores condições para serem trabalhadas.

Desenvolvimento Industrial do Concelho

A indústria foi deixada à sua sorte, mantendo-se algumas das unidades industriais tradicionais em funcionamento, especialmente as mais nocivas ao ambiente e que podem poluir mais, mas que a sua extinção ou deslocalização impunha a mobilização de recursos e procura de locais com idênticas ou menores exigências, que não existem.

Forma criadas novas indústrias de pequenas dimensões para suprirem carências locais ou regionais, aproveitando a mão-de-obra local desempregada, bem como para atrair pessoas de outros sectores em decadência como a agricultura ou a pesca.

Prolifera o biscate e as micro empresas na produção para uma procura de proximidade, nomeadamente para a indústria naval (em que dominam a construção das pequenas embarcações), na construção civil e obras públicas, porque em relação a exigências de maior dimensão, as empresas recorrem a fornecimentos externos ou ao sistema de franchising para a manutenção.

Pólo de Inovação Regional

A inovação tem um papel reduzido no Concelho e na região, uma vez que os principais pólos nacionais se concentram junto aos grandes centros populacionais e universitários. Mesmo algumas competências existentes na região deslocam-se diariamente aqueles centros ou mudaram de local de residência, uma vez que na região não se reúnem condições de sustentabilidade para actividades de alto valor acrescentado e baseadas no conhecimento.

Mesmo os residentes reformados atraídos para a região não estão ligados a áreas da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico pelo que não pode ser aproveitado este potencial, como acontece noutras localizações do país, especialmente junto a Lisboa, Porto, Costa alentejana e Algarve.

- **Animação no Concelho**

O Concelho de Peniche continua a organizar vários eventos ao longo do ano, na maioria dos casos organizados e financiados pela autarquia, mas que não podem ter grande impacto face às dificuldades financeiras em que se vive.

Parte destes eventos estão relacionados com a tradição local e ligados a certas festividades religiosas ou a momentos do ano, atraindo a população local e dos Concelhos vizinhos, mas sem grande impacto a nível nacional.

Os eventos não oficiais são organizados por colectividades, associações locais ou por estabelecimentos de hotelaria ou de restauração, que assim conseguem atrair mais clientes.

Por vezes estas animações estão relacionadas com o mar e atraem as pessoas para realizar percursos no mar ou provas desportivas que mantém a população numa atitude passiva e de espectadora. Funcionam muitos bares e discotecas até de madrugada atraindo frequentadores da região e mesmo de regiões mais distantes, uma vez que nesses bares há pessoal disponível para programas de índole erótica. A população residente mais idosa protesta com frequência em relação a esta situação, mas as autoridades locais e policiais são complacentes uma vez que este tipo de atracção gera razoáveis receitas municipais e cria emprego.

- **Medidas de Preservação Ambiental**

Dada a situação de crise que se vive no Concelho e no país, com agravamento dos fenómenos de desemprego e com uma desagregação do tecido empresarial, o Estado e a sociedade civil não pode continuar a impor medidas duras de preservação ambiental, antes sendo obrigados a flexibilizar o respeito pelo cumprimento das normas, apesar de formalmente continuarem a existir essas restrições.

Isto significa que todos fecham os olhos ao não cumprimento das regras existentes, tanto ao nível do comportamento das empresas como de cada cidadão.

A circulação em veículos que usam combustíveis com origem fóssil faz-se sem qualquer restrição, apenas suportando os utilizadores o seu custo que não tem parado de se agravar.

As praias estão sujas e bastante poluídas, mas é a contrapartida para o seu uso gratuito, indiscriminado e sem restrições. Apenas alguns condomínios ou hotéis têm praias com acesso condicionado, havendo uma enorme contestação a esta prática.

Periodicamente ocorrem manifestações de rua ou através da Internet, de grupos ambientalistas locais, mas que não têm grande impacto em termos eleitorais, uma vez que a prioridade é dada ao emprego.

- **Fixação da População Jovem, Política Urbana e Bairros Sociais**

Para atrair e manter população jovem é atribuído pela autarquia um prémio de fixação, mas face ao seu montante reduzido e às condições existentes, não tem atingido os objectivos, captando principalmente população

imigrante e de outras zonas interiores do país, mas com reduzidas qualificações para trabalhar em qualquer sector de actividade.

Dada a crise instalada o município não tem uma atitude intervencionista na qualidade urbana, pelo que proliferam construções por todo o território, havendo apenas uma preocupação paralela de continuar a construir bairros sociais para alojar a população com maiores dificuldades económicas, que continua a ser um problema social e foco de conflitualidade.

Dada esta desorganização espacial do Concelho, o trânsito faz-se de forma anárquica, o que afasta a população mais exigente e que tem recursos para viver em locais mais seleccionados.

O Concelho vizinho de Óbidos é uma das alternativas, apesar do carácter artificial e estratificado da sua organização urbanística, o que acontece também nos poucos condomínios ainda existentes junto às praias do Concelho.

Junto à costa proliferam torres de muitos andares, que funcionam também numa lógica de condomínio fechado, que são procuradas por turistas nacionais e estrangeiros em sistema de *time-sharing* ou de aluguer esporádico (negociado por agências internacionais), que têm no próprio edifício todas as condições de apoio incluindo supermercados, restaurantes e lojas.

O papel das agências de viagem e de intermediação é central neste negócio, que gera muitos rendimentos para as empresas que estiveram na origem dos empreendimentos e reduzido retorno para o Concelho e para os seus

habitantes. Mesmo a construção destes empreendimentos é assegurada por trabalhadores exteriores ao Concelho.

Muitos dos bairros típicos ou sociais estão bastante degradados, tendo a propriedade de cada habitação sido negociada com os residentes, que contudo não têm capacidade ou vontade de fazer a sua manutenção.

O Estado desinteressou-se totalmente da política da habitação social, uma vez que não dispõe de recursos suficientes, pelo que os municípios ficaram com este encargo, apesar dos recursos insuficientes.

A política social é mínima, baseando-se mais num assistencialismo disperso e na repressão aos faltosos em termos de regras de convivência ou mesmo para a criminalidade que em menor ou maior grau grassa nestes núcleos populacionais.

CENÁRIO 4 – CENÁRIO NEGRO OU CINZENTO – TAINHA FEDORENTA

É um peixe muito pouco agressivo, praticamente indefeso, que é vítima dos outros peixes. Tanto vive na água doce, como salobra ou salgada, abundando em locais pútridos e fétidos, absorvendo todas as substâncias, desde o gasóleo e nafta até aos resíduos orgânicos. Têm um estômago que tritura tudo, mas mesmo assim fica a porcaria. Muito abundante em toda a costa Portuguesa e também em estuários, lagoas e rios. Espécie difícil de capturar por ser bastante desconfiada, analisando bem o que vai comer nunca engole a isca de uma só vez mas dando pequenas trincas na mesma, é frequente trincar a isca e depois cuspir.

↳ União Europeia

O projecto europeu fracassou na sequência de um conjunto de eleições ocorridas em diferentes países europeus, que elegeram nalguns casos maiorias anti-UE, que tomaram decisões que obrigaram a interromper o processo de integração, nomeadamente através da institucionalização das contribuições neutras para as finanças comuns, com prejuízos graves para os países de adesão recente, pondo em causa a coesão europeia que esteve sempre na mente dos fundadores.

O boicote desses países, ainda para mais nalguns casos em que constituíram o núcleo inicial da CEE, nomeadamente em relação à nomeação da Comissão Europeia e ao funcionamento do Parlamento Europeu, entravou o funcionamento das estruturas comunitárias e suspendeu a circulação do Euro em muitos países. Esta atitude levou à desvalorização do Euro em relação às restantes moedas, especialmente dos BRIC.

Reina a desorientação na Europa dos 30 (em que se integraram alguns países dos Balcãs) mas que deixou a Turquia definitivamente à porta, criando um conflito ampliado pela crise política e militar que reina nas fronteiras externas da UE, nomeadamente com os países da costa mediterrânica sul (Egipto, Líbia, Argélia e Marrocos), Rússia e Ucrânia, não esquecendo a crise israelo-árabe que se mantém no médio oriente.

Parte dos países da UE tomaram decisões autónomas no sentido de estabelecerem acordos de parceria com países mais próximos ou com afinidades, nomeadamente o RU com os EUA, a Alemanha com a Rússia, a

Polónia com a Ucrânia, os países nórdicos com a Noruega e Islândia, desestruturando o funcionamento da UE conseguido nos últimos 50 anos.

A penúria energética está entre as razões da crise, organizando-se os países mais desenvolvidos segundo os seus interesses de abastecimento energético, ficando os menos desenvolvidos à mercê das contingências internacionais, nomeadamente da crise provocada pelo agravamento do conflito dos países árabes com Israel, em que certos países europeus assumiram posições mais favoráveis ao bloco muçulmano para beneficiar dos fornecimentos de combustíveis fósseis.

0 Acordo de *Shengen* foi suspenso e cada país é obrigado a velar pelas suas fronteiras para impedir a deslocação das populações vizinhas da UE, que também viram agravadas as suas condições de sobrevivência.

O mediterrâneo tornou-se uma barreira facilmente transponível, obrigando a militarizar por cada país a costa sul da Europa.

- **Política Agrícola Comum**

Com o falhanço da UE a política agrícola comum foi um dos primeiros pilares a cair, uma vez que foi perdida a capacidade de financiamento da mesma e cada país voltou-se para a auto-produção, bem como para a negociação unilateral com outros países fornecedores de bens agrícolas.

A suspensão da PAC foi um dos mais rudes golpes na Europa, especialmente da população agrícola que apesar de reduzida tem um peso político grande, que viu aumentar a conflitualidade interna na UE, com países a encerrarem as fronteiras à livre circulação de bens e de pessoas e ao estabelecimento de medidas proteccionistas.

Houve um agravamento dos preços dos produtos agrícolas, especialmente dos produtos básicos para a alimentação, reinando um certo descontentamento entre a população, que é obrigada a um racionamento dos consumos em função da sua capacidade financeira e dos preços dos produtos.

- **Mercado Português**

Portugal é um dos países mais prejudicados com a crise europeia, uma vez que perdeu uma parte importante dos financiamentos para obras públicas e para os sectores económicos mais cristalizados, tendo parte da população sido obrigada a voltar para a actividade agrícola, havendo ainda uma taxa elevada de desempregados.

A indústria que havia recuado e sido deslocalizada para outros países, caiu num grande marasmo, uma vez que não foi fácil retomar a produção bem como foi confrontada com a insuficiência do mercado e a impossibilidade de gerar exportações em mercado aberto.

O desemprego aumentou com os salários a estagnarem ou a diminuírem, havendo uma grande crise social no país, crescendo a conflitualidade social e a criminalidade. Portugal vive num sistema político e económico musculado e fortemente centralizado, mas que não consegue regular o funcionamento da economia. A anarquia está instalada, havendo ainda mais dificuldades com o aumento crescente da emigração dos activos jovens.

- **Modelo de Desenvolvimento Regional**

O Estado é incapaz de descentralizar as suas actividades no essencial, tendo desconcentrado apenas algumas competências, que continuam dependentes

do poder central. Vive-se um sistema em que todas as nomeações são assumidas pelo poder central, mesmo para implementar as políticas locais ou regionais. O compadrio e o facilitismo na tomada de decisões é muito grande, o que impede uma articulação equilibrada entre poderes e tomada de decisões sobre investimentos locais.

As decisões são tomadas em função dos lobbies constituídos ou da pressão política que as regiões e Concelhos conseguem fazer ao poder central, que contudo está impedido de grandes apoios por insuficiência de recursos.

A articulação entre Concelhos é inexistente, uma vez que cada um puxa para seu lado, independentemente da racionalidade das decisões ou dos investimentos realizados, havendo duplicação de obras para os recursos escassos existentes, com forte desperdício e não assegurando os custos de manutenção nem de funcionamento eficaz.

A corrupção grassa, havendo nas decisões aos mais variados níveis, uma forte influência dos investidores ou dos próprios construtores de obras públicas mais importantes em cada zona, pelo que não funciona o princípio da prioridade estratégica dos resultados a atingir.

- **Modelo de Desenvolvimento do Oeste e Políticas de Financiamento**

Na região Oeste é o salve-se quem puder, trabalhando cada Concelho para seu lado, duplicando-se os gastos e transferindo-se para os vizinhos as consequências dos desperdícios e da gestão irracional dos recursos naturais.

Não há nenhum organismo a sério de regulação ou de coordenação, tendo a maioria dos investimentos a realizar nos Concelhos origem nos recursos endógenos dos operadores privados ou das taxas cobradas pelas autarquias,

uma vez que o Estado Central só investe em obras nacionais, especialmente na área da defesa e da segurança.

- **Sistema de Ensino**

O sistema de ensino funciona tendencialmente mal, especialmente o ensino público, que luta com a falta de investimentos e de recursos. Uma minoria estuda no ensino privado ou procura no estrangeiro um ensino altamente qualificado. Também não são as competências académicas e profissionais que no país permitem a diferenciação em termos de funções, uma vez que vigora o sistema de compadrio, dominado pelo conhecimento pessoal e pela influência familiar ou política.

A qualidade do ensino é muito baixa o que desqualifica as pessoas que tentam emigrar sendo obrigadas a fazer novo processo de aprendizagem, razão pela qual as famílias financiam principalmente a aprendizagem das línguas estrangeiras especialmente do inglês e espanhol.

Este cenário é o mais trágico para Peniche, uma vez que nada ajuda ao desenvolvimento nem ao progresso do Concelho. Para além da União Europeia ter fracassado enquanto projecto político, económico e mesmo cultural, Portugal também falhou o que não é de duvidar, uma vez que ficou desde 1986 fortemente dependente e ligado ao projecto Europeu.

Nestas condições em que tudo falha – uma hipótese muito inverosímil, contudo também não sendo de descurar –, a Europa pode fracassar com uma conjugação de falhanços, para além do agravamento da situação política e económica do seu principal parceiro e aliado – os EUA – bem como com a emergência como potências dominantes da China e dos restantes

países que compõem o BRIC. A isto junta-se a falta de resolução do conflito do Médio Oriente e do agravamento dos problemas decorrentes do radicalismo muçulmano, que se abatem sobre todo o continente europeu.

Peniche vive assim, enquanto porto e principal porta de entrada por mar, de uma situação de ameaça permanente, uma vez que se pode transformar numa via de entrada clandestina de estrangeiros transportados em navios de pesca ou de transporte de mercadorias, bem como pelo agravamento da situação social. Poderá ainda constituir uma zona privilegiada de entrada de drogas e de outro contrabando.

No cenário considerado, os investimentos no porto de Peniche foram suspensos há muitos anos, tendo havido uma progressiva degradação das condições de acostagem, descarga, tratamento da mercadoria, etc.

Mantém-se apenas uma frota pesqueira de proximidade com a qual se fazem capturas para a subsistência da população local, tendo havido uma degradação dos recursos piscícolas bem como uma alteração das correntes marítimas, com o desaparecimento das espécies mais valorizadas comercialmente e o aparecimento de espécies predadoras não comestíveis.

Mesmo as explorações da aquacultura sofreram graves contaminações resultantes da deficiente alimentação e da utilização de OGE (organismos geneticamente modificados) e os peixes foram atingidos também por doenças novas que dizimaram os cardumes, bem como fizeram suspender o seu abastecimento como alimento.

A procura nacional passou a ser garantida pelo estrangeiro mas só para camadas da população com maiores recursos, dado que o peixe de

qualidade, pelo seu valor nutritivo, passou a ter um preço incompatível com a maioria das bolsas.

Tudo isto e ainda com o agravamento do preço dos combustíveis e a consequente diminuição da circulação de visitantes, levou à diminuição da afluência de turistas nacionais e estrangeiros, perdendo o Concelho e a região a importância de que gozou anteriormente.

O contínuo processo do aquecimento global e da subida do nível geral dos mares, começou a alagar parte do território do Concelho o que obrigou a obras de engenharia realizadas com urgência, mas mesmo assim provocando graves prejuízos e afastando também muito dos moradores com segundas residências.

O fenómeno do desemprego e da insegurança não têm parado de crescer, formando Peniche um enclave fortemente problemático, uma vez que a população se afasta progressivamente deste ponto do território por razões de segurança.

A política de abandono e de desinvestimento abrange as outrora atracções turísticas do Concelho, como o Arquipélago das Berlengas, Baleal, Consolação, S. Bernardino, bem como o próprio tecido urbana que se tem degradado a olhos vistos.

Os acessos a Peniche continuam também em degradação por falta de recursos para fazer a manutenção e devido à subida do nível das águas do mar, bem como às constantes tempestades e cataclismos que atravessam o território nacional e especialmente as regiões costeiras.

As superfícies comerciais de "hard discount" tomaram conta do mercado tendo eliminado o pequeno comércio, havendo na região cada vez mais armazéns de bricolage, dado que a maioria dos habitantes são obrigados a realizar os seus próprios trabalhos no lar.

As principais indústrias existentes e a actividade agrícola mais competitiva desapareceram, por falta de capacidade económica e financeira e por não conseguirem subsistir à crise do mercado nacional, tendo aumentado fortemente o desemprego.

As áreas criadoras de emprego estão ligadas ao terceiro sector ou dos serviços de proximidade de apoio às famílias, bem como de reconversão dos desempregados e dos jovens à procura de emprego sem qualificação.

A zona de Peniche é considerada a nível nacional como uma região sinistrada, tendo-se instalado no Concelho vários ONG´s internacionais para inverter a situação sem grande sucesso.

No Concelho há penúria de energia uma vez que os preços praticados no país são muito elevados, mas com dificuldades na produção por falta de combustíveis fósseis, cada vez mais caros no mercado internacional. O país também não conseguiu recorrer à energia nuclear como o fizeram outros países europeus, para minimizar os custos. As energias renováveis não conseguiram satisfazer as necessidades e a procura.

- **Acessibilidades e Logística**

Face à decadência do Concelho de Peniche, a que não é alheia a situação no país e na UE, nem sequer é assegurada a manutenção de forma correcta das acessibilidades, estando o troço do IP6 de ligação à A8 em más condições.

Mesmo assim o tráfego não é muito grande, uma vez que os combustíveis estão a preços elevados, o que obriga a população e as empresas a racionarem e racionalizarem os percursos, só fazendo deslocações no caso de cobrirem os custos do combustível, não agravando o valor das produtos ou matérias-primas transportados.

O Concelho, dado que está situado num enclave, não é atravessado por qualquer meio de transporte, a não ser para as deslocações expressamente a Peniche.

Também como há um desinvestimento profundo na pesca e no mar, Peniche perdeu as razões da sua acessibilidade por via marítima, pelo que diminuiu fortemente o tráfego de mercadorias e de passageiros.

- **Porto de Peniche**

Peniche acabou por transformar-se num porto de abrigo e de socorro, que é utilizado em soluções de recurso face a alguma tempestade ou avaria dos navios que circulam na costa, servindo também de apoio logístico à navegação marítima.

Permanece, no entanto, um pequeno porto de mar, para pesca de proximidade em termos de subsistência dos pescadores, cada vez em menor número, com mais dificuldades em capturar espécies comestíveis e valorizadas no mercado.

- **Estratégia Turística**

Como vimos neste cenário, o momento é de crise absoluta pelo que o turismo tem uma expressão mínima no Concelho de Peniche, destacando-se

principalmente os veraneantes das regiões próximas que vão fazer sol e praia e também pesca à linha na costa para auto-abastecimento.

Para mais, a degradação que se sente no porto e nas praias, bem como os sinais de poluição, afastam os veraneantes mais exigentes, bem como os praticantes de desportos náuticos activos, como os ligados ao surf e às actividades subaquáticas. No Concelho, mesmo nas zonas rurais, faz-se campismo selvagem e os habitantes alugam quartos ou partes de casa para alguns dos turistas.

No Verão o Concelho é atravessado por camionetas de transporte de passageiros e veículos automóveis pejados de pessoas, levando os seus farnéis, pelo que raramente utilizam a restauração local.

As Berlengas, como a ilha do Baleal, as praias de S. Bernardino e Consolação são invadidas por hordas de turistas sem qualquer consciência ambiental, degradando ainda mais as suas condições de utilização. A autarquia foi obrigada a recrutar agentes de segurança para evitar o crescendo da violência e da delinquência no Concelho, mas com fraco êxito, principalmente no pequeno crime e no combate ao tráfico de droga.

- **Desenvolvimento Agrícola do Concelho.**

Tal como no cenário amarelo, pratica-se uma agricultura de sobrevivência, por uma população desmotivada e desorientada que prefere adquirir *fast food* com os apoios que lhes são concedidos pela protecção social. A degradação ambiental impede a prática de uma agricultura de qualidade.

- **Desenvolvimento Industrial do Concelho**

A indústria desapareceu do Concelho ficando apenas algumas pequenas empresas que fazem trabalhos de manutenção.

- **Pólo de Inovação Regional**

Neste cenário a inovação não desempenha nenhuma função uma vez que não há a massa crítica mínima para criar novos produtos ou serviços.

- **Animação no Concelho**

Num Concelho em afundamento a animação deixa de ter um papel agregador da actividade social e apenas são realizadas algumas festas de carácter religioso e tradicional, mas sempre com pouco impacto e deixadas à iniciativa de umas quantas pessoas, empresas, associações, com ou sem apoio da autarquia.

- **Medidas de Preservação Ambiental**

Não há nenhuma preocupação neste domínio uma vez que a crise abrange o cerne da sociedade, que não se pode dar ao luxo de impor medidas de defesa ambiental.

- **Fixação da População Jovem, Politica Urbana e Bairros Sociais**

Em momento de crise grave e sem recursos, as questões relacionadas com a fixação da população jovem, da política urbana ou da habitação social não têm qualquer peso.

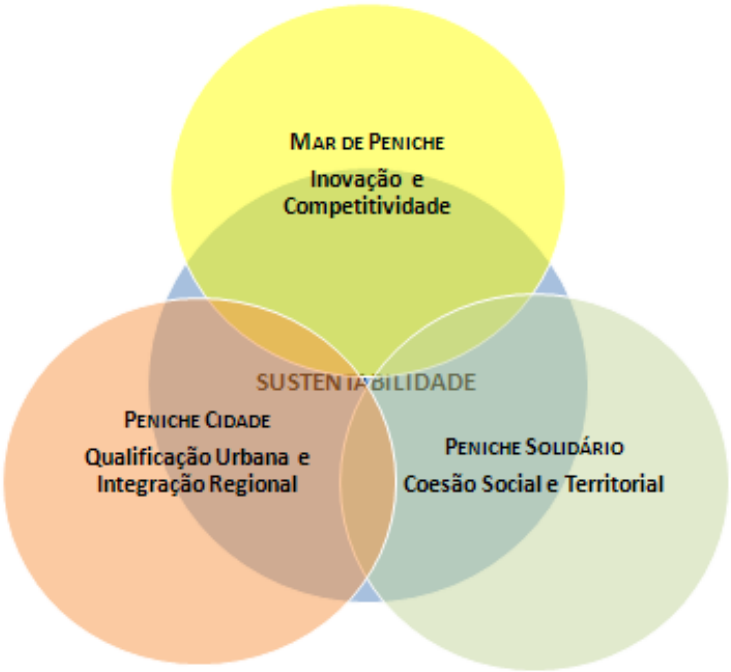
Este cenário é tão radical e extremado que, sendo possível no caso de tudo dar mal a nível internacional como nacional, provocará todo o género de complicações que torna impossível a vida em comunidade.

PARTE III – VECTORES ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO

III.1. VECTORES ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

I.1. Um quadro de intervenção estratégica norteado pela sustentabilidade

O quadro de intervenção de Peniche 2025 materializa-se em três **Vectores Estratégicos**: **Mar de Peniche – Inovação e Competitividade**; **Peniche Cidade – Qualificação Urbana e Integração Regional**; **Peniche Solidário – Coesão Social e Territorial**; os quais sintetizam as linhas de força que devem nortear o desenvolvimento de Peniche.



Estes Vectores decorrem de um diagnóstico prospectivo aprofundado e de um processo de auscultação alargado, de que são exemplo os "ateliers" de prospectiva e as sessões temáticas do Jogo de Actores (MACTOR) ou as

Convenções "Sou de Peniche", nos quais, através de um processo participado, os protagonistas e decisores locais contribuíram para a definição das principais condicionantes, potencialidades e desafios estratégicos, bem como para os cenários de desenvolvimento que se colocam a Peniche.

No quadro de referência dos Cenários considerou-se que o **Cenário Verde Escuro (Sustentável e Equilibrado) – Sardinha Viva** – será o que melhor se adapta à perspectiva de desenvolvimento do município, pelo que os vectores estratégicos incidem sobre aquele nos domínios considerados determinantes para materializar o futuro mais desejado para o território.

Embora, por vezes, possa haver uma afinação com elementos presentes noutros cenários, o cenário "Sardinha Viva" é aquele que mais se adequa à Visão pretendida para Peniche na medida em que prevê um município com elevada sustentabilidade, capaz de compatibilizar o desenvolvimento económico e social com o ambiente e de assegurar o fortalecimento e crescimento da actividade económica tradicional combinado com outras actividades económicas emergentes mais directamente ligadas à sociedade do conhecimento e ao turismo.

O Cenário preconiza uma forte aposta no mar e actividades associadas, embora com uma preocupação central na sustentabilidade dos recursos marinhos e no desenvolvimento de actividades não agressivas para o meio ambiente, como a pesca desportiva sustentável, a promoção da investigação e de energias renováveis e o desenvolvimento de uma cultura de Educação Ambiental.

A prática de actividades relacionadas com o mar será a pedra de toque para a afirmação de Peniche, pelo reconhecimento de condições únicas a nível mundial associadas à constituição de infra-estruturas de suporte como a ampliação da Marina, a instalação do Centro de Alto Rendimento do Surf ou a dinamização do Porto de Pesca. A valorização do património marítimo, arqueológico, natural e cultural, dos percursos terra-mar e dos roteiros de natureza, permitirão desenvolver uma oferta de valor central, cada vez mais requerida por turistas e visitantes.

A criação de condições para incrementar a atractividade de Peniche e a melhoria da qualidade de vida das populações passa ainda por uma requalificação urbana, tanto nas áreas históricas da cidade, com a sua vocação própria, como nos bairros sociais que deverão ser requalificados, como nos vazios urbanos degradados que importa urbanizar de forma a dar mais coesão à malha urbana.

Apesar do reconhecimento como "Cidade de Mar", o caminho da coesão territorial pressupõe uma maior atenção ao restante território, qualificando os centros rurais e controlando a pressão sobre os núcleos localizados no litoral, apoiando uma agricultura moderna e capaz de contribuir para a valorização do ambiente e das tradições locais.

A preocupação atribuída às questões ambientais promoverão uma forte aposta na mobilidade sustentável, de forma a incrementar a circulação de transportes não poluentes, de percursos pedestres e de vias cicláveis.

Face ao exposto, a Estratégia de Desenvolvimento recai sobre os vectores que seguidamente se descrevem sumariamente e que irão ser incorporados

de forma dinâmica nos Programas de Actuação, Acções e Projectos a desenvolver ao longo do tempo de vigência do Plano.

- ☑ **Inovação e Competitividade** que valorize o Mar como vector estruturador das actividades económicas não descurando os valores patrimoniais e ambientais em presença, como é ambição do Cenário escolhido para o futuro de Peniche.

  Numa conjuntura em que se colocam aos territórios os mais diferentes desafios onde os níveis concorrenciais são cada vez maiores, Peniche terá que apostar no seu maior factor de diferenciação – o Mar e a sua localização geográfica.

  Preconiza-se um Território Inovador capaz de apostar na investigação e nas novas tecnologias, numa valorização clara dos recursos endógenos e num incremento da cadeia de valor de alguns segmentos tradicionais e de outros que irão surgindo.

  Pretende-se, assim obter uma economia e um território competitivo, capaz de fixar e captar população, criar e qualificar o emprego, melhorando, de forma sustentada, o nível de vida das populações.

  Neste contexto, Peniche deverá assumir particular relevância como "*Porta de Mar*", definida no PROT-OVT e na prossecução da Estratégia Nacional do Mar.

  Ser "*Porta do Mar*" significa que o município deve *proporcionar condições para o desenvolvimento de actividades turísticas, culturais, desportivas e de recreio e lazer ligadas ao Mar,* sendo *locais prioritários para a construção ou adequação de infra-estruturas e*

instalações que permitam aquele tipo de actividades, nomeadamente portos de recreio, centros náuticos e marinas, podendo ainda incluir instalações culturais e científicas relacionadas com o Mar.

Estar na linha da frente da aplicação da "*Estratégia do Mar*", significa ter uma atitude pró-activa, na apresentação de propostas e de projectos que tragam para Peniche novos empreendedores com investimentos de qualidade e inovadores e ao mesmo tempo permitam ir ao encontro do objectivo nacional de Portugal assumir a sua vocação marítima e a afirmação como país oceânico, com as devidas políticas de salvaguarda e valorização dos recursos marítimos.

☑ **Qualificação Urbana e Dinâmica Regional** que aposte em estratégias integradas de desenvolvimento urbano de forma a valorizar os recursos patrimoniais, a qualificar os espaços públicos, a recuperar espaços urbanos desqualificados, a fortalecer dinâmicas locais de emprego, a melhorar a mobilidade urbana, a qualificar os equipamentos e a incrementar a qualidade de vida das populações.

O combate à pobreza e à exclusão nos bairros sociais, por via de acções integradas de apoio à formação, ao emprego e à inclusão constitui também uma das traves mestras desta linha de intervenção.

Esta questão urbana é de tal forma importante, que no panorama apontado pelo Cenário Sardinha Viva, preconiza-se a recuperação urbana, de forma a que o centro histórico e as zonas mais degradadas dos bairros populares sejam ocupadas por famílias de vários extractos sociais, alavancando a requalificação do Concelho.

Num contexto de integração regional, a cidade de Peniche deverá ser vista no âmbito das inter-relações e articulações que estabelece e no seu posicionamento como centro urbano capaz de servir de nó estruturante e desenvolver um conjunto de funções e serviços de âmbito alargado, que contribua para o fortalecimento do policentrismo da região do Oeste e Vale do Tejo.

Deste modo, Peniche deverá ser capaz de catalisar efeitos positivos que decorrem do seu posicionamento num eixo urbano do Oeste em profunda transformação, em resultado das boas acessibilidades a Lisboa, ao norte e ao interior do país (com ligação rápida e fácil a Espanha pelo IP6), de investimentos emergentes na envolvente territorial sobretudo em matéria de turismo, que transformam a região num dos mais promissores destinos de golf, e do aproveitamento e rentabilização da proximidade do "arco do património" – Óbidos/Alcobaça/Tomar/Santarém.

☑ **Coesão Social e Territorial** que se articule com os princípios da competitividade e propicie um desenvolvimento equilibrado do território relacionado com o acesso aos serviços e equipamentos colectivos (porque esses de um modo geral já atingem um nível de cobertura apreciável) e que aposte na constituição de redes, nos recursos endógenos e tradições do território, e numa melhor e maior articulação entre os mundos urbano e rural de forma a proporcionar uma maior qualidade de vida às populações locais, mas também que seja capaz de atrair novos residentes e de fixar permanentemente os detentores de segunda residência.

- ☑ **Sustentabilidade,** princípio inerente ao Cenário "Sardinha Viva", que surge de forma transversal a todas as componentes da Estratégia, tendo presente a preocupação de assegurar que Peniche seja um território economicamente viável, socialmente justo, cultural e ambientalmente exemplar, com uma forte aposta nos princípios da biodiversidade e da eco-eficiência. Assim, Peniche procura um padrão de desenvolvimento que concilie todas estas dimensões e que será operacionalizado no conjunto de programas de actuação, medidas e acções/projectos, que serão detalhados posteriormente.

I.2. Um perfil de articulação activa com a Estratégia

A perspectiva de desenvolvimento aqui traçada encontra elevados níveis de articulação com dois documentos com forte cariz estratégico recentemente elaborados – o **PROT-OVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo)** e o **Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste.**

O **PROTOVT** constitui um Instrumento de Gestão do Território que dá orientações para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, distinguindo-se, no entanto, do planeamento físico tradicional pela forte componente estratégica que encerra.

Neste âmbito, a ambição prospectiva para o Oeste e Vale do Tejo consubstancia-se em quatro opções estratégicas de base territorial, que traduzem as grandes linhas de desenvolvimento para a região e enquadram

as intervenções preconizadas para os principais sistemas com expressão territorial.

Articulação Vectores Estratégicos da Magna Carta *vs*. Eixos Estratégicos do PROT-OVT

Eixos Estratégicos Proposta PROTOVT Vectores Estratégicos Peniche 2025	Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental	Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana	Descobrir as novas ruralidades
Mar de Peniche Inovação e Competitividade				
Peniche Cidade Qualificação Urbana e Dinâmica Regional			77	
Peniche Solidário Coesão Social e Territorial				

Legenda: **Relação Forte:** **Relação Média:** **Relação Fraca:**

Cruzando os Eixos Estratégicos do PROTOVT com os Vectores da Estratégia Peniche 2025, constata-se que estes últimos contribuem de forma coerente para a concretização das opções traçadas para o futuro da Região Oeste e Vale do Tejo.

- O Vector **"Mar de Peniche – Inovação e Competitividade"** estabelece uma forte articulação com dois eixos estratégicos do PROTOVT: "Ganhar a aposta na Inovação, Competitividade e Internacionalização" e "Potenciar as Vocações Territoriais, num quadro de Sustentabilidade Ambiental".

  A relação com o primeiro ocorre através da renovação do modelo de crescimento que valoriza o mar como importante recurso endógeno e factor de diferenciação e aposta na qualificação territorial pelo reforço das infra-estruturas de acolhimento empresarial e na afirmação em

áreas de especialização (como o turismo, as energias renováveis, a pesca e a aquicultura). Fomenta a iniciativa empresarial, o empreendedorismo, a ligação aos centros de investigação e de saber, e a qualificação humana.

A coerência com o segundo advém da valorização dos elementos naturais e patrimoniais do Mar de Peniche, que surgem como um factor de oportunidade para a estruturação e afirmação de actividades de recreio, lazer e turismo, embora com a necessária preocupação com a salvaguarda e preservação ambiental. A aposta no aproveitamento de energias renováveis (onda, eólica e sol) e na eficiência energética também se coloca neste plano de sustentabilidade ambiental e aproveitamento dos recursos endógenos do território.

- O Vector "**Peniche Cidade – Qualificação Urbana e Dinâmica Regional**" tem um forte contributo para "concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana" através da consolidação e qualificação da Cidade de Peniche, tornando-a num pólo urbano dinâmico, competitivo e integrado num conjunto territorial alargado e solidário onde se partilham competências, infra-estruturas e equipamentos.

  Este vector evidencia também alguma contributividade para a "inovação, competitividade e internacionalização da Região" através da esperada dinamização e revitalização da actividade económica urbana.

- O Vector **"Peniche Solidário – Coesão Social e Territorial"** tem um nível de coerência mais forte com as "novas ruralidades". Apesar de se tratar de um concelho marcado pela existência de um sector agrícola tradicional que não detém a vocação e potencialidades de outros da Região, existem actualmente exemplos muito interessantes de actividades agrícolas rentáveis para fornecimento aos grandes centros populacionais, nomeadamente de produtos hortícolas. A ideia das novas ruralidades assenta na harmonização da competitividade com a multifuncionalidade, na valorização do espaço rural e na integração dos espaços rurais nas estratégias de ordenamento das áreas urbanas.

  A valorização dos recursos culturais, patrimoniais e ambientais dessas áreas rurais, concorre, por outro lado, para "potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental".

O **Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste (2008-2013),** elaborado por iniciativa da Associação de Municípios, constitui um documento de programação estratégica de investimentos de base intermunicipal que contém, para a região Oeste, a visão, as opções estratégicas e o plano de acção onde são indicados um conjunto de projectos a desenvolver naquele horizonte.

O Plano de Acção desenvolve-se em torno de cinco eixos que como se pode ver no quadro seguinte apresentam uma articulação transversal com os vectores definidos na Estratégia de Peniche.

Articulação entre os Vectores Estratégicos da Magna Carta e os Eixos do Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste

Eixos Programa de Acção do Oeste / Vectores Estratégicos Peniche 2025	Desenvolvimento de um Pólo Turístico Relevante, Inovador e Sustentável	Construção e Afirmação de uma Ruralidade Moderna	Desenvolvimento em Complementaridade da Atractividade dos Pólos Urbanos	Captação e Aglomeração de Actividades Empresariais Competitivas	Desenvolvimento de um Sistema de Governação Regional
Mar de Peniche Inovação e Competitividade					
Peniche Cidade Qualificação Urbana e Dinâmica Regional					
Peniche Solidário Coesão Social e Territorial					

Legenda: **Relação Forte:** **Relação Média:** **Relação Fraca:**

Da Matriz de coerência podem retirar-se as seguintes conclusões:

- O Vector **"Mar de Peniche – Inovação e competitividade"** possui uma relação forte com os eixos relativos ao "Pólo Turístico Relevante Inovador e Sustentável" e à "Captação e Aglomeração de Actividades Empresariais Competitivas"

  A relação com o "Pólo Turístico Relevante Inovador e Sustentável" , surge na medida em que Peniche aposta na valorização do mar e dos recursos e actividades associadas como a Marina, a Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes, a construção do Fórum do Atlântico e a conservação e valorização do património histórico-militar da rede/sistema defensivo do litoral (Fortaleza de Peniche, Forte de Nossa Senhora da Consolação e Forte de São João Batista na Berlenga).

A complementaridade com a "Captação e Aglomeração de Actividades Empresariais Competitivas" acontece, sobretudo, por via do apoio à rede de áreas de acolhimento empresarial, à consolidação e desenvolvimento das energias renováveis e às actividades do ambiente e protecção da natureza (como o caso da Berlenga – Laboratório de Sustentabilidade).

A ligação com a "atractividade dos pólos urbanos", embora com um menor nível de articulação, tem como objectivo comum a implantação do Centro de Alto Rendimento de Surf.

- O Vector **"Cidade de Peniche – Qualificação Urbana e Dinâmica Regional"** relaciona-se com as operações de requalificação e revitalização e de promoção da habitação social previstos na "afirmação de uma Ruralidade Moderna" e de qualificação da rede de equipamentos e de acessibilidades e mobilidade constantes do "desenvolvimento em complementaridade da atractividade dos pólos urbanos". Algumas das acções relativas ao "desenvolvimento de um pólo turístico relevante, inovador e sustentável" contribuem, também, para a qualificação urbana.

- O Vector **"Peniche Solidário – Coesão Social e Territorial"** relaciona-se de forma moderada mas transversal, com um conjunto de eixos do Plano de Acção do Oeste: com o "pólo turístico relevante e inovador" pela valorização e preservação da paisagem e do património natural como o Planalto das Cesaredas; com "a complementaridade da atractividade dos pólos urbanos" pela rede de equipamentos, os

serviços de proximidade, a formação e qualificação e a "construção e afirmação de uma ruralidade moderna" pela certificação dos produtos regionais e o empreendedorismo.

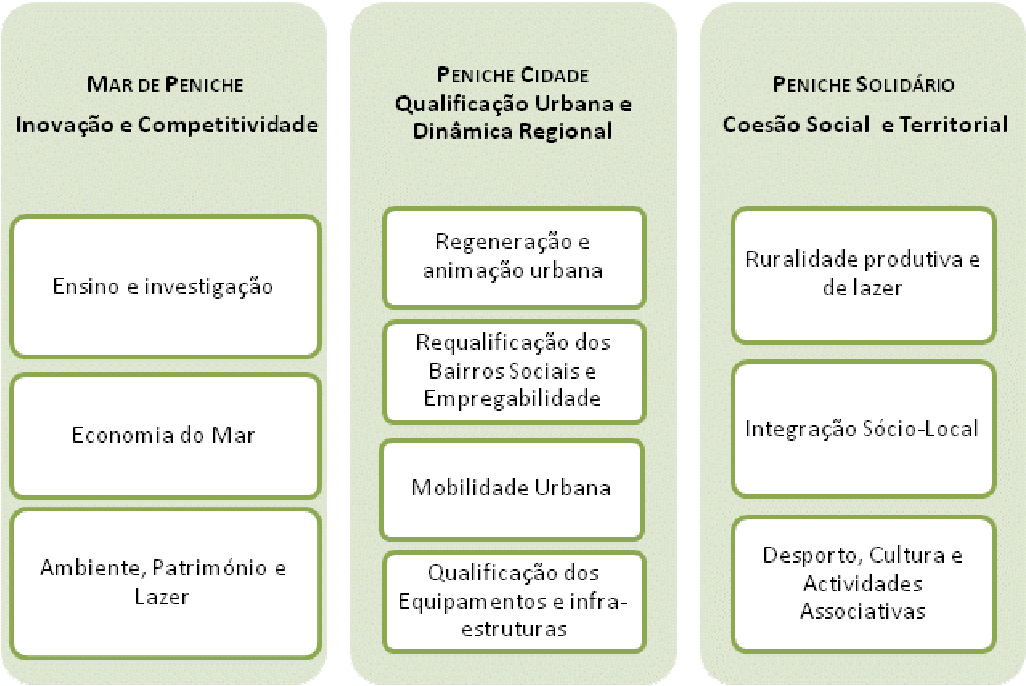
I.3. "Arquitectura" dos Vectores Estratégicos

A análise desenvolvida permitiu compreender os três eixos matriciais em que a estratégia Peniche 2025 está sustentada. Para finalizar e, antes de avançar para os Programas de Actuação, há que concluir que a arquitectura de cada um desses eixos está suportada num conjunto coerente de ideias – chave.

- O "***Mar de Peniche – Inovação e Competitividade***" está suportado: no "*Ensino e Investigação"* que potencie o relacionamento com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, com particular relevância para a ESTM e promova o ensino e a qualificação dos trabalhadores e da população; na "*Economia do Mar"* que tenha efeito catalisador de desenvolvimento de um conjunto de actividades que possam estruturar e dinamizar o tecido económico e criar oportunidades de emprego; no "*Ambiente, Património e Lazer*", que valorize os recursos marítimos e patrimoniais do território e que paralelamente garanta a sua sustentabilidade.
- O **"Peniche Cidade – Qualificação Urbana e Dinâmica Regional"** está sustentado: na "*Regeneração e animação urbana"* que valorize a qualidade de vida urbana e potencie a afirmação da cidade de Peniche no quadro regional; na "*Requalificação dos Bairros Sociais*" que resolva o problemas de desemprego e exclusão social; na "*Mobilidade Urbana"*

que viabilize uma circulação melhor e mais sustentável; na "*Qualificação dos Equipamentos e Infra-Estruturas*"particularmente daqueles que permitirão colocar Peniche num plano mais avançado, mas também resolução de alguns problemas estruturais.

- O **"Peniche Solidário – Coesão Social e Territorial"** que se sustenta: na "*ruralidade produtiva e de lazer"* que valorize os recursos endógenos do território, a paisagem e o património rural, as práticas agrícolas e as actividades tradicionais; na "*integração sócio-local*" que permita a implementação do Plano de Desenvolvimento Social e de políticas de inclusão e o desenvolvimento de estratégia adequada de formação e o "*Desporto, Cultura e Actividades Associativas*" que permita o incremento de práticas culturais e o desenvolvimento em rede de actividades desportivas e associativas indispensáveis para a animação local.



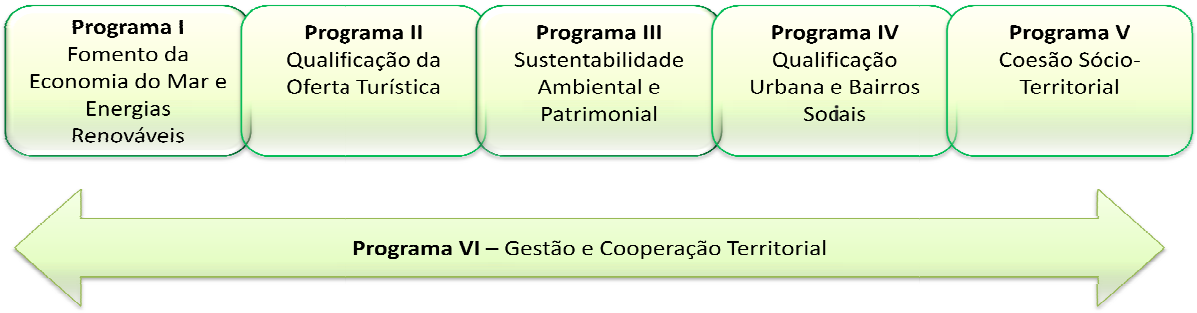
III.2. PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO

Os Programas de Actuação definidos no âmbito da Magna Carta constituem a operacionalização dos vectores estratégicos atrás descritos, tendo também a perspectiva de concorrer para a concretização do cenário seleccionado (Sustentabilidade e equilíbrio). Para a sua formulação teve-se em consideração não só o ciclo de incitativas e projectos em curso no município, com diferentes fases de maturação, mas também um conjunto coerente de propostas e de ideias maturados ao longo do processo de reflexão estratégica.

A sua materialização embora, em grande parte, da competência da Autarquia, tem um perfil que remete também para a iniciativa privada e pública-supra local, nomeadamente para órgãos da Administração Central e Regional, bem como para intervenções conjuntas com outros municípios. Este perfil de concretização reforça a ideia que para a boa prossecução da Magna Carta é indispensável uma nova atitude de parceria e cooperação entre os actores do território.

A prossecução da Estratégia de Desenvolvimento projecta-se em torno de seis Programas de Actuação, que interagem de forma complementar, embora cada um tenha o seu conjunto coerente de medidas e de projectos/acções.

Programas de Actuação



O Programa de Actuação VI tem a particularidade de ser transversal a todos os outros, dado que se relaciona com o modo de governância do Plano e a forma de implementação da estratégia. Os projectos/acções elencadas, em cada um dos Programas, não têm todos o mesmo grau de relevância, pelo que foram subdivididos de acordo com a natureza:

- **Estruturante** – determinante para a concretização dos objectivos estratégicos
- **Complementar** – intervenções que contribuem, de forma directa ou indirecta, para domínios de concretização dos objectivos estratégicos

Existe ainda uma identificação preliminar do grau de prioridade (curto, médio e longo prazo) atribuído a cada projecto.

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – FOMENTO DA ECONOMIA DO MAR E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O aproveitamento do mar e dos recursos associados tem constituído, ao longo dos anos, o mote de desenvolvimento do concelho, reconhecido como um dos maiores centros piscatórios nacionais e aglutinador de actividades produtivas em terra associadas à pesca. Num contexto de profundas alterações em que as imposições comunitárias decorrentes da redução do recurso implicam fortes restrições à actividade piscatória, agravado por custos de produção cada vez mais elevados, Peniche deverá rentabilizar a sua vocação marítima no sentido de diversificar e aumentar a cadeia de valor das actividades associadas ao mar.

Com efeito, não descorando a vocação natural, que passa por um reforço da capacidade competitiva das empresas do sector assente na inovação, na qualidade e na valorização dos produtos de pesca, Peniche deverá saber aproveitar as novas oportunidades criando condições para atrair actividades emergentes como as energias renováveis, o desenvolvimento das algas, a aquicultura e a indústria associada, para além da actividade turística que pela importância que detém será alvo de Programa de Actuação específico.

A exploração de energias renováveis surge associado a um potencial significativo do concelho sendo paralelamente um objectivo primordial da Política Energética Nacional, pelo que constitui uma forte aposta particularmente no que se refere à energia das ondas, actualmente em fase experimental e com resultados animadores. Dado que as questões energéticas não se esgotam no uso de energias alternativas, nos projectos a

desenvolver é também dado ênfase à promoção da eficiência energética e melhoria do desempenho de infra-estruturas e construções.

Em suma, com o conjunto de medidas e de projectos/acções aqui elencados pretende-se capacitar Peniche para o desenvolvimento de um verdadeiro *Cluster* associado à fileira do mar que vai desde as energias renováveis até ao turismo, passando pela pesca e pela construção naval e turismo.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados os **objectivos gerais deste Programa de Actuação** são:

- Valorizar o Mar como vector estruturante das actividades económicas.
- Criar condições de suporte ao desenvolvimento da Economia do Mar.
- Promover o ensino e investigação ligada aos recursos marinhos e energéticos.
- Apostar nas energias renováveis particularmente na energia das ondas.

Programa de Actuação I – Fomento da Economia do Mar e Energias Renováveis

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 - Implementação de estruturas de apoio à actividade económica			
1. **Agência Municipal de Investimento e Promoção Externa** ligada às actividades do mar – Constituir a Agência.	Estruturante	Curto Prazo	Município, Associações Profissionais Universidade, Empresas privadas
2. **Parque de Actividades e Negócios Estruturante** ligados ao *cluster* de actividades do mar – Conceber e instalar o Parque.	Estruturante	Curto Prazo	Município, Associações Profissionais Universidade, Empresas privadas
3. **Plano Industrial do Vale do Grou** (Atouguia da Baleia) e da Serra D'El-Rei – Elaborar e concretizar Plano.	Complementar	Curto Prazo	Município, Associações Profissionais Universidade, Empresas privadas
Medida 2 - Promoção do Ensino e Investigação em recursos marinhos e energéticos			
1. **Pólo científico** relacionado com a **actividade piscatória e recursos marinhos** - Conceber e instalar o Pólo.	Complementar	Médio e Longo Prazo	ESTM, Município, Associações Profissionais
2. **Centro de experimentação e investigação em recursos energéticos dos oceanos** – Conceber e instalar o Centro.	Estruturante	Curto Prazo	ESTM, Município, Estaleiros Navais, Eneólica Outras empresas, Rede ECOS
3. Promover **Ensino e formação.**	Complementar	Curto Prazo	ESTM, Escolas Profissionais, Empresas Locais Escolas Secundárias
Medida 3 – Aposta nas Energias Renováveis e Eficiência Energética			
1. **Plano Local de Acção para a Energia** - Desenvolver e implementar o Plano.	Estruturante	Curto Prazo	Município
2. **Energias renováveis** – Fomentar e apoiar desenvolvimento de projectos de energias renováveis, nomeadamente da energia eólica e das ondas.	Complementar	Curto Prazo	Município, investidores privados
3. **Parque Mundial de Energia das Ondas** - Criar Parque de Energia das Ondas.	Estruturante	Curto Prazo	Estaleiros de Peniche, Eneólica, ESTM, Outras Instituições de I&D, Município, outros investidores
4. **Dessalinização da Água do Mar** - Desenvolver Projecto de Dessalinização da água do mar para consumo humano.	Complementar	Médio Prazo	Universidade, Município, Outras Instituições de I&D, Rede ECOS
5. **Eficiência Energético-ambiental.** - Regulamentar **projectos** (imobiliários, turísticos e empresariais) com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, empresas locais e investidores

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TURÍSTICA

O turismo constitui uma actividade de elevada relevância no concelho de Peniche, onde o mar e o património natural e cultural associado são elementos diferenciadores no contexto Regional. Na realidade, as excelentes praias (S. Bernardino, Consolação, Super Tubos, praias integradas na zona urbana), as notáveis condições para a prática de desportos náuticos, a reconhecida gastronomia e até a "tipicidade das suas gentes" tem conseguido atrair inúmeros visitantes e turistas. Trata-se, todavia, de um padrão de oferta, por vezes, pouco integrado e qualificada e com elevada sazonalidade que não está ainda preparado para responder aos novos paradigmas de mudança, quer em termos do perfil dos turistas quer das dinâmicas regionais que se avizinham.

Com efeito, num quadro em que as motivações e os interesses dos turistas registam uma maior exigência e interesse acrescido por recursos como o património, a natureza, a cultura, o desporto ou a gastronomia, e em que o turismo do Oeste, colocado no PENT como um dos pólos turísticos estratégicos a desenvolver, está em profunda mutação, Peniche deverá ser capaz de responder a estas novas dinâmicas e tendências qualificando a oferta e tornando-a mais competitiva.

Assim, as actividades turísticas deverão ser vistas num quadro de rentabilização da diversidade de recursos do concelho e de integração regional para o qual Peniche também contribui com os seus recursos e potencialidades próprias. Este contexto consolida a sua dupla vocação, ou seja atrair visitantes enquanto destino principal e como complementaridade,

devendo ser levado em consideração os empreendimentos em fase de instalação/programação para o Bom Sucesso (Óbidos) para os quais Peniche se pode afirmar enquanto centro de desportos náuticos (diversificando a oferta do golf) e pela excelência da gastronomia.

As medidas e projectos/acções elencadas visam, por um lado, a constituição de infra-estruturas que reforcem a relação de Peniche com o mar e propiciem condições para as actividades desportivas, de recreio e de lazer (marina, porto e centro de alto rendimento de surf), e por outro, uma componente mais imaterial que permita a qualificação e diversificação da oferta.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados os **objectivos gerais deste Programa de Actuação** são:

- Afirmar Peniche como Centro Náutico de Excelência
- Posicionar Peniche como um centro de excelência de surf
- Valorizar, diferenciar e qualificar a oferta turística de Penich

Programa de Actuação II – Qualificação Turística

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 - Estruturas catalisadoras do desenvolvimento turístico			
1. **Marina** – Ampliar marina e construir prolongamento do travessão existente e perpendicular a molhe e ligação à malha urbana.	Estruturante	Curto Prazo	Município, INAG, Privados
2. **Porto de Peniche -** Transformar em Porto de Recreio incluído na Marina Urbana e constituição de uma verdadeira "**aldeia piscatória**" que junta restaurantes, artesanato, lojas de produtos típicos do mar e de artigos desportivos, etc.	Estruturante	Longo Prazo	Administração do Porto de Peniche, Município, INAG, Privados
3. **Centro de Alto Rendimento de Surf** – Construir no âmbito da Rede de Centros de Alto Rendimento de Surf em Portugal.	Estruturante	Curto Prazo	Federação Portuguesa de Surf Município
Medida 2 - Qualificação e Diversificação da Oferta			
1. **Oferta Hoteleira -** Qualificar a oferta.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Operadores Turísticos, Empresários, Associações Empresariais, Região de Turismo, Município
2. Actividades complementares - Promover o desenvolvimento de actividades complementares e o turismo activo.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Operadores Turísticos, Empresários, Associações Empresariais, Região de Turismo, Município
3. **Roteiro turístico** - Criar um roteiro de oferta turística integrada.	Complementar	Curto Prazo	Operadores Turísticos, Empresários, Associações Empresariais, Região de Turismo, Município, AMO
4. **Formação** de Empresários e Pessoal ao Serviços - Promover a Formação.	Estruturante	Curto Prazo	Operadores Turísticos, Empresários, Associações Empresariais, Região de Turismo, Município, AMO

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Num momento em que as situações de conflito entre o desenvolvimento e a preservação do ambiente são uma questão cada vez mais actual torna-se necessário encontrar soluções que consigam compatibilizar estas duas realidades.

O Cenário de desenvolvimento seleccionado para Peniche versa precisamente a sustentabilidade e o equilíbrio o que significa que se pretende para este território com património natural e patrimonial de excelência, conciliar o desenvolvimento com a conservação da natureza. O ambiente deverá assim ser encarado como um factor de desenvolvimento e de diferenciação do concelho, mas que carece de ser mantido e preservado para ser usufruído pelas gerações vindouras.

As medidas, projectos e acções preconizados visam precisamente a preservação e valorização do "capital natural e patrimonial" de Peniche tanto nas áreas costeiras como nas zonas interiores, o que trará qualidade de vida aos residentes e propiciará uma maior atractividade para os visitantes.

O arquipélago das Berlengas deverá desempenhar um papel central na estratégia de Peniche através da implementação de um verdadeiro Laboratório de Sustentabilidade, decorrente de uma parceria publica-privada sem precedentes, que visa a auto-sustentação energética e tratamento de águas e resíduos, através de soluções integradas e inovadoras e de modernas tecnologias disponíveis no mercado.

Procura-se ainda desenvolver uma cultura de educação ambiental, com a criação de infra-estruturas de referência no âmbito da preservação do meio marinho e energias renováveis que procurem incutir, nos cidadãos em geral

e nos mais jovens em particular, os valores de respeito pela preservação do ambiente mas também que possibilite a atracção de visitantes e de grupos para acções de formação inspirada nas estratégias do Coastwach.

A mobilidade constitui uma vertente cada vez mais importante da sustentabilidade ambiental, pelo que possui também uma componente importante neste Programa de Actuação.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados os **objectivos gerais deste Programa de Actuação** são:

- Promover a preservação do património natural e arqueológico, contribuindo para assegurar o desenvolvimento sustentável do Concelho.
- Valorizar o ambiente na melhoria da oferta do produto turístico.
- Desenvolver uma cultura de educação ambiental.
- Assegurar o equilíbrio entre as crescentes necessidades de mobilidade e a qualidade de vida (maior mobilidade com respeito pelo ambiente)

Programa de Actuação III – Sustentabilidade Ambiental e Patrimonial

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 - Valorização das zonas costeiras			
1. "**Berlenga Laboratório da Sustentabilidade**" – Desenvolver projecto e implementar candidatura a Reserva da Biosfera.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Empresas e Instituições parceiras do projecto
2. **Áreas Litorais e Zonas Balneares -** Requalificar e valorizar áreas litorais e introdução de melhorias nas condições de acesso às zonas balneares.	Complementar	Curto e Médio Prazo	CCDR LVT, INAG, Município, AMO
3. **Áreas Marinhas Protegidas. -** Contribuir para a sua definição no âmbito da Rede Natura 2000.	Complementar	Curto e Médio Prazo	ICNB, Município
4. **Património Histórico-Militar de Peniche** – Valorizar e recuperar (Fortaleza de Peniche, Forte de Nossa Senhora da Consolação e Forte de São João Batista).	Estruturante	Curto e Médio Prazo	IGESPAR, Município, ENATUR
5. **Carta Arqueológica do Concelho -** Elaborar para superfície terrestre e fundos marinhos.	Complementar	Curto Prazo	Município, IGESPAR
Medida 2 - Valorização de zonas interiores			
1. **Planalto das Cesaredas** - Qualificar e valorizar ambientalmente o Planalto.	Estruturante	Curto Prazo	Município de Peniche e contíguos
2. **Albufeira de São Domingos** - Requalificar a Albufeira.	Complementar	Médio Prazo	Município, INAG
3. **Gestão Sustentável** do Pinhal Municipal do **Vale Grande** - Implementar Sistema de Gestão Sustentável	Complementar	Médio Prazo	Município

Programa de Actuação III – Sustentabilidade Ambiental e Patrimonial (cont.)

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 3 – Educação Ambiental			
1. **Fórum Atlântico do Oeste** – Definir projecto e edificar equipamento de referência nacional dedicado ao património natural e etnográfico do Litoral da Região Oeste e de apoio a actividades de investigação, divulgação e educação ambiental**.**	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município, ESTM, Outras Instituições de I&D
2. "**Centro Ciência Viva**" - Implementar Centro ao ar livre, dedicado às temáticas do Mar e da Energia.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	MCTES, Município
Medida 4 – Mobilidade Sustentável			
1. **Mobilidade** - Consolidar uma política de mobilidade sustentável.	Complementar	Médio e Longo Prazo	Município, MOPTC
2. **Transporte ferroviário ligeiro** - Assegurar a ligação de Peniche à linha férrea nacional por transporte ferroviário ligeiro.	Estruturante	Médio e Longo Prazo	Município, MOPTC
5. **Ciclovias e percursos pedestres** - Implementar um sistema de ciclovias e de percursos pedonais	Complementar	Médio Prazo	Município

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – QUALIFICAÇÃO URBANA E BAIRROS SOCIAIS

Uma cidade de Peniche competitiva, solidária e que oferece uma boa qualidade de ambiente e de vida, capaz de se constituir como um verdadeiro suporte do mundo rural envolvente e de se inserir em redes urbanas regionais, nacionais e internacionais, constitui um factor essencial de afirmação deste território.

Nesta óptica o Programa de Actuação preconiza um conjunto coerente de projectos/acções de natureza intra-urbana de forma a reabilitar e a requalificar urbanisticamente a cidade de Peniche, nas áreas onde esta apresenta maiores debilidades: ocupação da área central onde imperam os vazios e as áreas degradadas; regeneração e reabilitação da área histórica urbana; valorização dos espaços públicos; integração do Instituto Politécnico, requalificação dos bairros sociais e compatibilização entre a ocupação construtiva e os valores paisagísticos e ambientais. Paralelamente será também alvo de atenção a qualificação dos equipamentos urbanos e infra-estruturas relevantes que permitem a inserção diferenciada da cidade, na região.

Pela complexidade decorrente das situações de marginalidade, pobreza e exclusão, os bairros sociais terão uma medida de intervenção, que vai muito mais além do que a mera intervenção física. Neste âmbito preconiza-se um "Programa Estratégico de Acção para o Emprego nos Bairros Sociais de Peniche" onde se pretende dar uma resposta aos tradicionais problemas de desemprego, que extravasa as formas mais tradicionais (colocação, formação profissional, etc.) e que versa essencialmente três domínios:

percursos integrados de formação-inserção, empreendedorismo inclusivo e animação económica. Complementarmente deverão ser criadas condições para o estabelecimento de um modelo de auto-sustentação que possibilite o envolvimento dos habitantes e a construção de um modo de agir colectivo, que deverá passar pelo estabelecimento de micro-agências locais com técnicos especificamente preparados.

A qualificação urbana concorrerá igualmente para a melhoria da oferta do produto turístico e para o fortalecimento do papel de Peniche na estrutura urbana regional.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados os **objectivos gerais do Programa de Actuação – Qualificação Urbana e Bairros Sociais** são:

- Qualificar e integrar os diferentes espaços da cidade
- Melhorar o ambiente urbano
- Qualificar o nível de vida da população
- Requalificar os Bairros sociais e desenvolver Programa Estratégico de Acção para o Emprego
- Promover a integração da Cidade na região envolvente
- Promover o Ordenamento de Circulação e Trânsito na Cidade.

Programa de Actuação IV – Qualificação Urbana e Bairros Sociais

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 – Regeneração e animação urbana			
1. **Fosso da Muralha** – Recuperar e valorizar o fosso da muralha e do espaço envolvente.	Estruturante	Curto Prazo	Município, MAOTDR, MOPTC
2. **Área histórica urbana** – Regenerar a área histórica.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município, IGESPAR, Outros parceiros locais
3. **Avenida do Mar** – Reorganizar a Avenida do Mar e Zona da Ribeira Velha.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município, Comerciantes e associações representativas
4. **Vazios Centrais** – Recuperar os vazios centrais com ocupação socialmente desintegrada.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Outros parceiros locais
5. **Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar** – Integrar a ESTM na malha urbana.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, ESTM
6. **Mercado Municipal** – Requalificar o Mercado.	Complementar	Curto Prazo	Município
7. **Actividade Económica Urbana** - Promover a actividade económica urbana.	Estruturante	Curto Prazo	Município, Comerciantes e associações representativas
Medida 2 – Requalificação dos Bairros Sociais			
1. **Reabilitação Física** - Desenvolver Acções de Reabilitação Física e Requalificação Urbanística dos Bairros.	Estruturante	1,2	IHRU, Município
2. **Formação, emprego e inclusão** - Implementar **Programa Estratégico de Acção para o Emprego**, que verse três	Estruturante	1,2	Município, Programa EQUAL, Instituto de Emprego,
3. **Micro-agência local** - Implementar micro-agência local e modelo de governância.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município, Organizações Locais
4. **Bairro dos Pescadores**. - Transformar em "zona de produção artesanal".	Complementar	Longo Prazo	Município, Organizações Locais
5. **Bairro do Visconde"**. - Transformar o "em ecomuseu" ao vivo, aproveitando os saberes e tradições da pesca.	Complementar	Longo Prazo	Município Organizações Locais

Programa de Actuação IV – Qualificação Urbana e Bairros Sociais (cont.)

Medida 3 – Equipamentos e infra-estruturas			
1. **Fórum do Oeste. –** Definição do projecto e edificação de um espaço para apresentação de exposições de artes plásticas, de espectáculos de teatro ou dança ou de outras formas de artes contemporânea.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município MC Associações Locais
2. **Infra-estruturas básicas**. – Resolver problema ainda existentes	Estruturante	Curto Prazo	Município
3. **Biblioteca Municipal**. – Modernizar biblioteca	Complementar	Médio Prazo	Município MC
4. **Museu de Peniche. –** Rever programa científico e museológico	Complementar	Médio Prazo	Município MC
Medida 4 – Mobilidade Urbana			
1. **Mobilidade urbana. –** Estudar e Implementar sistema de circulação.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – COESÃO SÓCIO-TERRITORIAL

A dimensão territorial das políticas de coesão implica o desenvolvimento de dinâmicas locais capazes de criar oportunidades de emprego e qualificação e de promoção de políticas activas que minimizem os processos de pobreza e de exclusão sobretudo dos grupos mais vulneráveis. Nesta medida, a promoção da coesão e da equidade territorial preconizada no conjunto de Medidas e Projectos/Acções versa as seguintes quatro dimensões:

- Promoção de uma "ruralidade produtiva e de lazer" que valorize as particularidades do mundo rural, incremente a cooperação empresarial, aposte na multifuncionalidade dos territórios e fomente o empreendedorismo.
- Integração sócio-local, que permita o desenvolvimento social, o apoio a estratégias activas de inclusão sobretudo dos mais desfavorecidos e o desenvolvimento de acções de formação adequado às necessidades do tecido económico e social.
- Modernização dos pólos rurais mais relevantes – Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D'El-Rei, que promova uma maior coesão na rede urbana do concelho e o reforço de complementaridades entre os pequenos centros, e destes com a sede de concelho. A implementação de pequenos equipamentos e infra-estruturas visa a qualificação do nível de vida das populações contrariando a retracção demográfica como acontece, por exemplo, em Ferrel.

- Estimulo das dinâmicas desportivas, culturais e associativas assegurando, paralelamente, a inclusão social e promovendo a igualdade de oportunidades e de géneros.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados os **objectivos gerais deste Programa de Actuação** são:

- Promover o emprego e o empreendedorismo
- Valorizar os recursos e tradições do território
- Desenvolver os pólos rurais
- Incrementar a qualificação e formação profissional
- Promover a inclusão social
- Estruturar a oferta desportiva e cultural

Programa de Actuação V – Coesão Sócio-Territorial

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 – Ruralidade Produtiva e de Lazer			
1. **Plano de Acção para o Desenvolvimento do Artesanato Local** (PADAP) – Desenvolver e Implementar PADAP.	Estruturante	Curto Prazo	Município, Artesãos e estruturas representativas
2. **"Lojas da Terra e do Mar" -** Participar na rede de "Lojas da Terra e do Mar" da Região Oeste.	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, AMO, Região de Turismo, Empresas, Operadores Turísticos
3. **Empreendorismo e Animação Local**. - Criar de manual de apoio ao investidor. - Promover acções de formação desde os níveis mais baixos de ensino - Implementar Acções/Gabinete de Apoio ao investidor	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Associações profissionais
4. **Entreposto Regional Agrícola** - Participar em iniciativa da AMO para implementação de um entreposto regional.	Complementar	Médio Prazo	Município, AMO, Produtores, Cooperativas e Associações dos Sectores
Medida 2 – Integração Sócio-Local			
1. **Plano Estratégico de Formação** – Dinamizar Plano.	Estruturante	Curto Prazo	Município, Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, ESTM
2. **Plano de Desenvolvimento Social** do Concelho - Implementar PDS dando especial relevância a áreas como: População Idosa, Juventude e educação, Infância, saúde e ependências.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Rede Social de Peniche, Município
3. **Integração de imigrantes**. - Promover Plano	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Rede Social, Associações representativas
Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 3 – Modernização dos Pólos Rurais			
1. **Qualificação das sedes de freguesia**. -Desenvolver acções qualificadoras que contrariem a degradação urbanística e ambiental	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município; Juntas de freguesia, outros parceiros locais
2. **Pequenos Equipamentos e infra-estruturas**. - Implementação de pequenos equipamentos e infra-estruturas de âmbito local	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município; Juntas de freguesia, outros parceiros locais

Programa de Actuação V – Coesão Sócio-Territorial (cont.)

Medida 4 – Desporto, cultura e actividades associativas			
1. **Oeste – Passaporte Cultural**. – Participação no projecto da iniciativa da AMO	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, AMO, empresas, outras entidades
2. **Animação cultural**. - Estruturar programação de eventos de animação cultural .	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Associações Locais
3. **Roteiro Cultural. -** Criação de um roteiro cultural que valorize o património, a gastronomia e o artesanato	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Associações Locais
4. **Rede** de equipamentos, actividades e trabalho associativo.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município, Associações Locais
5. **Calendário anual fixo de eventos desportivos e recreativos** de projecção nacional e internacional	Complementar	Curto e Médio Prazo	Município, Associações Locais
6. **Carta Desportiva do Concelho -** Elaborar e implementar	Complementar	Curto Prazo	Município, Associações Locais

PROGRAMA DE ACTUAÇÃO – GESTÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL

A definição do modelo de gestão e de implementação da Magna Carta constitui uma ferramenta essencial para que esta não se converta num mero esforço de reflexão, mas antes que se torne numa verdadeira ferramenta estratégica de transformação do território. Nesse âmbito foram definidas quatro medidas essenciais:

1. *Desenvolver a estratégia de Marketing Territorial*

   A criação e implementação da *Marca "Peniche – Capital da Onda"* constitui um vector importante de ancoragem das propostas preconizadas na Estratégia Peniche 2025. Permite a afirmação do Município em torno do recurso Mar, conferindo-lhe um valor acrescentado capaz de aumentar a sua capacidade competitiva e de atracção. Paralelamente constitui um factor de identidade local, integrador e promotor da actividade turística.

   O projecto ainda em curso aposta na costa de Peniche e nas condições únicas para a prática de desportos de deslize/onda cujo potencial é pouco explorado, ao contrário de outros como o golfe, a cultura ou o sol. O conceito "Capital da Onda" pretende aproveitar a "cultura de mar" existente em Peniche, desenvolvendo-a numa perspectiva mais moderna. É convicção que possibilitará o incremento do potencial turístico através de atracção de vários segmentos para além dos utilizadores da onda e com *standard* elevado, capaz de gerar efectivas mais-valias no município.

   Indo ao encontro do Cenário seleccionado, "Sardinha Viva" (sustentabilidade e equilíbrio), o posicionamento e a escolha dos caminhos para o desenvolvimento da marca, para além dos valores

inerentes às actividades marítimas e náuticas, deverá estar sustentado em elevados padrões de qualidade económica, paisagística e ambiental.

2. *Promoção da cooperação inter-urbana*

O sucesso de algumas das acções/projectos elencadas depende da articulação inter-municipal, pelo que deverá ser estimulado e valorizado o desenvolvimento de sinergias e complementaridades com os outros municípios da Região Oeste. Esta convergência permite, entre outras coisas, racionalizar investimentos e serviços a nível regional e conferir maior expressão às potencialidades do concelho, incrementando desta forma a capacidade de atrair investimentos e de dinamizar a actividade económica.

Por outro lado, a integração de Peniche em redes de carácter regional, nacional ou internacional, que vão para além da contiguidade geográfica é verdadeiramente importante do ponto de vista da afirmação do município, indo ao encontro das novas tendências de política nacional e comunitária. Desta forma é fundamental a participação em plataformas de cooperação inter-municipal, que permitam partilhar problemas, encontrar soluções e definir metodologias de abordagem em domínios comuns.

3. *Promoção do funcionamento em rede e participação dos actores locais*.

Apesar da Magna Carta ser um projecto promovido pelo município, facto fundamental para o despoletar do processo e na definição de um elemento de liderança, para o seu sucesso é imprescindível o

envolvimento dos actores locais, a promoção do seu funcionamento em rede e o estabelecimento de plataformas de articulação.

Desta forma, deve ser estabelecida uma base de cooperação institucional que esteja para além da iniciativa pública municipal pelo que, desse ponto de vista, as relações com as associações, a cooperação com as empresas, com agentes de iniciativa privada, designadamente em torno de áreas de investimento, é imprescindível.

Colocando a questão institucional num outro patamar, na perspectiva da necessidade de se desenvolverem competências e de se atraírem recursos humanos qualificados que dinamizem as medidas e acções/projectos que foram sendo identificados, deve ser valorizada e potenciada a localização da Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM) em Peniche. Nessa perspectiva, é imprescindível incrementar os níveis de relacionamento e de envolvimento com o Instituto Politécnico de Leiria e com as suas escolas superiores, que deverá ser alargado a outras entidades do sistema científico e tecnológico nacional, nomeadamente Instituições do Ensino Superior e Unidades de I&D sedeadas em Lisboa, em Coimbra e em Aveiro, mobilizando-as para a valorização científica e económica das oportunidades identificadas.

4. *Definição de um sistema de gestão e monitorização*

A avaliação e acompanhamento da implementação da Estratégia definida, constitui um aspecto fundamental. Nessa medida deve ser definido um sistema eficiente de recolha e tratamento de informação, que poderá ser

baseado num conjunto de indicadores e em modernas tecnologias informáticas, de forma a apoiar a gestão e a decisão do Município de Peniche, responsável pela implementação da estratégia.

Outro aspecto importante é a difusão da informação pelos parceiros e entidades locais e regionais, daí que o sistema a adoptar funcione o mais possível numa rede alargada de actores.

Programa de Actuação VI – Gestão e Cooperação Territorial

Projectos/Acções	Natureza	Prioridade	Potenciais Parceiros
Medida 1 – Marketing Territorial			
1. **"Peniche-Capital da Onda".** – Desenvolver e implementar a marca	Estruturante	Curto Prazo	Município; instituições, empresas e associações locais,
Medida 2 – Cooperação inter-urbana			
1. Dinamizar a AMO – Associação de Municípios do Oeste, como espaço de concertação para a implementação de projectos supra municipais, regionais.	Estruturante	Curto, Médio e Longo Prazo Prazo	Municípios da Região Oeste, AMO
2. Reforçar a participação em redes de cooperação nacionais, como a REDE ECOS.	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Municípios de Peniche e outros municípios nacionais
3. Integrar redes de cooperação europeias, no âmbito dos Programas Comunitários Existentes	Estruturante	Curto e Médio Prazo	Município e outros parceiros internacionais
Medida 3 – Promoção do funcionamento em rede e participação dos actores locais			
1. Criação de um "Conselho Consultivo Local" com várias instituições na área de ensino, social, empresas, etc, numa óptica de articulação com a revisão do PDM	Estruturante	Curto, Médio e Longo Prazo Prazo	Municípios da Região Oeste, AMO
2. Definição e imlementação de redes, por Programa de Actuação	Estruturante	Curto, Médio e Longo Prazo Prazo	Município e parceiros de projecto
Medida 4 – Definição de um Sistema de Gestão e Monitorização			
1. Constituição de uma Equipa Interna responsável pela implementação do Plano e dinamização das redes.	Estruturante	Curto Prazo	Município
2. Definição de um sistema de monitorização e de estabelcimento de indicadores	Estruturante	Curto Prazo	Município

Anexo – Metodologia de Prospectiva

1. Actores Envolvidos

Sabendo que a definição de "Actor" exclui à partida indivíduos tomados isoladamente e que não têm estratégia possível no contexto do jogo, foram identificados os conjuntos de entidades ou instituições que podem ter um papel relevante no futuro do Concelho de Peniche.

Um actor na metodologia MACTOR corresponde a um grupo homogéneo que desenvolve uma estratégia idêntica e que assume uma relação de força semelhante em relação aos outros actores.

Assim o painel de peritos que participou no exercício MACTOR validou os seguintes **actores/agentes** (tendo sido acrescentados e substituídos alguns actores da proposta inicial):

1. Agricultores
2. AMO (e ADRO)
3. Associações de solidariedade social, recreativas, culturais e desportivas
4. CCDR (LVT + Centro)
5. População desfavorecida
6. Empresas sector da pesca e transformação do pescado, indústria do frio sediadas no concelho e estaleiros (cluster do mar)
7. Empresas sector do turismo sediadas no concelho
8. Ensino básico e secundários + centros de formação
9. Estado (governo e AR)
10. ESTM/Ensino Politécnico
11. Naturais do concelho residentes fora
12. Organismos oficiais desconcentrados (INAG, IPTM, Hospital, etc.)
13. Pescadores (e proprietários de pequenas embarcações e artesãos (
14. Quadros superiores e intermédios (incluindo funcionários públicos e investigadores)

15. União Europeia
16. Concelhos vizinhos (incluindo as empresas)
17. Outros portos
18. Frota pesqueira estrangeira
19. Comércio e serviços
20. Investidores em sectores energéticos
21. Decisores políticos
22. Construção civil, obras públicas e Imobiliário
23. Superfícies comerciais e comércio de estrangeiros
24. Media e opinion makers
25. Investidores externos (fora do concelho) + Sectores emergentes
26. Idosos e reformados
27. Residentes potenciais atraídos pelo litoral/ Residentes de 2ª habitação
28. Turistas e Desportistas (mar)
29. Jovens e estudantes

2. Desafios Estratégicos

Resultante da discussão posterior com o painel ficou estabilizada a seguinte lista com os **desafios estratégicos** e os **objectivos que lhes estão associados** (nalguns casos contraditórios e contrastados para avaliar estratégias dos actores):

Desafios estratégicos	Objectivos associados
Desenvolvimento do Concelho	30. Prioridade ao turismo com dominante das "novas actividades náuticas", nomeadamente nas áreas da observação e experimentação
	31. Desenvolvimento baseado na prospecção de petróleo
	32. Prioridade às actividades ligadas com o Mar, nomeadamente à pesca, transportes marítimos e turismo "sol/mar"
Porto de Peniche	33. Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas para entrada de cruzeiros (desligado do centro tradicional)
	34. Marina oceânica
	35. Porto de recreio ou marina urbana e porto de pesca costeira de proximidade (integrado no centro tradicional)

Berlengas	36. Reserva Natural de acesso condicionado
	37. Utilização e acesso livre
Investimentos relacionados directamente com mar	38. Aposta na criação de "recifes artificiais" e na aquacultura, com condicionamento e limitação na pesca (capturas) industrial tradicional
	39. Criação da "Aldeia do surf" com condicionamento dos investimentos no porto
	40. Dessalinização da água do mar financiada por fundos públicos mas com penalização do custo do abastecimento de água
Urbanismo	41. Impedir drasticamente a construção na orla costeira e demolição progressiva das construções mais agressivas em termos ambientais
	42. Fomentar o desenvolvimento das segundas habitações e do turismo residencial
TURISMO – Modelo de desenvolvimento	43. Turismo de massa, sol e praia, com surf e pesca pouco apoiado, Berlengas e Baleal entregues ao seu destino (dominante 3* ou "low cost")
	44. Turismo de nicho de mercado (ecoturismo), gastronómico, e de saúde, sustentável, condicionado, utilizador-pagador (AGENDA 21) (dominante 4 ou 5*)
Marketing de Peniche	45. Marca "PENICHE – Capital do Peixe ou Cidade mais ocidental da Europa", com certificação dos produtos regionais
	46. Outra marca transversal ao Concelho, região ou país, p.e., "Costa Oeste", "Mar Portugal", "Cidade do Surf", sendo Peniche uma sub--marca
Animação	47. Grande evento anual/internacional dedicado ao mar
	48. Múltiplos eventos ao longo do ano
	49. Centralidade da animação nocturna na parte histórica
Fixação da população jovem	50. Apoios monetários aos casais jovens para fixação e maternidade
Integração na Região	51. Desenvolvimento especialmente centrado no Concelho
	52. Lógica regional do desenvolvimento com partilha de prioridades e responsabilidades
Restauração, artesanato e craft	53. Discriminação positiva ou apoios aos operadores que privilegiem os produtos ou a produção local ou no local
Logística	54. Privilegiar os transportes não poluentes no interior da Cidade e nas ligações com os centros turísticos (Baleal, praia Supertubos, Consolação, Cabo Carvoeiro, etc.) penalizando a utilização de transportes privados utilizando combustíveis fósseis
Habitação social	55. Construção de habitação social em Peniche pelo município ou privados
	56. Reconstrução da habitação existente e apoiar a construção de

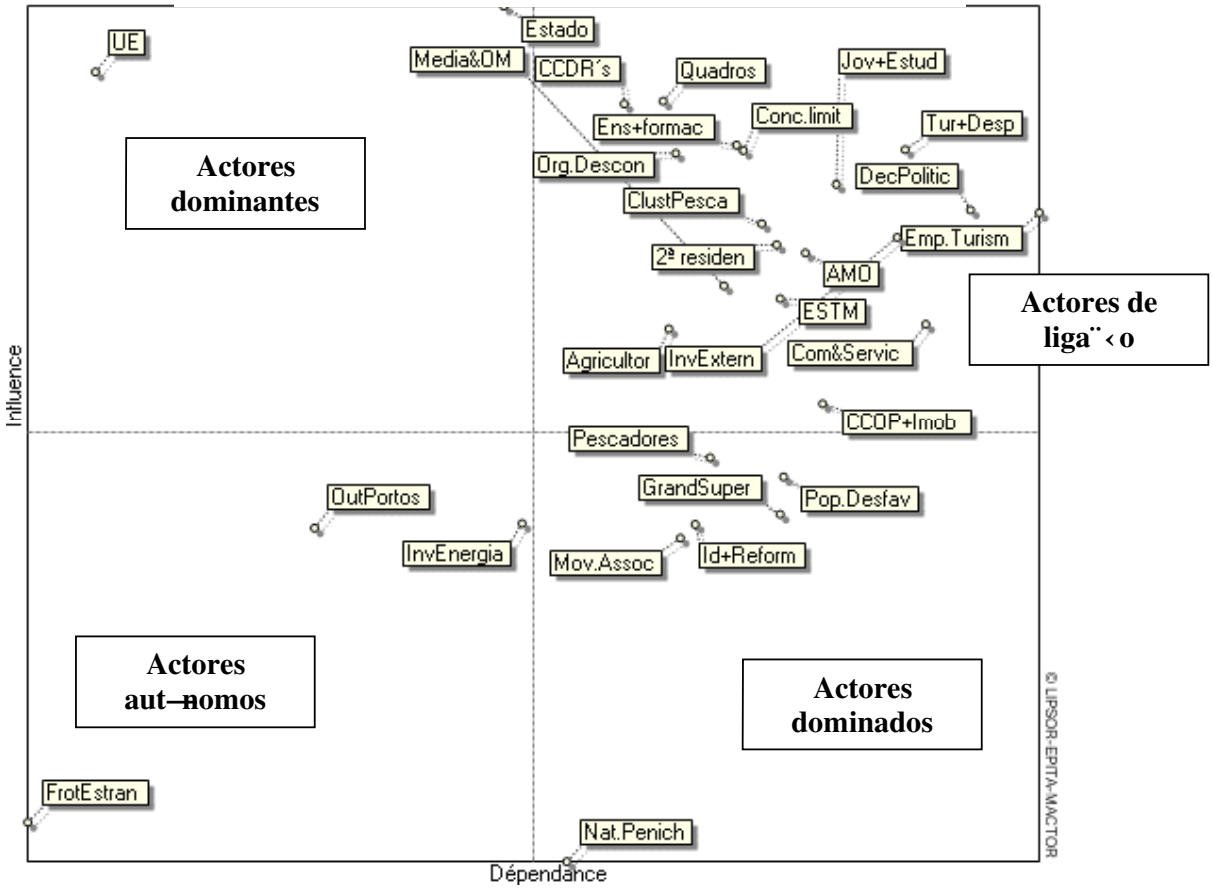
	habitação nova através do investimento privado ou de cooperativas de habitação sem ser integrada em bairros sociais
Política ambiental	57. Critérios rígidos de defesa do ambiente com restrições máximas e critérios absolutos "poluidor-pagador"
	58. Critérios flexíveis ligando o ambiente a outros critérios como a criação de emprego, o crescimento económico, a criação de empresas, etc.

3. ANÁLISE DE JOGO DE ACTORES

Com base no exercício MACTOR foi possível chegar a uma das conclusões prévias mais importante no sentido de que existe uma interessante **consonância da grande parte dos actores locais sobre os objectivos**, quer no sentido da concordância, quer no sentido da discordância. A resolução das principais questões-chave tem, assim, uma incerteza maior em função da necessidade de apoios ou intervenção de actores externos que Peniche não domina e que tem dificuldade em influenciar até pela sua posição subalterna (como todos os municípios de menor dimensão em termos de número de eleitores), no contexto nacional e europeu.

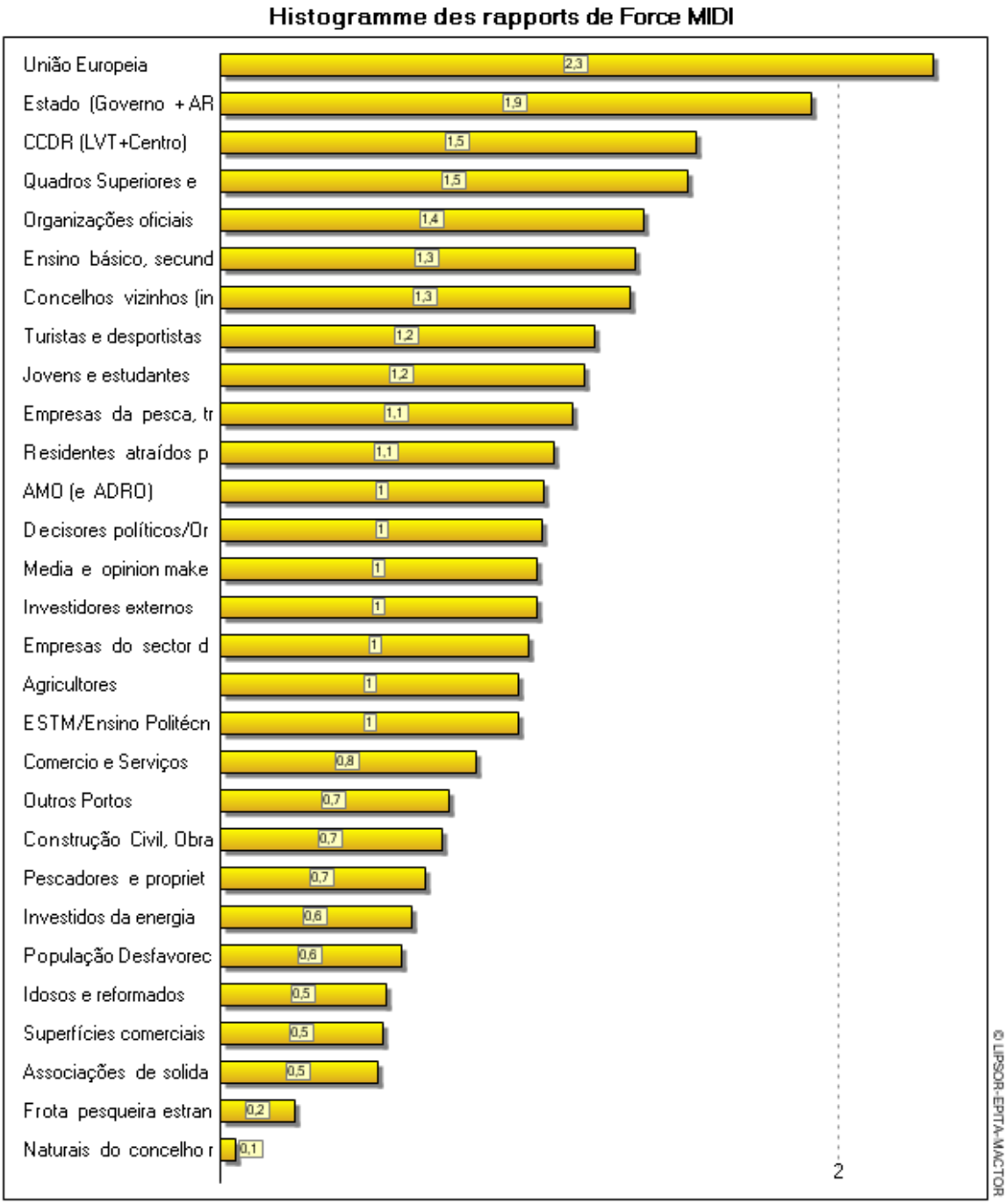
Aquela análise permite, igualmente, perceber claramente quais são os actores que comandam o jogo e, simultaneamente, que a maioria dos actores que pode ter um papel fulcral está interdependente entre si, o que vai obrigar a muita negociação e dialogo conjunto.

Plano de influências e dependências entre actores



Verifica-se igualmente que há actores que estão muito dependentes dos restantes e cujas causas são minimizadas no actual e futuro contexto, bem como há outros actores que parecem estar autonomizados, não influenciando nem sendo influenciados pelos jogo, nomeadamente os investidores energéticos, os outros portos e a frota estrangeira, demonstrando que estas problemáticas são autónomas de Peniche.

O MACTOR permite-nos também saber a força relativa de cada actor através do seguinte histograma:



Em síntese, e partindo da Análise de Jogo de Actores, é possível particularizar as questões-chave que serão utilizadas na construção dos Cenários.

(a) ***Actores dominantes***. Apenas a *União Europeia e o Estado português*, que estão institucionalmente a um nível superior – como entidades decisoras legisladoras e financiadoras – desempenham os papéis de *actores dominantes* (dispõem de um coeficiente de relação de força muito elevado) e quase independentes dos restantes, dado o seu estatuto superior em que um município não consegue influenciar ao nível estratégico, podendo fazê-lo apenas ao nível funcional desde que consiga mobilizar outros intervenientes. De referir que outros actores com papel ao nível regional ou local, não dispõem no actual contexto nem se espera que no horizonte de 2025, possam assumir um papel muito influente, nomeadamente as entidades de coordenação regional, dado que estão sempre dependentes das politicas dos actores dominantes.

(b) ***Actores de ligação.*** O grupo dos *actores de ligação* junta a maioria dos actores com um papel activo local ou regionalmente – *CCDR´s, AMO, Quadros superiores, Cluster da Pesca, Organismos desconcentrados, Agricultores, Jovens e Estudantes, Proprietários de 2ªs residências, ESTM – Instituto Politécnico de Leiria, Decisores políticos, Turistas e desportistas, Empresas de turismo, Ensino Básico e Secundário e Centros Formação, Concelhos limítrofes, Comércio e Serviços, Construção e Obras Públicas e Imobiliário, Investidores exteriores e Media e opinion makers* – o que torna este exercício mais incerto e dependente de um conjunto muito alargado de factores. Neste conjunto temas actores com grande autonomia de acção e de decisão, como outros fortemente dependentes de

instâncias superiores e outros dependentes do mercado ou dos seus membros. De qualquer forma deste grupo destacam-se actores, como os investidores exteriores, que dificilmente serão atraídas para desempenhar um papel activo no Concelho, a não ser que sejam incentivados por actores dominantes ou encontrem especificidades muito próprias. De salientar também o papel importante que neste caso desempenham os *media* e os *opinion makers*,

(c) ***Actores dominados***. Entre os *actores dominados – Pescadores, Grandes Superfícies, idosos e reformados, movimento associativo e naturais de Peniche residentes fora do Concelho* – encontramos, segundo a apreciação do painel que participou na análise, actores que no caso do Concelho de Peniche têm ainda pouca importância como as grandes superfícies ou os naturais de Peniche residentes no exterior, e outros actores que, por razões compreensíveis, têm hoje pouca influência no Concelho (caso dos pescadores artesanais não ligados à indústria de pesca, os idosos e reformados e mesmo o movimento associativo).

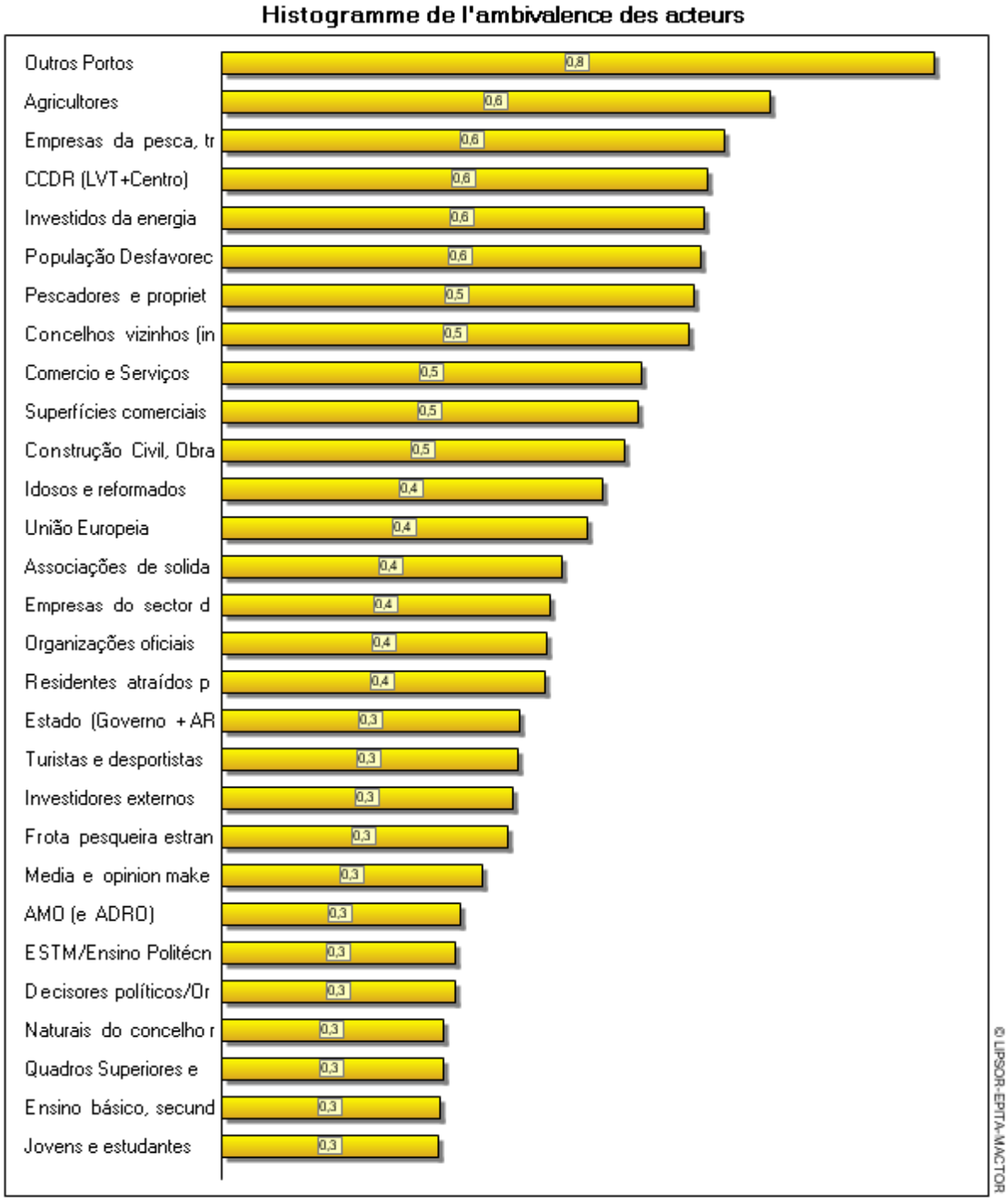
(d) Actores autónomos. No grupo dos *actores autónomos – Investidores em energia, outros portos e frotas estrangeiras* – temos entidades que, apesar de à primeira vista poderem ter grande influência nas decisões em relação a Peniche, pareceu aos participantes na análise que afinal são marginais ao processo decisório no Concelho. Este resultado suscita a constatação que afinal o Porto de Peniche no contexto nacional e internacional tem uma grande autonomia ou independência em relação às actuações os

restantes portos ou mesmo dos operadores das pescas. A questão da energia, mesmo com as recentes informações sobre a possível pesquisa de petróleo na região, também, não afecta a compreensão do fenómeno descrito.

Também é possível analisar a coerência ou ambivalência dos actores em relação aos temas em debate, podendo valorizar de forma diferenciada a capacidade de fazer alianças ou de resolver conflitos entre eles.

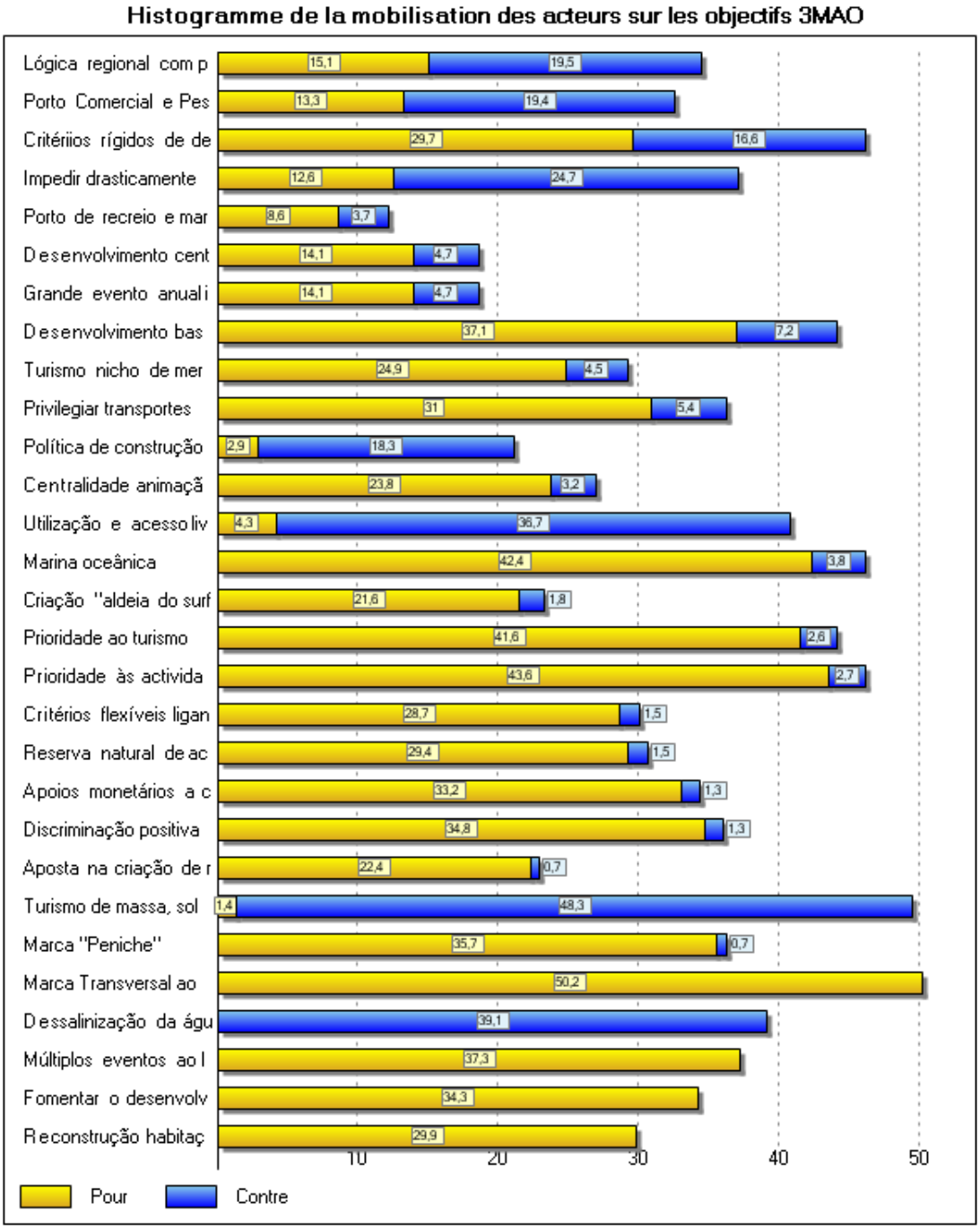
Assim o actor mais ambivalente de nível 3 é naturalmente os "outros portos", seguindo os agricultores, as CCDR´s, a população desfavorecida, o cluster da pesca e os investidores energéticos Significa isto que mantêm uma posição distante dos interesses directos de Peniche.

Em contrapartida são os jovens e estudantes, o ensino básico, secundário e centros de formação, bem como os quadros superiores e intermédios, os decisores políticos, a ESTM e a AMO que apresentam mais coerência.



Com base nos resultados do MACTOR e dada a tendência consensual da maioria dos objectivos associados aos desafios estratégicos, identificam-se algumas questões centrais onde se encontra algum grau de conflitualidade, mas especialmente em relação a decisões de

carácter exógeno. Assim, o objectivo mais controverso está ligado à



"responsabilidade", questão ligada à organização administrativa e de planeamento do país, que tem especial impacto no Concelho e nas suas aspirações (desafios estratégicos). Segue-se posteriormente as questões relacionadas com o uso e função a dar ao Porto de Peniche,

bem como à forma como é encarada a gestão sustentável do ecossistema de toda a área do Concelho. Finalmente, outra questão "lógica regional desenvolvimento com partilha de prioridades e que pode parecer crucial diz respeito ao modelo de desenvolvimento e às actividades que podem servir de motor de desenvolvimento turistico-económico de Peniche.

A quase totalidade dos actores locais **converge** em relação à maioria dos **objectivos,** segundo uma lógica de centros de interesse comuns e que ocupam especialmente as áreas das actividades emergentes ou tradicionais.

Este histograma permite-nos avaliar o posicionamento dos actores em relação a cada objectivo tendo em conta a importância que dão aos objectivos e à hierarquia de relação de forças entre os actores.

A ordenação é feita pela conflitualidade dos objectivos, pelo que o objectivo mais conflitual com equilíbrio tendencial entre os opositores é:

- ✓ **Objectivo 23 –** Lógica regional do desenvolvimento com partilha de prioridades e responsabilidades.

Seguem-se objectivos em que ainda há uma importante *polarização de interesses* e consequente também *conflitualidade*:

- ✓ **Objectivo 4 –** Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas para entrada de cruzeiros (desligado do centro tradicional).
- ✓ **Objectivo 28 –** Critérios rígidos de defesa do ambiente com restrições máximas e critérios absolutos "poluidor-pagador"

- ✓ **Objectivo 12 –** Impedir drasticamente a construção na orla costeira e demolição progressiva das construções mais agressivas em termos ambientais
- ✓ **Objectivo 6** – Porto de recreio ou marina urbana e porto de pesca costeira de proximidade (integrado no centro tradicional)
- ✓ **Objectivo 22 –** Desenvolvimento especialmente centrado no concelho
- ✓ **Objectivo 18** – Grande evento anual/internacional dedicado ao mar
- ✓ **Objectivo 2 –** Desenvolvimento baseado na prospecção e extracção do petróleo.

Depois vêm também por ordem decrescente de conflitualidade até ao último em que há uma total identificação por todos os actores no sentido da **concordância**:

- ✓ **Objectivo 15** – Turismo de nicho de mercado (ecoturismo), gastronómico, e de saúde, sustentável, condicionado, utilizador-pagador (AGENDA 21) (dominante 4 ou 5*)
- ✓ **Objectivo 25** – Privilegiar os transportes não poluentes no interior da cidade e nas ligações com os centros turísticos (Baleal, praia Supertubos, Consolação, Cabo Carvoeiro, etc.) penalizando a utilização de transportes privados utilizando combustíveis fósseis.
- ✓ **Objectivo 20** – Centralidade da animação nocturna na parte histórica
- ✓ **Objectivo 5** – Marina oceânica e porto de pesca industrial (ligado ao parque industrial)

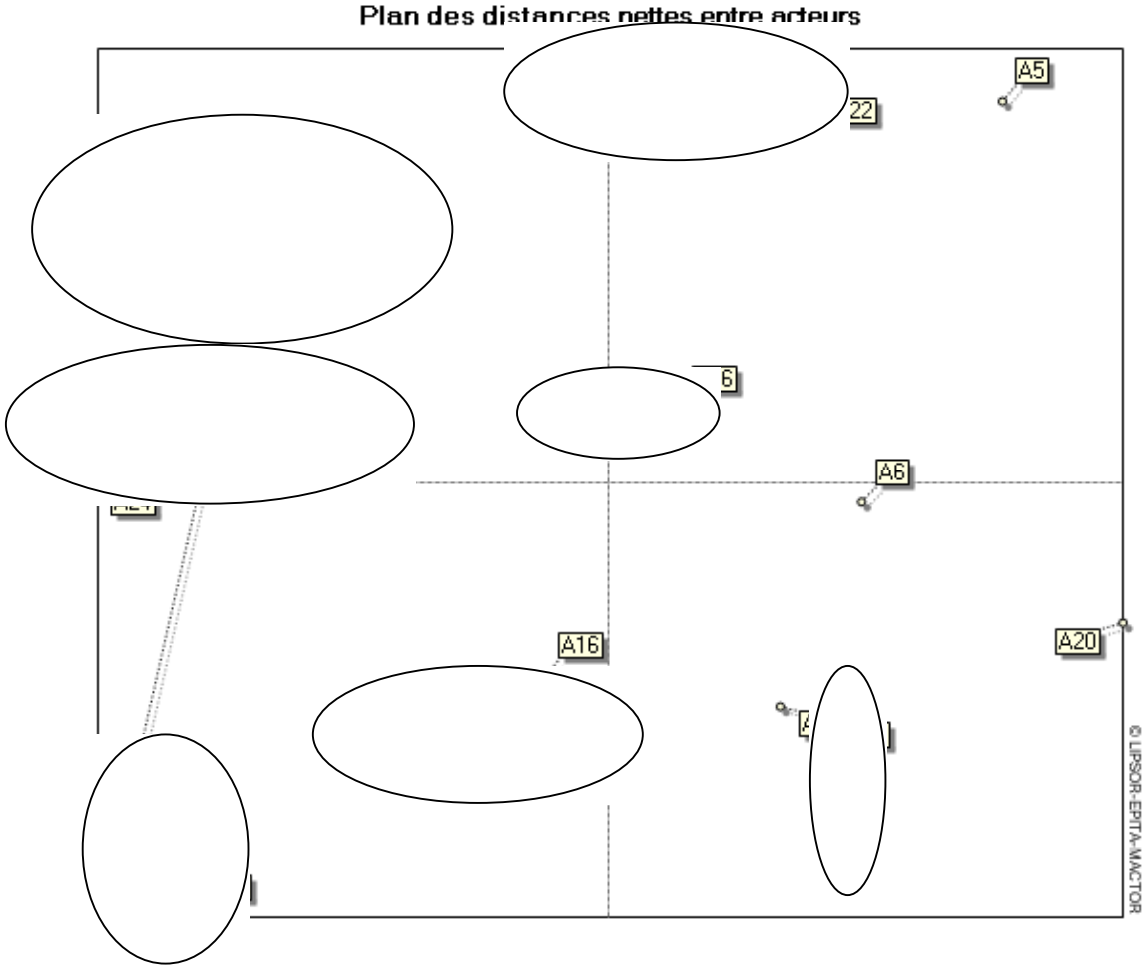
- ✓ **Objectivo 10** – Criação da "Aldeia do surf" com condicionamento dos investimentos no porto
- ✓ **Objectivo 1** – Toda a prioridade ao turismo com dominante das "novas actividades náuticas", nomeadamente nas áreas da observação e experimentação
- ✓ **Objectivo 3** – Toda a prioridade às actividades ligadas com o Mar, nomeadamente à pesca, transportes marítimos e turismo "sol/mar"
- ✓ **Objectivo 29** – Critérios flexíveis ligando o ambiente a outros critérios como a criação de emprego, o crescimento económico, a criação de empresas, etc.
- ✓ **Objectivo 7** – Berlengas – Reserva Natural de acesso condicionado
- ✓ **Objectivo 21** – Apoios monetários aos casais jovens para fixação e maternidade
- ✓ **Objectivo 24** – Discriminação positiva ou apoios aos operadores que privilegiem os produtos ou a produção local ou no local
- ✓ **Objectivo 9** – Aposta na criação de "recifes artificiais" e na aquacultura, com condicionamento e limitação na pesca (capturas) industrial tradicional
- ✓ **Objectivo 16** – Marca "PENICHE – Capital do Peixe ou cidade mais ocidental da Europa" com certificação dos produtos
- ✓ **Objectivo 17** – Outra marca transversal ao concelho, região ou país, como por ex. "Costa Oeste", "Mar Portugal", "Cidade do Surf", sendo Peniche uma sub-marca
- ✓ **Objectivo 19** – Múltiplos eventos ao longo do ano

- ✓ Objectivo 13 – Fomentar o desenvolvimento das 2ªas habitações e do turismo residencial
- ✓ **Objectivo 27** – Privilegiar a reconstrução da habitação existente e apoiar a construção de habitação nova através do investimento privado ou de cooperativas de habitação sem ser integrada em bairros sociais.

E no sentido da **discordância** da maior parte dos actores ou da totalidade:

- ✓ **Objectivo 26** – Incidir a política na construção de habitação social em Peniche pelo município ou privados
- ✓ **Objectivo 8** – Utilização e acesso livre às Berlengas
- ✓ **Objectivo 14** – Turismo de massa, sol e praia, com surf e pesca pouco apoiado, Berlengas e Baleal entregues ao seu destino (dominante 3* ou "low cost")
- ✓ **Objectivo 11** – Dessalinização da água do mar financiada por fundos públicos mas com penalização do custo do abastecimento de água.

Com base no **Plano de distâncias líquidas entre actores de ordem 3** podemos verificar como se podem organizar as alianças e gerir os conflitos entre os actores. Através da distância média entre os actores, com base no respectivo plano um posicionamento segundo interesses específicos, podem agrupar-se nos seguintes grupos com interesses tendencialmente convergentes:



Planos de Distâncias líquidas entre actores

Grupo I – Empresas do sector turístico, turistas e desportistas, residentes atraídos pelo litoral e residentes de 2ª habitação, jovens e estudantes, decisores políticos, quadros superiores e intermédios e ESTM

Grupo II – Estado Português, AMO (e ADRO), Ensino básico e secundário e centros de formação, naturais do concelho residentes fora, Media e *opinion makers*

Grupo III – União Europeia e CCDR´s (LVT + Centro)

Grupo IV – Organismos oficiais desconcentrados e concelhos vizinhos (incluindo empresas)

Grupo V – Associações de solidariedade Social, recreativas e culturais e idosos e reformados

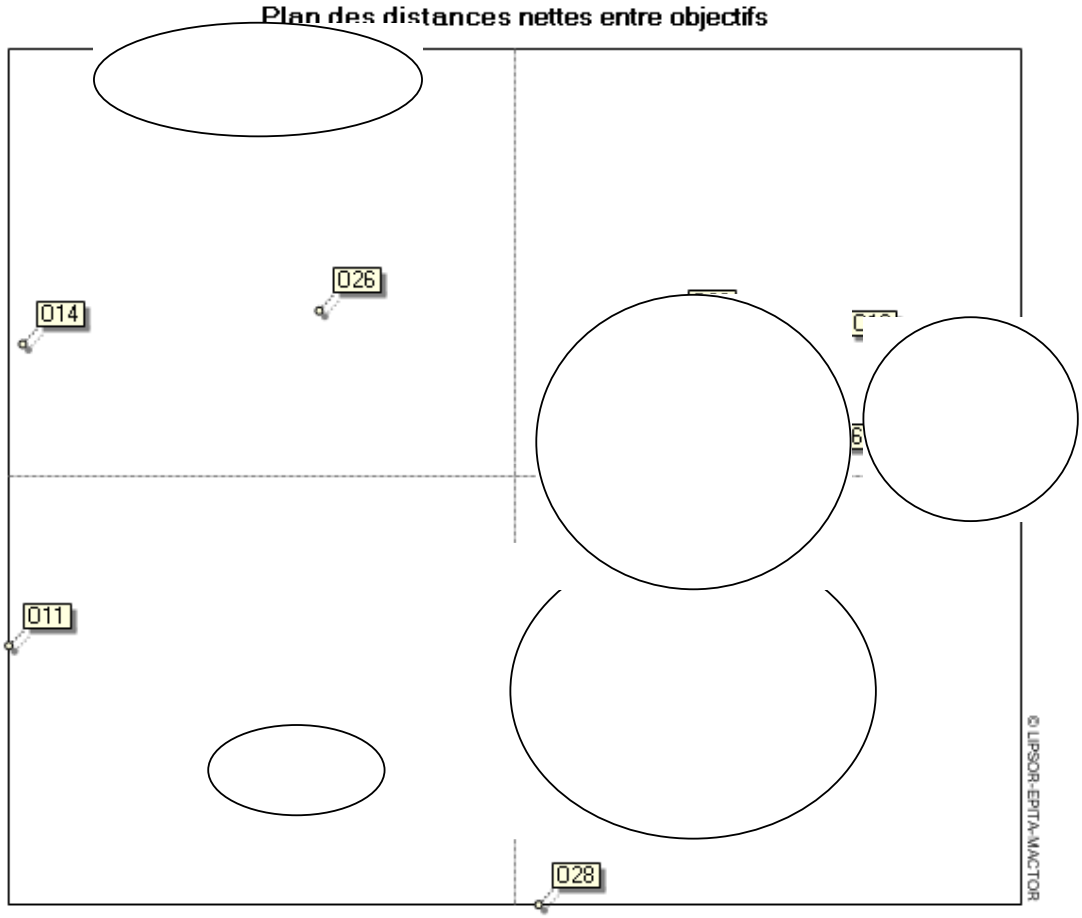
Grupo VI – Pescadores e proprietários de pequenas embarcações e artesãos, comercio e serviços, superfícies comerciais e comercio de estrangeiros, construção civil e obras públicas e investidores externos.

Grupo VII – Frota pesqueira estrangeira e outros portos

Dispersos, apesar de poderem estar próximos de outros actores mas com interesses não comuns, encontram-se agricultores, investidores energéticos, empresas de pesca e de transformação do pescado, frios e estaleiros e população desfavorecida.

A seguir apresenta-se o Plano de distâncias líquidas entre objectivos com vista a encontrar os objectivos em que os actores se posicionam da mesma forma (de acordo ou em desacordo), permitindo isolar grupos de objectivos sobre os quais os actores estão em forte convergência (quando os objectivos estão próximos) ou em forte divergência (quando os objectivos estão afastados).

Planos de Distâncias líquidas entre objectivos



Assim estão mais próximos os seguintes conjuntos de objectivos:

- ✓ Prioridade ao turismo com dominante das "novas actividades náuticas", nomeadamente nas áreas da observação e experimentação (**Obj. 1**), Prioridade às actividades ligadas com o Mar, nomeadamente à pesca, transportes marítimos e turismo "sol/mar" (**Obj. 3**), Marca "PENICHE – Capital do Peixe ou cidade mais ocidental da Europa" com certificação dos produtos (**obj. 16**), Outra marca transversal ao concelho, região ou país, como por ex. "Costa Oeste", "Mar Portugal", "Cidade do Surf", sendo Peniche uma sub-marca. (**Obj. 17**), Marina oceânica (**Obj. 5**), Fomentar o

desenvolvimento das 2ªas habitações e do turismo residencial (**Obj. 13**) e Múltiplos eventos ao longo do ano (**Obj. 19**) – *Objectivos ligados à estratégia fulcral de Peniche.*

- ✓ Porto de recreio ou marina urbana e porto de pesca costeira de proximidade (integrado no centro tradicional) (**Obj. 6**) / Aposta na criação de "recifes artificiais" e na aquacultura, com condicionamento e limitação na pesca (capturas) industrial tradicional (**Obj. 9**) / Centralidade da animação nocturna na parte histórica (**Obj. 20**) / Apoios monetários aos casais jovens para fixação e maternidade (**Obj. 21**), Discriminação positiva ou apoios aos operadores que privilegiem os produtos ou a produção local ou no local (**Obj. 24**), Privilegiar a reconstrução da habitação existente e apoiar a construção de habitação nova através do investimento privado ou de cooperativas de habitação sem ser integrada em bairros sociais (**Obj. 27**), Critérios flexíveis ligando o ambiente a outros critérios como a criação de emprego, o crescimento económico, a criação de empresas, etc. (**Obj. 29**), Desenvolvimento baseado na prospecção e extracção do petróleo (**Obj. 2**)– *Objectivos complementares à estratégia fulcral de Peniche.*
- ✓ Berlengas – Reserva Natural de acesso condicionado (**Obj 7**), Grande evento anual/internacional dedicado ao mar (**Obj. 18**) / Desenvolvimento especialmente centrado no concelho (**Obj. 22**) / Turismo de nicho de mercado (ecoturismo), gastronómico, e de saúde, sustentável, condicionado, utilizador-pagador (AGENDA

21) (dominante 4 ou 5*) (**Obj. 15**) Privilegiar os transportes não poluentes no interior da cidade e nas ligações com os centros turísticos (Baleal, praia Supertubos, Consolação, Cabo Carvoeiro, etc) penalizando a utilização de transportes privados utilizando combustíveis fósseis (**Obj. 25**)– *Objectivos que contrastam alternativas a estratégia central do Peniche.*

- ✓ Berlengas – Utilização e acesso livre (**Obj. 8**) Porto comercial e de pesca industrial de águas profundas para entrada de cruzeiros (desligado do centro tradicional) (**Obj 4**) – *Objectivos para uma via desenvolvimentista de Peniche sem grandes preocupações de sustentabilidade.*
- ✓ Criação da "Aldeia do surf" com condicionamento dos investimentos no porto (**Obj 10**) e Lógica regional do desenvolvimento com partilha de prioridades e responsabilidades (**Obj. 23**) – *Objectivos complementares mas distintos da estratégia central.*

Separados e distantes dos objectivos anteriores ficaram:

- ✓ Dessalinização da água do mar financiada por fundos públicos mas com penalização do custo do abastecimento de água (Obj. 11) – *Objectivo muito contrastado e com forte divergência local.*
- ✓ Turismo de massa, sol e praia, com surf e pesca pouco apoiado, Berlengas e Baleal entregues ao seu destino (dominante 3* ou low cost) (Obj. 14) – *Objectivo recusado pela maioria dos actores.*

- ✓ Incidir a política na construção de habitação social em Peniche pelo município ou privados (Obj. 26) – *Objectivo contrastado e recusado pela maioria dos actores,*
- ✓ Critérios rígidos de defesa do ambiente com restrições máximas e critérios absolutos "poluidor-pagador" (Obj. 28) – *Objectivo altamente polémico e muito contrastado em relação aos restantes.*

4. ALGUMAS CONCLUSÕES PRÉVIAS DA AJA

Com base em toda a análise anterior, uma das conclusões prévias é que existe uma interessante consonância da grande parte dos actores locais sobre os objectivos, quer no sentido da concordância quer no sentido da discordância. Poder-se-á dizer que a resolução das principais questões-chave têm uma incerteza maior em função da necessidade de apoios ou intervenção de actores externos que Peniche não domina e que tem dificuldade em influenciar até pela sua posição subalterna (como todas as autarquias de menor dimensão em termos de número de eleitores) no contexto nacional e europeu.

Igualmente aquela análise permite perceber claramente quais são os actores que comandam claramente o jogo e simultaneamente que a maioria dos actores que pode ter um papel fulcral está interdependente entre si, o que vai obrigar a muita negociação e diálogo conjunto.

Verifica-se igualmente que há actores que estão muito dependentes dos restantes e cujas causas são minimizadas no actual e futuro contexto, bem como há outros actores que parecem estar autonomizados, não

influenciando nem sendo influenciados pelos jogo, nomeadamente os investidores energéticos, os outros portos e a frota estrangeira, demonstrando que estas problemáticas estão à parte de Peniche.

Tentando sintetizar, partindo da análise de jogo de actores, vamos particularizar das questões chave que serão utilizadas na construção dos cenários. Assim:

1. Apenas a **União Europeia e o Estado português**, que estão institucionalmente a um nível superior – como entidades decisoras, financiadoras, legisladoras e fiscalizadoras – desempenham os papeis de **actores dominantes** e quase independentes dos restantes, dado o seu estatuto superior em que um município não consegue influenciar ao nível estratégico, podendo-o fazer apenas ao nível funcional desde que consiga mobilizar outros intervenientes. Estes actores dispõem dum coeficiente de relação de força muito elevado na ordem respectivamente do 2,3 e 1,91. De referir que outros actores com protagonismo ao nível regional ou local, não dispõem no actual contexto nem se espera que no horizonte do estudo, possam assumir um papel muito influente, nomeadamente as entidades de coordenação regional, dado que estão sempre dependentes das políticas definidas pelos actores dominantes.
2. O grupo dos **actores de ligação** junta a maioria dos actores com um papel activo local ou regionalmente – **CCDR´s, AMO, Quadros superiores, Cluster da Pesca, Organismos desconcentrados, Agricultores, Jovens + Estudantes, Proprietários de 2ªs residências,**

ESTM – Inst. Politécnico, Decisores políticos, Turistas + desportistas, Empresas de turismo, Ensino Básico e Secundário e Centros Formação, Concelhos limítrofes, Comércio e Serviços, CCOP e Imobiliário, Investidores exteriores e Media e *opinion makers* – o que torna este exercício mais incerto e dependente de um conjunto muito alargado de factores. Neste conjunto temos actores com grande autonomia de acção e de decisão, como outros fortemente dependentes de instâncias superiores e outros ainda dependentes do mercado ou dos seus membros. De qualquer forma deste grupo destacam-se actores, como os investidores exteriores, que dificilmente serão atraídas para desempenhar um papel activo no concelho, a não ser que sejam incentivados por actores dominantes ou encontrem localmente especificidades muito próprias. De salientar também o papel importante que neste caso (em Peniche) desempenham os media e os *opinion makers*, Também é de valorizar a influência que podem gerar os concelhos limítrofes, uma vez que em termos geográficos o concelho está num enclave.

3. Entre os **actores dominados** – Pescadores, Grandes Superfícies, idosos e reformados, movimento associativo e naturais de Peniche residentes fora – encontramos, segundo a apreciação do painel que participou na análise, actores que no caso do concelho de Peniche têm ainda pouca importância como as grandes superfícies ou os naturais de Peniche residentes no exterior, e outros actores que por razões compreensíveis têm hoje pouca influência no concelho (caso

dos pescadores artesanais não ligados à indústria de pesca, os idosos e reformados e mesmo o movimento associativo). Contudo, alguns destes actores poderão desempenhar no futuro, em função das estratégias definidas um papel diferente, como é o caso dos pescadores artesanais, do movimento associativo ou mesmo das grandes superfícies.

4. Finalmente, no grupo dos **actores autónomos** – Investidores em energia, outros portos e frotas estrangeiras – encontramos entidades que apesar de à primeira vista poderem ter grande influência nas decisões em relação a Peniche, pareceu aos participantes na análise que afinal estão marginais ao processo decisório naquele concelho. Este resultado suscita a constatação que afinal o porto de Peniche no contexto nacional e internacional, para o bom e para o mau, tem uma grande autonomia ou independência em relação às actuações dos restantes portos ou mesmo dos operadores das pescas. Igualmente a questão da energia, mesmo com as recentes informações sobre a possível pesquisa de petróleo na região, não afecta a compreensão do fenómeno.
5. Com base nos resultados do MACTOR e dada a tendência consensual da maioria dos objectivos associados aos desafios estratégicos, permanecem algumas questões centrais onde se encontra algum grau de conflitualidade, mas especialmente em relação a decisões de carácter exógeno. Assim, o objectivo mais controverso está ligado à "lógica regional do desenvolvimento com

partilha de prioridades e responsabilidade", questão ligada à organização administrativa e de planeamento do país, que tem especial impacto no concelho e nas suas aspirações (desafios estratégicos). Seguem-se posteriormente as questões relacionadas com o uso e função a dar ao porto de Peniche, bem como à forma como é feita a gestão sustentável do ecossistema de toda a área do concelho. Finalmente outra questão que pode parecer crucial diz respeito ao modelo de desenvolvimento do concelho e às actividades que podem servir de motor de desenvolvimento turístico -económico de Peniche.

6. A quase totalidade dos actores locais **converge ou diverge** em relação à maioria dos **objectivos** segundo uma lógica de centros de interesse comuns e que ocupam especialmente as áreas das actividades emergentes ou tradicionais. Verifica-se assim que actores como "Empresas do sector turístico", "turistas e desportistas", "residentes atraídos pelo litoral e residentes de 2ª habitação", "jovens e estudantes", "decisores políticos", "quadros superiores e intermédios" e "ESTM", estão tendencialmente de acordo ou em desacordo com a maioria dos objectivos estratégicos, tal como acontece com outro grupo local dos "Pescadores e proprietários de pequenas embarcações e artesãos", "comércio e serviços", "superfícies comerciais e comércio de estrangeiros", "construção civil e obras públicas" e "investidores externos".
7. Finalmente, vamos constatar os resultados da análise de proximidade dos **objectivos**, com que iremos explorar as **incertezas**

cruciais, que apresentaremos no próximo ponto como as "**batalhas de futuro**". Neste sentido determinámos uma primeira questão fulcral que diz respeito à estratégia de desenvolvimento do concelho de Peniche em ligação com o mar e com a actividade marítima. Uma segunda questão importante está directamente ligada com as actividades relacionadas com a primeira, nomeadamente com a forma da utilização do porto e de todas as actividades que lhes podem estar ligadas, como o turismo, a animação, a atracção e fixação da população e novas actividades ligadas com a energia. Outra questão crucial em termos de objectivos são aqueles que conflituam com os anteriores e que respeitam a decisões contrárias ou controversas, nomeadamente em termos de medidas de condicionamento do modelo de desenvolvimento turístico ou ambiental do concelho. Finalmente encontram-se objectivos que são alternativos aos anteriores, nomeadamente decorrentes de uma possível liberalização das acções e decisões de investimento, sem obedecerem a uma lógica global e sustentada no concelho.

8. Há ainda alguns objectivos que são recusados liminarmente pela maioria dos actores locais (e não só ou são indiferentes aos restantes), como a dessalinização da água do mar para abastecimento, o turismo de massas, ou a abertura das Berlengas e do Baleal ao livre arbítrio do mercado, ou ainda a continuação da construção do actual modelo de bairros sociais para as populações desfavorecidas. Ainda há uma reacção muito viva contra a aplicação

de medidas ambientais maximalistas do género "poluidor-pagador".

5. "BATALHAS DE FUTURO"

Com base em toda a análise anterior vamos considerar dois grupos de incertezas, as de contexto que influenciam fortemente as decisões a tomar no futuro para o concelho e as cruciais endógenas ao próprio concelho, onde se jogarão as principais decisões a tomar para construir o Peniche 2025.

Serão todas estas as verdadeiras batalhas de futuro que mobilizarão os actores, num sentido ou noutro, no horizonte desta análise - 2025, sabendo-se que em relação ao contexto haverá que beneficiar dos ventos favoráveis do exterior ou contrariar criativamente os ventos desfavoráveis.

Entre as incertezas de contexto teremos então o processo de Desenvolvimento da União Europeia bem como o modelo da agricultura e da pesca europeia antecipados para 2025, que influenciam determinante e directamente o concelho de Peniche, que estão dependentes de muitas condicionantes não domináveis ao nível mesmo nacional. Depois teremos outras incertezas decorrentes da inserção no espaço nacional como o modelo dominante em termos de mercado, a estruturação do planeamento e da organização territorial, bem como as próprias políticas de financiamento (conhecidas até ao final do QREN 2014). Finalmente haverá que considerar o modelo de desenvolvimento da Região Oeste em que Peniche se insere e em que participa.

Quanto às **incertezas cruciais de carácter endógeno** e que podem determinar fortemente o futuro de Peniche, foram consideradas as seguintes:

- ✓ **Estratégia na logística do concelho**
- ✓ **Porto de Peniche**
- ✓ **Modelo de porto**
- ✓ **Prioridade da estratégia turística no concelho**
- ✓ **Desenvolvimento agrícola do concelho**
- ✓ **Desenvolvimento industrial do concelho**
- ✓ **Animação do concelho**
- ✓ **Criação de um pólo e cluster de inovação na região**
- ✓ **Medidas de preservação ambiental**
- ✓ **Fixação e captação de população jovem**
- ✓ **Crescimento urbano do concelho**
- ✓ **Normas para o desenvolvimento urbano na sede do concelho**
- ✓ **Bairros Sociais.**

Para cada uma delas, com base nas discussões havidas nos vários seminários e o conhecimento da realidade, foram encontradas várias hipóteses ou configurações, que representam alternativas importantes em termos de estratégia futura do concelho de Peniche.